

CONTRAMAPAS

DE

ACOLHIMENTO

Celma Paese





CELMA PAESE

# CONTRAMAPAS DE ACOLHIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura – PROPAR – da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura

Orientador: Prof. Dr. Arq. Fernando de Freitas Fuão

Porto Alegre, 2016



CELMA PAESE

# CONTRAMAPAS DE ACOLHIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura – PROPAR – da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura

Orientador: Prof. Dr. Arq. Fernando de Freitas Fuão

Aprovada em 1º de dezembro de 2016.

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Fernando Delfino Freitas Fuão – PROPAR-UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dirce Eleonora Nigro Solis – IFCH-UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabetta Romano – FAU-UFPB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Soler Machado – PROPAR-UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Rocha – FAURB-UFPEL

---

Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes – PROPUR-UFRGS

Compare com o original  
PROPAR-UFRGS



PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA – PROPARG  
046 - ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE TESE

Aluno(a): CELMA PAESE, Arq. Me. Título da Tese: "Contramapas de Acolhimento."  
Professor(a) Orientador(a): Fernando Freitas Fuão, Arq. Dr.  
Área de Concentração: Projeto de Arquitetura e Urbanismo

Parecer conclusivo dos examinadores

EXAMINADORES	ASSINATURA DOS EXAMINADORES PRESENTES À SESSÃO	CONCEITO
Andréa Soler Machado, Arq. Dra. – PROPARG-UFRGS;		A
Dirce Eleonora Nigro Solis, Filósofa Dra. – UERJ;		A
Eduardo Rocha, Arq. Dr. – UFPEL;		A
Elisabetta Romano, Arq. Dra. – UFPB		—
Paulo Edison Belo Reyes, Arq. Dr. – PROPARG-UFRGS		A

Aprovado sem correções   
Aprovado com correções de forma ( )  
Aprovado com correções de conteúdo ( )

Conceito atribuído: A

Data limite para cumprir as condições acima especificadas: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Observações:

Porto Alegre, 1º de dezembro de 2016.

Assinaturas:

Professor(a) Orientador(a)

Homologado pela Comissão de Pós-Graduação em 31 de DEZEMBRO de 2016.

Coordenador(a): Cláudia Helena Lehl

Obs. Caberá ao orientador(a) presidir a sessão de defesa. Este documento deverá ser encaminhado à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura.

Rosita Borges dos Santos  
Secretaria - Programa de  
Pesq. e Pós-Graduação  
em Arquitetura-PROPARG

**PROPARG**  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA  
revisado e atualizado  
Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Rua Sacramento Leão, 320 sala 201 91000-170 Porto Alegre - RS Brasil  
Fone/fax: 51 3308 3495 www.ufrgs.br/proparg proparg@ufrgs.br

CIP - Catalogação na Publicação

PAESE, CELMA  
CONTRAMAPAS DO ACOLHIMENTO / CELMA PAESE. -- 2016.  
330 f.

Orientador: FERNANDO DELFINO FREITAS FUÃO.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. ARQUITETURA DO ACOLHIMENTO. 2. CONTRAMAPAS DO ACOLHIMENTO. 3. CARTOGRAFIA DO ACOLHIMENTO. 4. FORMAS DO ACOLHIMENTO. 5. POLÍTICAS DE HOSPITALIDADE. I. FUÃO, FERNANDO DELFINO FREITAS, orient. II. Título.

# Agradecimentos

O amor, a luz, a boa sorte e a paciência sempre estiveram presentes no tempo-espaço deste trabalho, materializadas nas muitas mãos que se estenderam. Por isso, é preciso agradecer:

Ao meu orientador Fernando Fuão, pelo acolhimento e pelas oportunidades de crescimento infinito.

Aos professores do PROPAR, Silvio Belmonte de Abreu Filho e Claudia Cabral, pelas portas abertas.

À supersecretária do PROPAR, Rosita Borges, pelo abraço e dedicação.

Ao amigo Francesco Careri e à turma do LAC e também ao amigo Markus Tomaselli, amigos e alunos da TU Wien, pelo acolhimento.

Ao amigo Adeli Sell e a turma da Vila Tronco, pelo aprendizado.

Aos alunos queridos.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À minha mãe, Delair, meu pai, Plínio (in memorian), minha irmã, Delia, e meu irmão, Plínio, pelo amor e apoio incondicionais.

Às amigas Marjory Martins, Claudia Pechansky, Luiza Estrella, Nonô Joris, Rita Velloso, Daniela Cidade, Ana Vicelli, Nilsa Hanel, Lais Medeiros e aos amigos Roberto Vasconcellos, Marcelo Kiefer e Marcio Pizarro Noronha, pelas palavras sábias, ideias, leituras e ouvidos.

Aos fiéis guardiões Nadja, Caspeta e Lucky, pelo amor materializado na força da presença.

E a todos os cúmplices que estiveram ao meu lado e que não foram citados.

Obrigada, obrigada, obrigada!



## RESUMO

Os Contramapas de acolhimento têm como objetivo reconhecer e registrar em comunicação cartográfica as formas de acolhimento encontradas em diferentes espaços da cidade com as suas respectivas conexões e permeabilidades. A metodologia utilizada a criação dos Contramapas é um processo cartográfico subjetivo amparado no pensamento do filósofo Jacques Derrida sobre a prática da hospitalidade para perceber e representar a verdadeira potência de acolhimento dos espaços das cidades e suas arquiteturas. Sem a intenção de estabelecer comprometimento com a exatidão dos mapas e processos cartográficos convencionais, as formas de acolhimento representadas nos Contramapas possibilitaram representar as maneiras de convívio entre diferentes grupos na cidade, apontando a real dimensão das urgentes necessidades de revisão das políticas de hospitalidade entre diferentes. As análises dos Contramapas atrelada à revisão das políticas de hospitalidade iluminam potencialidades até então não percebidas ou não descritas nas arquiteturas e espaços da cidade, que atuam como agentes de hospitalidade, amizade e acolhimento do *por vir*.

**Palavras-chave:** Contramapas. Arquitetura do acolhimento. Formas do acolhimento. Cartografia do acolhimento, Políticas de hospitalidade.



## ABSTRACT

The Hospitality Counter-maps aim to recognize and register, by cartographic communication, welcome forms in different city spaces with their respective connections and permeabilities. The used methodology is a subjective cartographic process supported by the philosopher Jacques Derrida's thoughts about the practice of hospitality to perceive and represent the true hospitality power of the cities spaces and their architecture. Disregarding the intention of being committed to the conventional mapping and cartographic processes, the hospitality forms represented on the Counter-maps allowed to show the ways of interaction among different individuals and different groups in the city, pointing out the real dimension of the urgent revision needs of the current hospitality policies. The Counter-maps analysis and the resulting review of the hospitality policies enlightened the potentialities hitherto not perceived or described in the architectures and spaces of the city, functioning as agents that empower hospitality, friendship and the *still to come*.

**Key-words:** Counter-maps. Hospitality Architecture. Welcome forms. Welcome Cartography. Hospitality Policies.



## RIASSUNTO

Le contromappe dell'accoglimento hanno come obiettivo riconoscere e registrare in una comunicazione cartografica le forme di accoglienza incontrate nei differenti spazi della città con le sue rispettive connessioni e permeabilità. La sua metodologia è un processo cartografico soggettivo attraverso il pensiero del filosofo di Jacques Derrida sulla pratica dell'ospitalità per percepire e rappresentare la vera potenza dell'accoglienza degli spazi della città e delle sue architetture. Senza quel compromesso di esattezza delle mappe e dei processi cartografici convenzionali, la rappresentazione delle forme di accoglimento nelle Contromappe mostra in che modo coesiste la differenza nella città, riconoscendo la reale urgenza di revisione delle politiche di ospitalità tra differenti. Le analisi delle Contromappe insieme alla revisione delle politiche dell'ospitalità portano alla luce potenzialità non percettibili o rappresentate nelle architetture e negli spazi della città, come agenti di ospitalità, amicizia, e accoglimento *por venire*.

**Parole chiave:** Contromappe, Architettura dell'Ospitalità, Forme di accoglimento, Mappatura dell'accoglienza, Politiche dell'Ospitalità



## ZUSAMMENFASSUNG

Die kartografische Darstellung der Aufenthaltsqualitäten als „Counter-maps“ hat zum Ziel die unterschiedliche Formen des „Willkommen-seins“ an verschiedenen Orten der Stadt zu untersuchen und mit ihren unterschiedlichen Verbindungen und Durchlässigkeiten festzuhalten. Die verwendete Methode ist ein subjektiv-kartografischer Prozess und basiert auf den Gedanken von Jaques Derrida. Er beschreibt die vorhandene und erfahrbare „Gastfreundschaft“, die verschiedene Orte in der Stadt mit ihren Räumen und ihrer Architektur repräsentieren. Unabhängig von konventioneller Plandarstellung und kartografischen Prozessen, zeigen die planlich dargestellten Aufenthaltsqualitäten die stattfindenden Interaktionen zwischen Gruppen und Individuen im urbanen Raum und helfen so die wichtigen Orte für dringliche Interventionen zu definieren. Die vorliegenden kartografischen Analysen überprüfen bisher nicht von allen ausreichend wahrgenommene räumliche Potentiale der Architektur der Stadt und ermöglichen dadurch die Verbesserung der räumlichen Aufenthaltsqualitäten und Ihrer Überraschungsmomente.

**Stichwörter:** Counter-maps Aufenthaltsqualität Interaktion  
Kartografie Architektur Stadtraum Potentiale

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Val Camonica, Brécia, Itália.....	95
Figura 2 - Mapa de Val Camonica em 2016. ....	95
Figura 3 - Mapa mundi de Ptolomeu (90-168 D.C.), cerca de 150 D.C.....	96
Figura 4 – Mapa turístico de Porto Alegre.....	101
Figura 5 – Mapa dos bairros de Porto Alegre segundo a Prefeitura .....	102
Figura 6 - Página de Fin de Copenhagen, Asger Jorn, 1957.....	105
Figura 7 - Mémoires, Guy Debord, 1957 .....	105
Figura 8 – The Naked City: Illustration de l’hypothèse des plaques tournantes em psychogéographique .....	107
Figura 9– Guide Psicogéographique de Paris .....	107
Figura 10- Enseada-concavidade urbana na arquitetura clássica: Royal Crescent, Bath, Inglaterra.....	117
Figura 11 - Enseada-concavidade da Praia do Porto, Imbituba, Santa Catarina, Brasil.....	117
Figura 12 - Fotografia do Google Earth da trama urbana da Karlsplatz .....	119
Figura 13 - A percepção dos caminhos depende dos sentidos.....	121
Figura 14 – As experiências dos caminhos dependem das formas e decisões tomadas.....	121
Figura 15 – Rob Krier: grandes composições contínuas. ....	123
Figura 16 - Rua reta que acolhe virando praça, palco e mercado: Rua Bento Figueiredo, Bom Fim, Porto Alegre .....	125
Figura 17 - Rua que vira casa .....	125
Figura 18 - Ponte dos suspiros, Veneza, Itália .....	127
Figura 19 - Porta de um dos antigos armazéns do Porto do Capim, João Pessoa, Paraíba.....	129
Figura 20 - Mapa da ilha da Karlsplatz (em destaque) inserida na malha urbana do entorno.....	133
Figura 21 - Início do corte da curva de Moebius na atividade Caminhando com os alunos do workshop.....	136
Figura 22 – Sequência da atividade .....	137
Figura 23 – Sequência da ação da atividade Caminhando na sala de estudos da TU WIEN com os alunos do workshop .....	137
Figura 24 – Sequência da ação da atividade Caminhando na sala de estudos da TU WIEN com os alunos do workshop. ....	138
Figura 25 – Sequência da atividade .....	138
Figura 26 – Sequência da atividade .....	139
Figura 27 – As dobras do acolhimento. ....	143
Figura 28 – Algumas formas de acolhimento encontradas nas tramas urbanas.....	144
Figura 29 - Karlsplatz: uma ilha que ocupa uma clareira da cidade de Viena .....	149
Figura 30 – A reta, a clareira e a ilha .....	150
Figura 31 – O mapa cartesiano da Karlsplatz.....	151
Figura 32 – A Cartografia Influencial da Karlsplatz .....	155
Figura 33 - Primeira cartografia da errância da Karlsplatz .....	161
Figura 34 - Cartografia dos eventos da Karlsplatz .....	164

Figura 35 - Contramapa das formas de espera da Karlsplatz .....	165
Figura 36 - Contramapa da errância da Karlsplatz.....	166
Figura 37 – Contramapa janela 1 .....	167
Figura 38 – Moldura da clareira.....	168
Figura 39 – Penetrando .....	168
Figura 40 - Lago -sala de exposições.....	169
Figura 41 – Clareira dentro da clareira .....	169
Figura 42 - Enseadas complementares.....	170
Figura 43 – Morador de rua repousando no banco enseada .....	172
Figura 44 – Contramapa janela 2 .....	173
Figura 45 - Stadtlabor .....	174
Figura 46 – Fachada da TU Wien .....	175
Figura 47 – Café da TU Wien.....	175
Figura 48 – Café na antiga estação de Metrô de Otto Wagner .....	176
Figura 49 – Ilha de transporte de superfície.....	178
Figura 50 – Contramapa janela 3 .....	179
Figura 51 - Delegacia.....	180
Figura 52 – Café Resselpark .....	181
Figura 53 - Fachada da escola e creche .....	182
Figura 54 – Passagem de pedestres por entre o guard rail .....	183
Figura 55 - Caminho para o Heuer Café.....	184
Figura 56 – Lateral da padaria .....	184
Figura 57 - Heuer Café 2 .....	185
Figura 58 – Heuer Café .....	185
Figura 59 - Horta orgânica .....	186
Figura 60 – Mapa de zoneamento do Porto do Capim.....	191
Figura 61 – Mapa de uso e ocupação do solo do Porto do Capim .....	193
Figura 62 – Caminhando .....	197
Figura 63 – Mapa Cartesiano do Porto do Capim.....	198
Figura 64 – Contramapa das formas da espera do Porto do Capim.....	199
Figura 65 – Cartografia influenciada do Porto do Capim.....	200
Figura 66 – Primeira Cartografia da errância do Porto do Capim.....	203
Figura 67 – Contramapa da errância do Porto do Capim .....	204
Figura 68 – Contramapa janela 1 .....	205
Figura 69 -Descendo a ladeira .....	206
Figura 70 – Largo XV de Novembro .....	206
Figura 71 – Penetrando na comunidade .....	207
Figura 72 – Sorriso na janela.....	208
Figura 73 – Contramapa janela 2 .....	209
Figura 74 – Momento dim-dim.....	210
Figura 75 – Vista do final da península do trapiche.....	211
Figura 76 – Porto do Rio Sanhauá.....	211
Figura 77 – Contramapa do porto, porta, ponte, praça. ....	212
Figura 78 – Conversando com Dona Maria.....	213
Figura 79 – Casa de Dona Maria .....	213

Figura 80 – Contramapa da casa da Dona Maria.....	214
Figura 81 - Contramapa janela 3.....	215
Figura 82 – Errando com Dona Maria.....	216
Figura 83 - Escola do Porto do Capim .....	216
Figura 84 – Edifícios do antigo porto.....	217
Figura 85 – Trilhas de trem.....	217
Figura 86 – – Conversando com Seu Pessoa na soleira da porta. ....	218
Figura 87 - Dandas Bar .....	218
Figura 88 – Contramapa da casa do Seu Pessoa.....	219
Figura 89 – Penetrando no Dandas Bar .....	220
Figura 90 – O grupo reunido.....	220
Figura 91 – Vista do Mattatoio Testacio.....	221
Figura 92 – Antigos usos do Matattoio.....	223
Figura 93 – Usos atuais do Matattoio.....	225
Figura 94 – Sequência da atividade Caminhando.....	227
Figura 95 – Mapa cartasiano do Mattatoio .....	228
Figura 96 - Contramapa das formas da espera do ex-Mattatoio de Testaccio.....	229
Figura 97 – Cartografia influenciada do Mattatoio .....	230
Figura 98 – Primeira cartografia da errância do ex-Mattatoio.....	236
Figura 99 - Contramapa da errância .....	238
Figura 100 – Contramapa janela 1.....	239
Figura 101 – Caminhando por entre os edifícios.....	240
Figura 102 – Passagem pelo empório.....	240
Figura 103 – Estacionamento e torre de controles .....	241
Figura 104 – Fechando a porta .....	242
Figura 105 – Depois do tapume.....	244
Figura 106 – Removendo o tapume .....	244
Figura 107 – Contramapa janela 2.....	245
Figura 108 - Hostilidade .....	246
Figura 109 – Cavaleiro de Botticelli .....	246
Figura 110 – Pedindo licença.....	247
Figura 111 – Chpa em Ararat.....	248
Figura 112 – Casa de Pace.....	249
Figura 113 – Pórtico de entrada com a bandeira curda ao fundo.....	249
Figura 114 – Acampamento cigano .....	250
Figura 115 – Errando no acampamento cigano.....	250
Figura 116 – Contramapa janela 3.....	251
Figura 117 – Em cima do muro .....	252
Figura 118 – Alameda por entre as árvores.....	253
Figura 119 – Moradora .....	254
Figura 120 – Vista do monte Testaccio para o ex-Matattoio .....	254
Figura 121 – Ao pé da cruz.....	256
Figura 122 – Mapa de localização da Grande Cruzeiro e Vila Tronco .....	257
Figura 123 – Traçado do alargamento da Avenida .....	259
Figura 124 – Crianças da creche .....	260

Figura 125 – Frente do Instituto .....	262
Figura 126 – Salão do Instituto .....	262
Figura 127 – Sequência da atividade Caminhando com a turma de projeto II .....	263
Figura 128 – Mapa cartesiano da Vila Tronco .....	266
Figura 129 – Contramapa da espera.....	267
Figura 130 – Cartografia Influencial.....	268
Figura 131 – Cartografia da errância .....	271
Figura 132 – Contramapa das formas de errância da Vila Tronco.....	274
Figura 133 – Contramapa janela 1 .....	275
Figura 134 -Partindo para a errância na porta do Instituto.....	276
Figura 135 – Salão do Instituto .....	277
Figura 136 – Criando as cartografias .....	277
Figura 137 – Apresentação dos projetos .....	278
Figura 138 – Contramapa janela 2 .....	279
Figura 139 – Errando na Vila Tronco.....	281
Figura 140 – Paisagem para a avenida .....	282
Figura 141 – O beco que acolhia o cotidiano.....	283
Figura 142 – Vila Tronco em dias de chuva .....	284
Figura 143 – Contramapa janela 3 .....	285
Figura 144 – Esquina do Beco 3 com a alameda.....	286
Figura 145 – Subida da alameda.....	287
Figura 146 – Bar Ritter Santos .....	288
Figura 147 – Penetrando no rizoma da vila .....	289
Figura 148 – Lições espaciais da subida do morro .....	290
Figura 149 – Contramapa da Creche Sonho Meu .....	291
Figura 150 – Entrada da creche .....	292
Figura 151 – Dona Baixinha servindo lanche.....	292
Figura 152 – Visita à creche .....	293
Figura 153 – Pátio da creche.....	293
Figura 154 – Concavidade praça.....	294

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1 DES-ACOLHER.....	36
1.1 O campo.....	38
1.2 O campo urbano.....	42
1.3 Nau dos loucos,.....	52
rolezinhos e curdos.....	52
2 ACOLHER.....	62
2.1 Bem-vindo.....	64
2.2 O acolhimento.....	75
na Arquitetura.....	75
3 MAPAS E CONTRAMAPAS.....	88
3.1 Cartografias e mapas.....	90
3.2 Os mapas que servem.....	96
ao controle da cidade.....	96
3.3 Cartografia influenciada.....	104
3.4 Contramapas.....	110
de acolhimento.....	110
3.4.1 As tramas urbanas.....	116
e as formas de acolhimento.....	116
4 METODOLOGIA DOS CONTRAMAPAS DE ACOLHIMENTO E ESTUDO DE CASO.....	132
4.1 Metodologia.....	134
4.1.2 Caminhando.....	135
4.1.3 Os dispositivos e o trabalho de campo.....	142
4.1.3.1 As formas do acolhimento.....	142
4.1.3.1.1 Karlsplatz: a reta, a clareira e a ilha.....	150
4.1.3.2 O mapa cartesiano.....	152
4.1.3.3 A errância.....	153
4.1.3.4 A Cartografia Influenciada.....	156
4.1.3.3.1 Metodologia dos registros.....	158
durante a errância.....	158
4.1.3.3.2 Cartografia da errância.....	162
4.1.3.3.3 O Contramapa da Espera.....	163
4.1.3.3.4 Contramapa da errância.....	166
da Karlsplatz.....	166
4.2 O passo a passo da metodologia do workshop dos Contramapas de Acolhimento.....	188
4.3 Porto do Capim.....	192

4.3.1 O Workshop .....	197
4.3.1.1 Caminhando.....	197
4.3.1.2 O mapa cartesiano do .....	198
Porto do Capim .....	198
4.3.1.3 A cartografia influenciada e o contramapa .....	200
4.3.1.4 Cartografia da errância .....	203
4.3.1.4.1 Contramapa da errância .....	204
4.4 Mattatoio .....	222
4.4.1 O Workshop .....	227
4.4.1.1 Caminhando.....	227
4.4.1.2 O mapa cartesiano do.....	228
Ex-Mattatoio de Testaccio .....	228
4.4.1.3 A cartografia influenciada e o contramapa .....	230
4.4.1.4 Cartografia da errância .....	236
4.4.1.5 Contramapa da errância .....	238
4.5 VILA TRONCO .....	258
4.5.1 O Workshop .....	264
4.5.1.1. Caminhando.....	264
4.5.1.2 O mapa cartesiano da Vila Tronco.....	266
4.5.1.3 Cartografia Influenciada e Contramapa das formas de espera da Vila Tronco .....	268
4.5.1.4 Cartografia da errância .....	271
4.6 Conclusão dos workshops: hospitalidade, hostilidade, hostipitalidade .....	296
5 CONCLUSÃO .....	310
REFERÊNCIAS .....	320
Anexo dos estudos de caso.....	328



# INTRODUÇÃO

*“A primeira dimensão fundamental da experiência do mundo é o tempo: o amor deve, portanto, ser a constituição temporal do mundo”*

(Antonio Negri, 2003)

As arquiteturas de uma cidade são os receptáculos eleitos pelos seus habitantes para viver as experiências de acolhimento agenciadas pelos sucessivos encontros e eventos que se sucedem. Acolher uma cidade é reconhecer – em espírito, verdade e representação – essa realidade e as potências contidas no eterno contínuo do seu *por vir*. Infelizmente, a política espacial que serve aos interesses dos que controlam o uso do solo se utiliza de estratégias que induzem a venda de falsas imagens de segurança, prosperidade e coexistência pacífica nos espaços que interessam que tenham maior valor. A cidade vai muito além do que aquela que é vendida nas representações contidas nos mapas oficiais: as cartografias que servem a esses fins determinam, comunicam e limitam o desenvolvimento das potências de acolhimento aos espaços públicos do centro histórico, aos bairros de comércio de luxo, aos de programação noturna variada e ainda àqueles de natureza exuberante. Essas cartografias de clichês urbanos colocam falsos limites e fazem crer na mentira de que a vida termina nas bordas bem desenhadas que salvaguardam como verdade. Dividem as cidades em centro – onde o exercício da cidadania é aparentemente pleno – e periferia – onde os eventos que importam para a “cidade incluída” em suas representações são os noticiados na página policial dos grandes jornais. Independentemente de ser um habitante do lugar ou turista, o sujeito que aceita o controle subliminar de tais mapas limita o seu espaço de percepção aos “mundos” contidos nas suas representações. Para essas pessoas, só existe a cidade neles conjurada: a todo o resto não é dado nem mesmo o direito ao olhar. Esse modo de pensar traz consigo a ignorância e a rejeição à cidade dos Outros.

O acolher é reconhecer: abre espaço às possibilidades de desenvolvimento das relações humanas e sociais, em diferentes níveis e sentidos. O pensamento de Jacques Derrida coloca a hospitalidade (entendida como sinônimo de acolhimento em sua obra) como ética primeira: para o filósofo, o ato de acolher é reconhecer o rosto daquele que chega de surpresa, aquele inesperado que porta em si a diferença. O *por vir* é sempre surpreendente: ele habita a complexidade das paisagens psicossociais da urbe ignorada, onde as potências ali escondidas clamam pela urgente necessidade de desenvolvimento de políticas inclusivas, que chamam à prática da alteridade.

Qual o motivo que leva o poder oficial a não mapear as cidades, comunidades e vilas para além dos limites onde os ganhos econômicos

garantem uma vida social e cultural interessante e variada? Por que menosprezar as potências econômicas e sociais das periferias, condenando seus habitantes a conviver com becos e ruas empoeiradas ou lamacentas, onde bares baratos, *drive-thru* de drogas e igrejas de falsos profetas significam diversão e sustento? A ampliação e transformação das cidades são fenômenos impossíveis de conter: no Brasil, as ocupações surgidas com o êxodo rural dos anos 1960-1970 transformaram-se em comunidades com suas próprias leis, onde driblar as condições de exclusão significa desafios diários para garantir a sobrevivência. Na contemporaneidade, a errância da massa de refugiados coloca em cheque as leis de hospitalidade de diferentes países, com tradição de políticas de acolhimento que davam boas-vindas àqueles que cruzavam suas fronteiras em busca de refúgio.

Por que não reconhecer as potências criativas ocultas nos diferentes modos de vida das periferias urbanas, levando, assim, reais possibilidades de inclusão e esperança para essas comunidades? Por que segregar ao invés de reconhecer a existência do diferente, daquele que pode contribuir para uma verdadeira mudança de paradigmas sociais?

Onde está o sentido de acolhimento na cidade de hoje?

Esta tese procura responder a essas perguntas e outras que as acompanham propondo com os Contramapas de acolhimento outra forma de representação da cidade. A construção dos Contramapas de acolhimento tem como objetivo reconhecer e registrar em forma de comunicação cartográfica os acolhimentos encontrados na diversidade social e cultural que coexistem nos diferentes espaços da cidade com as suas respectivas conexões e permeabilidades. São instrumentos de reconhecimento e divulgação de arquiteturas e espaços que abrigam eventos de hospitalidade pouco conhecidos, desconhecidos ou mesmo ignorados pelos circuitos oficiais de lazer e cultura e dentro deles. A situação da experiência de permeação da borda durante o processo cartográfico traduz a potência do sentido de hospitalidade em si: os sucessivos encontros nos caminhos percorridos criam reais situações de acolhimento ao *por vir*, chamando à prática da alteridade. Aplicar esse processo cartográfico é buscar reconhecer as potências dos espaços até então ignorados, propondo a revisão dos critérios convencionais de análise dos espaços da cidade. Os Contramapas de acolhimentos são cartografias que se servem da ótica do acolhimento para enxergar além das aparências encontradas nas representações das cartografias convencionais: o reconhecimento dos múltiplos sentidos e experiências dos espaços das periferias, quando traduzido em representação, traz à luz das populações locais e turistas suas potências econômicas, culturais e sociais, até então ignoradas. Sem o comprometimento com a exatidão dos mapas geográficos, os Contramapas expressam uma narrativa que se propõe a reconhecer modos de intensificar o potencial de acolhimento de espaços urbanos. Através da investigação cartográfica de localização de potências de acolhimento, não servindo a nenhum propósito técnico ou lógico em termos de registro espacial,

propõem a revisão das maneiras de convívio entre diferentes na cidade, ao reconhecer e agregar ao invés de segregar e ignorar eventos excluídos dos mapas ditos oficiais. Cartografar sem buscar controlar é inverter a lógica espetacular. Os Contramapas são cartografias que objetivam enxergar, reconhecer e propor à cultura do outro, invisível aos olhos de quem não quer ver, representar-se, dando boas-vindas ao agenciamento da expansão da inclusão e coexistência.

Se a finalidade da teoria da arquitetura é chamar à consciência reflexiva que o arquiteto tem de suas práticas, então é preciso refletir sobre os modos atuais de experiência urbana, onde diariamente as potências do *por vir* do cotidiano transgridem e ressignificam os usos espaciais propostos. A *différance* envolvida na construção das redes das paisagens psicossociais contemporâneas cria situações de encontros que carregam consigo a potência de desconstruir qualquer ordem espacial imposta: toda tentativa de controle, limite e homogeneização desses mundos não enquadrados nos universos convencionais confronta-se com as profanações de suas intenções. Na conferência *La Différance*<sup>1</sup>, pronunciada na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de janeiro de 1968, Derrida realizou uma análise semântica da *différance*: “Falarei, pois, de uma letra” (DERRIDA, 1968). O autor propõe o uso do termo *différance* escrito com *a* no lugar de *e*, formado a partir do particípio presente do verbo *différer* (diferir). A diferença entre as escritas é puramente gráfica: se escreve ou se lê, porém não se ouve. Para Derrida, a *différance* não é uma palavra nem um conceito. Pode possuir, entre outros significados, o de não ser idêntico, distinto, ser outro, discernível. Essa diferença, no sentido de diferir, é tratada como questão de alteridade, de dessemelhança, de antipatia e de polêmica. A *différance* produz-se entre os elementos de forma ativa, dinamicamente, como um jogo de sentidos que só existe em uma rede de rastros. Solis (2009) chama atenção pela distinção desse operador da desconstrução em relação ao pensamento da presença e à lógica da identidade, que representa o retorno a uma origem simples, transcendente ou sensorial, que se estabelece pela presença. A *différance* seria, portanto, o rastro concebido em sua pureza de veículo de expressão da diferencialidade<sup>2</sup>.

Resgatar o sentido de coexistência na urbe é reconhecer essa complexidade. Se a *différance* é a expressão da diferencialidade, cartografar a *différance* é reconhecer as pessoas em suas diferenças enquanto diferenças e suas formas de viver e compreender o universo da cidade. Identificar o real potencial de acolhimento de determinados espaços é facilitar o acolhimento e a convivência entre essas “diferentes cidades” em

---

<sup>1</sup> DERRIDA, Jacques. **La Diferencia/ [Différance]** (1968), p. 1. Disponível em: <<http://www.amsafe.org.ar/formacion/images/2013-CursoDirectores/Eje4/Jacques%20Derrida%20-%20La%20Diferencia.pdf>> Acesso em: 21 set. 2016

<sup>2</sup> SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura: uma abordagem a partir de Jacques Derrida**. Rio de Janeiro: UAPE, 2009, p. 32.

todas as dimensões possíveis, em suas rupturas e estruturas. A tarefa do cartógrafo-arquiteto que se propõe a ler diferentes subjetividades é dar língua e escuta aos diferentes afetos que pedem passagem. Dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. Para esse fim, os Contramapas de Acolhimentos reúnem a arquitetura e o urbanismo à geografia, à filosofia e às artes contemporâneas para expressar suas narrativas, suas histórias, o “não dito” e o “não objetivo”: textos, vídeos, fotografias e toda forma de registro sensível são permitidos no processo. Sua experiência busca reconhecer e perceber as “diferentes cidades” dentro da cidade, mergulhando de corpo e mente nas suas redes de paisagens psicossociais, nas suas interconexões de vivências e afetos, na cidade do *por vir*. Essa forma de rever a representação da cidade oportuniza colocar-se diante de questões como pensar o direito à expansão da potência do sujeito, da vida em comunidade e da esperança. O processo cartográfico subjetivo é o processo do cartógrafo errante, que perambula pela cidade não oficial criando outras possibilidades de percepção da urbanidade.

Este estudo começou no mestrado, onde estudei como o caminhar estabeleceu, através da história, as bases das relações do homem com o espaço: apesar de não o construir, o caminhar muda a sua significação. Quando um ser humano caminha em um território não cartografado por ele, as diferentes percepções e sentimentos que brotam durante o percurso constituem uma maneira de modificar o significado daquela paisagem: a caminhada muda culturalmente o significado do espaço percorrido e, conseqüentemente, o próprio espaço. O caminhar acolhe o movimento do corpo, em espírito e ideia. Caminhando, o ser humano acolhe o *por vir* na sucessão de encontros, renovando em significado as rotas e caminhos. Movimento primordial da humanidade, o caminhar define o espaço habitado. A arquitetura é, portanto, a herança do caminho do errante e da espera do que não permanece. O errante penetra com o corpo no espaço, entregando-o às contingências. As diferentes percepções e sentimentos que brotam durante os encontros “au hasard” constroem a sua cartografia: o olhar que tudo vê alia-se ao corpo que sente, respira e escuta, criando relações com os elementos dos lugares, em um movimento contínuo de ressignificação e nomeação, sem dentro e fora. Dessa maneira, os limites dos mapas vão sendo permeados e perdendo a importância enquanto as suas bordas se movimentam nas paisagens psicossociais que se sucedem.

Os encontros entre errantes agenciaram as primeiras relações humanas, enquanto o espaço era ressignificado de maneira simbólica pelas primeiras trilhas. A jornada humana primitiva – cheia de lendas, histórias e mitos – estabeleceu relações de hospitalidade entre os bandos errantes dos caminhos: nasciam assim as primeiras arquiteturas de espaço simbólico complexo. Portanto, o paisagismo e as primeiras cartografias tiveram uma origem em comum: a errância no caminho em busca do encontro, o que

Fuão<sup>3</sup> chama de *esperrância*. Esse pensamento nos remete à obra filosófica de Derrida, a partir dos ensinamentos de seu mestre Lévinas. O sentido da hospitalidade é visto por Derrida como essa afetividade que se perdeu no tempo, a mesma que fez nossos antepassados comunicarem-se, reunindo os primeiros bandos e fundando as primeiras cidades: o acolhimento entre diferentes em um tempo onde os humanos se agregavam, acolhendo os que chegavam para compartilhar o conviver, o ritualizar, o celebrar, o compartilhar. Um tempo onde ser hóspede da terra traduzia a sua natureza metafísica: a de ser uma declaração de paz por sua força de ato.

Hoje, a cidade dos que se acomodam na zona de conforto das bordas preestabelecidas pelo espetáculo, com o intuito de preservar uma sensação de falsa segurança, esquecem a cidade do outro, a cidade daquele que in(comoda) e que contém em si a potência da mudança. Lições de adaptabilidade às contingências da vida são ensinadas quando as maneiras de driblar a rigidez da estrutura social dos excluídos são reconhecidas. Pequenas iniciativas e produções como: o sacolé da vizinha da creche da vila, que refresca as crianças no verão sem praia; o açougue que vende carnes nobres mais baratas, desconhecido pela dona de casa que habita o condomínio de luxo do outro lado da rua; a costureira que reforma as roupas doadas pelas patroas dos vizinhos; os salgadinhos que complementam a renda da faxineira que trabalha todo o dia e vai vendê-los na entrada do estádio de futebol em dia de jogo, e os doces que o rapaz vende no semáforo ensinam lições de sobrevivência. Divulgá-las é reconhecer e dar chance à inclusão dessas pessoas. Ao trazer à luz as práticas sociais reconhecidas como cotidianas em grupos específicos, criam-se outras possibilidades de troca e permeação. A representação, a comunicação e a familiarização entre diferentes realidades sociais e culturais urbanas, que não raramente se sobrepõem e ocupam dimensões diferentes em espaços-tempo similares, potencializam o processo de inclusão e troca entre elas, agenciando processos de quebras de paradigmas espaciais contemporâneos, como o campo, espetáculo que nem sempre é preciso estar na periferia para assistir: moradores de rua, pobres e desvalidos habitam a cidade dos incluídos. Nos refúgios de encontros e convivência dos Outros, é possível identificar a acolhida entre diferentes modos de vida, que afirmam em atos outras possibilidades de coexistência, como uma verdade inerente na existência humana.

Acolhendo novas possibilidades de coexistência urbana, as questões da hospitalidade entre diferentes potencializam-se em força e verdade. Para reconhecer a *différance*, seu lugar no mundo, sobreposições e conexões, é necessário explorar, viver, acolher e registrar em quais espaços e como seu movimento acontece. Voltamos a afirmar que a *différance* é vista por

---

<sup>3</sup> FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs). **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015, p. 41-113.

Derrida (1968) não como uma palavra ou conceito, mas como um significado: é o outro, o que não é idêntico, o discernível. É na *différance* que encontramos a aporia acolhimento e repulsa: o filósofo trata do acolhimento da *différance* enquanto ação de contemporização das suas diferenças como uma questão de alteridade com o outro e para o Outro, onde o desejo e a vontade de reconhecer e respeitar as diferenças enquanto diferenças devem suplantar o desejo oposto. A familiarização entre diferentes impregna bordas. Os Contramapas são dispositivos de agenciamentos de troca, que liberam os limites da inclusão e até de turismo em nível local e global: ampliando o foco para a periferia, exibem a cultura do diferente, do que é excluído por portar dentro de si e em seu entorno um universo que surpreende e transgride a ordem oficial. Viabilizando a criação de outra visão da cidade, que faz repensar a imagem que hoje é vendida pelos mapas oficiais. São cartografias que auxiliam no processo de inclusão social, a ponto de transformar o espaço urbano e a arquitetura de bairros da periferia, não inseridos nos circuitos turísticos e bairros da cidade tradicionais e já consagrados. Ao trazer à luz suas diversidades culturais e econômicas, estas passam a ser identificadas e reconhecidas como parte da cidade, favorecendo o desenvolvimento das iniciativas de microeconomia e demais potências de inclusão da *différance*.

Desafiar paradigmas espaciais e temporais é desafiar os poderes espetaculares nas suas diversas configurações. Os Contramapas os desafiam as formas de representação domesticadas pelas tecnologias já consagradas para este fim. Para Fuão<sup>4</sup> (2012), a domesticação da representação espacial, que começou nos primórdios do Humanismo, acabou por cegar nossos olhos para as continuidades dos espaços da vida e da natureza. Portanto, a finalidade da representação espacial dos mapas não é só colocar os limites, mas fazer crer nas falsas verdades ali representadas, como no desenho, onde a representação de lugares termina na linha bem desenhada dos limites. Os mapas, de alguma maneira, suprimiram desde a nossa tenra infância a continuidade da vida, segmentando o mundo em fragmentos políticos e bíblicos, assinalando territórios e terras, marcando lugares, desenhando, cegando a possibilidade de perceber o seu espetáculo da continuidade. São esses contornos que moldam as bordas que, de certa forma, delinham a com-vivência, e agora desenharam as novas fronteiras virtuais com uma precisão cada vez maior. Estes são os mesmos traços que também determinam as representações dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, estabelecendo sempre novos e diferentes modelos de traçados de controle.

Como conduzir um processo de cartografia dos acolhimentos que auxiliem o arquiteto a projetar arquiteturas que ajudem no resgate da ética da hospitalidade? É necessário coragem para assumir a alteridade como

---

<sup>4</sup> FUÃO, Fernando. **Viagem ao Fim do Mundo**. Disponível em: <[http://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/09/viagem-ao-fim-do-mundo\\_28.html](http://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/09/viagem-ao-fim-do-mundo_28.html)>. Acesso em: 15 out. 2012

verdade e instrumento para transpor limites, quebrar paradigmas e violar axiomas com o intuito de buscar maneiras de acabar com limites socioculturais já sedimentados. O diálogo entre diferentes, tão esquecido e difícil, torna-se cada vez mais necessário e óbvio como caminho e abertura do espaço de acolhida. O pensamento de Lévinas<sup>5</sup> mostra que a alteridade do outro e para o Outro – a abertura que acolhe o infinito do outro – leva os indivíduos às conexões entre suas dimensões cósmicas. Ao contrário da “casa” de raiz, o lugar de acolhida é a “casa” escolhida pelo errante: a casa onde é acolhido, o lugar que incita o desejo de ficar, de estar em si; o lugar do desejo da transcendência do outro, para o Outro. Os Contramapas de acolhimento se propõem a rever as fronteiras entre a utopia e a mudança: estudo que envolve uma tradução do concreto ao abstrato e novamente ao concreto, busca um ponto de encontro ou terreno comum entre diferentes linguagens e realidades espaciais, culturais e sociais. O resultado buscado é o conhecimento do potencial real da arquitetura da cidade, como receptáculos de hospitalidade, amizade e acolhimento do *por vir*. Acolher a diferença é trazer à luz o deslocamento desconstrutor da *différance*: é no seu jogo aporético que pulsa a potência da força política da mudança, no sentido de buscar alternativas que se contraponham à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização contemporânea. O terreno da ação humana amplia-se para uma perspectiva longa e permanente de revolução, quando o pensar e agir busca a construção de diferentes políticas de inclusão do diferente. Talvez este seja o caminho da mudança tão necessária de nível de pensamento a ponto de transcender as particularidades e chegar a alguma concepção humanamente comprometida sobre compromissos pessoais e projetos políticos, a fim de abrir possibilidades de análise de um esforço que construa pontes que transpassem a fissura social. O acolhimento é o caminho para apontar trajetórias diferentes aos desenvolvimentos humanos desiguais.

Para Derrida (2003), o acolhimento incondicional é o dar lugar ao lugar de hospitalidade, independentemente do lugar. Por isso, a hospitalidade nos faz entender o lugar como uma questão fundamental, fundadora de nossa cultura, e não o mercado, como entendem os humanistas. Derrida convida-nos a reconhecer que somos – primeiramente e antes de mais nada – hóspedes nesse mundo. O lugar é criado por quem está de passagem por um espaço determinado, e não ao contrário. Para o filósofo, o sentido de natureza do lugar é colocado em forma subjetiva: Derrida fala de um lugar dentro do ser, que passa a existir no espaço físico quando no encontro entre os rostos. Dar lugar ao lugar faz entender o sentido da hospitalidade: a hospitalidade abre (ou recorta) de fora para dentro ou de dentro pra fora ou simultaneamente de dentro e de fora, assim constituindo a interioridade, como na construção de um edifício: a hospitalidade inclui e agrega, cuida e ama. A essência de abertura e doação da hospitalidade propõe a

---

<sup>5</sup> LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2015, p.66

desvinculação do eu, atitude que dá espaço à transcendência da experiência sensível: é preciso acolher quem chega independentemente de suas qualidades. O ato de acolher traduzido em cartografia potencializa a sua resposta ao apelo do fenômeno da errância: o lugar de refúgio do ser em si, a “casa sem casa” encontrada na esperrância do caminho daquele que erra.

O pensamento de Derrida em relação à prática da hospitalidade é um instrumento que serve à arquitetura para perceber e pensar a verdadeira potência de acolhimento dos espaços, em nível de concepção, representação e vivência. Cabe a nós, arquitetos, aprendermos a reconhecer a dimensão do acolhimento como potência espacial da ética primeira: o acolhimento chama ao convívio entre pessoas, priorizando o respeito e a aceitação das diferenças, abrindo possibilidades de coexistência. Quando aplicada no âmbito da cartografia urbana, a ética da hospitalidade passa a ser processo de aproximação e permeabilidade entre diferenças. Somente quando os arquitetos se rebelarem contra a ordem imposta pelos que se consideram donos da terra, a arquitetura se tornará uma possível promotora de uma política acolhedora. Consciente de nossas capacidades, possibilidades e responsabilidades perante a natureza e o humano, o produto da ação da arquitetura construirá diferentes possibilidades de políticas espaciais de hospitalidade, numa variedade de escalas espaço-temporais que acolham a diversidade humana em sua totalidade: se a terra é a hospitalidade em si – concedida originariamente a quem chega – a casa, cidade ou nação – espaços onde o dito “território”, originalmente, não tem nada de natural – é o lugar eleito como refúgio. Ela incondicionalmente acolhe o diferente, o estrangeiro, o apátrida, o pobre e o excluído. As relações de hospitalidade e, conseqüentemente, os seus espaços, condicionam-se pelos interesses de dois diferentes grupos, que dividem a humanidade em duas grandes famílias, independentes do nível de inclusão social em que ambas se encontram: os errantes e os esperrantes, aqueles que permanecem à espera do encontro com o errante. O espaço é então ressignificado com uma nova codificação simbólica, determinada a partir das sensações que surgem das experiências vividas.

A prática das relações de hospitalidade entre os errantes e esperrantes desenvolveram-se em conjunto com questões éticas e políticas, valores estes traduzidos na arquitetura de ambas as famílias. A arquitetura sempre serviu à humanidade como expressão estética e cultural, abrigo e suporte do *modus vivendi*: enquanto os esperrantes desenvolvem sua relação de permanência em um espaço através de uma arquitetura estática, os errantes e sua arquitetura móvel habitam os caminhos de errância. As tipologias de passagem das arquiteturas estáticas representam a evolução dos caminhos da errância: suas portas e corredores são continuidades dos caminhos, que dão passagem aos cômodos, territórios onde as condições de aprofundamento das relações de hospitalidade acontecem pelo que Lévinas (2015) chamou de recolhimento, que possibilita a intimidade entre os seres em diferentes níveis.

Em qualquer ordem, o contrário também pode ser considerado uma verdade. O espaço do errante pode ser lido como um espaço que se volta em seu movimento contra o espaço das arquiteturas estáticas: por um lado, corroendo os muros e, por outro, traçando desvios por entre as praças e ruas. Se essas ações forem vistas em forma de espaço global relativo, os caminhos que comunicam a cidade são até hoje determinados e limitados por esses componentes, assim como os demais eventos que ocorrem neles. Podemos observar esse fenômeno nos limites cartográficos constantemente violados pelas periferias das cidades, que se espalham para além dos limites oficiais. Os espaços dos errantes e dos esperrantes são identificados na cidade contemporânea como auxiliares de reconhecimento das potências que vivem na urbanidade contemporânea, onde a simultaneidade e a diversidade de linhas de atuação e suas manifestações formam um rizoma rico em expressões de linguagem, que buscam subliminarmente o convívio e coexistência entre suas diferenças. Esses desejos tão necessários à busca pela coexistência se fazem presentes na esperrância que habita os espaços dos encontros dos caminhos. A nossa civilização até o momento limita as possibilidades de construção de pontes sobre a fissura social imposta pela segregação do diferente: pensar, provocar e representar o mundo do *por vir* é auxiliar na construção de uma política de coletividades baseada no acolhimento. Para isso, é necessário mudar de atitude, transcender as particularidades, e chegar à concepção de alternativas sociais, culturais e econômicas que priorizem a alteridade em relação ao outro. Por ser um tecido cultural híbrido, a cidade é muito mais do que forma, formalismos ou significação de linguagem: ela precisa ser repensada como espaço de agenciamento de permeabilidade entre diferentes modos de vida, que incentive o acolhimento e a coexistência entre eles. O conjunto de suas arquiteturas mostram a evolução dos valores éticos de hospitalidade das suas diferentes culturas urbanas, traduzidos na sua expressão estética, morfologias e permeabilidades. Estas formam um conjunto sociocultural que se entrecruza em uma rede de paisagens psicossociais mutantes, que necessitam, em nome da paz, buscar insistentemente alternativas e possibilidades de coexistência. Limites devem ser transpassados, rompidos, ignorados. Os Contramapas promovem essa ação ao desacomodar e retirar tudo o que está acomodado do lugar: seu objetivo é criar condições para *por vir*, desmontando e libertando as políticas de hospitalidade.

Este trabalho de pesquisa parte da hipótese de que é possível outra cartografia da cidade. A sua concepção está apoiada na desconstrução de conceitos que caracterizam a sociedade ocidental contemporânea, analisados criticamente no contexto da ética da hospitalidade na obra de Derrida e Lévinas. O método de pesquisa e desenvolvimento da teoria dos Contramapas de hospitalidade se apoia em uma aprofundada revisão bibliográfica, onde cada obra foi tratada de modo particular, e, por outro lado, nos estudos de caso. As informações foram coletadas e as análises críticas realizadas de acordo com a proposta do texto lido, o estilo do autor ou da tradução e com os interesses do desenvolvimento da construção da

tese, ora optando-se pela transposição de informações, ora em apoio ou contraponto à teoria construída.

A metodologia desta tese parte das relações e desenvolvimentos teóricos entre textos filosóficos, textos de arquitetura, urbanismo e cartografia formam a estrutura de pensamento que constrói os questionamentos e conceitos da tese. Os textos servem-se das imagens que ilustram, ora de modo poético, ora de modo explicativo e exemplificativo, as questões, ideias e conceitos desenvolvidos, a fim de facilitar a leitura e entendimento do pensamento desenvolvido. Os principais textos serão colocados na estrutura da tese, junto aos respectivos capítulos.

A metodologia dos Contramapas será explicada de modo específico no capítulo sobre os estudos de caso, utilizando o estudo de caso da Karlsplatz, em Viena, Áustria, como exemplo. A política dos Contramapas é um processo de registro de uma determinada narrativa, não servindo a nenhum propósito técnico ou lógico em termos de registro espacial de controle ou descontrole. No caso dos Contramapas, a narrativa tem como objetivo reconhecer modos de intensificar o potencial de acolhimento de espaços urbanos, através da investigação cartográfica de localização de potências de acolhimento. Os contramapas propõem-se a rever as maneiras de convívio entre diferentes na cidade: reconhecer e agregar ao invés de segregar e ignorar eventos excluídos dos mapas ditos oficiais. Porém, os Contramapas de Acolhimento não se limitam aos desenhos de mapas: textos, vídeos, fotografias e toda forma de registro sensível são permitidos no processo.

A confrontação dos princípios estudados acontece com casos da realidade observada e vivenciada, através dos *workshops* dos Contramapas de hospitalidade em diferentes contextos urbanos com uma característica em comum: os sítios estudados nos *workshops* pertencem às periferias de cidades de Porto Alegre, João Pessoa e Roma e a uma zona central da cidade de Viena, que foi degradada e ressignificada em seu uso recentemente. Por sua natureza prática, o *workshop* exige metodologias específicas, que serão expostas quando da apresentação dos trabalhos. As aplicações do *workshop* desta pesquisa representam os exemplos mais sensíveis para a sua verificação e relevância. A tese divide-se em quatro capítulos.

O primeiro capítulo – Des-acolher – estuda a biopolítica moderna e a evolução de sua relação com a cidade contemporânea. A base teórica apoia-se em Agamben, Derrida, Foucault, Fuão, Rocha e Paese. O texto começa verificando a teoria de Giorgio Agamben desenvolvida em sua obra *Homo Sacer* – O poder soberano e a vida nua (2000). O texto conta até que ponto hoje chega a relação de manipulação do poder soberano com o vínculo oculto que mantém com a vida natural, não politizada. O *Homo Sacer* – aquele ser humano que pode ser morto impunemente por não ter gestão sobre o direito de preservação da própria vida – é a chave desse vínculo. Seu *habitat* é o campo, espaço de exceção e de localização deslocante, onde toda forma de vida e seus direitos podem ser capturados, sem sobreaviso e impunemente. A situação espacial de campo na cidade é reconhecida quando o seu sistema político não coordena mais as formas de vida com as

suas normas jurídicas. A matriz oculta da biopolítica do campo surge à luz e torna-se regra – no início de maneira velada – quando a cidade passa a conter em seu interior uma situação espacial onde as formas de vida e normas de sobrevivência podem virtualmente ser capturadas. O processo de ordenamento da vida na cidade passa a entrar em um processo de deslocamento e deriva, onde as regras de convivência da *polis* não mais funcionam. O capítulo inicia fazendo uma breve análise sobre o surgimento e instauração da biopolítica contemporânea através da separação do humanitário e do político. Em seguida, contextualiza-se como o *apartheid* na civilização urbana foi se configurando, até o surgimento do campo como *nómos* espacial e o papel da *différance* nesse contexto. O texto continua ilustrando a teoria com exemplos de dispositivos e situações de segregação espacial. Finalmente, analisa-se a responsabilidade dos arquitetos em relação à espacialidade do campo, como agente de alívio de sofrimento das minorias.

O segundo capítulo – Acolher – fala sobre a hospitalidade como uma proposta de apropriação espacial revolucionária. A base teórica deste capítulo contém textos de Derrida, Lévinas, Solis, Fuão, Rocha e Paese. Apesar de ser um direito para todos os seres humanos, o resgate da ética da hospitalidade questiona e transgride a ordem social da urbe contemporânea. A sua ética, os seus condicionantes e as formas do acolhimento na arquitetura das cidades profanam a ordem do campo. O fim eminente do modelo de cidade do século XX questiona a ética da hospitalidade, seus limites e condições. Enquanto a evidente separação do humanitário do político coloca em xeque a postura que hoje o arquiteto assume na geração, promoção e preservação do espaço de (com) viver, o ciberespaço faz com que as cidades se tornem cada vez mais *policêntricas*. Perante essas condições, a prática do acolhimento é uma proposta de apropriação espacial revolucionária. O capítulo inicia com as relações entre a hospitalidade e *hostipitalidade*, as leis da hospitalidade, o acolhimento do rosto e da *différance* em Derrida e Lévinas. O texto continua com o sentido e condição de hospitalidade quando traduzida nos acolhimentos da espacialidade, como forma de reconhecimento da *différance*. A quarta parte versa sobre as formas da hospitalidade na arquitetura das cidades.

O terceiro capítulo – Mapas e Contramapas – é dedicado à conceituação de mapas e Contramapas. As principais bases teóricas deste capítulo são Foucault, Derrida, Agamben, Deleuze, Debord, Fuão, Rocha, Kastrup e Paese. Nesta tese, a cartografia é vista como um dispositivo de apropriação, registro e comunicação de realidades. Uma cartografia tanto pode servir aos propósitos de controle espacial quanto à profanação desse controle. As intenções revelam-se na política adotada. Partindo dessa premissa, um método cartográfico não pode ser considerado como um iluminador geral de objetos preexistentes que importam à política adotada, assim como não existem registros que não remetam a este fim. As prescrições qualitativas e quantitativas de uma cartografia nascem dos registros que importam para o processo que se localiza nas dimensões do

“saber” e do “poder”. Por sua vez, as prescrições subjetivas se localizam nas dimensões do “poder saber” e do “saber poder”. O capítulo está dividido em quatro partes: na primeira, desenvolvem-se os conceitos de mapa, cartografia e dispositivo cartográfico. Na segunda parte, são estudados o conceito e o objetivo dos mapas de controle urbano e as tecnologias envolvidas para tal. Na terceira parte, desenvolve-se a conceituação de Contramapas e estudam-se as tramas urbanas e as formas de acolhimento.

No quarto capítulo – Metodologia e estudos de caso dos Contramapas de Acolhimento – desenvolve-se a metodologia a partir de um dos estudos de caso que abre caminho para as análises e demais estudos de caso que o seguem. Estes estão apresentados na seguinte ordem:

1. Karlsplatz Viena revisited: everyday tourism and policy innovation: karlsplatz – Viena, Áustria: outubro de 2014
2. URBICENTROS 4: Porto do Capim – João Pessoa Paraíba, Brasil: dezembro de 2013
3. Walking Mattatoio: ex- Mattatoio de Testaccio – Roma, Itália: setembro de 2013
4. Projeto II – UFRGS: Vila Tronco Postão – Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Brasil: agosto - setembro de 2013 e março – abril de 2014

No final das análises, seguem a conclusão dos *workshops* e o fechamento deste trabalho. Acredito que a eterna errância humana e os acolhimentos dos caminhos fazem a vida acontecer. Espero, com este trabalho, contribuir para comprovar esse pensamento.

# DES- ACOLHER





# 1 DES-ACOLHER

Na urbe contemporânea, a busca pela coexistência frequentemente encontra em seu caminho altos muros, oceanos em tempestade e abismos intransponíveis, que impedem a abertura de portas de percepção para o mundo da *différance*. A cruel biopolítica moderna serve-se da manipulação do poder para seccionar territórios, dividindo, excluindo e impedindo o reconhecimento do Outro pelo outro e vice-versa. A relação entre a manipulação do poder sobre a vida dos seres humanos e a construção espacial do campo dentro da cidade contemporânea como responsório de vidas nuas começa a tomar forma na primeira metade do século XX: esta situação espacial é reconhecida quando o seu sistema político não coordena mais as formas de vida com as suas normas jurídicas. A matriz oculta da biopolítica do campo surge à luz e torna-se regra – no início de maneira velada – quando a cidade passa a conter em seu interior uma situação espacial onde as formas de vida e normas de sobrevivência podem virtualmente ser capturadas. O processo de ordenamento da vida na cidade passa a entrar em um processo de deslocamento e deriva, onde as leis de convivência não mais funcionam. Este capítulo começa com uma brevíssima análise sobre o surgimento da biopolítica contemporânea no século XX, através da separação do humanitário e do político. Em seguida, contextualiza-se como o *apartheid* na civilização urbana foi se configurando, até o surgimento do campo como nómos espacial: esta teoria é ilustrada com exemplos de dispositivos e situações de *hostipitalidade* e hostilidade espacial. O capítulo termina chamando atenção para a responsabilidade dos arquitetos como agentes das políticas espaciais de confinamento e exclusão.



## 1.1 O campo

Enquanto assistia ao florescimento de movimentos culturais das vanguardas do século XX, a Europa não tinha consciência do que estava por vir: Hitler, aquele que se autodenominava “o artista da política”<sup>6</sup>, em nome de sua obsessão pela afirmação de um ideal estético, segregacionista e xenófobo, destruiu países inteiros, como a Polônia, sitiou e invadiu cidades, como Paris e Amsterdã, confinou e assassinou em massa milhares de pessoas de “origem impura”, como judeus, ciganos, gays, deficientes físicos e mentais. A fim de impor a suposta superioridade estética da raça ariana, o poder totalitário do III Reich consagrou a política como um dispositivo de estado de exceção, a serviço de um poder que não separava em sua doutrina: a arte da eugenia e da ideologia, o espaço da tutela da saúde da tutela do inimigo e o papel da polícia e da política.

Em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*<sup>7</sup>, Giorgio Agamben, a partir do texto onde Foucault<sup>8</sup>, ao final de *Vontade de Saber*, resume o processo no qual a vida natural passa a fazer parte dos mecanismos e cálculos do poder estatal, transformando assim a política em biopolítica, descreve como o Reich Nacional-Socialista inaugurou a era da biopolítica moderna, integrando, com seu programa que purificação da “superior” raça ariana, a política com medicina: através da gestão calculista da vida, o Reich descolou a política do humanitário. Hitler declarou-se “dono da terra” e articulou para unir a vida com a política como iguais, tornando toda vida nua e sacra. Isso significa que toda vida humana poderia ser, a qualquer momento, sumariamente eliminada, caso houvesse alguma suspeita de intenção de profanação à ordem imposta.

A decisão de tutela e preservação da vida tornou-se parte de um processo mais complexo e ambíguo do que o existia até então: assumindo uma postura de preservação e cuidados com o “corpo biológico da nação”, Hitler e seus aliados distorceram para seus próprios fins os conceitos

---

<sup>6</sup> Ver *Arquitetura da destruição*: documentário de 1989, produzido e dirigido pelo sueco Peter Cohen. O cineasta faz um estudo do nacional-socialismo de Adolf Hitler sob o ponto de vista estético e de propaganda. De sua chegada ao poder à derrocada alemã na Segunda Guerra, passando pela tese da “solução final” para os judeus, a produção busca acompanhar a ambição artística do Führer, que se considerava um “artista na política”. Como um arquiteto disposto a “embelezar” o mundo, Hitler ambicionava reconstruir a sociedade alemã através da arte. O documentário procura ainda mostrar como a arte, a propaganda e a mídia podem ser facetas importantes de uma ideologia política. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBqGThx2Mas>>. Acesso em: 15 out. 2016.

<sup>7</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>8</sup> “Por milênios o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente”.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.127.

científicos relacionados à genética. Considerando que a herança biológica é um destino, os cientistas do Reich justificavam que, com a “solução final”, eles seriam os senhores deste destino. Tornando a polícia um agente executivo dentro da ordem política, consagraram a tutela da vida como sinônimo da luta contra o inimigo. E assim instaurou-se, definitivamente, a fissura entre o humanitário e o político, promovendo o descolamento entre os direitos do homem e os direitos civis: *O Homo Sacer* – aquele ser humano que pode ser morto impunemente por não ter gestão sobre o direito de preservação da própria vida – é a chave desse vínculo. Seu *habitat* é o campo, espaço de exceção e de localização deslocante, onde toda forma de vida e seus direitos podem ser capturados, sem sobreaviso e impunemente:

A partir da Primeira Guerra Mundial [...] o nexo nascimento nação não é mais capaz de desempenhar sua função legitimadora no interior do Estado-nação, e os dois termos começam a mostrar seu próprio insuturável deslocamento. Junto com o transbordar, no cenário europeu, de refugiados e apátridas [...] o fenômeno mais significativo [...] é a introdução, na ordem jurídica de muitos estados europeus, de normas que permitem a desnaturalização e a desnacionalização em massa dos próprios cidadãos. A primeira foi em 1915, na França, com relação á cidadãos naturalizados de origem “inimiga”; em 1922 o exemplo foi seguido pela Bélgica, que revogou a naturalização de cidadãos que haviam cometido “atos antinacionais” durante a guerra; em 1926, o regime facista expediu uma lei análoga que dizia respeito aos cidadãos que se haviam mostrado “indignos da cidadania italiana”, em 1933, foi a vez da Áustria, até que as leis de Nuremberg sobre a “cidadania do Reich” e sobre a “proteção do sangue e da honra alemães” impeliram ao extremo este processo.<sup>9</sup>

Para a doutrina nacional socialista são indiscerníveis: eugenética e ideologia, a tutela da saúde e a tutela do inimigo, assim como o papel da política e o da polícia. O poder totalitário consagrou a política como um estado de exceção, que articulou e uniu a vida com política como iguais em uma terra de ninguém: o campo. A fim de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça ariana, os nazistas aos poucos colocaram várias minorias que eles julgavam intragáveis em uma situação-limite, onde a proteção jurídica não fazia mais sentido e onde todos os direitos e expectativas desapareceram. Baseados nas leis de Nuremberg, os nazistas destituíram o povo judeu, ciganos, os gays e, aos poucos, outras minorias de seus direitos de cidadãos, transformando-os em cidadãos de segunda classe (quando declaram que só o cidadão de raça ariana comprovada seria um cidadão a título pleno), até que os destituíram de todo e quaisquer direitos e, sempre visando a “solução final”, os enviaram aos campos de concentração e extermínio.

---

<sup>9</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 139.

Agamben considera o campo como um *nómos* do moderno. Seus habitantes são fadados a sobreviver em um espaço de exceção, sem ordenamento e de localização deslocante. No campo, toda forma de vida e seus direitos podem ser capturados sem sobreaviso, impunemente: a fissura entre o humanitário e o político é aqui instaurada, promovendo o descolamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. O que acontece nos campos supera todas as expectativas do conceito jurídico de crime: o campo é o lugar da mais absoluta “conditio inhumana” que se tenha dado sobre a terra. Este é o fato que conta para a memória da humanidade. A entrada no campo significa a definitiva exclusão da comunidade civil. O direito à vida de seus habitantes, colocados no mais absoluto espaço biopolítico, não pertence mais a cada um, mas ao governo daquele território. O campo é um espaço onde o ordenamento sem localização torna-se uma localização sem ordenamento. O sistema político não ordena mais as formas de vida e todas as normas podem ser virtualmente capturadas. Nesse momento, o campo passa a existir como matriz oculta da biopolítica de hoje e se estabelece como paradigma espacial biopolítico do ocidente, lugar que antes era ocupado pela cidade.

Ao invés de definir o campo a partir dos eventos que se desenrolam em seu espaço, continuaremos a estudar a partir de Agamben a natureza do campo, verificando qual é a sua estrutura jurídico-política, e por que semelhantes eventos aí puderam ter lugar. Tal questionamento nos levará a ver o campo não como um fato histórico do passado ou como uma exceção de uma regra, mas, de algum modo, como a matriz oculta, o *nómos* do espaço político em que vivemos. O importante é que as populações confinadas nos campos sempre são civis, vítimas de um estado de exceção e da lei marcial, o que é mais evidente de constatar no regime nazista, onde a base jurídica para o internamento no campo não era o direito comum, mas a *Schutzhaft* (*literalmente: custódia preventiva*): esse estatuto jurídico tem derivação prussiana, que a justiça nazista classificava como medida policial preventiva, quando lhe interessava. A *Schutzhaft* possibilitava “tomar sob custódia” pessoas – independentemente de sua conduta – “a fim de evitar que esses indivíduos se tornassem um perigo para a segurança do estado”<sup>10</sup>. Seu fundamento jurídico era a proclamação do estado de sítio ou do estado

---

<sup>10</sup> “Mas a origem da *Schutzhaft* encontra-se na lei prussiana de 4 de julho de 1851 sobre o estado de sítio, que em 1871 foi estendida a toda a Alemanha (com exceção da Baviera) e, ainda antes, na lei prussiana sobre a ‘proteção da liberdade pessoal’ (*Schutz der persönlichen Freiheit*) de 12 de fevereiro de 1850, que encontraram uma maciça aplicação por ocasião da Primeira Guerra Mundial e nos conflitos que, na Alemanha, se seguiram à conclusão do tratado de paz. É bom não esquecer que os primeiros campos de concentração na Alemanha não foram obra do regime nazista, e sim dos governos social-democráticos que, em 1923, após a proclamação do estado de exceção, não apenas internaram com base na *Schutzhaft* milhares de militantes comunistas, mas criaram também em Cottbus-Sielow um Konzentrationslager für Ausländer que hospedava sobretudo refugiados hebreus orientais e que pode, portanto, ser considerado o primeiro campo para os hebreus do nosso século [século XX] (...).” AGAMBEN, Giorgio. Op. cit., p. 174

de exceção, o que possibilitava suspender em seguida os artigos da constituição alemã que garantiam as liberdades pessoais. Em 28 de fevereiro de 1933, os nazistas tomaram o poder e suspenderam por tempo indeterminado os artigos da constituição que garantiam a liberdade pessoal, a liberdade de expressão e reunião, a inviolabilidade do domicílio e o sigilo postal telefônico: através do que chamaram de *Verordnung zum Schutz von Volk und Staat* – regulamento relativo à proteção do cidadão e do Estado –, seguiram o processo. Apesar de evidentemente proclamar um estado de exceção, o texto do decreto não continha, em nenhum ponto, a expressão *Ausnahmezustand* (estado de exceção). Esse decreto vigorou durante os 12 anos de existência do terceiro Reich. O estado de exceção cessa de ser uma exceção ao estado de direito, para quando existem fatos que configurem uma situação de perigo provisório e o justifiquem, passando a se confundir com a própria norma. A situação peculiar é justificada pelos juristas alemães da época, por uma expressão paradoxal: “(...) ‘um estado de exceção desejado’ (einem gewollten Ausnahmezustand). (...)” (AGAMBEN, 2002, p. 175): esse fato possibilitou a instauração do Estado nacional-socialista.

O processo de construção da relação entre estado de exceção e campo de concentração é o que proporciona o correto entendimento da natureza do campo: a “proteção” da liberdade que está em questão na *Schutzhaft* é, ironicamente, proteção contra suspensão da lei que caracteriza a emergência. Desligando a *Schutzhaft* do conceito de estado de exceção no qual se baseava, ela passa a ser a regra do ordenamento espacial do dia a dia daquela sociedade. O que era para ser uma suspensão temporal do ordenamento do estado de direito com base em fatos que justifiquem tal ato, agora adquire uma disposição espacial permanente que, como tal, permanece, porém fora do ordenamento normal.

Ao entrar no campo, a pessoa passa a mover-se em uma zona onde a distinção entre externo e interno, exceção e regra, o lícito e o ilícito e os próprios conceitos de direito subjetivo e de proteção jurídica não fazem mais sentido. Enquanto os habitantes são despojados de seus direitos como cidadãos e reduzidos a *Homo Sacer* – a pura vida sem qualquer mediação –, que passa a se confundir virtualmente com o cidadão desde seu nascimento, o campo se afirma como o mais absoluto espaço biopolítico, sem precedentes na história. É no campo que a política torna-se biopolítica. A vida nua em que os habitantes do campo se transformam é, antes de tudo, uma situação limite onde o direito transmuta-se em fato e o fato em direito. No campo, os dois planos tendem a tornarem-se indiscerníveis, e as decisões biopolíticas são soberanas a ponto de não haver diferença nos atos praticados com esses corpos biopolíticos em fato e direito. No espaço paradoxal do campo, não existe a mínima possibilidade de discernir e decidir sobre o que é fato e direito, norma e aplicação, exceção e regra. No entanto, essas decisões são tomadas incessantemente pelo poder de polícia, o qual, por sua vez, se confunde com a política. O espaço do campo é a materialização do estado de exceção.

## 1.2 O campo urbano

Na segunda metade do século XX, o campo, aos poucos, ampliou o seu papel: de dispositivo de confinamento e extermínio humano, passou a existir como matriz oculta espacial da biopolítica ocidental. O campo é o quarto e inseparável elemento que veio juntar-se à velha trindade estado-nação-território, rompendo-a. Nessa nova e estável disposição espacial habita o *Homo Sacer*. Com o tempo, esses espaços e habitantes não podem mais ser ordenados: o estado de exceção é regra para a existência da vida nua. Quando o campo<sup>11</sup> se forma, o velho *nómos* é questionado não em sua localização, mas em seu nascimento, ao inscrever a vida nua em seu interior. Isto significa que o campo passa a ser o novo regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento, o que pode significar o sinal da impossibilidade do sistema de funcionar sem transformar-se em uma máquina letal. O descolamento crescente entre o nascimento e estado-nação é um fato na política atual, e o espaço que chamamos de campo, seu resíduo. A correspondência de ordenamento sem localização – caracterizado pelo estado de exceção onde a lei é suspensa – é a localização sem ordenamento: o campo, um estado de exceção permanente. O sistema político não ordena mais as formas de vida que habitam um espaço determinado e nem as normas jurídicas: é esta localização deslocante que faz com que todas as formas e normas de vida possam ser virtualmente capturadas. O campo é a matriz oculta da política que vivemos e que devemos aprender a reconhecer em todas as suas metamorfoses: o campo pode estar em qualquer lugar.

A situação espacial de campo na cidade é reconhecida quando o seu sistema político não coordena mais as formas de vida com as suas normas jurídicas. A matriz oculta da biopolítica do campo surge à luz e torna-se regra – no início de maneira velada – quando a cidade passa a conter em seu interior uma situação espacial onde todas as formas de vida e todas as normas de sobrevivência podem virtualmente ser capturadas. O processo de

---

<sup>11</sup> Segundo Agamben, as regras para o seu reconhecimento são as seguintes: O campo se consagra como espaço materializado amparado pelas leis de “(...) *Nuremberg sobre a cidadania do Reich* (...)” (AGAMBEN, 2002, p. 182) e as leis sobre a desnacionalização do cidadão “(...) emanadas por quase todos os estados europeus entre 1915 e 1933 (...)” (AGAMBEN, 2002, p. 182), por ser um “(...) pedaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal (...)” (AGAMBEN, 2002, p. 176), o campo não é um espaço externo. O que no campo é incluído é excluído – portanto capturado fora – a partir da sua própria inclusão no *espaço do campo*; o que é capturado no ordenamento dessa maneira é o próprio estado de exceção. Na medida em que o estado de exceção torna-se de fato desejado, este inicia um novo paradigma jurídico-político, onde a norma torna-se indiscernível da exceção; “(...) O campo é, (...), a estrutura em que o estado de exceção (...) é realizado normalmente” (AGAMBEN, 2002, p. 177). Ao exibir em sua totalidade a estrutura do bando que o comanda, a realidade do campo é a “(...) situação de fato como consequência da decisão sobre a exceção” (AGAMBEN, 2002, p. 177); no campo, “(...) qualquer questionamento sobre a legalidade ou ilegalidade daquilo que nele sucede é simplesmente desprovido de sentido” (AGAMBEN, 2002, p. 177).

ordenamento da vida na cidade passa a entrar em um processo de deslocamento e deriva, onde as leis de convivência da urbe não mais funcionam. No campo, cidade e casa são indiscerníveis, e a possibilidade de distinção entre corpo biológico e corpo político, entre o que é comunicável e mudo e o que é comunicável e dizível, é tolhida para sempre: a vida torna-se nua, sem qualquer mediação. Essa realidade hoje se encontra – de maneira velada e já nem tanto – nas ruas de grandes cidades, nas periferias urbanas, comunidades, favelas. Ainda devemos citar os campos de refugiados, nas periferias das grandes metrópoles, em sua maioria exemplos claros de espaço de *conditio inhumana* fora de zona de guerra. Na contemporaneidade, o *Homo Sacer* confunde-se virtualmente com o cidadão.

Porém, não são todos os seres humanos que estão expostos explicitamente ao *apartheid* urbano contemporâneo. Agamben estabelece em seu estudo sobre o campo a fragmentação dos seres humanos em duas partes, apesar de um mesmo termo denominar tanto o sujeito político construtivo quanto a classe que, de fato, se não de direito, é excluída da política: o conjunto Povo como corpo político integral, que são os cidadãos incluídos no sistema social e gozando de plenos direitos biopolíticos, e o subconjunto povo como multiplicidade fragmentaria de corpos carentes e excluídos sem esperança de uma inclusão social plena; são simples seres humanos. A interpretação desse significado do termo povo se deve ao fato de que, em todas as línguas europeias modernas, este termo pode ser usado como sinônimo de minoria, indicando os pobres, deserdados e excluídos<sup>12</sup>. Através da mídia que serve ao espetáculo, o Povo – ao qual Derrida refere-se como o outro – é adestrado a aceitar somente determinada linguagem estética vendida como aceitável, que “recorta” e “descola” de seu universo a *différance*: o povo – que para Derrida é o Outro – é literalmente hostilizado e empurrado para longe da cidade dos mapas oficiais. A intenção é ignorar essas pessoas para assim mantê-las fora da mente: quem não é visto não é lembrado e, portanto, não incomoda.

O imenso bando dos excluídos é composto de pessoas com um destino em comum: de alguma maneira, deixaram para trás seus mortos, em busca de um futuro melhor. Inesperadamente, suas esperanças foram encurraladas no círculo vicioso do empobrecimento e da miséria. Ficaram assim à mercê dos acontecimentos e prisioneiros do acaso, abandonados. Espaços que Rocha definiu em sua tese *Arquiteturas do abandono* como o “habitável do inabitável” trazem consigo novos sentidos do habitar habitual; são respostas ao caminho da errância urbana. Habitar abandonos é praticar a acolhida da *différance* como espaço e no espaço: quem habita o abandonado, habita fora dos padrões de habitabilidade e do bem-estar, dos ideais arquitetônicos, das condições de conforto térmico, umidade, controle

---

<sup>12</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 183-184.

de ruídos, ventilação, iluminação e salubridade. São terrenos, “resíduos urbanos” entre edifícios e arquiteturas abandonadas ou desabitadas, sejam elas móveis ou estáticas, ruínas, restos de construção. São favelas e resíduos de toda espécie, sujeitos excluídos e tudo que até o desprendimento da matéria poderá nos levar a sentir e a pensar.

O abandono pode ser definido como qualquer espaço ou receptáculo que pode ser chamado de casa por aqueles que não têm casa: espaços de instituições que foram abandonados à própria sorte pelo “poder oficial” ou mesmo pelos proprietários; os bairros que se degradaram pelo esvaziamento do ciclo econômico ao qual serviam, como os antigos bairros industriais e portos fluviais; periferias das cidades, que acolhem em suas comunidades aqueles que não foram aceitos ou ainda foram rejeitados do território da cidade dos bacanas. O espaço supostamente morto ressurge pelo deslocamento do uso. Ao abandonar um espaço, todo o poder de direção que firma e segura os seus propósitos são abandonados, abrindo-o para novas possibilidades. Ao se verem independentes do que é imposto pela docilidade da lei, ousam seus usos e formas, libertando-se de todos os dispositivos de controle, descontrolando-se, deslocando-se.

Abandonar é esperar, esperar, dilatar o tempo, longo ou curto. Tudo que prevemos para o lugar abandonado é adiado para o “não sei quando”, ou para o “não sei o quê”. À primeira vista, tudo está ali no lugar, nada se move, nenhuma porta se abre, mas também não se fecha. Os abandonos são mais móveis do que imóveis que se movem, mas não percebemos. O tempo mostra o caminho<sup>13</sup>. O abandono muda o uso e o jogo dos encontros do *por vir*. No entanto, pertence àquele território e o renova através do movimento da maleabilidade que passa a existir, até um novo uso ser estabelecido e, com o tempo, novamente abandonado. Quando o uso (ou desuso) de um espaço é transgredido e quebra os paradigmas de sua leitura e ordem, sua condição muda, mas não acaba. É nos abandonos que mora a potência do lugar dos afetos para o *por vir*.

O acolhimento de abandonos como “lugar de afetos” pela *différance* e seu *por vir* é o embrião das formações das comunidades. Desconstruindo sentidos, dogmas e paradigmas, os primeiros que encontram em um espaço uma resposta a seu caminho de errância vão acolhendo os que chegam: famílias, bandos, solitários de baixa renda; refugiados, pobres e desvalidos, todos em busca de “uma nova chance” naquele espaço onde vive a esperrância. Ainda é possível incluir nessas “minorias” os que perderam seus empregos pelo sucateamento industrial, conseqüente das mudanças de paradigmas de desenvolvimento econômico, ocorrido pelo advento do ciberespaço. Na terra de asilo da *différance*, enquanto os terrenos são ocupados sem um controle de uso do solo, as casas e edifícios determinam

---

<sup>13</sup> ROCHA, Eduardo. **Arquiteturas do abandono**.2010. 263f. Tese (Doutorado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010, p. 56.

os territórios por cômodos. O acolhimento entre diferentes meios de vida e socialização das comunidades cria formações espaciais onde a conexão entre as heterogeneidades humanas constrói espaços antropomórficos com referências peculiares: esses rizomas urbanos<sup>14</sup> exibem na multiplicidade de suas diferentes expressões estéticas a sua política de acolhida e a necessidade do uso da criatividade como prática essencial para driblar a rigidez da estrutura social que as excluem.

Driblar a exclusão é também reagir a ela: quando uma comunidade se estabelece como território, as hierarquias de poder regem as leis da hospitalidade praticada. Geralmente ela é clara: os considerados estrangeiros são os cidadãos com direito a vida plena, que excluem quem não interessa. Na terra dos que eles excluíram, só são bem-vindos quando são convidados a entrar, sob a pena de colocarem em risco a própria vida. O significado da palavra estrangeiro para este texto não é necessariamente alguém que vem de outro país, mas, sim, aquele que habita o mesmo solo (hóspede) e carrega uma cultura diferente daquele que o recebe (hospedeiro). O significado de estrangeiro em Derrida estabelece-se a partir das seguintes premissas: através da ética (ethos), do habitat ou estadia; da moralidade objetiva estabelecida pelo direito e pela filosofia do direito de Hegel, que é a família, a sociedade burguesa ou civil e o Estado (ou Estado-nação). A lei formal da hospitalidade, a que governa o conceito geral de hospitalidade, nunca é oferecida ao anônimo – o que seria o mesmo que oferecer hospitalidade a um bárbaro –, mas, sim, ao estrangeiro. Para Derrida, o estrangeiro é o diferente em vivência e cultura, porém nunca no sentido nacionalista. Em Derrida, as diferenças nacionalistas não fazem parte do pensamento da desconstrução, por serem diferenças excludentes. Para Derrida, o estrangeiro é quem questiona e sacode o dogmatismo ameaçador do logos paterno, passando a questionar a autoridade do chefe da família e do seu poder de hospitalidade. Falando uma língua estranha ao meio, teme ser tratado como filho – estrangeiro – louco, por recear que sua língua não seja compreendida. Nessas circunstâncias, o estrangeiro sente-se ameaçado pela instância paterna do logos, que, pressupostamente, estaria preparando-se para desarmá-lo e ameaçando seu direito à hospitalidade. O questionamento então passa a ser de direitos e deveres, de limites que passam a ser impostos passo a passo por um grupo familiar ou étnico ao grupo familiar ou étnico que está sendo recebido, estabelecendo-se assim uma relação de *hostipitalidade*<sup>15</sup>.

A manipulação da incerteza é a essência e o desafio primário da luta pelo poder e influência dentro de qualquer estrutura. A favela é uma comunidade com sua organização própria, onde o poder paralelo precisa

---

<sup>14</sup> Nesta tese utilizaremos a definição de rizoma de Deleuze e Guattari em: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia** (volume 1). São Paulo: Editora 34, 2014, p. 21-30.

<sup>15</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003, p.39, 7,11, 21, 25.

manter situação opaca em relação ao poder oficial. As suas formas de governo e hierarquização espacial, juntamente com as variáveis de ação e comportamento de poder utilizados para impor domínio sobre seus territórios, são geralmente associadas à criminalidade, à violência e ao tráfico de drogas. A internet e as tecnologias de controle de presença, aliadas à configuração urbana confusa para quem a desconhece, servem de escudo para proteger a população da invasão e imposição da ordem por quem é considerado intruso. Seus líderes habitam a parte mais alta da área ocupada ou onde podem controlar o espaço com facilidade, sem serem controlados: as suas variáveis de ação e comportamento são incógnitas para qualquer poder inimigo que seja. Este tipo de ação e comportamento espacial pode ser comparado ao Panóptico analisado por Foucault, em *Vigiar e Punir*<sup>16</sup>, que se apoia em suposições semelhantes: os supervisores ocultos da torre central do edifício em forma de estrela são invisíveis aos observados, porém esses são totalmente visíveis aos primeiros. Apesar de o Panóptico ser um espaço artificial, a semelhança aqui é encontrada pela situação de controle que o poder paralelo tem do espaço que domina. Portanto, cartografar comunidades nos moldes convencionais dos mapas de controle da cidade é impossível. Os poderes que regem as comunidades não querem e não permitem tal prática, pois, como já colocado neste texto, as regras de ocupação do solo confundem-se com as regras de hospitalidade locais, que condicionam a qualidade de acolhida à identificação com o grupo já residente. No mundo das comunidades, as possibilidades de cartografias referem-se diretamente aos seus acolhimentos: o agenciamento desses elementos como símbolos cartográficos acolhe um conjunto de percepções subjetivas, que quando elaboradas levam à sua expressão concreta, típica de cartografias subjetivas, como as cartografias de sentimentos e os Contramapas de acolhimento.

Uma arquitetura que age como vetor da (com) textualização espacial, tentando permear o até então imapeável, é encontrada na Comunidade do Alemão no Rio de Janeiro: procurando fazer ponte entre a cultura do morro e a cidade, o Teleférico do Alemão – projetado por Juaregui em 2009 e inaugurado em 2011 – deu chances ao *por vir*. A partir de sua construção e ativamento, o Complexo do Alemão passou a existir como parte da “cidade oficial”: mapeado pelo sistema de transporte ferroviário do Rio de Janeiro e já inserido nos mapas turísticos, o complexo ficou a um passo de constar nos mapas de planejamento urbano. Segundo Fuão, arquiteturas como pontes, viadutos, elevadores, escadas, ou simplesmente qualquer coisa que se

---

<sup>16</sup> “O Panoptico de Benthan (...). O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel, no centro uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abre sobre a face interna do anel, a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse as células de lado a lado (...).”

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. São Paulo: Vozes, 1977, p.177.

transforme em ponte, também podem mudar a vida de uma comunidade e sua cultura, pois têm a capacidade de deslocar a estrutura da fissura social através da conexão entre as diferenças. Para o autor, o Teleférico do Alemão é um exemplo de arquitetura que, não sendo exatamente uma ponte, tem a intenção de fazer a ponte entre a cidade e a favela: cerze espaços unindo mundos por um fio. O teleférico é o primeiro sistema de transporte de massas por cabos do Brasil. Integrado ao triste sistema de transporte ferroviário do Rio de Janeiro, o Teleférico tem seis estações: Bonsucesso, Adeus, Baiana, Alemão, Itararé/Alvorada e a última a Palmeiras. Com 152 gôndolas que podem transportar até 10 pessoas, oito sentados e dois em pé, o cálculo é que possam ser transportados 3 mil passageiros por hora. Sua ideia vem de Medellín, na Colômbia. Entretanto, o fundamento do teleférico não reside na conexão, que é o seu aspecto utilitário, o que, muitas vezes, dificulta a avaliação deste sob o ponto de vista simbólico. Sua funcionalidade frequentemente oculta o profundo significado que o converte em símbolo. Para Fuão, a lógica do teleférico, que difere um pouco da ponte ao inverter as categorias de acima-abixo, invertendo a anatomia do movimento de entrada e saída, faz justiça espacial e desestabiliza positivamente a ordem da parte de cima do morro, que estava fadada a ser um eterno campo de exceção. O evento não é o teleférico em si, ou as estações, estas, coadjuvantes do processo, pontos de ir e vir; nem tampouco é a comunicação entre a parte de baixo e a de cima do morro, mas a sucessão de encontros até então impossíveis e agora surpreendentemente inesperados que o teleférico proporciona, conectando mundos num caminho no céu: uma linha que liga a favela à cidade<sup>17</sup>.

As possibilidades do teleférico de abrir as portas e construir pontes na fissura social, iluminando o desconhecido e redimensionando o espaço através do caminho que acolhe, tão festejada por Fuão em seu artigo, infelizmente, até o momento não aconteceu. Embora o teleférico tenha sido concebido com a intenção de ser uma ponte *entremundos*, o sistema sofreu um processo de desinteresse e desmobilização, tanto pela população local quanto pela empresa que o opera, a ponto de ser desativado em setembro último. Segundo notícia no site G1, a Secretaria de Estado de Transportes dá um prazo de seis meses para a manutenção dos cabos e cabines, alegando “desgaste atípico”<sup>18</sup>. Porém, segundo os moradores da região os problemas com o teleférico vão bem mais além do que os alegados pelo órgão público. O morador do complexo Flávio Eduardo, mototaxista, em depoimento ao repórter Cleber Araújo no blog *Barraco adentro*<sup>19</sup>, em 2013, reclama que o

---

<sup>17</sup> Fuão, Fernando: **Arquitetura do acolhimento e hospitalidade: o teleférico do Alemão** Anais do II ENANPARQ: Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas: Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade. Natal: 18 a 21 de setembro de 2012. Meio eletrônico: ST521-5: p. 3, 5, 6.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/09/teleferico-do-alemao-deve-ficar-parado-por-6-meses-para-manutencao.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

<sup>19</sup> ARAÚJO, Cleber. Alemão: uma análise construtiva sobre os impactos do PAC na favela. **Blog Barraco adentro**. Rio de Janeiro: 25 nov. 2013. Disponível em:

teleférico não foi projetado para atender às reais necessidades de mobilidade:

O teleférico não foi pensado para comunidade como um todo. No seu projeto inicial, ele seria um meio de transporte que atingiria direto a trinta mil moradores. Não é o que acontece até mesmo pelo valor da passagem, que no projeto era pra custar 1 Real e, hoje em dia, quem não tem cadastro paga 5 Reais. (...) O teleférico foi colocado no alto das comunidades, no pico dos morros, e não foi pensado no transporte das pessoas que moram embaixo ou no meio da comunidade para chegar ao teleférico. Para as pessoas chegarem até as estações tem que pegar outro transporte alternativo que é um trabalho feito pelas kombis e mototáxi. A gente faz na verdade, o trabalho que deveria ser feito por eles. (FLAVIO EDUARDO in ARAÚJO, 2013).

Na reportagem de Araújo, outros fatos ainda são enumerados pelos moradores: além da ineficiência do projeto para atender às reais necessidades de mobilidade da população, as expectativas de promoção do turismo não foram cumpridas devido aos conflitos do poder do crime com as forças armadas, que tomaram a região em 2010, portanto, antes da inauguração do complexo. Apesar das UPPs, o poder do tráfico ainda reina soberano no complexo, enquanto as pessoas que moram nas comunidades alegam que o dinheiro investido no sistema de transportes teria sido bem melhor utilizado se tivesse sido aplicado para resolver problemas bem mais urgentes de estrutura urbana, como o saneamento básico inexistente, investimento que traria qualidade de vida para todos. Fatos como esses ilustram a constante e já conhecida irresponsabilidade dos governos perante as comunidades: ao invés de escutarem e resolverem suas reais necessidades, os governantes investem dinheiro público em estruturas paliativas e exibicionistas, enquanto as políticas públicas para o desenvolvimento de estruturas urbanas para oferecer uma vida digna a esses cidadãos acabam no esquecimento depois do período eleitoral.

Para as pessoas em situação de rua, a ponte entre diferenças é ainda mais difícil de construir. Se nas comunidades onde o poder paralelo governa, o risco de vida nasce com seus habitantes, as vidas dos moradores de rua estão em risco constante, a ponto de perfeitamente ilustrarem o conceito de *Homo Sacer*: são pessoas que dormem debaixo de marquises, moram nos baixios dos viadutos e debaixo das pontes, nas estruturas de edifícios vazias, às vezes habitam ruas inteiras. Sobrepondo a paisagem psicossocial da cidade à de vidro e concreto, eles erram pelas ruas durante o dia, com seu cão companheiro e suas arquiteturas-carrinhos-casa de papel e plástico grudados aos seus corpos, catando lixo para sobreviver, apropriando-se de restos dos que não se sentem abandonados pelo *stabilishment*. E assim as ruas acabam se tornando lares ao mesmo tempo em que os lares se tornam

ruas. São pessoas que sofrem constantemente a hostilidade explícita da repressão e das violências descabidas, tanto da polícia quanto daqueles incluídos que não tem consciência de que meninos de rua, jovens e velhos sem-teto, ladrões, espancados, pobres e tantos outros são seres humanos. Para o mundo espetacular, essas pessoas representam uma ameaça aos cidadãos que gozam de cidadania plena. Marginalizados pelas condições de sobrevivência em que se encontram, essas pessoas não veem chance de mudar sua situação: vivem excluídos da esperança. São negados a eles os meios mínimos para isso, como educação, habitação e saúde. Se os incluídos se sentem ameaçados, com medo de assaltos e violência, a recíproca é verdadeira: em nome da segurança, o diferente é condenado a andar em círculos, em um campo de localização deslocante, que se configura explicitamente entre os muros das cidadelas da tecnologia: seus habitantes aguardam, a qualquer momento, a execução de uma espécie de pena de morte velada, sem ritual prévio.

Enquanto alguns erram para sobreviver, outros erram para com-viver. O nomadismo é o estilo de vida da atual elite global emergente: os dispositivos de telepresença generalizada tornaram a errância eletrônica uma regra nesse grupo social. Essas pessoas de localização eletrônica deslocante residem em centros financeiros, administrativos e profissionais, enquanto interagem trabalhando via internet, em nível global. Quando eles precisam se encontrar pessoalmente, o transporte aéreo é o favorito, porém, jamais abandonam seus dispositivos de onipresença. Suas agendas não têm espaço para o *por vir*, o periférico ou o diferente. A segurança contra qualquer “imprevisto” é prioridade: todo movimento é mapeado, controlado, fotografado ou filmado. Invariavelmente, suas cidades favoritas são aquelas que utilizam dispositivos de segurança territorial para protegerem seus padrões. Esses dispositivos de controle espacial tiveram origem durante o período da Guerra Fria e do Fordismo, quando serviam aos interesses das agências de “inteligência”, como a CIA e a KGB. Em termos urbanos, começaram a ser utilizados como aliados no final dos anos 1980, disfarçados de tecnologia de segurança, com o objetivo de evitar atos terroristas. Com o tempo, disseminaram-se para todas as grandes cidades do mundo. Hoje, o Google Earth agrega a tecnologia de todos esses dispositivos, propiciando o controle espacial de qualquer parte do mundo, desde que alguém pague por isso.

O medo de encarar o diferente acabou por culminar com a total falta de privacidade da mobilidade individual das pessoas, enquanto atende aos interesses dos que detêm o poder territorial e de quem lucra com essa indústria. A questão não é uma reação contra o estranho ao meio, mas, sim, o paradoxo que se cria contra o poder que se utiliza de tecnologias de controle em nome da segurança. Esse processo é chamado por Derrida de “da violação do inviolável”: quando um poder se sente no direito de utilizar dispositivos de controle para vigiar um espaço público a ponto de deixar esses dados disponíveis ou mesmo vender essas informações a quem interessa, então todo o pensamento ético em relação à privacidade de seus

habitantes está em deslocamento. As tecnologias de controle, a internet e todos os dispositivos de comunicação virtual possuem em si o poder de violar e controlar a privacidade dos seres, a ponto de serem sentidas como ameaças ao direito de “sentir-se em casa”, nas suas diferentes dimensões. Evidentemente, reações em nível privatizante para com estranhos em relação à “casa” se transformam facilmente em reações extremistas, como a xenofobia e o nacionalismo. Derrida coloca que essas reações não são dirigidas ao estrangeiro, mas, paradoxalmente, contra o poderio técnico anônimo, ou mesmo do próprio Estado, que deveria proteger a privacidade daqueles que vivem em seu território. Essas ameaças são vistas como ameaças à inviolabilidade do privado como condição de hospitalidade. O constante conluio entre a hospitalidade tradicional, o poder e a hospitalidade no sentido corrente – paradoxo ou a perversão da Lei da Hospitalidade – faz parte das escolhas *a quem* dar hospitalidade: por este conflito existir nas diferentes culturas e dimensões de nosso tempo-espaço, não é possível encontrar em nossa civilização a hospitalidade no sentido clássico – sem soberania de si para consigo –, assim como não há hospitalidade sem finitude: a soberania sobre um espaço só pode ser exercida quando pratica-se a exclusão e a violência <sup>20</sup>.

Essa violência é vista claramente nos dispositivos que agem como substitutos das antigas polícias políticas nacionalistas do século XX: controlam a propriedade privada, os parques, ruas e shoppings, criando um cordão sanitário de intimidação e higienização da presença do diferente, sem a necessidade da presença humana *in loco*. Dessa maneira, esses dispositivos dão continuidade ao processo virulento do crescimento do campo e do poderio do controle espacial privado. A segurança dos centros financeiros e comerciais das grandes cidades envolve cada vez mais processos de exclusão, compartimentação e fechamento. Nessas áreas “nobres” das cidades, a privatização cresce através de investimentos. As ruas são transformadas em *shoppings* abertos: calçadas são removidas, o tráfego de pedestres é deslocado e os pontos de acesso são vigiados, para a área poder ser rapidamente fechada, se necessário. Câmeras de vídeo de monitoramento de movimentos são rotinas. Espaços públicos com acesso controlado, edifícios inteligentes, portas eletrônicas e guardas bem armados complementam a eficiência dessa arquitetura que serve ao *apartheid*. Esses lugares de onde a população menos favorecida é banida também lhes são inviáveis economicamente<sup>21</sup>. A obsessão pelo desenvolvimento coincide com o projeto biopolítico do campo: produzir um povo sem fraturas,

---

<sup>20</sup> DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 45, 47, 49.

<sup>21</sup> Burrows chama esse fenômeno de “(...) mall-ification – o processo no qual as ruas e áreas públicas são cobertas e fechadas, para tornarem-se shoppings virtuais (...)” (BURROWS, 1997, p.41), onde o acesso é regulado e as ações espionadas pelos novos agentes de controle social. Ver em: BURROWS, Roger. *Virtual culture and social science fiction*, 1997, p. 41. In: LOADER, Brian D. (editor): **The Governance of Cyberspace** – politics, technology and global restructuring, London, Routledge, 1997.

eliminando da vista os que não interessam. As áreas residenciais focam-se cada vez mais na privatização espacial: condomínios dentro de muros, que garantem o acesso restrito a quem interessa e uma paisagem psicossocial de comercial de margarina, aparecem cada vez mais, lembrando as velhas cidades muradas da Idade Média. O que difere daqueles tempos é que os muros hoje cruzam a cidade, ao invés de cercá-la: viver na cidade tornou-se sinônimo de navegar entre as ilhas de habitação e serviços, que flutuam em um grande oceano, onde o imaginário do medo leva os habitantes a enxergarem espectros de assaltantes e marginais rondando a tudo e a todos.

Enquanto isso, o uso da internet minimiza o confronto com o mundo exterior: quase tudo é materializado em um mínimo de tempo e com segurança, inclusive pessoas. A internet configura-se como um meio que pode colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação, informação, gravação, comunicação e simulação existentes. Os programas e aplicativos, as redes sociais e demais interfaces da internet criam diariamente novos espaços de troca de diferentes informações e ideias, além de diferentes oportunidades de consumo e produção. Os algoritmos realizam a tarefa de mapeamento e controle sobre esses dados, em nível de estrutura de acessibilidade e de mobilidade dos frequentadores: nenhum intruso, sem a credibilidade adequada, invade um espaço que não lhe é de direito ou permitido, sob a pena de ser expulso e punido.

## 1.3 Nau dos Loucos, rolezinhos e curdos

A divisão da urbe em espaços dentro e fora dos muros tem sua origem histórica na sua configuração “dentro e fora das muralhas”: quem estava dentro era acolhido e protegido, enquanto aqueles que se encontravam fora de sua proteção eram deixados à mercê dos horrores do mundo. Com a queda das muralhas, a divisão da cidade passou a ser determinada pelo fator econômico: os mais abastados passaram a habitar as áreas centrais e regiões mais altas, enquanto os menos privilegiados eram encontrados em seu entorno e nas regiões mais baixas. Sabe-se que as muralhas nunca deixaram de existir, só mudando em termos de design e tecnologia aplicada a este fim. Na contemporaneidade, as muralhas são representadas nos espaços da cidade pelas avenidas que separam os bairros incluídos das periferias, pelas câmeras de vigilância, pela segurança privada, pelos muros que cercam os condomínios de luxo, edifícios de uso aparentemente público com filtragem de acesso e todo e qualquer espaço que tenha algum controle de fluxo. Para aqueles que ainda acreditam na ilusão do desenvolvimento, cabe conviver com essa segurança aparente. A continuidade da vida espetacular conta com o auxílio dos dispositivos guardiões tecnológicos para seus espaços públicos, privados e seus bens de consumo. E, dessa maneira, o *apartheid* urbano foi se configurando, até o surgimento do campo como *nómos* espacial.

Talvez as muralhas sejam o primeiro marco físico biopolítico ocidental, traduzida em espacialidade: bem antes de Agamben atestar que a biopolítica contemporânea separou o humanitário do político com a sacralidade do *Homo Sacer*, Foucault já afirmava, em *A história da loucura na idade clássica*<sup>22</sup>, que a biopolítica medieval separou a tragédia da crítica, ao adestrar as pessoas a calarem e ignorarem o sofrimento alheio. Descrita por Foucault em sua obra, a Nau dos Loucos é um ilustre exemplo do início desse movimento. Tema de pinturas de mestres como Bosch e Bruegel, a *Narrenschiff* era um estranho barco que deslizava ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos. Supostas naus de peregrinação, essas embarcações assombraram a imaginação popular no final da Idade Média e primeira parte da Renascença. Confiar o louco aos marinheiros era a maneira mais segura de ter certeza de que eles não ficariam vagando indefinidamente nos campos vizinhos e ao redor dos muros das cidades, símbolo visível de segurança e da segregação daqueles tempos. Durante os séculos XIV e XV, o recurso da *Narrenschiff* foi largamente utilizado e, frequentemente, as cidades europeias viam essas naus dos loucos atracarem em seus portos. Para Foucault<sup>23</sup>, os loucos seriam, dessa maneira,

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. Idem, p. 12-16.

entregues ao mundo, onde ficariam fácil e literalmente à deriva, “errando” em um mar de mil braços, prisioneiros de sua própria partida, entre terras que não lhe poderiam pertencer, solidamente acorrentado à infinita encruzilhada da insanidade: colocado no interior do exterior, e inversamente. Postura altamente simbólica e que permanece, sem dúvida, até nossos dias: as muralhas que outrora foram uma fortaleza visível de poder espacial tornaram-se agora um castelo na consciência. Como no início da história ocidental, a nave, juntamente com seus passageiros insanos, poderia ser vista como apenas mais alguns caminhantes consumando seu ritual de passagem em rotas até então inexploradas, definindo novas cartografias. Na verdade, a passagem que aconteceu a partir da figura da loucura medieval definiu uma divisão clara e fatal: até então, quando se falava em loucura, a tragédia e a crítica andavam de mãos dadas. Com o tempo, essa divisão passa a ser cada vez maior, criando um vazio intermediário que nunca mais seria preenchido. As figuras da visão cósmica (o trágico) e da moral (a crítica) iriam separar-se cada vez mais, abrindo uma fissura que jamais voltaria a ser preenchida<sup>24</sup>.

Conforme comentado no início deste texto, tragédia e crítica, humanitário e político são valores que representam, em seus respectivos tempos, o processo de exclusão do diferente. Não querer ver facilita a prática da ignorância à figura do Outro. Talvez esta seja a mais cruel das práticas de segregação: a simples presença do diferente perturba a ordem disciplinar do código estético olímpiano dos espaços polidos e brilhantes das arquiteturas espetaculares, maculando-os com seus corpos, cores e gestos. Esta realidade é tão evidente quanto um tapa na cara: a apropriação de espaços e símbolos de poder do Povo, cidadãos incluídos no sistema social, gozando de plenos direitos biopolíticos, pelo povo, os carentes de uma inclusão social plena, na tentativa de resolver a brutal violência que está por trás disso, nunca foi bem-vinda.

Um recente fenômeno social brasileiro denominado “rolezinho” demonstra essa afirmação: os shoppings, arquiteturas criadas com a intenção de serem “templos do consumo seguro” dos incluídos, são os espaços favoritos dos jovens da periferia da cidade de Porto Alegre para a prática do “rolezinho”, ou, melhor, eram. Vindos diretamente dos “campos dos excluídos”, esses jovens começaram a frequentar os shoppings em eventos precursores dos “rolezinhos”, chamados “bondes de marca”. A antropóloga Rosana Pinheiro Machado, estudiosa do fenômeno, descreve que a intenção desses jovens, ao usar as melhores roupas e marcas para ir

---

<sup>24</sup> “De um lado, haverá uma Nau dos Loucos cheia de rostos furiosos que aos poucos mergulha na noite do mundo, entre paisagens que falam da estranha alquimia dos saberes, das surdas ameaças da bestialidade e do fim dos tempos. Do outro lado, haverá uma Nau dos Loucos que constitui, para os prudentes, a Odisseia exemplar e didática dos defeitos humanos. (...) De um lado Bosch, Bruegel (...) e todo o silêncio das imagens. É no espaço da pura visão que a loucura desenvolve seus poderes” FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.27.

ao *shopping*, era “serem vistos como gente”, buscando dessa maneira resolver uma profunda tensão da visibilidade de sua existência. Ao contrário de querer assustar, faziam o ritual de se vestirem com as melhores marcas para estarem dignos de transitar pelos *shoppings*, enquanto os donos das lojas, assustados, vigiavam para que eles não roubassem nada<sup>25</sup>. O fenômeno ocorreu em um cenário onde o evidente crescimento econômico do país e as políticas de inclusão do governo federal davam condições financeiras aos jovens vindos de camadas menos privilegiadas se apropriarem de determinados símbolos de poder e riqueza do capitalismo global. Frequentar os templos de consumo para poder ostentar tais símbolos de desigualdade social pode ser uma atitude comparada ao direito de frequentar os templos juntos com os nobres na Idade Média ou, no caso do Brasil, com os senhores dos escravos. Apesar das diferenças de mundos e crenças, tais fenômenos socioculturais colocaram e continuam colocando as respectivas elites em desespero. No caso do Brasil, o *apartheid* vem desde a abolição da escravatura: o espectro da casa grande e senzala, de braços dados com o caudilhismo, continua assombrando o imaginário coletivo brasileiro. Em contrapartida, diversos são os exemplos históricos de tentativa de apropriação da cidade pelas minorias, movimentos e ações invariavelmente rotulados de “grupos de marginais”, “bagunceiros” ou “vagabundos”. Infelizmente, na civilização ocidental, a porta da inclusão plena ainda não foi aberta para os pobres, loucos e desvalidos.

Os “rolezinhos” não eram considerados um movimento social por aqueles jovens simplesmente porque esta não era a intenção. Porém, a política, no sentido aristotélico sobre a participação engajada na vida da *polis*, está ali presente em sua acepção: o movimento pode ser visto como uma manifestação do direito ao seu espaço em uma “cidade” à qual não se sentiam pertencentes antes de possuírem o poder do consumo. Talvez, no caso dos “rolezinhos”, a apropriação agregue um significado dualista e perigoso: o desespero em mostrar sua existência faz o jovem da periferia sucumbir à estrutura de poder que o repele, através do desejo de se aliar aos seus símbolos, desfilando-os em um espaço que não lhes pertence. A negação da pobreza como carência, a apropriação dos espaços urbanos e dos símbolos de uma classe social à qual não pertenciam de fato e o reconhecimento do racismo que sofriam são atos políticos de resistência.

Apesar de acharem que “estavam podendo”, a linguagem dos corpos e os modos de consumo não pouparam esses jovens da hostilização: Machado constatou em sua pesquisa que, apesar de a população ter argumentado que era contra os “rolezinhos” simplesmente porque eles causavam tumulto e aglomeração no espaço considerado “público” dos *shoppings*, era evidente que tamanha raiva dirigida a esses grupos não residia apenas no fato de eles estarem causando bagunça. O grande

---

<sup>25</sup> MACHADO, Rosana Pinheiro. Etnografia do “rolezinho”. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/etnografia-do-201crolezinho201d-8104.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

descontentamento vinha das camadas médias e altas, que sentiam a sua paz ameaçada em um lugar até então protegido da presença do diferente. Durante o breve período de tempo em que um modelo de crescimento econômico frágil não se sustentou, o único ponto de (auto) inclusão social encontrado pelos excluídos foi o consumo dos símbolos das camadas mais altas da população<sup>26</sup>. Porém, esta política só piorou os fatos: das frequentes ofensas nas redes sociais, a situação evoluiu para a proibição dos “rolezinhos” nos shoppings e o uso da polícia como dispositivo de repressão, atos evidentemente agressivos, como fechar uma porta na cara.

E o que dizer de pessoas que abandonam seus lares e mortos para se refugiar em terras que não lhe pertencem em fato e direito? Os refugiados deixaram seus países por guerras civis, perseguições políticas, ideológicas e religiosas; violências étnicas e tribais e outras violações graves de direitos humanos. Realizaram verdadeiras façanhas para chegar ao destino escolhido, quando conseguiram chegar até ele. Hoje, a figura do refugiado é o limite que põe em crise definitiva o conceito de refúgio e já não é possível imaginar até onde irá esse processo. O caos é o *nómos* da vida dessas pessoas. As organizações humanitárias envolvidas não podem fazer nada mais do que procurar entender o processo da vida sacra e tentar garantir sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, são obrigadas a manter, a contragosto, certa “cumplicidade” com as forças que deveriam combater, por não terem o poder de reverter o quadro. A comunidade curda romana chamada Ararat<sup>27</sup> ocupa parte do espaço do Mattatoio de Testaccio, em Roma, onde ocorreu o *workshop Walking Mattatoio*, em 2013, um dos estudos de caso desta tese. Conforme contextualizado no capítulo sobre os *workshops*, o complexo do *Mattatoio* é hoje um espaço que acolhe diversas entidades públicas, semipúblicas e ocupações de Roma, que não se acolhem entre si. A sede do Ararat localiza-se em um dos pórticos de entrada do complexo, na área chamada do Campo Boario. O edifício antigamente abrigava a fiscalização da entrada dos animais que seriam abatidos no complexo.

O povo curdo é originário de uma região que não consta em mapas oficiais, o Curdistão. Este espaço geográfico-cultural concentra-se em sua maior parte na Turquia, ainda distribuindo-se entre Síria, Iraque, Irã, Armênia e Geórgia. Os curdos falam as línguas desses países, ainda que alguns poucos preservem a língua curda, relegada em seu território natal ao

---

<sup>26</sup> MACHADO, Rosana P. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revistas de estudos culturais**. São Paulo: USP, 2014, n. 1, p.11.

<sup>27</sup> Conheci o Ararat em Roma, em uma tarde ensolarada de setembro de 2013, durante a deriva pelo complexo do antigo *Mattatoio de Testaccio*, junto com o Prof. Dr. Francesco Careri e os alunos do seu *Laboratorio Arti Civiche* (LAC) – filiado à Faculdade de Arquitetura de Roma 3 – que participavam do nosso *workshop* chamado *Walking Mattatoio*. O objetivo do *workshop* era o mapeamento dos espaços de hospitalidade e acolhimento, através de derivas, dentro daquele espaço com um passado literalmente sangrento. Este *workshop*, assim como mais três estudos de caso, estão estudados com profundidade no capítulo sobre os *workshops*. Aqui os curdos são citados como exemplo de contextualização da questão da hospitalidade.

uso doméstico, assim como os seus costumes. Ironicamente, a agonia dessa cultura foi o que uniu os que foram em busca de novas terras. Nos anos 1960 do século XX, iniciou-se a diáspora curda para a Europa. Em busca de asilo, os curdos passaram a desafiar o dogmatismo do *logos* europeu, pela sua simples presença. Falando línguas estranhas entre eles e estranhas à língua de direito dos países onde reivindicam asilo, os curdos convivem com o fantasma da incompreensão dos donos da terra aonde chegam. Nessas circunstâncias, eles sentem-se ameaçados pela deportação, o que, pressupostamente, pode acontecer a qualquer momento<sup>28</sup>.

A arca do Curdistão atracou em Ararat em maio de 1999. Ao lado do pórtico de entrada do Campo Boario, aquele povo sem Estado encontrou o seu espaço de hospitalidade e acolhimento na velha capital da Roma imperial. A arquitetura até então abandonada renasceu e foi rebatizada Ararat um *logos* verdadeiro, onde um povo sem lar encontrou um lar. Aos que chegam e são reconhecidos por sua linhagem e etnia, as portas se abrem. Os que ficam passam a fazer parte de uma família, que busca resgatar e preservar o que restou da pátria. A comunidade vive no entorno do antigo pórtico do Campo Boario: nos edifícios vizinhos ao pórtico, alguns ainda em tendas, outros em trailers localizados no entorno do campo, vizinhos à linha de trem que vai de Roma em direção ao Aeroporto de *Fiumicino*. Imediatamente ao lado do pórtico situa-se o centro de convívio, que tem sua espacialidade organizada conforme a cultura curda: contam uma sala de chá, uma cozinha comunitária, uma barbearia e uma sala de leitura onde é possível ler publicações relacionadas aos curdos e ver TV em língua curda. No meio do pátio, encontramos um jardim que lembra um oásis. O lugar evoca paz e sossego, com sua vegetação exuberante e seu centro de bancos de pedra formando um círculo. O jardim convida a sentar, ficar e conversar. O jardim acolhe a quem chega<sup>29</sup>.

Como os curdos, nosso grupo chegou de forma inesperada em Ararat, assim como chegamos da mesma forma em outras ocupações do *Matattoio*, que ofereceram condições muito pouco hospitaleiras de acolhimento. Nossa chegada criou um espaço de tensão, desacomodando as pessoas que estavam tomando sol em frente à barbearia, os que jogavam gamão e aqueles que conversavam enquanto bebiam chá; passaram a nos observar.

---

<sup>28</sup> “A hospitalidade consiste em interrogar quem chega? Ela começa pela questão endereçada a quem vem (o que parece bastante humano, amável, supondo-se que falta ligar hospitalidade ao amor – enigma que vamos deixar, por enquanto, um pouco de lado): como te chamas? Diga-me teu nome, como devo chamar-te, eu que te chamo, que quero chamar-te pelo nome? Como vou chamar-te? É assim também que se dirige, ternamente, às crianças ou aos amados”.

DERRIDA, Jacques; DUFOMANTELE, Anne. **Anne Dufomantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 25, 27.

<sup>29</sup> “A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós?”

DERRIDA; DUFOMANTELE, Idem, p. 15.

Entramos no jardim enquanto o professor Careri conversava com um deles, que talvez fosse um dos líderes. Nós então sentamos nos bancos em círculo no centro do oásis<sup>30</sup>. Assim que a conversa encerrou entre eles, Careri anunciou que nos seria oferecido um chá de menta. O ato de oferecer o chá acolheu e dissipou o espaço de tensão. Naquele instante, o espaço-tempo de permeabilidade entre os hóspedes e os hospedeiros ali presentes passou a existir – o espaço do sim –, possibilitando abertura, troca e entendimento entre todos. O chá de acolhida no oásis hospitaleiro fez das diferenças culturais o motivo do convívio. Todos ali eram estrangeiros. Continuando a cumprir seu destino, *Mamma Roma* foi mais uma vez a anfitriã de um inusitado encontro: a brasileira que tomou um delicioso chá naquela tarde – e sentindo-se em casa – acrescentou em sua cartografia de vida, um pedaço do Oriente Médio, na Itália. Depois do chá, seguimos a errância.

Em plena metamorfose, o final do modelo de cidade conhecido até então é eminente: separação entre humanitário e político que hoje vivemos, retrata a fase extrema de descolamento entre os direitos do homem e do cidadão. O projeto democrático-capitalista de eliminar os pobres através do desenvolvimento determina o mapeamento do mundo não mais em países, e sim em incluídos e excluídos, controlando e direcionando o fluxo do capital para onde interessa gerar mais riqueza, enquanto o desenvolvimento humano fica comprometido onde mais precisa ser fomentado e incentivado. Seja em nível global ou de cidade, o processo é o mesmo: para as periferias restam as promessas de uma vida digna, enquanto o espetáculo da tecnologia e da qualidade de vida é decalcado continuamente nas mapeadas e privilegiadas cidades dos incluídos. O resultado da perversidade do sistema que tem como regra separar o humanitário do político reproduz o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e o campo passa a ser o paradigma biopolítico para o qual não se encontra solução, tornando-se urgente o seu reconhecimento como uma realidade espacial. O campo coloca em cheque a relação entre os conceitos de homem-cidadão, de estado-nação e de nascimento-nacionalidade, para que sejam urgentemente revistos<sup>31</sup>. É fundamental encontrar uma política de acolhimento que saberá fazer as contas com a cisão biopolítica fundamental do Ocidente: quando os governantes se derem conta de que a existência da vida pura é um fenômeno crescente e sem volta, que compromete o futuro

---

<sup>30</sup> Digamos sim ao que chega, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de toda identificação, quer se trate ou não de um estrangeiro, de um imigrado, de um convidado ou de um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de outro país, um ser humano animal ou divino, um vivo ou morto, masculino ou feminino. DERRIDA, Jacques; DUFOMANTELE, Anne. **Anne Dufomantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p.69.

<sup>31</sup> Agambem comenta que a tese de Arendt deve ser urgentemente levada a sério, pois liga os destinos dos direitos àqueles do Estado-nação moderno, de modo que o declínio e a crise deste implicam necessariamente o tornar-se obsoleto daqueles. AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 140- 141

da humanidade em toda a sua espacialidade, as possibilidades de mudança nas políticas espaciais serão revistas e os limites impostos até então serão profanados em portas, pontes e passagens. A busca de uma política que seja forte e inteligente o suficiente para promover o acolhimento e a coexistência entre diferentes significa o fim da prática biopolítica que divide as cidades e povos da terra e a eliminação do campo como seu paradigma. Assim, finalmente, haverá o resgate do planeta como espaço de refúgio dos que o habitam. Portanto, é essencial a conscientização e ação dos arquitetos, profissionais capacitados em gerar soluções espaciais, na busca de soluções viáveis para este grande fantasma socioespacial contemporâneo: o campo. Espaço que cada dia separa mais o humanitário do político, ele coloca em xeque a postura até então assumida na geração, promoção e preservação do espaço de viver. Ao buscar soluções para essa realidade, a arquitetura se tornaria um agente de libertação do sofrimento humano.

A hospitalidade, sua ética e os seus condicionantes são agentes que carregam em si a potência de diferentes formas do acolhimento na arquitetura das cidades. No capítulo a seguir, conversaremos sobre a ética do acolhimento, suas políticas e os modos como esses elementos são vistos como uma alternativa viável para questionar a soberania do campo como paradigma espacial contemporâneo.



# ACOLHER





## 2 ACOLHER

Este capítulo fala sobre a hospitalidade. A sua ética, os seus condicionantes e as formas como o acolhimento acontece na arquitetura das cidades são vistas como alternativa para barrar o avanço do campo como paradigma espacial. Assim como no capítulo anterior, as noções e conceitos espaciais desenvolvidos neste capítulo são fundamentais para o entendimento dos conceitos de cartografia, das formas do acolhimento na arquitetura das cidades e da metodologia de análise dos estudos de caso dos Contramapas, que virão no capítulo a seguir. O fim eminente do modelo de cidade do século XX questiona a ética da hospitalidade, seus limites e condições. Enquanto a evidente separação do humanitário e do político coloca em xeque a postura que hoje o arquiteto assume na geração, promoção e preservação do espaço de (com) viver, o ciberespaço faz com que as cidades se tornem cada vez mais *policêntricas*. Perante essas condições, a prática do acolhimento é uma proposta de apropriação espacial revolucionária: o resgate da ética da hospitalidade questiona e transgride a ordem social da urbe contemporânea. O capítulo começa com o acolher, as relações de hospitalidade e *hostipitalidade*. O texto continua com o sentido e a contextualização da condição de hospitalidade na arquitetura, os errantes, esperantes e esperrantes, e como a qualidade do acolhimento interfere na produção e ética da arquitetura, à luz da desconstrução.



## 2.1 Bem-vindo

Digamos sim ao que chega, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de toda identificação, quer se trate ou não de um estrangeiro, de um imigrado, de um convidado ou de um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de outro país, um ser humano animal ou divino, um vivo ou morto, masculino ou feminino. (DERRIDA, 2003, p.69)

A fim de dar boas-vindas ao que chega, é preciso sentir-se em casa. Por outro lado, o “em casa” surge através do ato de acolher. O espaço de hospitalidade nasce com o reconhecimento do universo daquele que chega: a construção desse novo universo depende da qualidade do acolhimento oferecido. A ambiguidade encerrada dentro dos elementos da hospitalidade é motivo de atenção nos estudos de Solis sobre Derrida. A palavra hospitalidade combina dois sentidos: *hostis* (estrangeiro) + *pets* (poder): há o papel do hospedeiro, aquele que exerce o poder e recebe o estranho, seja como o dono da casa e o senhor da terra, e há o hóspede, o que é recebido, que é o outro, o estrangeiro. Para o hóspede – seja em um país, cidade, casa ou hotel –, sempre existem as “normas da casa”, que são as leis da hospitalidade reguladas pelo hospedeiro, que zela pelo cumprimento delas a fim de não haver um abuso da hospitalidade oferecida e o hóspede passar a ser visto como inimigo. Solis mostra que Derrida aponta esta ambivalência (aporia) como a marca da desconstrução em relação à hospitalidade: ao zelar pelo cumprimento das mesmas, os papéis de ambos passam a se inverter. A *hostipitalidade* nasce quando os papéis e os limites de permeabilidade espacial entre ambos passam a se confundir e serem questionados, revisando dessa maneira as “regras da casa” no passo a passo da relação: ao ultrapassar a todo instante a ideia que se poderia ter do sujeito, o recebemos para além da capacidade do eu e passamos a ter ideia de seu infinito. Enquanto limites são ultrapassados e revistos, o espaço de hospitalidade é criado. Portanto, na lógica da inversão de papéis da *hostipitalidade*, quem cria o espaço de acolhimento é o hóspede, e não ao contrário<sup>32</sup>: voltaremos a essas questões durante o desenvolvimento deste texto.

Lévinas – mestre de Derrida referendado em toda a sua obra – propõe pensar a abertura em geral a partir da hospitalidade e do acolhimento, e não ao contrário. Derrida considera a proposta de Lévinas uma inversão do que vemos no cotidiano: em seus escritos, o mestre exprime a sua crença na hospitalidade incondicional como o único caminho ético para a paz entre os homens. O acolhimento se dá ao rosto e o rosto se dá ao acolhimento. A irreduzibilidade à tematização da questão da hospitalidade é exatamente o

---

<sup>32</sup> SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura**: uma abordagem a partir de Jacques Derrida. Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p. 153.

que – para Lévinas – o rosto tem em comum com a hospitalidade<sup>33</sup>. Seriam a análise e a aceitação como verdade da ética da hospitalidade no pensamento de Lévinas o caminho que nos levaria a fundar um direito e uma política de acolhimento, que ultrapasse o domicílio familiar, abrangendo as dimensões dos espaços sociais pessoais, das cidades, dos países, dos estados ou mesmo dos Estados-nação? Sabemos que, no momento histórico atual, as políticas de hospitalidade estão sendo frequentemente questionadas e violadas em níveis nunca vistos, passando facilmente e sem nenhum pudor da hospitalidade para a hostilidade. Este panorama faz com que não haja passagem assegurada entre a ética da hospitalidade por uma parte e um direito ou política de hospitalidade por outra. Como é difícil deduzir do discurso ético de Lévinas sobre hospitalidade um direito e uma política quando nos deparamos com as situações de hospitalidade nestes tempos de mudanças de paradigmas sociais, espaciais e econômicos, pergunta-se: é possível compreender a impossibilidade de fundar, deduzir e derivar sobre o direito e a política de hospitalidade? Estamos sendo chamados mais uma vez a uma análise dos fatos para reconsiderar a forma de pensar a fissura existente entre a ética da hospitalidade e a política de hospitalidade, principalmente onde essas decisões devem ser tomadas, com responsabilidades inclusive jurídicas e políticas. Existe aqui um chamado à outra prova da negatividade aparente na lacuna que surge no hiato entre a ética – que é a filosofia primeira –, de uma parte, e a política, de outra. Tal hiato não seria um chamado, obrigando a rever e pensar diferentemente sobre o direito e as políticas de hospitalidade? Ou a prova à qual somos chamados com a lacuna existente entre a ética da hospitalidade e as políticas de hospitalidade nos obriga a pensar de forma diferente sobre o direito à hospitalidade? Talvez esta seja a forma de rever as responsabilidades que englobam tais políticas e as maneiras como estas são aplicadas nas diferentes dimensões sociais. É preciso estar consciente de que a essência de um pedido de direito à hospitalidade é um chamado de um rosto para um rosto.

Derrida propõe o acolhimento ao rosto e o rosto ao acolhimento. Sem tematização. A irredutibilidade à tematização da questão da hospitalidade é exatamente o que o rosto tem em comum com o acolhimento: a tematização limita a hospitalidade em sua ética e direito, submetendo-a à tematização radical e preconceituosa, a qual pode ser chamada de racismo. Se a hospitalidade incondicional em Derrida é explicitamente oposta à tematização, a intencionalidade e a consciência de oferecer acolhida ao outro é traduzida na atenção à palavra do outro. Derrida lembra que, para Lévinas, o acolhimento do rosto é a hospitalidade propriamente dita: a aceitação do infinito daquele que chega. A hospitalidade em si – o sim ao outro – é traduzida nos atos de atenção e acolhimento entre os rostos

---

<sup>33</sup> DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspecevinas jamais separoutiva, São Paulo: 2008, p. 38.

daquele que chega e daquele que acolhe. Ambos os infinitos ocupam o espaço da tensão que se forma quando o Outro vai em direção ao outro praticando o gesto de acolhida. O ato de hospitalidade é o que faz a abertura de um terceiro infinito – fruto da permeabilidade entre os infinitos dos hóspedes durante a abertura e aceitação dos rostos – que passa a habitar o *espaço do sim*: o espaço da intencionalidade, da atenção à palavra do rosto, sinônimos da prática da alteridade<sup>34</sup>. Este terceiro infinito que se cria a partir da responsabilidade de dizer sim ao infinito do outro – precedido pelo *sim* do outro – é a receptividade entre os outros. Devemos ilimitadamente entender a seguinte colocação: “Não sou eu – é o outro que pode dizer sim”.<sup>35</sup>

O acolhimento não deriva do rosto – ele chega com o rosto. Não há rosto sem acolhimento. Esta é a relação ética estabelecida na receptividade existente ao receber o rosto que chega. Ao abordarmos o outro no discurso, passamos a acolher sua expressão, concretizando o espaço de acolhimento através da aceção da recepção, que ultrapassa a todo instante a ideia que se poderia ter dele: o receber como sinônimo de acolher só recebe na medida para além da capacidade do eu. Não há rosto sem acolhimento: a possibilidade do acolhimento é necessária para pensar o rosto, e tudo o que se abre ou se desloca com ele. O acolhimento é relação ética estabelecida na receptividade existente ao receber o rosto que chega. Ao abordarmos o outro no discurso, passamos a acolher sua expressão, concretizando o espaço de acolhimento através da aceção da recepção. Se o receber como sinônimo de acolher, só recebe na medida para além da capacidade do eu, é através do entendimento sensível – e concomitantemente racional – do significado do ato de aceção da recepção que o conceito é reorientado na sua significação mais profunda: a sensibilidade em oposição à racionalidade não mais existe e ambas passam a serem identificadas como complementaridades. Assim, não poderíamos sustentar que a decisão e a responsabilidade são sempre do outro, mesmo que as consequências e decisões sempre incumbam e precedam o outro, mesmo que seja o outro em mim: estas acontecem a partir do acolher entre os rostos, que formam uma terceira entidade<sup>36</sup>.

Dentro da tradição filosófica, a decisão de dar hospitalidade a quem chega é de quem acolhe. Porém, tem-se o direito de dar o nome de decisão a esse movimento de acolhimento e de hospitalidade que vem de mim mesmo de forma espontânea e intuitiva? Não deveria este movimento ser nomeado de dever ético? Se for o outro no meu ser que pode dizer sim, o acolhimento é sempre o acolhimento do outro que chega e do outro em mim. A resposta do sim comanda. Portanto, o chamamento só é a partir da

---

<sup>34</sup> DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspecevinas jamais separoutiva, São Paulo: 2008, p. 39- 40

<sup>35</sup> DERRIDA, Idem, p.40.

<sup>36</sup> DERRIDA, Idem, p. 43- 44.

resposta e a resposta precede o chamamento. O acolhimento vem como consequência da resposta ao sim. A necessidade de resposta persiste imperturbável, como o tempo, a morte e a finitude: como o apelo que existe no olhar do rosto que aguarda a resposta prometida. O acolher é sinônimo de abrir uma porta, estender a mão: o momento do *estender a mão ao infinito do outro que chega* é o primeiro ato do ritual do acolhimento, que precede o dar de comer, beber e respirar. A porta – portal – é o instrumento do ato de passagem entre espaços que acontece quando o “dono” da porta gira sua maçaneta: a porta possibilita dividir, como um muro, destinos: daquele que se fecha por trás dela; daquele que acolhe em sua soleira o mundo do que chega; daquele que é acolhido. É na porta que acolhemos a expressão do outro. Abrir a porta é estender a mão ao infinito do outro que chega e dar chance ao acolhimento recíproco. Afinal, a porta já está aberta, quando o dono da casa espera com ansiedade sobre a soleira de sua casa o estrangeiro que ele verá despontar no horizonte e chegará como o seu libertador: “Entre rápido, porque tenho medo de minha felicidade”<sup>37</sup>.

O dono da casa – “o senhor do lugar” – não tem outra preocupação mais urgente do que derramar sua alegria sobre o errante que, à noite, venha jantar à sua mesa e sob seu teto para repousar das fadigas do caminho: o hóspede é aquele que vira a chave que liberta o hospedeiro de sua subjetividade, ao cruzar a porta de sua casa.

Apesar de estranha, a lógica de esperar o hóspede como um libertador é também esclarecedora: ao penetrar no espaço de acolhida, ambos se acolhem e acolhem ao próprio lugar de acolhimento. É quando os papéis se invertem e o hóspede passa a ser o hospedeiro: o hóspede – o refém convidado – torna-se convidado do convidador e o hospedeiro torna-se hóspede do hóspede. *O hóspede (guest) torna-se hospedeiro (host) do hospedeiro (host)*. Essas substituições fazem um refém do outro<sup>38</sup>. A potência inscrita no termo hospitalidade é encontrada nesta substituição (que também contém uma inversão): *hostis* (o estrangeiro) recebido como inimigo. “(...) *Hospitalidade, hostilidade, hostipitalidade*” (DERRIDA, 2003, p.41). O ato de dar passagem – pela porta, pela ponte, pelo porto, aeroporto, elevador, teleférico, enfim, por onde seja – para o que chega abre o espaço para acolher o acolhimento, o que pressupõe uma relação não alérgica entre *host* e *guest* no discurso: tal atitude possibilita a transitividade não violenta e a troca de ensinamentos, onde vive a epifania do rosto<sup>39</sup>. Dessa maneira, o acolhimento passa a nos remeter ao asilo e ao albergue, que Lévinas

---

<sup>37</sup> DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 107.

<sup>38</sup> “(...) O hospedeiro torna-se hóspede do hóspede. O hóspede (guest) torna-se hospedeiro (host) do hospedeiro (host)” (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003, p. 109).

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 109.

<sup>39</sup> DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspecevína. São Paulo: 2008, p. 44-45.

chama de “*lugar oferecido ao estrangeiro*”: o autor assim nos conduz o olhar para as situações-limite que passam os refugiados, deslocados e emigrados em todos os continentes, desde o início do século passado. Derrida continua a análise da obra do seu mestre analisando o espaço estabelecido de mutação geopolítica e social onde vivem esses seres humanos; é o que Arendt chamou de “O declínio do Estado-Nação”. Essa mutação jurídico-política é o cenário dos crimes contra a hospitalidade que sofrem os seres humanos encarcerados em campos de concentração e retenção, ou expulsos de fronteira em fronteira, situação de graves conversões éticas<sup>40</sup>. O engajamento popular e público entre um povo e seus hóspedes acontece quando o povo aceita aqueles que chegam, apesar das diferenças. Essa aceitação configura uma sociedade baseada no dever da hospitalidade. Lévinas considera esse dever como essencial para a humanidade. Ambos os filósofos questionam até onde vai o comprometimento e a viabilidade de uma atitude de hospitalidade hoje, em todas as fronteiras do mundo: até onde vai o comprometimento com a ética de acolher?

No capítulo *A morada*, de *Totalidade e Infinito*, Lévinas se detém no tema do desenvolvimento positivo dessa relação pacífica, sem impedimentos ou sem negatividade alguma na relação. Lévinas, ao falar do papel do recolhimento na *casa aberta ao Outro* considera o acolhimento fator determinante para iniciar o recolhimento humano e a separação daquilo que foi. Nesse momento, o desejo de acolher o outro transcende todas as barreiras que poderiam impedir o acolhimento: a casa se torna o lugar de acolhimento do outro. A casa à qual o filósofo se refere não é a casa da raiz, mas, sim, a casa onde o errante é acolhido, a casa que vem como resposta da errância: o *em-si* da habitação significa o lugar do desejo em direção à transcendência do Outro – e não o fechamento –, e sua separação é a condição de acolhimento e de hospitalidade oferecida ao outro em forma de alteridade. Isso supõe, em primeiro lugar, estar junto do outro transcendendo o próprio eu. Em segundo lugar, significa encontrar no *em si* não mais só a natureza primordial do ser, mas, sim, uma resposta para a errância do Outro que chega do caminho: o *em-si* – lugar de refúgio do *ser em si* – é a chegada do caminho do errante<sup>41</sup>. Todo território – uma casa, uma cidade, um estado ou uma nação – originalmente não tem um dono determinado, é apenas o *lugar eleito como refúgio*, como a *terra*, que por sua natureza é *hospitalidade em si* e concedida *provisoriamente* ao que chega, mesmo que este hóspede passe a se sentir o “senhor do lugar”. A hospitalidade pré-originária, assim como a bondade anárquica, a fecundidade infinita e a paternidade, são fenômenos que podem transformar-se em alergia, quando ocorre um evento que faz esquecer, negar ou reprimir a hospitalidade e o recolhimento. Essa premissa sustenta a afirmação de Derrida de que só a hospitalidade pode vir a gerar reações

---

<sup>40</sup> DERRIDA, Idem, p. 92

<sup>41</sup> LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 144-161

opostas, como *a guerra ou a alergia e a rejeição inospitaleira*: o filósofo afirma que, sendo a hostilidade um fenômeno de hospitalidade, a guerra é um fenômeno da paz. A alergia, o esquecimento *inospitaleiro* da transcendência do outro comprova o esquecimento – ou negação – da ética primeira. A transcendência, a separação da individualidade, a compreensão do outro através da linguagem universal da fraternidade, a qual faz existir a hospitalidade incondicional, que traz consigo duas figuras: a da mulher – arquétipo do refúgio, e a do pai, como símbolo do provedor de abrigo. Quando desnudado de toda e qualquer propriedade, o sujeito é alteridade pura em sua pele, por sua vulnerabilidade e sua nudez. A ausência de qualquer bem próprio, sem dúvida, dá ao rosto do outro uma aura espectral, sobretudo se esta subjetividade do hóspede se deixa anunciar também como uma visitação: às vezes hóspede, às vezes hospedeiro, a figura do refém também teria a necessidade de ser fantasma. A hospitalidade fraterna mostra que é preciso acolher o outro, independentemente de suas qualidades, como se estas pudessem limitar ou comprometer a pureza do acolhimento. Na incondicionalidade do acolhimento ao estrangeiro acolhe-se também a sua espectralidade. Reconhecendo a existência da espectralidade, torna-se necessário acolhê-lo sem esperar, reconhecer ou julgar seus predicados reais, como estrangeiro (*umheimlich*) que é: não há hospitalidade sem a espectralidade: é na espectralidade que reside o segredo<sup>42</sup>.

A hospitalidade pode ou não – assim como Deus – dar, perdoar e ordenar. Por isso a cidade-refúgio é mais do que uma promessa: é o lugar dos culpados, assassinos, vítimas, perseguidos. A cidade-refúgio é o lar dos fantasmas, espectros materializados nos segredos dos hóspedes, que residem no acolhimento escatológico dado à diversidade e à ambiguidade. A cidade-refúgio é onde uma civilização pratica a fraternidade ao proteger a inocência subjetiva e perdoar a culpabilidade objetiva, assim como desmentidos e atos infringentes. É na cidade-refúgio que entregamos a Deus e reencontramos a morte no rosto do outro. A cidade-refúgio vai além do refúgio ao reconhecer, entre seus habitantes, a esperança que existe “(...) entre a ética ou a santidade da hospitalidade messiânica e o ‘processo de paz’, o processo da paz política de outra parte” (DERRIDA, 2008, p.133).

Assim como na hospitalidade absoluta, na hospitalidade de direito quem abre a porta ao estrangeiro-hóspede é “o senhor da casa”. A diferença aparece na forma como o hóspede é recebido: na hospitalidade de direito, o hospedeiro recebe na soleira da porta indagando o hóspede sobre sua procedência, a fim de verificar se este tem direito à hospitalidade. A diferença entre a hospitalidade incondicional e a hospitalidade de direito é aqui estabelecida: enquanto na primeira o acolhimento ao rosto é incondicional – o *guest* se faz conhecer depois de cruzar a porta – na hospitalidade de direito é necessário interrogar a quem chega na porta. A

---

<sup>42</sup> LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 131.

primeira intenção desse interrogatório é criar uma passagem entre ambas as culturas e assim fazer surgir o lugar de hospitalidade. As formalidades da “passagem” acontecem através dos limites e condicionantes das leis e tradições de hospitalidade do “dono da casa” ou “senhor do lugar”, seja este um estado, uma cidade ou um lar. Dessa maneira, a lei formal da hospitalidade toma para si o papel de uma lei paradoxal, pois perverte a hospitalidade incondicional, quando as regras que a condicionam são concebidas a partir da sua incondicionalidade. Já ao anônimo – o outro absoluto – é dispensado o tratamento de bárbaro, não tendo este direito algum à hospitalidade, o que não aconteceria com a hospitalidade incondicional. Se a hospitalidade incondicional rompe com a hospitalidade de direito, a primeira possibilita colocar esta última em constante questionamento de seus limites e normas: ambas são tão heterogêneas quando falamos na justiça do direito, apesar de indissociáveis. Derrida lembra a tradição cosmopolítica de hospitalidade em Kant, onde, para garantir que será recebido, o estrangeiro é induzido a declinar e garantir sua identidade, como se fosse testemunha diante de um tribunal <sup>43</sup>. Mas afinal, quem é o estrangeiro?

O costume é definir o estrangeiro em relação à família ou à nação a partir de seu nascimento, quer seja pela lei do solo ou sangue. Em Derrida, os critérios mudam, e os estrangeiros – exilados, deslocados, nômades, desenraizados, deportados, expulsos – são identificados pela saudade de seus mortos e sua língua. A primeira referência – os mortos – é criada a partir da cidade ou país onde estão enterrados os laços de sangue, o lar natal, que é o marco a partir do qual se medem todas as viagens. Já a segunda – a língua dita materna – vem a partir da necessidade de reconhecimento entre os iguais em terras distantes: Derrida a considera como a última pátria do sujeito, mesmo a sua última morada, apesar da “(...) dita ‘língua materna’ já é a ‘língua do outro’” (DERRIDA, 2003, p. 79). A língua dita materna, aquela que carregamos por toda a vida, é vista como o lar de *localização deslocante*: talvez seja uma segunda pele, uma identidade entre irmãos de *logos*, como se existisse nela algo de *ethos* em geral<sup>44</sup>. Um exemplo é a cultura gaúcha: um uruguaio que vive em Montevidéu é mais próximo culturalmente ao gaúcho do que um cearense. Ainda, por sua “língua” cultural, arquitetos identificam-se onde forem ou por onde estiverem.

A língua coexiste com a experiência da hospitalidade: ela é o endereço do outro. Acolher a língua do outro é acolher aquele que porta a *différance*, quase-conceito já comentado nesta tese, ao qual voltaremos. Talvez a hospitalidade absoluta dependeria da suspensão da linguagem, ou, como já questionou Derrida, a hospitalidade dependeria de certa linguagem determinada, e mesmo do endereçamento ao outro. O filósofo considera

---

<sup>43</sup> DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p.23-25.

<sup>44</sup> DERRIDA; DUFOURMANTELLE. Idem., p. 79, 81, 83.

que a própria lei da hospitalidade poderia ser descrita como um cruzamento de línguas ou códigos<sup>45</sup>. Se, por um lado, empurramos as coisas num sentido de formalização geral e abstrata, nos servindo de textos de filosofia e literatura, por outro, os fatos direcionam para as urgências políticas, culturais e sociais de nossa civilização: estas não só atualizam estruturas clássicas como também possibilitam desconstruir essas heranças ou as interpretações provenientes dessas heranças. Esse tema foi trabalhado por Derrida ao analisar a relação das novas tecnologias e as maneiras como estas influenciam na experiência espacial e sensível, conforme já foi colocado no capítulo anterior. Portanto, a hospitalidade incondicional na verdade não existe como tal: ela está sempre *por vir* (*à venir*) para os indivíduos.

É no espaço interior da habitação que surgem os reais limites do acolhimento do outro<sup>46</sup>. É preciso lembrar que o hospedeiro é um hóspede em sua própria casa, que no fundo não lhe pertence, apesar de ele se considerar o dono da terra. Essa condição seria precisamente a feminilidade da mulher, portanto, a receptividade em si: a receptividade e acolhida – atribuições do feminino – fazem do hóspede o senhor do lugar – da interioridade da morada e do hospedeiro: o gesto de acolhimento confia a abertura do acolhimento ao “*ser feminino*” e à “*dimensão de feminilidade*”, que tem como sua morada a habitação – mas não necessariamente na casa em si, e sim no *espaço de habitação*; apesar da ausência empírica do ser humano de “*sexo feminino*” em uma habitação, esse fato não muda nada a dimensão de feminilidade do espaço. É necessário sempre lembrar, nesta leitura, o uso da diferença sexual como metáfora do pensamento do acolhimento e sua ética: nunca neutralizado, o acolher é “*feminino*” por excelência: seu lugar é na interioridade do ser, que recebe para ser recebido, pois é convidando o hóspede a hospedar-se na propriedade que o recolhimento passa a acontecer<sup>47</sup>. Como se o “*feminino*” em um espaço significasse “*submissão à presença do hóspede*”, o desvincular-se do *em si* da hospitalidade dá espaço à experiência de alteridade do outro e para o

---

<sup>45</sup> DERRIDA; DUFOURMANTELLE. Idem, p. 117.

<sup>46</sup> “(...) o architetonique reconduz, talvez a filosofia ao habitável da habitação: é sempre a interioridade de uma economia que coloca os problemas de acolhimento que nos preocupam aqui”.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspecevinas jamais separoutiva, São Paulo: 2008, p.55.

<sup>47</sup> “A casa que fundamenta a posse não é posse no mesmo sentido que as coisas móveis que ela pode recolher e guardar. É possuída, porque ela é, desde logo hospitaleira a seu proprietário; o que nos remete à sua interioridade essencial e para o habitante que a habita antes de qualquer outro habitante, para o acolhedor por excelência, para o acolhedor em si – para o ser feminino. Será preciso acrescentar que de modo algum se trata aqui de defender, tocando as raias do ridículo, a verdade ou a contraverdade empírica de que toda a casa supõe *de facto* uma mulher? O feminino foi descoberto nesta análise como um dos pontos cardeais do horizonte em que se coloca a vida interior – e a ausência empírica do sexo feminino numa morada nada altera à dimensão de feminilidade que nela permanece aberta, como o próprio acolhimento da morada”

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 150.

outro, como deferência. A metafísica, que para Lévinas é a “ética ou filosofia primeira por oposição à ontologia” (DERRIDA, 2008, p. 64) se abre para acolher a ideia de infinito no finito: uma experiência de hospitalidade que passa por essa separação e transcende para a alteridade. A hospitalidade tem a força de uma declaração de paz. Manifestada na deferência ao outro, na experiência de hospitalidade em relação ao outro é condicionada a alteridade infinita, pois ela é acordada ao acolhimento da ideia do infinito, portanto, do incondicional. É a partir da ideia de infinito e incondicionalidade em relação à hospitalidade que a afirmação de Levinas – “a moral não é um ramo da filosofia, mas a filosofia primeira” (DERRIDA, 2008, p. 65) – é acordada em relação ao acolhimento.

Portanto, a hospitalidade infinita regula a prática política ou jurídica, determinando os limites da hospitalidade de fato. A intencionalidade da hospitalidade resiste à tematização por não saber tornar-se objeto, coisa ou tema: está no gesto do acolhimento, nas boas-vindas oferecida ao rosto que porta em si a *différance*. A tematização passa a existir com a hospitalidade e o acolhimento, e não antes dela. Já o “fechar a porta” implica como possibilidade de hospitalidade em outro lugar, que se comprometa com a declaração de paz pré-originária: a própria recusa à hospitalidade acontece sobre um fundo de paz que não pertence à ordem ou ao espaço político, pois a paz ultrapassa a um pensamento puramente político. A paz está na intencionalidade do acolhimento, que se abre como hospitalidade e acolhimento do rosto. Está presente na ética da hospitalidade e na ética em geral. A hospitalidade não se deixa circunscrever ou derivar e não tem contrário algum: alergia, rejeição, xenofobia e a própria guerra manifestam o que Levinas chama de hospitalidade<sup>48</sup>. Não há intencionalidade antes do acolhimento do rosto: este carrega a justiça que utiliza a bondade que a hospitalidade traz como veículo, a qual se expressa na linguagem da amizade. A intencionalidade renuncia à tematização, onde é preciso fazer compreender a hospitalidade e sua fenomenologia. A compreensão fenomenológica do que é hospitalidade interrompe-se em seu curso, quando acontece o entendimento do processo de interrupção de si por si mesmo como outro. A interrupção se decide como interrupção – em nome da ética em-si e por si mesma. Ela acontece na descrição fenomenológica quando segue uma análise intencional fiel ao seu movimento e normas, produzindo essa interrupção à tematização. Isso quer dizer ser infiel a si por fidelidade a si e pela consciência do que é hospitalidade.

Continuando a análise da hospitalidade de acordo com a metafísica do rosto, uma redefinição da sua subjetividade em nível de sujeito nomeia de passagem o acolhimento na casa, do *em-si* e *para-si*, como “terra de asilo”,

---

<sup>48</sup> “(...) o pior torturador – se é que ele não o salva – aquilo mesmo que ele destrói, nele ou no outro, a saber, o rosto. Que ela queira ou não, que se saiba ou não, a hostilidade testemunha a hospitalidade<sup>48</sup> (...)”

sempre precedido da figura da “alteridade feminina” e sua doçura: acolhimento por excelência, este se cala no silêncio, por ser a sua linguagem. Se o acolhimento pressupõe uma pré-abertura, este nunca se reduz à figura determinada de um espaço, ou à abertura. O acolhimento movimenta-se em giro em direção ao outro, abre a porta em seu limiar e se oferece ao outro como se fosse o outro rompendo com a tematização através da fenomenologia. Essa decisão faz com que se acolha no rosto do outro o Altíssimo, a quem toda liberdade é subordinada. Esta última *subordinação* produz um assujeitamento que, ao invés de privar o sujeito de liberdade de tematização, liberta-o da ordem dos condicionantes e o traz para o mundo da subjetivação, o que termina por redefinir a subjetividade como hospitalidade: separação sem negação e sem exclusão, portanto, acolhimento. Essa energia do “sentir-se em casa” desvincula, mas não separa o sujeito que é hóspede, portanto, acolhido. Assim como o ser-hóspede, o ser-refém é a subjetividade do sujeito enquanto exerce a responsabilidade do seu papel vinculado ao outro e pelo outro. Para Derrida, a palavra hóspede e a palavra refém movem-se em uma familiaridade semântica: o hóspede é o refém quando pode ser substituído e se assujeitar. É uma situação de *hostipitalidade*: a figura do refém não depende da sua singularidade como pessoa, mas, sim, da sua posição. Por esse motivo é um sujeito *assujeitado*, que pode vir a se tornar hostil, um inimigo. No momento em que ele entra em cena e passa a assumir a responsabilidade pelo outro, ele torna-se a figura em questão e não mais a questão. O refém é perseguido no próprio lugar onde se encontra domiciliado, sendo ele emigrado, exilado, estrangeiro, hóspede sempre, mesmo antes de eleger o lugar como domicílio:

Movemo-nos nos meandros obscuros de uma familiaridade semântica, senão etimológica, entre *hóspede* e *refém* (...). Que se subentenda na palavra refém (*ostage*) um hóspede dado ou recebido em *penhor* substitutivo nos lugares do poder e à disposição do soberano (...) a partir de uma condição obsidional, permanece possível, segundo as duas vertentes, de reencontrar o penhor da substituição (“ a acusação de todos”, “a responsabilidade por todos”), a saber, a passagem que abre Lévinas entre estas duas figuras da mesma ética: a hospitalidade sem propriedade e a “obsessão persecutória” do refém. Como já pudemos lembrar, fica atestada a genealogia que liga o termo de ipseidade (desde sempre no centro do discurso de Lévinas) à semântica da hospitalidade, do *hospes* como *hosti-pet-s*, isto é, o mestre do hóspede, onde as significações do si mesmo, do controle, da posse e do poder se emaranham numa rede cerrada, vizinha da hostilidade do *hostis*”. (DERRIDA, 2008, p. 74- 75).

No capítulo III de *Adeus a Emmanuel Lévinas*, durante as colocações sobre a ética da hospitalidade, Derrida chama atenção de que esta ética – que trata, sobretudo da *différance* – passa a ser possível com o movimento de quem se separa acolhendo, quando é preciso saudar a transcendência infinita de uma santidade separada – que não deve ser confundida com a

sacralidade – e diz sim ao que chega ou mesmo ao que parte. Essa ética transcende o político e vai além do político. O vestígio de um rosto que se retira desarticula as dimensões do tempo e modifica a natureza da presença e suas representações temporais. Sem dúvida, este traço do rosto, que Derrida nomeia de *visitação* (DERRIDA, 2008, p.82), desarticula e perturba como a inesperada – ou mesmo temida – visita do rosto inesperado: a rememoração empírica do passado do sujeito ultrapassa toda e qualquer hipótese de recordação de passado e, portanto, não pertenceria a nenhuma evocação de memória no tempo presente. A chegada do rosto inesperado, que ultrapassa desde sempre a formalidade do convite na relação do hóspede e hospedeiro, cria a situação de imprevisibilidade em relação a qualquer diálogo entre hóspede e hospedeiro: essa irrupção traumatizante faz compreender a hospitalidade e suas leis – por mais perturbadoras e perversíveis que estas sejam – pela incondicionalidade de receber aquele que é inesperado, o que porta em si a *différance*. O acolher, portanto, é dar lugar ao lugar de hospitalidade, independentemente de lugar<sup>49</sup>. Ao acolher o rosto que chega de surpresa, portando a diferença – e que por isso surpreende – o sujeito é chamado para a prática de alteridade em relação à *différance*<sup>50</sup>, nas suas diversas relações possíveis: a alteridade do outro e para o outro – a abertura que acolhe o infinito do outro – leva os indivíduos às conexões entre suas dimensões cósmicas. Quando o sujeito reconhece a *différance* em sua individualidade, sem querer enquadrar a sua distinção em um sistema estético socialmente aceitável pelo sistema espetacular, imediatamente as suas referências espaciais são revistas. Os lugares de encontros entre ambos são cartografados, em nível intuitivo e mental, como espaço de entrelaçamento entre as paisagens psicossociais do *por vir*. Dessa maneira, diferentes potências de acolhida e refúgio são trazidas à luz, e as diferentes possibilidades de coexistência consagram-se como verdades inerentes à existência humana. Neste ponto é conveniente lembrar que a desconstrução acontece como *différance*.

---

<sup>49</sup> DERRIDA, Jacques. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade. Ed. Escuta, São Paulo: 2003, p.129.

<sup>50</sup> Ver a definição do “quase-conceito” de *différance* na introdução desta tese.

## 2.2 O acolhimento na Arquitetura

Em arquitetura, cartografia e nas demais linguagens que utilizam a imagem como expressão, a representação dos acolhimentos potencializa em força e verdade o seu chamado à alteridade. Assumir, como prática, uma política de representação dessa natureza possibilita estruturar pontes para transpor a ruptura entre incluídos e excluídos. Neste caminho em busca da coexistência, a abertura ao *por vir* e o diálogo entre diferentes são ações necessárias e óbvias. A verdadeira política de inclusão transpõe limites, quebrando paradigmas e violando axiomas, com o intuito de abrir espaço de passagem em bordas socioculturais, que frequentemente já viraram barreiras. Solis chama esta questão quando coloca o conforto como medida da hospitalidade: para a filósofa, o conforto de morar está muito mais no cérebro do que nas costas. O conforto, portanto, não se encontra relacionado diretamente a qualquer tipologia arquitetônica, mas nas “normas da casa” daquele que hospeda, configurando, como já comentamos, um “abuso da hospitalidade”, o não cumprimento das normas<sup>51</sup>. Todos os espaços possuem potenciais de hospitalidade, inclusive espaços carentes de identidade, aqueles espaços que parecem estar “entre espaços”. Independentemente da função, forma ou estado de qualquer arquitetura ou espaço urbano, quem dá sentido à sua existência é o grupo que a acolhe e a nomeia como sua “casa de afetos” e ali convive: o espaço se transforma em lugar de acolhida e receptáculo de com-vivência, nem que seja por um curto espaço de tempo. Acolher pressupõe tolerância entre diferentes, não determinada pelas formas arquitetônicas envolvidas, nem mesmo pela existência de uma arquitetura específica. O espaço edificado é o menos importante, pois, conforme já escrito neste texto, o lugar de hospitalidade nasce pelo reconhecimento e pela vontade de acolhimento mútuo.

Portanto, as relações de hospitalidade de uma cidade acontecem pelas sucessões de encontros, tendo a malha urbana como cenário. O que determina as condições de habitabilidade é o modo como as diferentes formas arquitetônicas coexistem com as experiências da hospitalidade: conforme a “língua” utilizada em sua concepção e uso, tornam-se claros esses condicionantes. Infelizmente, é comum ver arquitetos urbanistas praticarem uma lógica projetual que divide a malha urbana em arquipélagos de uso específico, separados por avenidas de tráfego rápido, que acabam funcionando como barreiras de exclusão, estratificando o espaço e insuflando o medo da *différance*. Modelos de cidade onde os veículos

---

<sup>51</sup> SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura**: uma abordagem a partir de Jacques Derrida. Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p.153.

substituem os pedestres fazem as ruas se tornarem cada vez mais inóspitas e perigosas. Para haver mudança nesta condição é preciso abrir possibilidades de reversão da atual realidade exclusiva, fato possível quando há uma verdadeira preocupação com a resignificação do sentido de abertura e inclusão na cidade. Jacobs, em seu clássico “Morte e vida nas grandes cidades”, já ensinava no primeiro capítulo sobre a importância da escala humana da arquitetura: a ação das portas e janelas que agem como “olhos da cidade” e das ruas onde coexistem diferentes usos que trazem movimento para as calçadas em diversos horários faz o contínuo fluxo de pedestres melhorar as qualidades do acolhimento entre diferenças e para com a *différance*<sup>52</sup>.

As atuais condições de hospitalidade não raramente obrigam as pessoas a desafios *hostipitais*, como arrambar portas e transpor muros, ou mesmo abismos. Conforme já foi colocado no capítulo anterior, quem mora na rua espera lojas fecharem para dormir sob suas marquises ou o sol se pôr para deitar no banco da praça. Rocha coloca que as cidades são repletas de abandonos e abandonados, por todos os lados: enquanto edifícios abandonados sugerem ocupações para justificar sua existência, abandonados acolhem diferentes abandonos para habitar: abandonados perambulam pelas ruas, pelas calçadas, adentrando edifícios vazios. Os abandonados cheiram mal, faltam-lhes roupas, comida, dentes e objetos de consumo comuns aos acolhidos<sup>53</sup>. Porém, suas lições de habitabilidade nos levam a pensar o que realmente é preciso para chamar um lugar de lar.

No pensamento logocêntrico, o ato de habitar é naturalmente relacionado ao fato de ter um lugar determinado e limitado por paredes, onde o sujeito sente-se bem, por ali conviver com a estabilidade e o previsível. Solis chama a análise do pensamento de Kant sobre a casa, que o filósofo descreve como a única barreira contra os horrores do caos exterior e da noite: no seguro e contido espaço de “estar em casa”, a liberdade humana desabrocha, tornando possível reconhecer as belezas da vida estável e o prazer da meditação imóvel em frente à TV. O que chama a atenção da filósofa para este pensamento em relação à desconstrução é o fato de Kant colocar o habitar como possibilidade de o sujeito manter-se centrado em seu mundo, onde pode afirmar continuamente a solidez dos fundamentos que acredita: se a ideia de estável remete ao estado de estar dentro de um espaço que o contenha, conseqüentemente, “estar fora” representa no logocentrismo a instabilidade, o inóspito e o desconhecido. Na desconstrução acontece o oposto, quando considera que o que está fora está dentro. Desconstruir não significa destruir algo que está construído, seja fisicamente, culturalmente ou teoricamente. Na desconstrução, o

---

<sup>52</sup> Jacobs, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 29-57

<sup>53</sup> ROCHA, Eduardo. **Arquiteturas do abandono**. 2010. 263f. Tese (Doutorado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010, p. 56.

sujeito nomeia o que é familiar por uma percepção de identidade com o mundo exterior, e não pelo que está dentro de sua casa, pois, em seu pensamento, a instabilidade permeia o movimento. Essa lógica reflete-se em toda e qualquer expressão arquitetônica fundamentada na filosofia da desconstrução: seus limites vão além da desconstrução da simbologia das paredes, atingindo o próprio objeto arquitetônico, não repelindo o exterior para guardar o interior com segurança ou como segredo, por mais surpreendente que o interior de uma arquitetura possa ser. Os espaços são contínuos, permeados pelo movimento e pela instabilidade, como uma curva de *Moebius*: sem frente e verso, sem dentro e fora, sem começo nem fim, essa figura geométrica aproxima e incorpora o dentro e o fora pelos ajustes, sem expelir ou repelir<sup>54</sup>. Essa ambivalência leva à impossibilidade objetiva na obtenção de respostas ou conclusões em relação ao uso e forma do espaço desconstruído: se a arquitetura da desconstrução não limita a leitura espacial ao olhar do arquiteto, acreditando que ela depende das vivências e experiências espaciais individuais, todo espaço habitado é “desconstruível” em termos de significado, uso e forma. Solis lembra que desconstruir não significa destruir, e sim questionar o modelo arquitetural através dele mesmo e suas metáforas<sup>55</sup>.

A arquitetura da desconstrução foge do que é comumente visto como familiar: sua ambivalência cria espaços que abrigam e acolhem, enquanto convivem com elementos que lembram sentimentos de rejeição, de expulsão e de hostilização. Esses elementos não dizem respeito à forma arquitetônica, mas aos valores humanos que despertam no observador, conforme a sua percepção espacial individual. Apesar de a desconstrução parecer a *des-familiarização* da metáfora arquitetônica, ela não funciona em si como uma metáfora arquitetônica. A desconstrução é uma maneira de questionar o modelo arquitetônico tradicional através dele próprio e suas metáforas, como as fundações, superestruturas e planos cartesianos: significa colocar a questão da arquitetura na dimensão filosófica e, talvez, da arquitetura através de si e por si. Solis lembra que Derrida sensibilizou-se em relação à Arquitetura da desconstrução por sua proposta de desconstrução dos elementos essenciais da tradição, tais como: a subordinação da arquitetura aos valores vitruvianos, e, principalmente, o valor de moradia ou “habitação”, não significando que os arquitetos em questão tivessem a intenção de produzir uma arquitetura que privilegiasse a feiura, a inabitabilidade ou a inutilidade, mas, sim, uma *des-familiarização* do modo de ver e conceber arquitetura. Isso significa deslocar a ideia do que é familiar em arquitetura sem a intenção de destruí-la, utilizando a *des-familiarização* como uma tentativa de libertar a arquitetura das sólidas “finalidades externas”, porém, não objetiva reconstituir uma espécie de arquitetura pura e original: o objetivo da *des-familiarização* é *contaminar* a relação da

---

<sup>54</sup> SOLIS, Op.cit., p. 140-141.

<sup>55</sup> SOLIS, Op.cit., p. 146.

arquitetura com outros meios e outras artes, assim desconstruindo-a em ideia e forma<sup>56</sup>.

Em termos urbanos, pensar a desconstrução possibilita rever o modo de viver a cidade em seu uso, forma e significado, principalmente questionando o que é público e o que é para *certos públicos* em seus espaços. Espaços de uso considerado público, como hotéis, museus, bibliotecas, centros de cultura, prefeituras, mercados, templos, escolas e todo edifício público em geral são espaços com a potência de acolhimento em sua concepção e função, portanto, espaços “desconstruíveis” em termos de significado<sup>57</sup>. Ainda é possível incluir nessa lista as praças e parques; ruas, avenidas e todos os elementos da malha urbana. A desconstrução dos significados espaciais demonstra a possibilidade da *desdomesticação* do pensamento dos arquitetos. Este processo leva ao que Solis chamou de uma “indecidibilidade” contida, que se manifesta nos espaços *entre* o dentro e o fora. A ideia de indecidibilidade espacial na desconstrução pode ser comparada à leitura que Derrida faz do *Unheimlich* freudiano. Em arquitetura, a ambivalência da indecidibilidade, acompanhada da “inquietante estranheza” (*unheimlich*) na arquitetura da desconstrução, faz do objeto arquitetônico um “estranho familiar” ou um “familiar estrangeiro”. É preciso lembrar que, ao escrever sobre arquitetura, a referência sempre é o habitar em suas diversas escalas. Em termos de cidade, o que é não familiar em imagem ou forma contém o que é familiar em ideia e verdade<sup>58</sup>.

Portanto, a pressuposta familiaridade inicial não seria frequentemente decomposta a partir da reflexão sobre a forma construída? Ou o fato de ser familiar poderia ser pensado apenas como uma tradição, ou mesmo costume de buscar certezas estéticas convencionais que encantam e pouco comovem? Por que a arquitetura deve remeter ao familiar? Por que a arquitetura não pode invocar a estranheza, o inesperado e o imprevisível, valores que deslocam a emoção para o plano do sublime? Assim como o sujeito identifica-se a partir de seu interior com o mundo que o cerca, o espaço da cidade expressa em sua forma e uso a sociedade que a habita. Nos tempos atuais, a multidimensionalidade elevou a velocidade dos fatos e mudanças, onde comportamentos criam situações que levam à desconstrução frequente de conceitos, dogmas e axiomas, que num passado bem próximo eram intocáveis. Consequentemente, os espaços urbanos encontram, em suas paisagens psicossociais, um estado contínuo de desconstrução de significados. Atitudes que abrem espaços questionam quanto à ética da alteridade e sua prática, trazendo à consciência outras possibilidades de acolhida para com a *différance*. Já estudamos que

---

<sup>56</sup> SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura**: uma abordagem a partir de Jacques Derrida. Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p. 147

<sup>57</sup> SOLIS, Idem, p. 144.

<sup>58</sup> SOLIS, Idem, p. 150.

alteridade abre passagem em limites que separam universos diferentes em nível físico e metafísico, penetrando-os. O mesmo acontece quanto às bordas urbanas: penetrá-las é propor-se a rever o sentido da própria identidade espacial. Essa experiência é vivida quando o sujeito se permite errar na própria cidade, dando chance ao *por vir* em territórios esquecidos, ou mesmo desconhecidos, à espera de significação. A intenção e o ato de trazer a cidade do outro para si é dar sentido à existência do espaço do diferente, o que faz o lugar de acolhida acontecer, dando sentido à sua arquitetura: os sentimentos que surgem nos encontros *au hasard* entre diferentes estabelecem outra lógica no sentir e, conseqüentemente, na percepção espacial. Encontros acontecem por contingências. Estas agenciam as relações recíprocas e envolventes entre figuras, objetos e corpos, necessárias para sua realização. Todo ato de hospitalidade tem sua origem no encontro, que porta no *por vir* a potência da imprevisibilidade, acionada no ato de reconhecimento, abertura e receptividade para o mundo do outro. Encontros significam aberturas de possibilidades de coexistência entre diferentes pensamentos e percepções, em diversos tempos, ao mesmo tempo e em todos os sentidos.

Em termos éticos, o sentido de público e privado na configuração espacial urbana está se perdendo: conforme apresentado no capítulo anterior, as parafernalias eletrônicas de segurança isolam praças, parques, condomínios de luxo e mesmo algumas ruas de determinadas áreas da cidade, segregando. As comunidades das chamadas periferias são controladas por essas mesmas tecnologias. O que muda é o poder que as controla. O poder que rege as leis de hospitalidade de determinado grupo ou classe social isola, excluindo os que não estão de acordo com as suas regras, que, por sua vez, também são isolados e excluídos. Nesses “campos”, a tolerância para com “o outro” existe de forma limitada: seu acesso ao território alheio é controlado, em qualquer que seja a classe social. Dentro deles e entre eles, a infelicidade surge nos grupos – e entre os grupos – que se conformam pelas diferenças às diferenças. É possível para o diferente se deslocar e entrar em território alheio, passando a participar da vida do outro: sua presença desafia a ordem espacial vigente, em seu sentido, uso, e, sobretudo, em termos de estrutura física deste espaço. E, assim, passa a reinar a destituição<sup>59</sup>. Afinal, um hóspede nem sempre é desejável: sua presença questiona a ordem estabelecida no *logos*, às vezes desestabilizando-a ao insuportável. Ao criar seu espaço, a hospitalidade desestabiliza, questiona e desconstrói o antes estabelecido. Ela desacomoda

---

<sup>59</sup> Derrida comenta que a destituição ocorre quando o sujeito mergulha no movimento da implacável lei da hospitalidade: O hospedeiro, que se acredita proprietário do lugar, é na verdade um hóspede recebido em sua própria casa e, até mesmo, em sua própria terra. Estamos de passagem como hóspedes, residentes provisórios neste e noutros mundos: no papel de *host*, o hospedeiro é um *guest*. A habitação, assim como a cidade e a terra de asilo, em sua essência é sem essência.

e retira tudo o que está acomodado do lugar: seu objetivo é criar condições para o *por vir* daquele que porta consigo a potência da liberdade em sua estranheza.

Sabemos que a cidade é muito mais do que forma, formalismos ou significação de linguagem arquitetônica: ela é o rizoma formado por suas sociedades e respectivas culturas. Por esse motivo é necessário repensá-la constantemente como espaço de permeabilidade, que incentive a coexistência entre diferentes. Abrir a cidade é reconfigurar seu espaço através da *des-acomodação* do que está acomodado, recortando aberturas no que está fechado, para a hospitalidade acontecer. Fuão lembra que a hospitalidade não é fundada na dívida, mas na dúvida, na incerteza, na indecidibilidade e, principalmente, na impossibilidade de uma retribuição. O lugar de acolhimento é criado pelo Outro, que está de passagem por um espaço determinado, e não ao contrário. Ao dar lugar ao lugar de hospitalidade, é possível entender por que Derrida considera a hospitalidade como sendo a fundamental fundadora da história da nossa cultura, frequentemente não reconhecida como tal. A hospitalidade e a interioridade são construídas pelo que chega com o outro e para o outro: ela abre (ou recorta) de fora para dentro ou de dentro para fora ou simultaneamente de dentro e de fora, assim constituindo a interioridade, como um edifício em construção<sup>60</sup>.

A hospitalidade faz repensar o sentido da Arquitetura em suas diferentes dimensões. A busca de possibilidades de transcendência dos seus habituais paradigmas estéticos e espaciais remete aos questionamentos em relação à sua ética e ao seu papel social e político. A abertura dá sentido e convida ao gesto de acolhimento. Portanto, onde existe abertura existe acolhimento em potência. A prática da ética da hospitalidade em Arquitetura começa com a intenção de projetar espaços que promovam a inclusão do diferente: dar lugar ao lugar, abrir o lugar, dar passagem e passo ao outro. Acolher a *différance* é buscar formas de abrir espaço à sua inclusão, como: deixar as portas se abrirem e criar pontes e passagens que unam mundos separados por abismos, sem guardas ou qualquer vigilância. A inclusão, portanto, não depende somente da qualidade espacial, mas, sim, das formas dos acolhimentos que nascem com os encontros: reconhecimento, alteridade, abertura, vazão e espera. Acolher é abrir-se para novas e diferentes possibilidades de acolhida.

Os constantes deslocamentos de seres por entre as Arquiteturas da cidade questionam os arquitetos que acreditam na autonomia da Arquitetura como objeto construtivo, esquecendo que o fundamento da Arquitetura é as pessoas: seu propósito é esperar, abraçar e guardar o errante para descansar e errar em sua espacialidade, como se para existir

---

<sup>60</sup> FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs). **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ 2015, p. 62-63.

dependesse de um contínuo movimento de abertura e fechamento, com os seus espaços se alternando entre a espera e a errância, em termos de significação. Em Fuão, a cidade pode ser vista como espaços onde suas bordas, ora permeadas, ora entrelaçadas e ora fechadas, formariam um mundo de espaços de redes de *esperrâncias*, palavra utilizada em seus estudos para designar o ato de esperar na errância e de errar na espera, nominando o abraço simultâneo de situações de espera e errância. A *esperrância* ilustra em sua dança os limites de uma situação em intermitente deslocamento. Essa forma de pensar talvez fosse uma maneira de resgatar o verdadeiro objetivo da Arquitetura: o de acolher o ser humano – em suas diversas formas de *modus vivendi* – enquanto pratica sua eterna espera pelo errante que chega. Em todo espaço habitam a espera e a errância: enquanto uma está ativada, a outra está no *por vir*, como se a *esperrância* fosse ativada no espaço deste “pensar suspensivo” dos caminhos e pontes de união entre “mundos” da errância: nos encontros em praças, mercados e parques da cidade, na conversa, no olhar, no cheiro, no passo. Sua potência vive no encontro *por vir*. Existe um mundo infundável de esperança dentro daquele que aguarda o errante – aquele que pode vir a mudar sua vida, sua existência: o hóspede que chega propõe ao que espera o acolhimento do mundo que chega com ele. O encontro de ambos faz nascer um “terceiro mundo”, que justifica o propósito do encontro.

A natureza do acolhimento desenvolve-se pela articulação ativa entre o familiar e o estranho. Estes se permeiam, criando o espaço de passagem entre o “dentro” e o “fora”, dando sentido à existência do espaço de acolhimento. No cenário da acolhida, a inversão de papéis é frequente: espera e inesperado andam juntos, acolhendo-se e criando, confundindo-se em papéis e espaços, simultaneamente *esperrando*. Fuão compara este movimento às figuras da collage: enquanto uma espera, a outra busca seu lugar, ou ambas erram, simultaneamente, na disjunção do lugar do outro, onde está a possibilidade de conexão, articulação e criação do novo lugar<sup>61</sup>.

Já foi colocado que toda e qualquer condição humana coexiste com seu binômio: enquanto o sujeito é hóspede, é hospedeiro, simultaneamente. Nos lugares de acolhimento, a impermanência rege a dança dos encontros e a inversão de papéis, como em um contínuo ir e vir. A compreensão deste movimento faz entender a arquitetura da hospitalidade como o vetor da criação de lugares de encontro para que o acolhimento ocorra juntando singularidades, assim transpondo seus limites e permeabilidades. Sabe-se que a formação do arquiteto o induz a projetar espaços com limites de permeabilidade bem definidos. Do questionamento para tais definições, as nomenclaturas nascem estabelecendo aberturas e fechamentos. Seria conveniente que as paredes que ocultam e separam espaços fossem projetadas com possibilidades de mobilidades e

---

<sup>61</sup> FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs): **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EDUERJ 2015, p. 65 e 66.

deslocamentos, para adequar o espaço à chegada dos movimentos do *por vir*. No universo da cidade, a contextualização depende da natureza do espaço. Convencionalmente, o arquiteto os chama de privado, semipúblico, semiprivado, público e assim por diante, definindo o nível de permeabilidade que é permitido nas suas bordas. É nas bordas que se encontram as potências espaciais de acolhimento. A junção e a costura de bordas acontecem pelas aberturas, que são possibilidade de conexão e articulação do lugar de acolhida em si. Independentemente do tamanho, a abertura sempre porta a potência da acolhida e união entre espaços. Porém, em nome da paz (ou *pax?*), o significado de abrir e acolher passa pelo respeito e tolerância às diferenças enquanto diferenças.

Infelizmente, as lições espaciais do século XX não foram o suficiente para convencer os servidores do mercado imobiliário das qualidades segregacionistas dos espaços urbanos fechados: condomínios fechados por muros e núcleos urbanos que se fecham em si, ignorando a malha urbana do entorno, são arquiteturas que negam passagem ao *por vir*. Ao cercarem-se de muros, câmeras e guaritas, a revisão das regras de hospitalidade passa a ser controlada pelos mercenários da segurança urbana da indústria do medo: enquanto garantem a venda de falsas sensações de segurança, fomentam a hostilidade para com o Outro. Integrar a trama urbana existente com a projetada, abrir e dar passagem aos espaços da cidade e suas arquiteturas é potencializar os encontros possíveis e a alteridade. O acolhimento entre diferentes desloca as relações espaciais urbanas para o plano ético: desconstrói pré-conceitos, abrindo novas possibilidades de reconhecimento, tolerância e coexistência.

Em uma cartografia, o conjunto dos diferentes elementos percebidos e sua composição em signos poderia ser comparado a uma *collage* das diversas percepções que chegam ao cartógrafo. Na cartografia dos Contramapas, a *collage* é vista, como em Fuão, como uma metáfora da ética da alteridade: “(...) a arte de acolher diferenças conservando as diferenças enquanto diferenças (...)” (FUÃO, 2015). Para melhor compreensão da questão acima é pertinente elucidar a relação que Fuão estabelece entre os movimentos da *collage* e dos encontros humanos: Em Fuão, “a (feição) que acolhe” e os diferentes sentimentos de união que o acolhimento pressupõe podem ser traduzidos pela palavra “cola” e suas palavras derivadas, como *collé* e *colli*. Portanto, podemos entendê-lo como a ação de colar da *collage*: o acolhimento é sempre a “ação de colher algo”, como a colher que colhe para alimentar, agregar, juntar, como se fosse o receptáculo da colher colhendo. A utilização de colher como sufixo também designa o ato de “cultivar” no sentido de cuidar e colaborar. Morfologicamente, “colher” é também a concavidade da dobra do corpo, que se dobra e desdobra para acolher o outro, nos rituais dos encontros. No italiano, nós encontramos a palavra de origem latina *colligare*, que significa “unir” e “colar”. Na mesma origem, ainda encontramos o conceito de “coleção”, “coligação”, “colaborar” e “coligir”. Ainda, se nos remetêssemos ao verbo imaginário

*colegare (colligare)*, seria possível relacionar a ideia de “colegas e amigos que andam juntos”: uma turma<sup>62</sup>.

Em meu texto “Mapas de hospitalidade”, comentei que o significado da palavra “cola” também se refere ao significado da palavra “symbolon” para os gregos: na Grécia antiga, quando dois amigos se separavam, quebravam uma moeda, um prato de argila, uma concha ou um anel. Quando o amigo ou alguém da sua família voltava, ao apresentar a sua metade, ela deveria combinar com a metade remanescente do anfitrião. A combinação das duas metades (*symbálein*=juntar, reunir) revelava a identidade do hóspede ao hospedeiro, assim assegurando seu direito à hospitalidade. O ritual também era utilizado como meio para reconhecer pessoas, como os pais quando tinham que se separar dos filhos por um longo tempo. Esse meio de reconhecimento tinha o nome genérico de “symbolon”, o qual denominava todas as comunicações por sinais daquela sociedade, como as insígnias de deuses, os presságios, os augúrios e convenções comerciais da época. Com esse amplo sentido, originou-se a palavra símbolo, o que sempre faz referência e revela a outro, uma das origens das formas de representação que hoje conhecemos. A etimologia do conceito mostra o símbolo como algo composto: apenas quando combinado é um símbolo. A semelhança com a palavra “cola” está no sentido de aglutinar, reunir o que estava disperso. É no gesto da abertura que se cola e acolhe, se envolve algo<sup>63</sup>.

Para cartografar acolhimentos, é necessário nomear as formas que o traduzem em cartografia nas suas diferentes formas e qualidades. Aprofundaremos este estudo no próximo capítulo, quando estudaremos as formas de acolhimento encontradas nas tramas urbanas e na arquitetura e as suas respectivas relações: as formas do acolhimento não se resumem às formas construídas, mas à dança dos acolhimentos nas formas de convívio e às possibilidades de coexistência entre as pessoas e seus grupos nestes espaços. As formas arquitetônicas podem inspirar, porém, não determinar ou especificar seu uso em definitivo, não existindo formas determinadas para o acolhimento, e sim formas abertas e formas fechadas com diferentes potências para acolher os acontecimentos humanos e seu *por vir*. Sabe-se que as primeiras inspirações das formas arquitetônicas são encontradas nas formas da natureza. A exceção está nas retas, que foram criadas pela mão humana. Por entre as dobras das bordas dos caminhos, surgem as formas da espera para que o acolhimento se realize, nas suas diferentes dimensões e dualidades. A natureza da borda já é um intento para colar ou descolar um lado do outro, como a concavidade da colher quando transborda seu conteúdo. A dobra cola, descola, guarda, resguarda, rejunta o distendido ou separa: deixa passar, abre e fecha, indefinidamente. Porém, a dobra em si

---

<sup>62</sup> FUÃO, Idem, p.93-94.

<sup>63</sup> PAESE, Celma. Mapas de Hospitalidade In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs): **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ 2015, p. 219.

não é acolhimento, sendo apenas a expressão do acolhimento em abertura e fechamento: a sua abertura abre a possibilidade da entrada do outro no outro.



# MAPAS E CONTRA MAPAS





### 3 MAPAS E CONTRAMAPAS

Este capítulo é dedicado à conceituação de mapas e contramapas. A cartografia é vista como um dispositivo de apropriação, registro e comunicação de realidades, que tanto pode servir aos propósitos de controle espacial quanto à profanação desse controle. As intenções revelam-se na política adotada. Partindo dessa premissa, um método cartográfico não pode ser considerado como um iluminador geral de objetos preexistentes, assim como não existem registros que não remetam a este fim. As prescrições qualitativas e quantitativas de uma cartografia nascem dos registros que importam para o processo se localizar nas dimensões do “saber” e do “poder”. Por sua vez, as prescrições subjetivas se localizam nas dimensões do “poder saber” e do “saber poder”. O capítulo está dividido em quatro partes: na primeira, desenvolvem-se os conceitos de mapa, cartografia e dispositivo cartográfico. Na segunda parte, são estudados o conceito e o objetivo dos mapas de controle urbano e as tecnologias envolvidas para tal. Na terceira parte, conceitua-se Cartografia Influencial a partir dos estudos das teorias Situacionistas desenvolvidos no mestrado. Na quarta parte, desenvolve-se a conceituação de Contramapas e das formas de acolhimento na arquitetura. No capítulo seguinte será apresentada sua metodologia e os estudos de caso dos Contramapas de Acolhimento.



## 3.1 Cartografias e mapas

*“(...) O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão” (ROCHA, 2012)*

Mapas são registros de processos cartográficos. Cartografias são processos que registram e comunicam percepções espaciais através de um mapa ou conjunto de mapas. Cartografia também pode ser considerada apenas a representação de uma porção do espaço ou lugar, seja este espaço geográfico, imaginário ou conceitual: pode ser um instrumento de registro de dados de informações de longitude e altitude; um projeto de arquitetura; representar uma cidade; um pensamento desenhado em uma parede; concebido em uma meditação; fazer parte de uma ação subversiva de um grupo; representar o retrato do céu na hora do nascimento do indivíduo. Um mapa pode ser expresso em forma de música, gestos, dança, imagem, desenho ou se servir da combinação das linguagens desses dispositivos. Cartografias registram e comunicam percepções espaciais através de mapas: podemos dizer que, por ser um processo aberto, a cartografia de um determinado espaço é constituída por um conjunto de mapas que o representa de maneiras diferentes, por esses mapas terem objetivos cartográficos distintos. Ou que um mapa por si só é o produto final de uma cartografia. Cartografias também podem ser consideradas apenas a representação de uma porção do espaço ou lugar, seja geográfica ou conceitual: existem meios territoriais em ambos os casos. As cartografias ainda podem ser consideradas instrumentos que servem para atender a necessidades cotidianas de informação e localização das pessoas, assim como no auxílio do estudo do espaço habitado ou desconhecido.

Para Deleuze e Guattari, cartografia vai além da representação do objeto: é um processo que visa acompanhar determinado processo através da investigação. Por ser um método de natureza rizomática, a cartografia constrói uma representação que contribui para a conexão de diferentes campos em diferentes dimensões: um mapa é um elemento móvel, possui múltiplas entradas sem um sentido único, suscetível de receber modificações constantes. Tudo o que é aparentemente igual em uma cartografia é, na verdade, um concentrado de significações de “saber” e “poder” que formam um conjunto acêntrico, uma característica do rizoma<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Um rizoma “(...) contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca, neste sentido, é um rizoma animal, e comporta às vezes uma nítida

Por sua natureza de apropriação, registro e comunicação de realidades, a cartografia pode ser considerada um dispositivo. Esta revela a política à qual serve pela sua função estratégica de domínio, que, como tal, resulta do cruzamento das relações entre o poder político ao qual serve, o desejo de saber e a permissão de informar.

Em *A Microfísica do Poder*<sup>65</sup>, ao comentar sobre a sua História da Sexualidade, Foucault assim se aproxima de uma definição de dispositivo:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (...).

O dispositivo (...) está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (...) (FOUCAULT, 2014, p. 246-247).

Agamben<sup>66</sup> considera o termo dispositivo como essencial na estratégia de pensamento de Foucault e entende a compreensão do conceito de dispositivo como fundamental para a compreensão do funcionamento dos processos de subjetivação da política contemporânea. Herdeiro de Foucault, o filósofo convida a abandonar a lógica do mestre e situa o termo em um novo contexto: um dispositivo é um conjunto de elementos que formam uma rede estratégica de relações de poder e saber, que controlam e direcionam a conduta e as opiniões humanas na sociedade, conforme o objetivo político ao qual servem. Essas máquinas e instrumentos produzem sujeitos sujeitos a múltiplos processos de subjetivação. Os dispositivos agem pela dominação e assujeitamento de um grupo determinado, através da sua capacidade de capturar, controlar, modelar, interceptar e manipular

---

distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação (cf. por exemplo, a lontra). Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre "ao mesmo". Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida "competência". Ao contrário da psicanálise, da competência psicanalítica, que achata cada desejo e enunciado sobre um eixo genético ou uma estrutura sobrecodificante e que produz ao infinito monótonos decalques dos estágios sobre este eixo ou dos constituintes nesta estrutura, a esquizoanálise recusa toda idéia de fatalidade decalcada, seja qual for o nome que se lhe dê, divina, analógica, histórica, econômica, estrutural, hereditária ou sintagmática. (...) As pulsões e objetos parciais não são nem estágios sobre o eixo genético, nem posições numa estrutura profunda, são opções políticas para problemas, entradas e saídas, impasses que a criança vive politicamente, quer dizer, com toda força de seu desejo." DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia** (volume 1). São Paulo: Editora 34, 2014, p. 31

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro: Record, 2014, p.246- 247.

<sup>66</sup> AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** Chapecó: Argos, 2009.

condutas, gestos e comportamentos, opiniões e discursos. A confissão, a prisão e as escolas são dispositivos tradicionais que servem à costura entre determinado poder político e as relações que lhe são convenientes de estabelecer com o saber, movimento que gera a manifestação da “verdade” que interessa aos fins do poder em questão. O vivente que emerge do processo de exposição ao dispositivo se coloca na sociedade conforme a profundidade do sujeitamento e enquadramento sofrido por seu ser.

Já os dispositivos contemporâneos, como a TV, internet, celulares e aparelhos de monitoramento de presença não produzem um sujeito real, mas um sujeito espectral, que surge da indiferenciação entre subjetivação e dessubjetivação, processo que ocorre quando um grupo de dispositivos não mais atendem aos seus fins. Os sujeitos reais não mais se configuram para o enfrentamento no corpo a corpo, pois já não são os sujeitos adestrados que resultam da exposição aos dispositivos, e sim espectros: o processo de mascaramento de identidades aprofunda-se de tal modo que acaba gerando uma espécie de sujeitos “assujeitados”, submetidos à repetição de padrões de expressão e comunicação adequados para determinados fins sociopolíticos: são meios de adestramentos subjetivos e, por isso, sem questionamento. O paradoxo é capaz de expor irremediavelmente o eclipse em que se encontra a política contemporânea: quanto menores as subjetividades formadas no corpo a corpo dos viventes com os dispositivos clássicos, mais dispositivos são criados, sempre na busca de sujeição a um poder específico<sup>67</sup>.

Os processos de sujeitamento em massa dos dispositivos modernos apontam o caminho para uma inevitável catástrofe orquestrada pela mídia, que poderia ser comparada à tragédia do admirável mundo de Huxley. Agamben sugere que saída do processo de sujeitamento só é possível perante a profanação desses dispositivos, através da restituição ao uso comum daquilo que foi capturado e desconectado das identidades dos viventes, que faria nascer um ser que se torna *ingovernável* através do seu saber. Este ser, consciente do poder do seu saber, daria chance ao início de uma nova política, que inauguraria um novo ciclo, e assim por diante<sup>68</sup>.

Também a partir dos estudos de Foucault, o filósofo Deleuze compara a composição dos dispositivos a um novelo, um conjunto multilinear. Este conjunto seria composto de quatro tipos de linhas diferentes: a linha da visibilidade, da enunciação, da força e da subjetivação. Nas diferentes formações históricas, as maneiras de sentir, perceber e dizer são diferentes. Por este viés, Deleuze considera os dispositivos como “máquinas de ver e falar”, as percepções das palavras e das coisas, de diferentes épocas. Partindo dessa premissa, um método não pode ser considerado como um iluminador geral de objetos preexistentes, assim como não existem enunciados que não remetam às linhas de enunciação: estas compõem

---

<sup>67</sup> AGAMBEN, Op.cit., p. 40-41; 47-48.

<sup>68</sup> AGAMBEN, Op. cit., p. 50-51.

conjuntos de prescrições qualitativas e quantitativas que fazem nascer os enunciados. É nas linhas de força de um dispositivo que se localizam as dimensões do “saber” e do “poder”, levando as palavras e as coisas à sua luta pela afirmação. Elas se movimentam em um constante vai e vem do dizer e ver, entrecruzando as palavras e as coisas, como em uma batalha. Quando envolvidos em um dispositivo, sempre estamos *em meio* a elas. As linhas de subjetivação inventam os modos de existir: elas são o que Deleuze considera o lugar onde acontece o processo de produção da subjetividade em um dispositivo, enquanto este determina as condições para sua existência. Para o filósofo, elas seriam como uma borda “entre dispositivos”, onde estes manifestariam um maior grau de intensidade, permitindo diferentes graus de desterritorialização das formas dominantes da subjetivação<sup>69</sup>.

Das lições sobre dispositivos, é possível chegar a conclusões quanto à aplicação destes no processo cartográfico. Uma cartografia tanto pode servir aos propósitos de controle espacial quanto ser instrumento de profanação desse controle. As intenções revelam-se na política adotada. Partindo dessa premissa, um método cartográfico não pode ser considerado como um iluminador geral de objetos preexistentes que importam à política adotada, assim como, contraditoriamente, não existem registros que não remetam a esse fim. As prescrições qualitativas e quantitativas nascem dos registros que importam para o processo, que se localiza entre as dimensões do “saber” e do “poder”. Por sua vez, as prescrições subjetivas se localizam nas dimensões do “poder saber” e do “saber poder”. Em ambos os casos, o cartógrafo está envolvido com enunciações, que querem se afirmar como verdades inventando circunstâncias que afirmem sua visibilidade no processo de percepção e registro. Esses objetos, palavras e coisas se encontram “entre dispositivos”, espaço onde se manifestam em maior grau de intensidade, permitindo diferentes graus de desterritorialização das formas dominantes da afirmação da “verdade” que está sendo registrada naquela comunicação. Travam a sua luta pela afirmação, movimentando-se em um constante vai-e-vem do dizer e ver, sempre inventando circunstâncias que afirmem sua visibilidade no processo de percepção e registro cartográfico.

Os mapas “oficiais”, enquanto afirmam como “verdades” seus registros, afirmam-se na função de dispositivos de poder e controle sobre determinado território. Os mapas convencionais de uma cidade geralmente representam a localização dos edifícios em sua trama formada por quarteirões, ruas e praças. A seguir, será visto como esses mapas sempre serviram à consagração e legibilidade de limites dos espaços representados, com suas bordas bem definidas. Com as novas possibilidades de permeabilidades da dimensão virtual, as formas de representação espacial estão sendo novamente questionadas e seus limites, desafiados. As noções

---

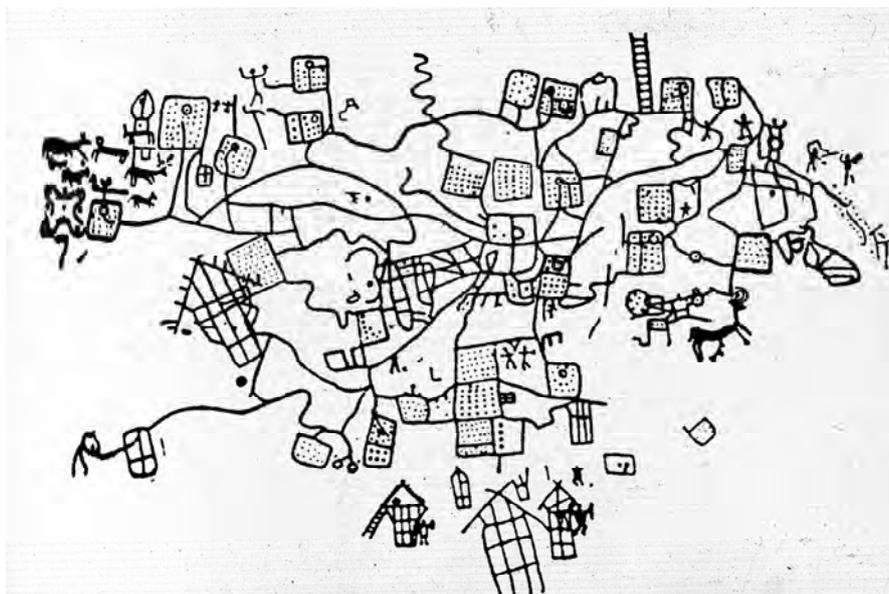
<sup>69</sup> DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

de espaço e tempo contemporâneas justificam as preocupações de Derrida já comentadas nos capítulos anteriores: perante a quebra diária de paradigmas tradicionais pelas mutações tecno-políticas-científicas atuais, o filósofo alerta pela necessidade de desconstruir as ideias de espaço privado e público vistas como verdades absolutas antes do surgimento e expansão da quarta dimensão<sup>70</sup>.

---

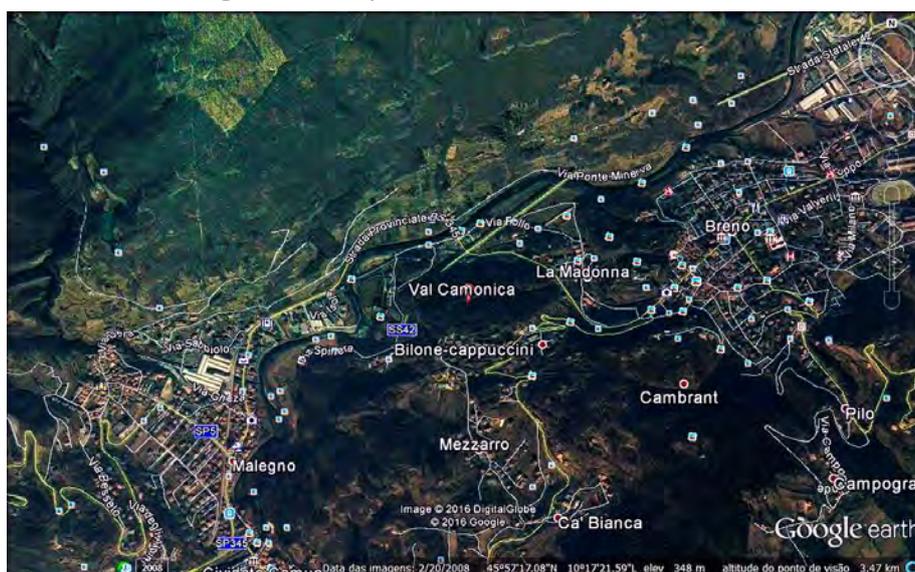
<sup>70</sup> DERRIDA, Jacques; DUFOMANTELE, Anne. **Anne Duformantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p.39.

Figura 1 - Mapa de Val Camonica, Bréscia, Itália



Fonte: PALLOTINA, 1985.

Figura 2 - Mapa de Val Camonica em 2016.



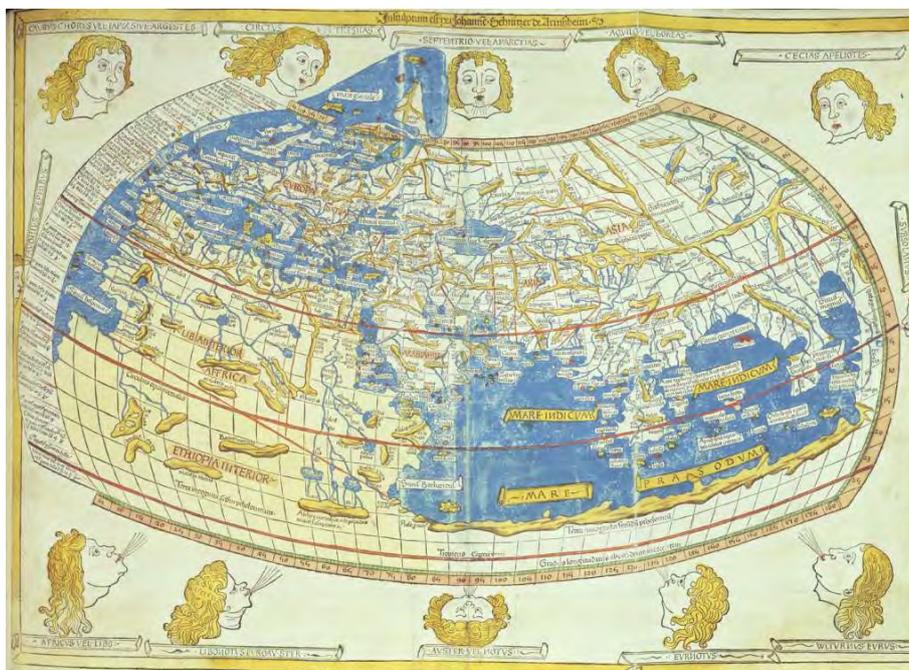
Fonte: Google Earth, 2016

Mapa de Val Camonica, Bréscia, Itália: são 109 figuras esculpidas em uma rocha, em um agrupamento de 130.000 incisões executadas entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. O mapa representa o sistema de conexões da vida cotidiana de uma aldeia paleolítica, um sistema complexo, em que as linhas das rotas no vazio se entrelaçam para proporcionar acesso aos diferentes usos do território. É possível reconhecer cenas de pessoas em atividade, caminhos, espaços públicos, cabanas e moradias, vizinhas a campos cultivados limitados por zonas de pecuária. O sítio é tombado pela UNESCO desde 1979.

## 3.2 Os mapas que servem ao controle da cidade

O objetivo do uso dos mapas de controle espacial é manter a legibilidade de determinado espaço, o que, através da história, sempre significou poder sobre ele. As cartografias com dados urbanos, territoriais e geográficos são dispositivos compostos por mapas que servem a este papel: da representação de Val Camonica gravada em uma rocha (Figura 1) às representações do Google Earth (Figura 2), esses dispositivos sempre serviram ao registro e controle espacial. O que os diferencia é a sua política de controle das aberturas e fechamentos do espaço representado. Até a Idade Média, os mapas mantinham sua linguagem atrelada à descrição do mundo clássico e às representações e localizações de acontecimentos bíblicos. O principal motivo desta temática de linguagem foi as Cruzadas, que escondiam sob sua conotação religiosa as intenções expansionistas de domínio e controle das classes dominantes sobre as rotas de comércio para o Oriente Médio. Além do uso de simbologias do imaginário, as escalas dos mapas eram imprecisas. As cartografias, portanto, representavam muito mais uma obra de ilustração narrativa de um artista sobre um lugar do que um mapa geográfico. Dessa maneira, os controladores do espaço representado comunicavam ao mundo as informações que lhes interessavam (Figura 3).

Figura 3 - Mapa mundi de Ptolomeu (90-168 D.C.), cerca de 150 D.C



Fonte: BOEKHOFF-WINZER1966, p.298.

Figura 3: Mapa mundi de Ptolomeu (90-168 D.C.), cerca de 150 D.C., onde pela primeira vez aparece um sistema de coordenadas calculado matematicamente. Ptolomeu foi geógrafo, cartógrafo, filósofo, astrólogo, astrônomo e matemático grego. Ptolomeu registrou em sua obra *Geographia* o conhecimento geográfico greco-romano e também inventou a projeção cônica equidistante meridiana: as distâncias ao longo dos meridianos e ao longo de um paralelo central são representadas em uma escala constante, os paralelos são representados como círculos e os meridianos como retas. Os ventos são representados como rostos, em suas devidas direções.

Analisando em nível de história urbana, as cidades medievais europeias são um exemplo de como a mudança da representação cartográfica serviu ao controle espacial. As medidas antropomórficas e a estrutura circular da maioria das cidades muradas da Idade Média asseguravam a proteção dos seus moradores contra a curiosidade e intenções hostis de intrusos, principalmente contra as imposições invasivas de exércitos inimigos mais fortes do que elas. Quando as muralhas passaram a não mais existir, esse tipo de espaço não ajudava mais no controle. A queda do feudalismo e ascensão da burguesia as fez crescer até as muralhas caírem, tornando-as permeáveis. A cidade sem muros passou a ser o lugar onde, teoricamente, todos eram bem-vindos<sup>71</sup>. Bauman, em seu estudo sobre a globalização, chama a atenção para o modo como a representação influenciou no controle da cidade aberta: o estado moderno buscou, com afinco, formas de comunicação visual que propiciassem transparência e leitura fácil do espaço urbano. A invenção da perspectiva ortogonal por Brunelleschi e Alberti no século XV foi passo decisivo para chegar à representação da concepção moderna de espaço. A perspectiva reconheceu a relatividade subjetiva dos mapas de até então, enquanto neutralizou o impacto dessa relatividade: como no espelho de Brunelleschi, todo observador, colocado em uma posição determinada, passou a ver as relações espaciais entre os objetos exatamente da mesma forma. Sujeitados pelo fascínio do mundo ortogonal, os cartógrafos tornaram as cartografias mais práticas e legíveis. A perspectiva tornou fácil marcar no mapa de uma cidade qual o ponto do seu espaço que seria mais legível. Os objetos arquitetônicos passaram a intervir nas estruturas simbólicas das cidades, que, até então, eram baseadas em um conjunto de formas, que podem ser chamadas de uma narração contínua. A autossuficiência simbólica e construtiva dessas imagens irradiava a vontade de renovar, incentivando os humanistas a criar um mundo onde a proporção áurea ditasse as regras da beleza dos traços perfeitos, sob as bênçãos das artes e das ciências<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> PAESE, Celma. **Caminhando**: o caminhar como prática socioestética e estudos sobre a arquitetura móvel. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015, p.42-43.

<sup>72</sup> BAUMAN, Zigmunt; **Globalização** – as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999, p. 36, 38, 39.

As cartografias de nossa época mostram, com tecnologias como o Google Earth<sup>73</sup>, a evolução de um dispositivo de controle que serve a seus fins: do desenho em perspectiva para a imagem real em tempo real. A cidade pode ser controlada conforme o nível de permeabilidade espacial desejada pelo poder, seja ele público ou de quem puder comprar a imagem. A evolução do desenho em perspectiva é visto literalmente no recurso do Google Street View. Algumas cidades previnem-se de ameaças terroristas limitando este recurso ao público. Infelizmente, alguns núcleos urbanos ignoram a ameaça de tal controle, quando a serviço do poder do crime: em cidades como Porto Alegre e Rio de Janeiro, a visibilidade da cidade encontra-se disponível na Web. As noções de espaço e tempo dos mapas justificam o alerta de Derrida para a necessidade de desconstruir o pensamento sobre espacialidade e poder, questão já abordada nos capítulos anteriores e considerada como pertinente de ser retomada neste momento da leitura: apesar de as tecnologias disponíveis propiciarem o controle territorial da cidade construída, elas não exercem o controle sobre as reações que elas provocam em nível de coexistência humana e, conseqüentemente, em nível de paisagem psicossocial em uma cidade. O uso desses dispositivos invade a privacidade e controla até mesmo o que, por ética, deve ser preservado. As possibilidades de controle dessas tecnologias não raramente são sentidas como ameaças de violação da privacidade e, conseqüentemente, às condições de hospitalidade que a cultura dessa mesma sociedade criou. Ao chegar a este ponto, um paradigma toma conta do núcleo humano em questão, e o *por vir* passa a ser maculado em sua identidade como estrangeiro indesejável ou mesmo visto como inimigo do senhor da casa<sup>74</sup>. É necessário ainda recordar que a

---

<sup>73</sup> Os mapas aéreos mais populares e precisos são os mapas do Google Earth<sup>73</sup>. Esta empresa vende aos governos o nível de legibilidade dos seus territórios e cidades, conforme seus interesses políticos. Anteriormente conhecido como Earth Viewer, o Google Earth foi desenvolvido pela empresa Keyhole, Inc, que a Google adquiriu em 2004. O nome do produto foi alterado para Google Earth em 2005 e está atualmente disponível para uso em computadores pessoais. Através do seu recurso Google Street View, a maioria das grandes cidades do planeta já está disponível em imagens com resolução suficiente para visualizar edifícios, casas ou mesmo detalhes mais próximos, como automóveis. Todo o globo terrestre já está coberto com aproximação de pelo menos 15 quilômetros. O Google Earth apresenta um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de uma grande *collage* de imagens de satélite e aeronaves executada em AutoCAD GIS 3D. Evolução do mapa aerofotogramétrico, o programa pode ser usado – como toda cartografia – para estabelecer controle sobre os espaços mapeados gerando mapas bidimensionais e imagens de satélite e simulando as diversas paisagens presentes no Planeta Terra ao olho do observador. Com sua tecnologia, é possível identificar lugares, construções, cidades, paisagens, entre outros elementos. O programa é similar, embora mais complexo, ao serviço também oferecido pelo Google conhecido como Google Maps: ambos os programas representam o Planeta em um contínuo de imagens.

<sup>74</sup> “(...) Meu ‘em-casa’ era constituído pelo campo de acesso de minha linha telefônica (...). Ora, se meu “em-casa”, em principio inviolável, é assim constituído, e de maneira cada vez mais essencial, interior, por minha linha telefônica, mas também por meu e-mail, também por meu fax, também por meu acesso à Internet, então a intervenção do Estado torna-se

disponibilidade destes dados depende das condições financeiras do poder envolvido, o que também determina o nível de privacidade e violência daquela sociedade.

Os mapas de planejamento urbano são a representação física das propostas dos processos de produção, estruturação e apropriação dos espaços das cidades. O grau de mudança proposto para uma determinada área varia de acordo com a política adotada para as metas propostas serem atingidas. A política de criação dos mapas de planejamento, não raramente, tem uma base ideológica de integração e inclusão social, porém, invariavelmente, acabam por fracionar espaços em seus desenhos. Os limites representados pelos contornos dos mapas que delimitam zoneamentos de áreas da cidade com regras distintas trazem a falsa ilusão de que a vida muda assim que uma dessas bordas é transposta. Propostas urbanísticas baseadas apenas em valores quantitativos e estéticos não levam em conta as relações estabelecidas entre os grupos de pessoas e o seu modo de uso do tecido urbano. São propostas que ignoram o desenvolvimento de processos sociais contidos nas paisagens psicossociais que se encontram nas bordas predeterminadas por esses mapas. A imposição de limites territoriais contribui para a segregação social, a consolidação de conflitos e o surgimento de novos. O projeto de uma cidade não pode se limitar à imposição de falsos limites: é necessário buscar alternativas que agreguem valores subjetivos, como o estudo do desenvolvimento espacial de territórios da cidade, onde os usos são propostos de maneira espontânea pelas pessoas que ali vivem.

Os mapas turísticos são consequentes dos mapas de planejamento urbano e aerofotogramétricos militares. Com suas cartografias atraentes, esses mapas se limitam a representar os lugares que interessam ao poder controlador da cidade de induzir a circulação de pessoas no cotidiano planejado e ordenado das áreas consagradas da cidade. São dispositivos sintonizados com tempo *Cronos*<sup>75</sup> e com a subjetivação espacial espetacular. O espaço representado padroniza o circuito da urbe para o consumo e a satisfação imediata dos que estão de passagem, facilitando o lucro dos

---

uma violação do inviolável, ali onde a inviolabilidade continua uma condição de hospitalidade". (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003, p. 45-47)

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 41- 47.

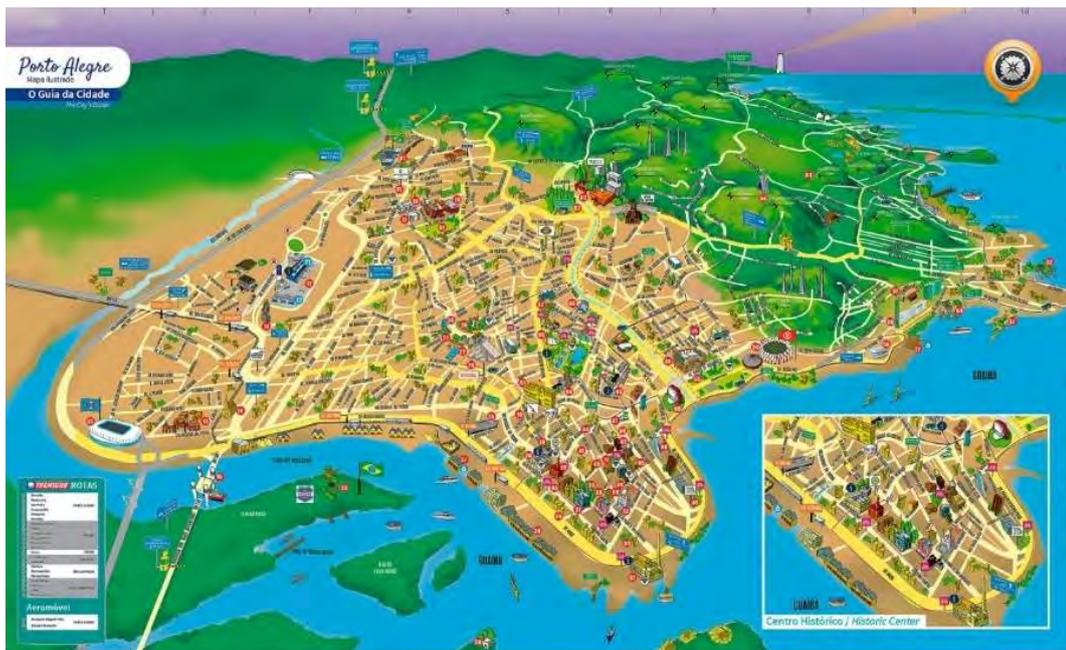
<sup>75</sup> "(...) De acordo com *Cronos*, só o presente existe no tempo. Passado, presente e futuro são três dimensões do tempo; só o presente preenche o tempo, o passado e o futuro são duas dimensões relativas ao presente no tempo. É o mesmo que dizer que o que é futuro ou passado com relação a um certo presente (de uma certa extensão e duração) faz parte de um presente mais vasto, de uma maior extensão ou duração. Há sempre um mais vasto presente que absorve o passado e o futuro. A relatividade do passado e do futuro com relação ao presente provoca pois uma relatividade dos próprios presentes uns com relação aos outros. O deus vive como presente o que é futuro ou passado para mim, que vivo sobre presentes mais limitados (...)".

DELEUZE, Gilles. **A Lógica do Sentido** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974, p. 167.

envolvidos com a indústria do turismo de massa (Figura 4). Os espaços urbanos registrados e salvaguardados como verdade pelos mapas “turísticos” determinam a síntese da imagem que interessa vender de uma cidade. Esse pacote cartográfico urbano determina o “circuito histórico cultural oficial da cidade”. Representam, invariavelmente, espaços urbanos centrais onde o exercício da cidadania é aparentemente pleno e os recursos urbanos são os melhores disponíveis. As pessoas que ali transitam são salvaguardadas por dispositivos de segurança, como polícia e câmeras de vigilância. Essas cartografias estão cheias de clichês que limitam a sede de descoberta de uma cidade ao óbvio e repetitivo. Determinam, comunicam e limitam os roteiros, pontos de atração e fluxo ao centro histórico, alguns bairros com comércio de luxo, outros com programação noturna variada e ainda aqueles de natureza exuberante. Não só colocam falsos limites, mas fazem crer na mentira que a vida termina ali, nas bordas bem desenhadas, que geralmente representam a periferia da cidade como vazias.

Consequentemente, sua política espacial limita o reconhecimento das culturas desenvolvidas e o crescimento socioeconômico dos espaços periféricos ignorando a complexidade de suas paisagens psicossociais. A estes bairros é negado o fluxo de agentes geradores de impacto cultural que trazem consigo possibilidades socioeconômicas que geram riqueza (Figura 5). A exclusão das periferias destes processos diminui as possibilidades de melhoras das condições de vida em todos os níveis. Explorar a cidade fora dos moldes impostos pelo turismo oficial pode ser visto como um contraturismo. Esta ação propõe o “deciframento” dos espaços explorados pelo movimento que propicia o “mergulhar” e o “perder-se” no seu universo oculto, que vai além do consumo superficial das imagens. A experiência do contraturismo pode acontecer em qualquer lugar. Por sua presença e propósito, o contra-turismo desafia e profana a ordem imposta pelo dispositivo turístico convencional. Cartografando o espaço conforme a sua percepção e vivências na sucessão dos encontros, as aparentemente exploradas áreas turísticas consagradas são vistas de modo ampliado. Dessa maneira, o praticante do contra-turismo abre novos horizontes para diferentes eventos, ocultos à vista do passante comum.

Figura 4 – Mapa turístico de Porto Alegre.

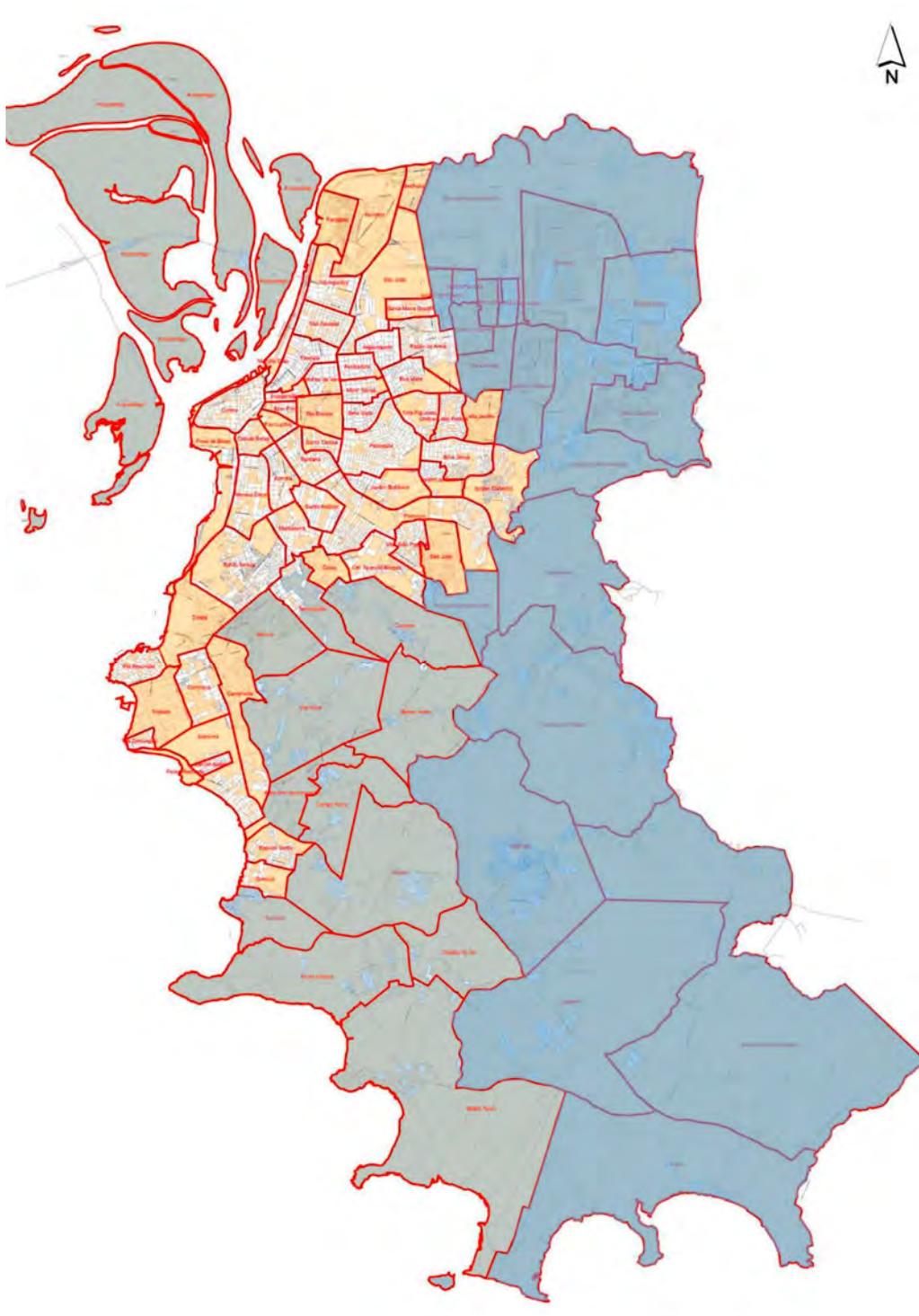


Fonte: Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria do Turismo, 2012

Figura 4 (nesta página): o mapa turístico de Porto Alegre mostra a cartografia da cidade de forma limitada, representando cerca de 30 bairros: o Centro Histórico, os bairros residenciais mais próximos e parte da orla como urbanizados. Os demais bairros são representados como áreas urbanas com pouquíssima densidade ou mesmo vazios.

Figura 5 (página seguinte): o mapa dos bairros de Porto Alegre nomeia mais de 80 bairros. O mapa da ilustração mostra em amarelo os bairros que aparecem no mapa turístico como existentes, em cinza mais claro os bairros que aparecem como pouco densos e vazios enquanto as áreas em cinza mais escuro representam as áreas ignoradas pela cartografia da página anterior.

Figura 5 – Mapa dos bairros de Porto Alegre segundo a Prefeitura



Fonte: Prefeitura de Porto Alegre, unidade de georeferenciamento, 2012.



### 3.3 Cartografia influenciada

“(...) tudo o que você precisa é se perder em sua própria cidade”.

Francesco Careri

A cartografia influencia e propõe o reconhecimento de determinado espaço da cidade pela identificação relacional do espaço existente com o representado nos mapas convencionais. A pessoa torna-se consciente em relação a um objeto quando constrói um sentimento por ele. Isso ocorre a partir de um mapeamento desse objeto, que pode se transformar em uma imagem mental e/ou física. A imagem criada descreve esse sentimento. Faz-se isso continuamente, pois a interação com o mundo é contínua, por meio do corpo como um todo. A experiência existencial contínua faz o corpo ser inseparável de seu domicílio espacial, assim como a percepção não se desvincula da identidade pessoal. Por ser de natureza multisensorial, a experiência espacial reforça a experiência existencial, e a arquitetura – por ser o que Pallasmaa<sup>76</sup> chama de *uma extensão da natureza em uma esfera antropogênica* – gera um todo indivisível de impressões que estimulam e privilegiam a sua percepção através do olhar que colabora com os demais sentidos:

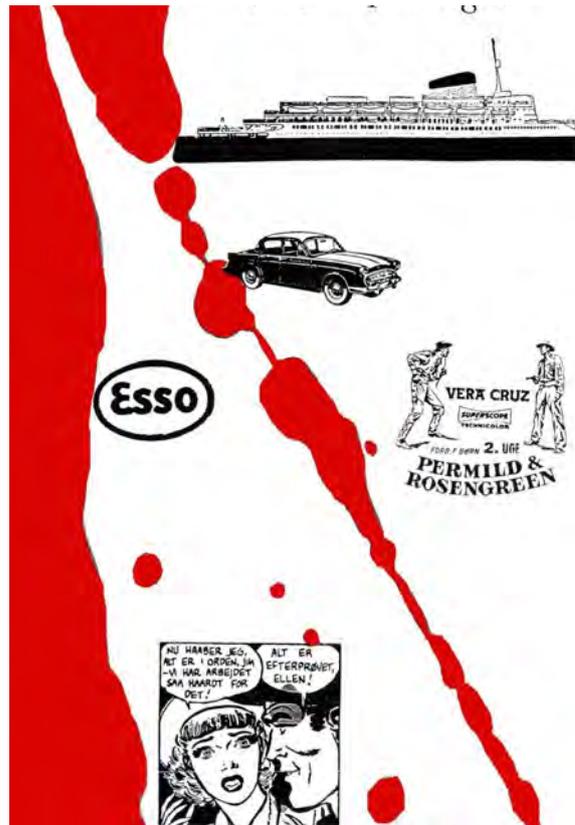
Os olhos colaboram com o corpo e os demais sentidos. Nosso senso de realidade é reforçado e articulado por essa interação constante. A arquitetura é, em última análise, uma extensão da natureza na esfera antropogênica, fornecendo as bases para a percepção e o horizonte da experimentação e compreensão do mundo. Ela não é um artefato isolado e independente; ela direciona nossa atenção e experiência existencial para horizontes mais amplos. A arquitetura também dá uma estrutura conceitual e material às instituições societárias, bem como às condições da vida cotidiana. Ela concretiza o ciclo do ano, o percurso do sol e o passar das horas do dia.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

<sup>77</sup> PALLASMAA, Idem, p. 39.

Figura 6 - Página de Fin de Copenhagen, Asger Jorn, 1957.



Fonte: CARERI, 2002.

Figura 7 - Mémoires, Guy Debord, 1957



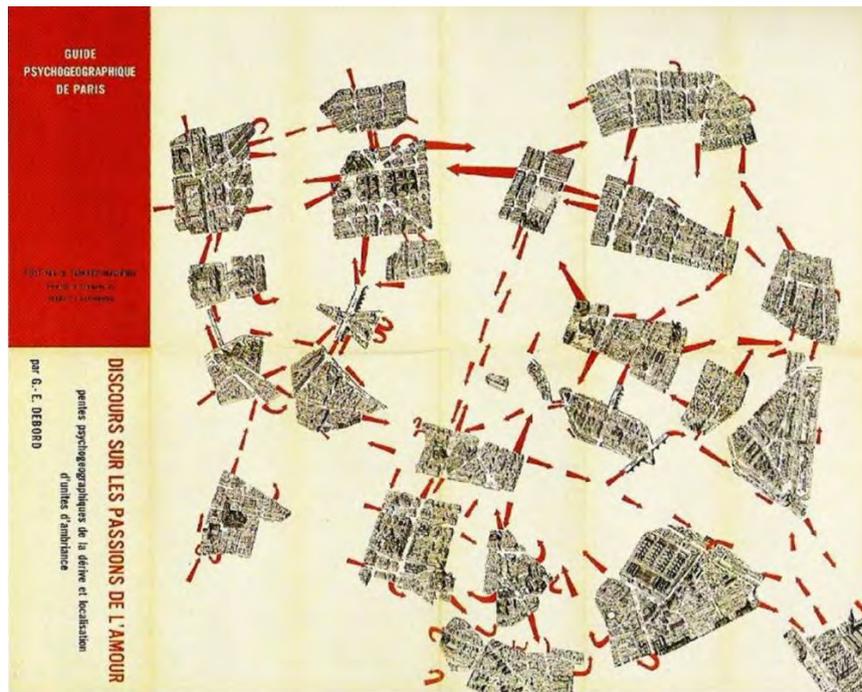
Fonte: CARERI, 2002.

Portanto, independentemente de ser uma forma de controlar um espaço, toda representação arquitetônica pode ser considerada uma cartografia influenciadora e toda cartografia influenciadora é a representação de um espaço. A cartografia influenciadora foi largamente utilizada pelas vanguardas do século XX. As mais conhecidas são as situacionistas, que se utilizavam da deriva como dispositivo dos efeitos de reconhecimento das possibilidades psicogeográficas de um lugar. O grupo de Debord se utilizava dos mapas turísticos para propor atitudes de exploração e descoberta em ambiências e tecidos urbanos conhecidos a fim de desnudar a cidade de maneira divertida. É preciso ter em mente que o conceito-chave do pensamento de Debord se baseava no conceito de construção de situações, que seriam alcançadas através da experimentação da construção consciente de novos estados afetivos, que acontecia juntamente com a organização coletiva de uma ambiência, criada por um jogo de acontecimentos. A fim de atingir esse propósito, o grupo utilizava o conceito de afastamento, que Debord chamava de “A linguagem fluida da anti-ideologia”, e propunha a apropriação e a reorganização de elementos pré-existentes, buscando uma desvalorização de cada elemento autônomo – que podia chegar a perder seu sentido original – reorganizando-o em um novo conjunto, dando novos sentidos a cada um, o que originava a *decomposição*, processo pelo qual as formas culturais tradicionais destruíam a si mesmas quando apareciam meios superiores de domínio da natureza, que permitiam e exigiam construções culturais superiores<sup>78</sup>.

---

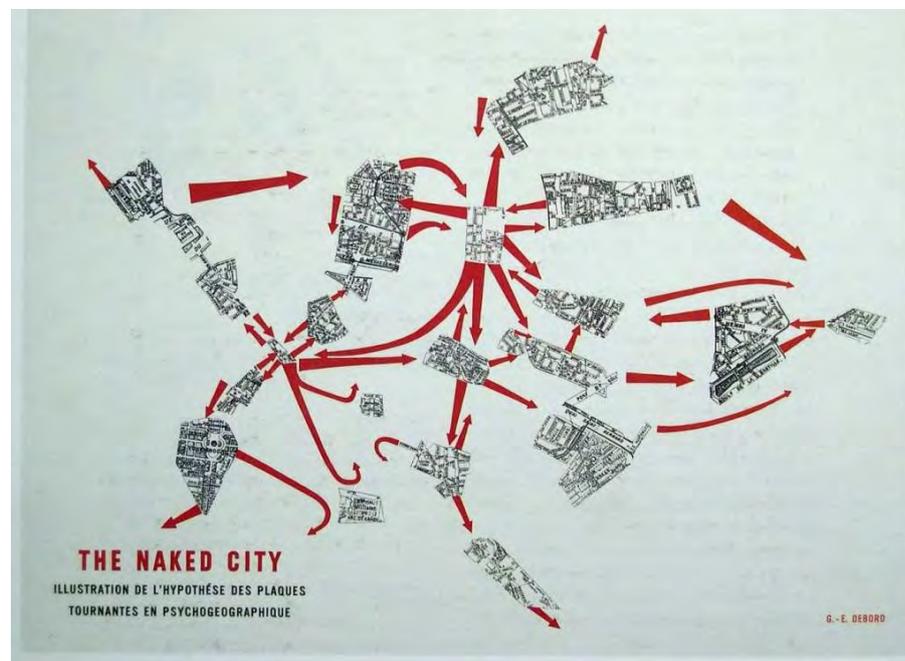
<sup>78</sup> PAESE, Celma. **Caminhando**: o caminhar como prática socioestética e estudos sobre a arquitetura móvel. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015, p.77 a 83

Figura 9– Guide Psicogéographique de Paris



Fonte: CARERI, 2002.

Figura 8 – The Naked City: Illustration de l'hypothèse des plaques tournantes en psychogéographie



Fonte: CARERI, 2002.

Figura 8: Guide Psychogéographique de Paris, Gui Debord, 1957, lembra um folder para turistas. Ao abrir o mapa, encontramos Paris explodida aos pedaços, com fragmentos de mapas do centro histórico flutuando em um espaço vazio onde estes fragmentos eram ligados por vetores. O hipotético turista era convidado a seguir as flechas, que conectavam as diferentes unidades de ambiência, baseadas em pesquisas psicogeográficas. Ali, Paris estava representada pela experiência subjetiva de Debord, e “medida” pela vivência de quem visitasse os “vazios” e colocasse ali seus sentimentos e impulsos. Fonte: CARERI, Francesco. *Walkscapes: walking as an aesthetic practice*, Gustavo Gilli, Barcelona, 2002

Figura 9: Em *The Naked City*, Guy Debord, 1957, a cidade se desnuda em pedaços fora do seu contexto: as flechas que ligam os fragmentos indicam proximidade e repulsa, assim como as distâncias, indicando o estado de espírito de Debord durante a deriva. Em ambos os mapas, as rotas entre os espaços mapeados não estão representadas, indicando espaços vazios.

Em 1956, Debord publicou a Teoria da Deriva. Para Careri, ao escrevê-la, Debord se propôs a “descrever uma cartografia influenciada que até então não haveria existido”, que já havia sido antecipada nos estudos de André Breton e que nessa mostra começava a se concretizar. As metagrafias influenciadas renunciaram as Cartografias Influenciadas Situacionistas: as de Gil J. Wolman eram *collages* de imagens e frases recortadas de jornais. Em contrapartida, a de Gilles Ivain era uma planta de Paris com fragmentos sobrepostos de ilhas, arquipélagos e penínsulas recortadas de um mapa mundi. Os outros lugares estavam em toda parte, incluindo Paris. Três anos mais tarde, em 1957, como documentos preparatórios para a fundação da Internacional Situacionista, Asger Jorn e Guy Debord prosseguem com seus livros *Fin de Copenhague* (Figura 6) e *Mémoires* (Figura 7) a direção das metagrafias. As manchas informais de Jorn simulam a costa dinamarquesa povoada por símbolos de consumo, enquanto os esboços de Debord, a meio caminho entre as memórias e amnésias urbanas, parecem trilhas de deriva que atravessam fragmentos da cidade. O *Guide Psychogéographique de Paris* (Figura 8) e *The Naked City: Illustration de l’hypothèse des plaques tournantes en psychogéographie* (Figura 9), mapas psicogeográficos assinados por Debord da cidade de Paris, são Cartografias Influenciadas que aparentemente parecem mapas turísticos convencionais, mas com a característica de incitar o usuário a perder-se: usando o imaginário do turismo, os mapas dispõem, em um grande vazio, fragmentos de ilustrações de monumentos e centros históricos, sendo indicada a conexão entre eles por vetores, que unem as unidades de ambiência<sup>79</sup>.

A cidade situacionista é apenas a escrita da imagem e semelhança daquele que a lê, sem nenhuma preocupação na contextualização social e cultural das espacialidades envolvidas no jogo proposto. Apesar do uso do conceito de decomposição, que Debord utilizava como um meio de revelar diferentes e superiores construções culturais, os mapas só revelavam culturas com que o próprio Debord teria alguma identificação pessoal, ao invés de dar chance para deslocar o olhar às práticas culturais consideradas

<sup>79</sup> CARERI, Francesco. **Walkscapes**: walking as an aesthetic practice. Barcelona: Gustavo Gilli, SA, Barcelona, 2002, p.97- 98.

inferiores ou espaços com organizações não convencionais ou até mesmo não mapeáveis. O jogo da deriva se resumia ao espaço urbano conhecido e mapeável, onde o risco era previsível. Se o processo de decomposição de Debord tem como objetivo a revelação de diferentes e superiores construções culturais, e o de desconstrução de Derrida busca revelar as partes que estão dissimuladas e interditam certas condutas, ao serem transpostos para a exploração e vivência da cidade e todas as formas de arquitetura, ambos são instrumentos que revelam, através da desmontagem, do deslocamento e desnudamento dos elementos envolvidos em um espaço, diferentes valores e possibilidades no mesmo, enquanto mostram novas maneiras de viver este espaço.

## 3.4 Contramapas de acolhimento

Os Contramapas de Acolhimento são cartografias subjetivas que têm como objetivo reconhecer e registrar em forma de comunicação cartográfica os acolhimentos encontrados na diversidade social e cultural que coexistem nos diferentes espaços da cidade e as suas respectivas conexões e permeabilidades. Sem o comprometimento com a exatidão dos mapas geográficos, os Contramapas expressam uma narrativa que se propõe a reconhecer modos de intensificar o potencial de acolhimento de espaços urbanos, através da investigação cartográfica de localização de potências de acolhimento. Eles não buscam nenhum registro técnico ou lógico. Sua proposta é revisar as formas de convívio entre diferentes, buscando maneiras de reconhecer e agregar ao invés de segregar e ignorar eventos excluídos dos mapas ditos oficiais: objetivam enxergar, reconhecer e propor à cultura do outro, invisível aos olhos de quem não quer ver, representar-se, dando boas-vindas ao agenciamento da expansão da inclusão e coexistência. São instrumentos de reconhecimento e divulgação de arquiteturas e espaços que abrigam eventos de hospitalidade pouco conhecidos, desconhecidos ou mesmo ignorados pelos circuitos oficiais de lazer e cultura e dentro deles.

A situação das experiências que acontecem nos sucessivos encontros nos caminhos percorridos durante o processo cartográfico criam reais situações de acolhimento ao *por vir*, chamando à prática da alteridade e propondo a revisão dos critérios convencionais de análise dos espaços da cidade. As cartografias que se servem da ótica do acolhimento para enxergar além das aparências encontradas nas representações das cartografias convencionais reconhecem os múltiplos sentidos e experiências dos espaços das periferias, que, quando traduzidos em representação, trazem à luz das populações locais e turistas suas potências econômicas, culturais e sociais até então ignoradas. Sua construção envolve uma tradução do concreto ao abstrato e novamente ao concreto: busca um ponto de encontro ou terreno comum entre diferentes linguagens e realidades espaciais, culturais e sociais. Consequentemente, suas representações expressam as multiplicidades efêmeras que brotam nos pontos de concreção dos rizomas<sup>80</sup> de suas construções, que afloram e se transformam em sementes,

---

<sup>80</sup> Diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa, não o decalque. A orquídea não reproduz o decalque da vespa, ela compõe um mapa com a vespa no seio de um rizoma. Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de

de onde nascem outras multiplicidades. As representações de cartografias com construções dessa natureza se originam de influências de contribuições que chegam através das conexões entre diferentes campos em diferentes dimensões de espaço e tempo: suas potências vivem em Aion, natureza de tempo que Deleuze<sup>81</sup> nomeia como o lugar mais profundo do mais pleno presente que se dobra e desdobra intensamente nos infinitos do passado e futuro, e em Kairós, que, segundo Fuão<sup>82</sup>, personifica a força de mudança, que se anuncia nas bordas, nos contornos, nas periferias, nas exclusões, nas exceções, nas mudanças bruscas dos espaços, nos limites das figuras e da matéria, onde tudo se funde, se confunde e se desnorteia na indefinição do final dos contornos, dos limites e conceitos. A conexão destas influências descentra as linguagens dos seus enunciados e os conecta a um agenciamento coletivo onde, os crescimentos das diversas dimensões envolvidas nas multiplicidades de natureza mutante se conectam em uma rede de dobras e desdobras de variações, expansões, conquistas e capturas de expressões e gestos, de onde afloram as situações de acolhimento.

Rocha considera que a descoberta e com-textualização cartográfica que assume diferentes possibilidades espaciais e temporais é um trabalho

---

consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca, neste sentido, é um rizoma animal, e comporta às vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação (cf. por exemplo, a lontra). Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre "ao mesmo". Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida "competência". Ao contrário da psicanálise, da competência psicanalítica, que achata cada desejo e enunciado sobre um eixo genético ou uma estrutura sobrecodificante e que produz ao infinito monótonos decalques dos estágios sobre este eixo ou dos constituintes nesta estrutura, a esquizoanálise recusa toda idéia de fatalidade decalca da, seja qual for o nome que se lhe dê, divina, anagógica, histórica, econômica, estrutural, hereditária ou sintagmática. (...) As pulsões e objetos parciais não são nem estágios sobre o eixo genético, nem posições numa estrutura profunda, são opções políticas para problemas, entradas e saídas, impasses que a criança vive politicamente, quer dizer, com toda força de seu desejo. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia** (volume 1). São Paulo: Editora 34, 1997, p. 30.

<sup>81</sup> "(...) O ator é Aion: no lugar do mais profundo, do mais pleno presente, presente que se espalha e que compreende o futuro e o passado, eis que surge um passado-futuro ilimitado que se reflete em um presente vazio não tendo mais espessura que um espelho (...) O que ele representa não é nunca um personagem: é um tema (...) Segundo *Aion*, somente o passado e o futuro insistem ou subsistem no tempo. Em lugar de um presente que absorve o passado e o futuro, um futuro e um passado que dividem a casa instantânea do presente, que o subdividem ao infinito em passado e futuro, nos dois sentidos ao mesmo tempo(...)" DELEUZE, Gilles. **A Lógica do Sentido** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974, p. 153, 168.

<sup>82</sup> FUÃO, Fernando: **As Bordas do Tempo**: a ideia de collage em Antonio Negri. Disponível em: <http://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/10/as-bordas-do-tempo-ideia-de-collage-em.html>. Acesso em: 25 out. 2016.

de antropofagia: para acontecer, devem-se buscar esses elementos, explorando, devorando, expropriando, desovando, questionando e transcendendo valores. O critério de suas escolhas é descobrir expressões que se acolhem, onde composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem os corpos mergulhados na geografia dos afetos que inventam pontes para fazer sua travessia para a expressão<sup>83</sup>. Descontrolar e transpor os limites dos mapas convencionais é um gesto de acolhimento para com o desconhecido, ato que traz à luz o espaço de hospitalidade que surge redimensionado quando dada a chance ao *por vir*. Essa experiência acontece quando o sujeito se depara pela primeira vez com um mapa e posteriormente percorre o espaço representado nele, se dando conta de que as representações dos mapas convencionais não são o suficiente para nomear um lugar: limitados aos nomes das ruas, monumentos e alguns locais públicos, ignoram a vida que acontece e acolhe aqueles espaços, a sua real representação.

Neste ponto, é necessário estabelecer uma relação entre vida cotidiana e as diversas expressões sociais e culturais que definem uma cidade. Os diferentes indivíduos e culturas urbanas possuem formas específicas de ler e escrever a cidade em forma de expressão. Sendo um conjunto cultural híbrido, onde as trocas entre as culturas fazem parte da dimensão cotidiana, as diferentes leituras de tais práticas se proliferam e se diversificam. O arquiteto e urbanista aproxima-se da cartografia pela vontade de rever pré-conceitos e quebrar paradigmas de representação: arquitetos são criativos e ativos por natureza. Cartografias urbanas não convencionais como as dos Contramapas buscam a expressão dos diversos diferentes cotidianos: são os cotidianos que não estão ainda pasteurizados pelo espetáculo vendido nos shoppings, que promete felicidade imediata. A verdadeira realização dos desejos humanos é encontrada nas vivências e trocas, que acontecem nos encontros que se sucedem durante a errância por entre estes diferentes “mundos” urbanos.

Todas as entradas são válidas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso, o cartógrafo serve-se de fontes variadas, indo além das escritas e teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa, de um passeio no parque ou da leitura de um tratado de filosofia. O surgimento, a identificação e adoção dos operadores conceituais para estas cartografias vão além do falso-ou-verdadeiro e do teórico-ou-empírico. Para Rocha, o importante em um processo cartográfico subjetivo como o proposto é identificar e agenciar as relações entre o que é vitalizante-ou-destrutivo e o ativo-ou-reativo. Em uma paisagem

---

<sup>83</sup> ROCHA, Eduardo. Cartografias Urbanas: método de exploração das cidades na contemporaneidade In: TESTAMANTI, Juan Manuel Diez; ESCUDERO, Beatriz (org). **Cartografia Social**: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación. Comodoro Rivadavia: Universitaria de La Patagonia, 2012, p. 118- 119.

psicossocial, essas qualidades são percebidas quando o cartógrafo participa dos processos dos territórios existenciais que constituem estas realidades. Ele não teme movimentos, entregando-se à percepção das vibrações que recebe nas diferentes frequências possíveis, inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem ecos, caminhos e canais de passagem para a sua manifestação. O cartógrafo dos Contramapas não se propõe apenas a acolher a cartografia dos espaços das minorias na cidade, tribos urbanas e bandos: ele abre-se a cada segmento de espaço capaz de ser lido como espaço de acolhimento. Ele precisa a cidade como um território atravessado, desviado e deformado pela sobreposição de “mundos” de diferentes sociedades, secretas ou não. Nesse universo, vivem grupos enquadrados no *establishment* e grupos formados por sujeitos pós-modernos e descentrados, que portam múltiplas identidades dentro de seu ser, impossíveis de serem identificados em plenitude: quando suas identidades são capturadas nos contramapas, já estão transformadas em espetáculo<sup>84</sup>.

Errando, o arquiteto-observador-cartógrafo vai lendo e escrevendo a cidade. Durante o movimento, o seu olhar é atento e cuidadoso, em busca do espaço que sacie sua fome de acolhida. Ele não tem pressa. Em *Aion*, o olhar curioso do errante urbano se serve do caminho-tempo da alteridade, que o harmoniza com o lugar do agora: está no mais pleno presente, aquele que compreende em plenitude o infinito do futuro e do passado, se espalha ilimitadamente na territorialidade. Essa atitude o deixa estar na terra do outro, em busca das territorializações do *por vir*: esses mundos podem ser duradouros ou efêmeros. As construções das representações que os traduzem nascem do acolhimento de suas naturezas. Os bairros populares, subúrbios e periferias convidam ao jogo da descoberta da cidade mutante, onde a rede ou rizoma da convivência e coexistência da diversidade surpreende. Quem abre as bordas e mergulha nesses universos se depara com as surpresas guardadas pelo ignorado nos caminhos da cidade: são espaços ainda inexplorados e descontextualizados, impossíveis de serem representados em cartografias convencionais<sup>85</sup>.

Quando as potências ocultas de acolhimento desses espaços são reconhecidas, é possível reconhecer as suas identidades. As representações dos acolhimentos nascem da força da influência que o sistema de contingências acionado durante as errâncias em busca dos acolhimentos do espaço que está sendo cartografado. Estes eventos aleatórios não necessários e não previsíveis acontecem na realidade reduzida dos encontros imprevistos nos lugares explorados, que podem ser felizes ou terríveis, bem antes da felicidade, bem antes do infortúnio. A ação do cartógrafo serve como instrumento de percepção, comunicação,

---

<sup>84</sup> ROCHA, Op. cit., p. 120, 130-131.

<sup>85</sup> ROCHA, Op. cit., p. 126

reconhecimento e troca entre estas contingências e as redes de processos culturais inseridos nas paisagens psicossociais dos encontros. Elas vivem nas ambiências criadas por eventos e vivências em arquiteturas e espaços aparentemente abandonados, nas periferias de cidades, parques e praças, ruas, becos, avenidas e todo o espaço de uso público, conhecido ou não, onde convivem seres e entes. Rocha considera que o papel do cartógrafo urbano que se propõe a ler essas subjetividades é dar língua e escuta para os afetos e desejos que pedem passagem para o abraço da acolhida. Espera-se dele que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias para expressar seus acolhimentos, que podem estar presentes em qualquer fenômeno da existência humana que o cartógrafo se propõe a perscrutar. Podem ser movimentos sociais, formalizados ou não, mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência, a transgressão. Sendo assim, ele é parte viva das paisagens que acompanha. Está aberto para absorver matérias de qualquer procedência: não deve ter o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo que der língua para os movimentos do desejo, tudo que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo<sup>86</sup>.

Reconhecer é acolher. Ampliando o foco da acolhida da cidade do conhecido para o até então ignorado, a cultura do diferente é reconhecida. O ser que é excluído por portar em seu universo a *différance* que surpreende e transgride a ordem convencional é acolhido. Portanto, a viabilização de Contramapas traz outra visão da cidade, abrindo diferentes caminhos de permeabilidade entre territórios. Os borrões tornam-se mais nítidos, debilitando bordas e barreiras impostas pelo poder do capital. Conforme já escrito no início deste texto, os Contramapas de acolhimento não pretendem controlar, e sim perceber, reconhecer e comunicar diferenças, rever pré-conceitos e quebrar paradigmas de limites espaciais. No momento em que um Contramapa é utilizado para qualquer tipo de controle espacial, já é um mapa. Representando as formas de acolhimento em sua verdadeira potência nas tramas urbanas, é possível reconhecer potencial real das arquiteturas da cidade, como receptáculos de hospitalidade, amizade e acolhimento. A verdadeira realização dos desejos humanos vive na potência contida nos sucessivos encontros dos caminhos entre diferentes seres e “mundos” que se conectam.

Para cartografar acolhimentos é necessário nomear suas formas. A partir da teoria desenvolvida nos capítulos anteriores, estudaremos as formas do acolhimento encontradas nas tramas urbanas, assim como suas potências, a fim de identificá-las e traduzir suas aflorações nos Contramapas.

---

<sup>86</sup> ROCHA, Op. cit., p. 119.



### 3.4.1 As tramas urbanas e as formas de acolhimento

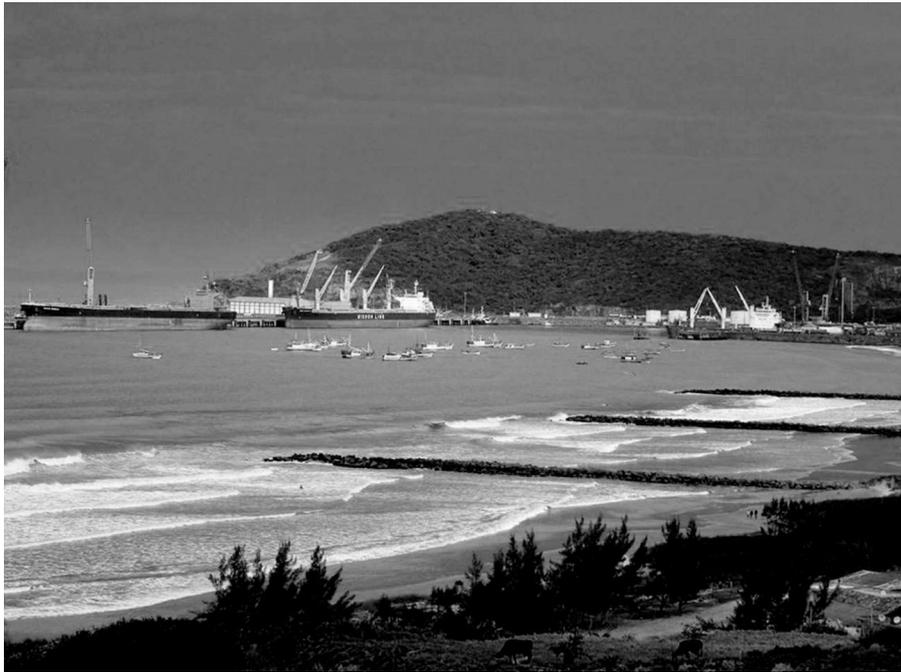
Sabe-se que as primeiras inspirações das formas arquitetônicas são encontradas nas formas da natureza. A exceção está nas retas, que foram criadas pela mão humana. A natureza é o acolhimento em si: enxerga todas as coisas como formas que se reúnem e se guardam, umas em relação às outras, umas dentro das outras, sem mesmo pedir licença<sup>87</sup>. As concavidades são formas encontradas na natureza nas suas diversas variações formais. Elas compartilham sua forma e o entorno em apenas um olhar: um todo, um espaço em comum. A experiência de estar dentro das concavidades proporciona vivenciar o sentido de recolhimento e segurança em sua interioridade: quanto mais fechada é a forma, mais intensa é a experiência de acolhimento. A concavidade inspira a espera. Essas curvaturas da natureza possibilitam a abertura de novas possibilidades de leitura das formas e bordas urbanas. Por entre as dobras das bordas dos caminhos, surgem as formas da espera para que o acolhimento se realize, nas suas diferentes dimensões e dualidades.

As concavidades e suas intersecções inspiram características da espera, ação que aguarda e guarda o errante: colhe e recolhe (Figuras 10 e 11). Receptáculos da existência, as concavidades traduzem a ideia de hospitalidade. A concavidade é encontrada na abertura e fechamento das bordas dos limites da natureza. Fechando e abrindo sobre suas dobras e desdobras, quem está dentro observa o errante que chega, assim como é observado e observa: para Fuão, a concavidade é com-vivência com o corpo e o olhar, que compartilha diferentes pontos de vista do mesmo espaço, como acontece no encontro da água com as areias do mar, nos estreitos, no encontro dos vales com montanhas; nas enseadas e baías, ou mesmo no lago e na ilha. O lago é a enseada totalmente fechada invocando o gesto supremo do recolhimento da terra, que guarda aguardando a água transbordante na borda, fertilizando-a de felicidade. A ilha é terra que aguarda guardada pela água que, como uma gargantilha, a adorna e fertiliza nas bordas. A natureza da borda já é um intento para colar ou descolar um lado .

---

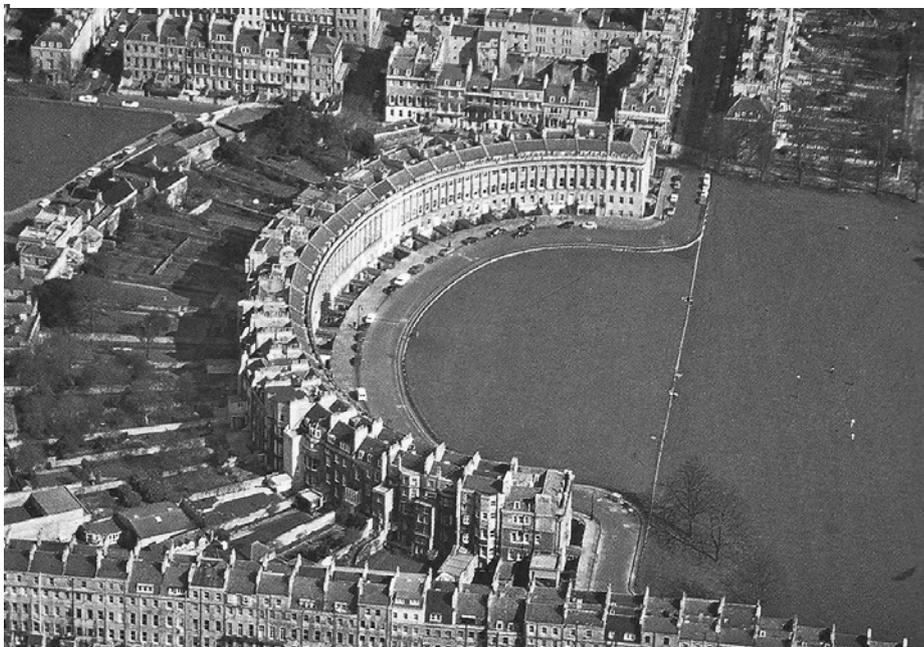
<sup>87</sup> FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs). **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ 2015, p. 101.

Figura 11 - Enseada-concavidade da Praia do Porto, Imbituba, Santa Catarina, Brasil



Fonte: Fotografia de João Burgel, 2016.

Figura 10- Enseada-concavidade urbana na arquitetura clássica: Royal Crescent, Bath, Inglaterra.



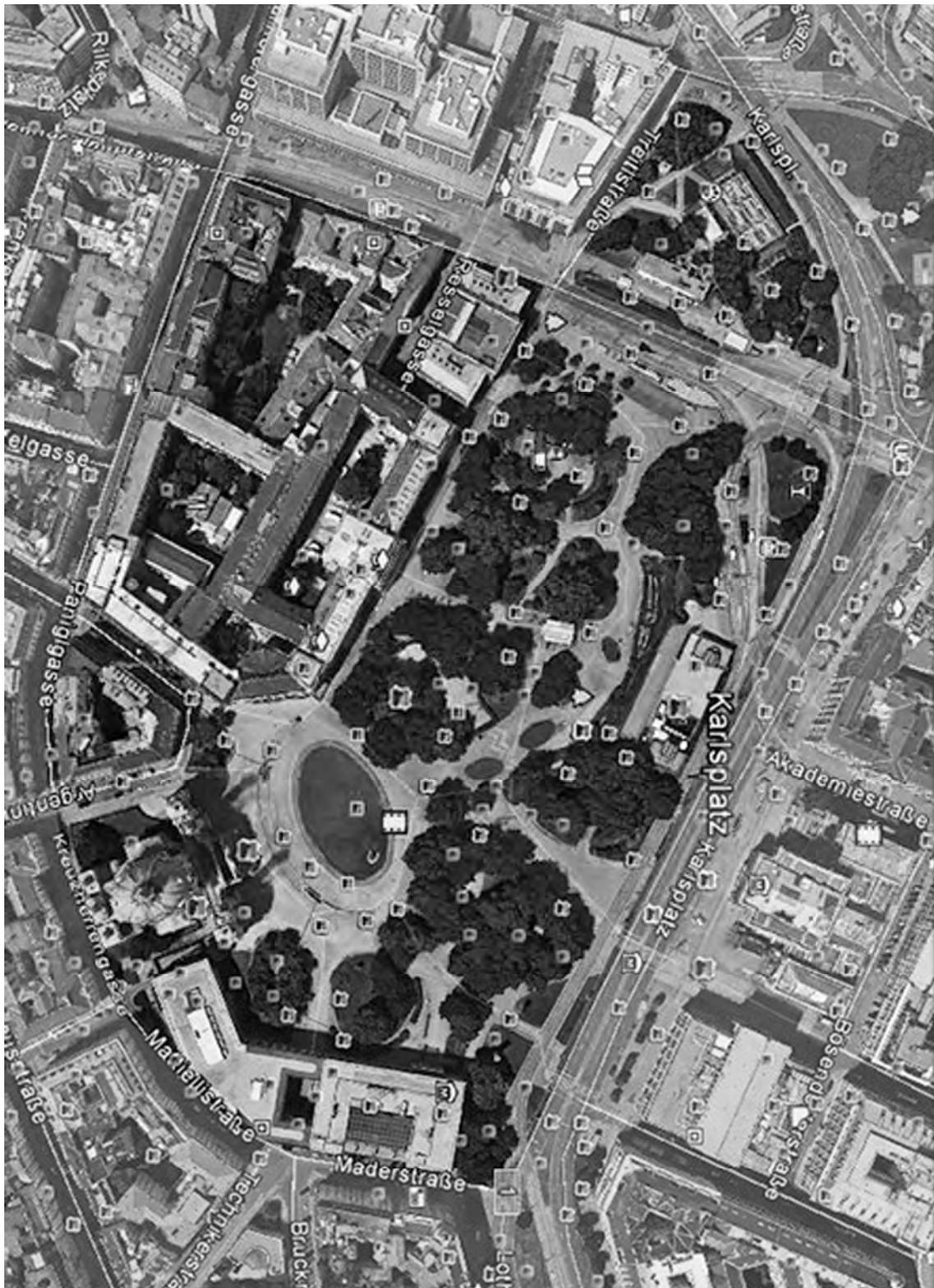
São 30 casas urbanas (townhouses) de dois andares em uma fita Estilo Georgiano em forma de Lua crescente, projetadas pelo Arquiteto John Wood, o jovem e construídas entre 1767 e 1774

Fonte: Arquivo pessoal.

A compreensão do acolhimento nos proporciona uma visão distinta da ilha enquanto desgarrada do continente. As ilhas, assim como os continentes, estão amarradas ao conceito de limite e de fim, em *Viagem ao fim do mundo* se mostrava a ideia de que os limites da matéria são borrosos, e que a matéria tem seus desejos no outro. Normalmente se pensa a ilha como um pedaço de terra desgarrado ou flutuante, oposta a visão que o acolhimento proporciona, ou seja: dela se apresentar como o mesmo sentido de um lago, mas ao reverso, da terra guardada pela água, envolta pela água. Essa visão tem implicações éticas, de um território que pertence ao mar, ou seja, de um território que não pertence à nação nenhuma. Em uma conferência de Derrida intitulada *Faxitexture*, lida no Japão, Derrida se aproximou da temática do insular, insulares, da casa isolada, ao que ele chamou de “uma certa política da terra”, para ele a ilha é um território da imanência entre seus dois polos aleatórios: a água e a terra. A diferença existe entre esses dois polos ambíguos, onde a arte da espera nega a hospitalidade para esse outro que vem de algum lugar. A tragédia da ilha reside que distintamente do continente, sempre resiste a outro espaço, ficando assim numa espécie de reclusão nela mesma, sem abertura de fronteiras, essa violência insular corresponde segundo Derrida a uma violência de essência contra o outro. (FUÃO, 2014, p. 99).

A concavidade acolhe como uma colher quando transborda seu conteúdo, enquanto vai formando dobras que colam, descolam, guardam, resguardam, rejuntam, distendendo ou separando a borda da concavidade: deixa passar, abre e fecha, indefinidamente. Porém, a dobra em si não é acolhimento: ela é apenas a expressão do acolhimento em abertura e fechamento. A sua abertura abre a possibilidade da entrada do outro no outro.

Figura 12 - Fotografia do Google Earth da trama urbana da Karlsplatz



Fonte: Google Earth, 2016

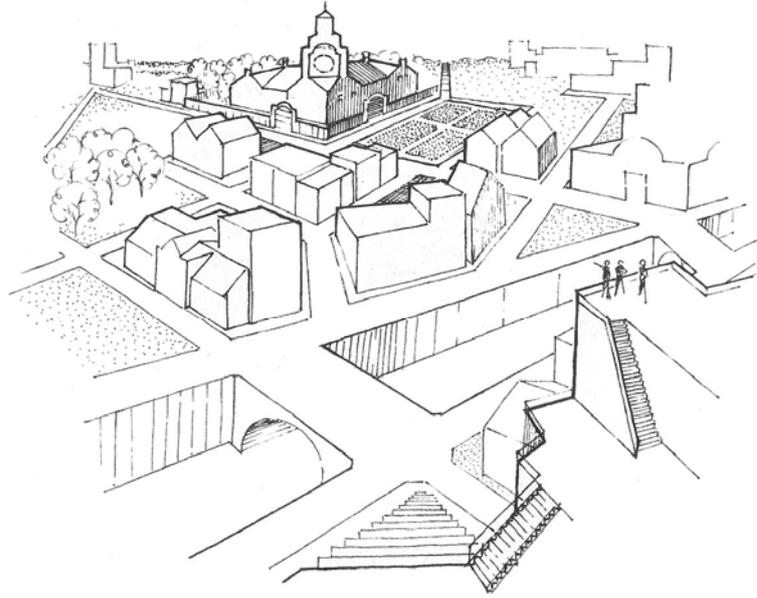
Charles Moore define as tramas urbanas como o conjunto composto, principalmente, de caminhos e demais espaços, como praças, edifícios e afins, como podemos observar no mapa da Karlsplatz, em Viena, Áustria, e seu entorno urbano, na página ao lado (Figura 12): o que permite experimentá-los como espaços limitados é o sistema através do qual esses elementos estão ligados<sup>88</sup>. Se as tramas urbanas forem pensadas em termos de formas de acolhimento, elas são compostas pelas relações de rede entre os elementos que formam a trama urbana – concavidades, caminhos, pontes, portas, muros –, a relação do conjunto destes com a rede dos elementos tridimensionais – edifícios e monumentos – e com os seres vivos – humanos, animais, vegetais, minerais, bem como seus respectivos espectros – que as habitam e interagem entre si no seu espaço. Já comentamos no capítulo anterior que as formas de acolhimento encontradas nas tramas urbanas e na arquitetura não se resumem às formas construídas: a cidade é um contínuo de aberturas e fechamentos, composta por espaços nomeados como locais de errar na espera e locais de esperar na errância, que Fuñó nomeia como a dança dos intermitentes deslocamentos da *esperrância*. Porém, estas não determinam ou especificam seu uso em definitivo: não existem formas específicas para o acolhimento, e sim formas abertas e formas fechadas que facilitam o acolhimento das vivências humanas e seu *por vir*. As relações entre as concavidades das praças, os limites convexos das esquinas dos caminhos que se inter-relacionam entre si, são dados pela permeabilidade das dobras em suas bordas: como se fossem curvâncias que propõem dar continuidade em suas curvaturas, nos forçam a nos dobrar e a nos curvarmos sobre nós mesmos, acolhendo a cidade em uma saudação. As concavidades que se formam nas continuidades dos espaços conformados por dobras e desdobras invocam a interioridade. As concavidades assumem diferentes formas: círculos, semicírculos, ovais, triângulos, quadrados, retângulos, que podem ser irregulares, semiabertos ou semifechados. As concavidades podem ser formadas por praças e recantos; por uma calçada na curva ou *cul-de-sac*; ou abrigar um evento urbano específico como: uma comunidade com sua trama urbana própria; um edifício que se abre totalmente para uma rua-praça convidando a entrar quem passa, ou ainda, formar-se por um conjunto de pessoas que abraçam determinado espaço.

---

<sup>88</sup> “As tramas são compostas principalmente de caminhos e lugares, mas o que nos permite experimentá-los como espaços limitados é precisamente o sistema através do qual estes elementos estão interligados. Os quadros mais comuns podem ser classificadas em: hápticas, háptica-geométicas, centrípeta rádio-concêntrico, concêntrico rádio centrífuga, estrutura e, finalmente, da estrutura tridimensional”.

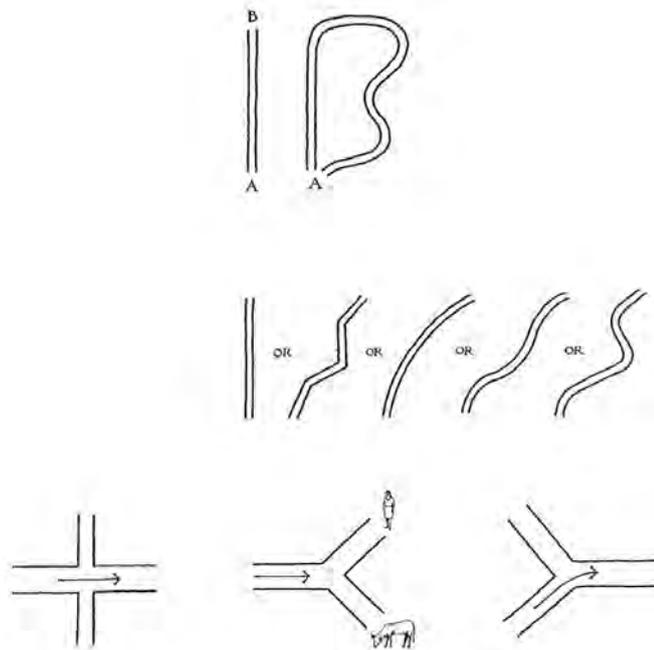
MOORE, Charles; BLOOMER, Kent C. **Cuerpo, memória e arquitectura**: introducción al diseño arquitectónico. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982, p. 108.

Figura 13 - A percepção dos caminhos depende dos sentidos.



Fonte: MOORE; BLOOMER, 1982

Figura 14 – As experiências dos caminhos dependem das formas e decisões tomadas.



Fonte: MOORE; BLOOMER, 1982.

A praça europeia, ou piazza, sempre se relaciona como um espaço semifechado com a cidade do entorno, como se estivesse sendo abraçada pela cidade. Ela é um espaço urbano de esperrância em potencial: em seus caminhos vive a errância, enquanto inspira a espera por ser uma concavidade. Em *Stuttgard, teoria e prática*, Rob Krier mostrou que as suas permeabilidades espaciais se dão pela borda formada pelos edifícios que a circundam e as ruas que desembocam no local. Krier considera que esta disposição espacial permite um máximo de controle público no interior da praça enquanto protege aqueles que estão dentro, como se estivessem em uma casa com jardim interno<sup>89</sup>. Em nível de acolhimento/recolhimento, as relações que determinam a configuração espacial da concavidade da piazza também são a dimensão e forma do perfil urbano do entorno, a forma e dimensão da concavidade da piazza em relação a este perfil e a comunicação entre a piazza e a cidade: a relação da piazza com ruas que chegam às bordas determinam a intensidade da sua permeabilidade espacial pela qualidade de suas dobras e pelas formas que se desenvolvem na continuidade de seus caminhos. Na Karlsplatz, como podemos observar no seu mapa na Figura 12, os edifícios dentro do seu espaço (em cinza escuro) formam uma enseada permeada pelas pequenas ruas que chegam (em cinza médio) da trama urbana do entorno por entre os edifícios e que se transformam em caminhos dentro da praça, movimento que potencializa o seu caráter de espaço de acolhimento, enquanto a borda sem os edifícios e aberta para a cidade não possui nenhuma rua que termina na praça, e sim em avenidas que contornam essa borda, fato que comentaremos no decorrer da análise do seu estudo de caso.

Sabemos que as concavidades urbanas não existem sem os caminhos, que conduzem o errante ao seu interior. Charles Moore<sup>90</sup> considera que a percepção do caminho depende da vista do observador e da posição e velocidade do seu corpo no percurso: o arquiteto considera que há caminhos que, apesar de serem inacessíveis, podem ser percebidos pelos sentidos do observador, dependendo de seu ponto de vista (Figura 13). Moore ainda considera que as experiências dos caminhos dependem das suas formas das decisões tomadas pela pessoa durante o percurso (imagem 14). Em Krier, os diferentes eventos e espaços da cidade são interligados pela sucessão de caminhos, conforme o arquiteto ilustrou em seus estudos de grandes composições contínuas (Figura 15).

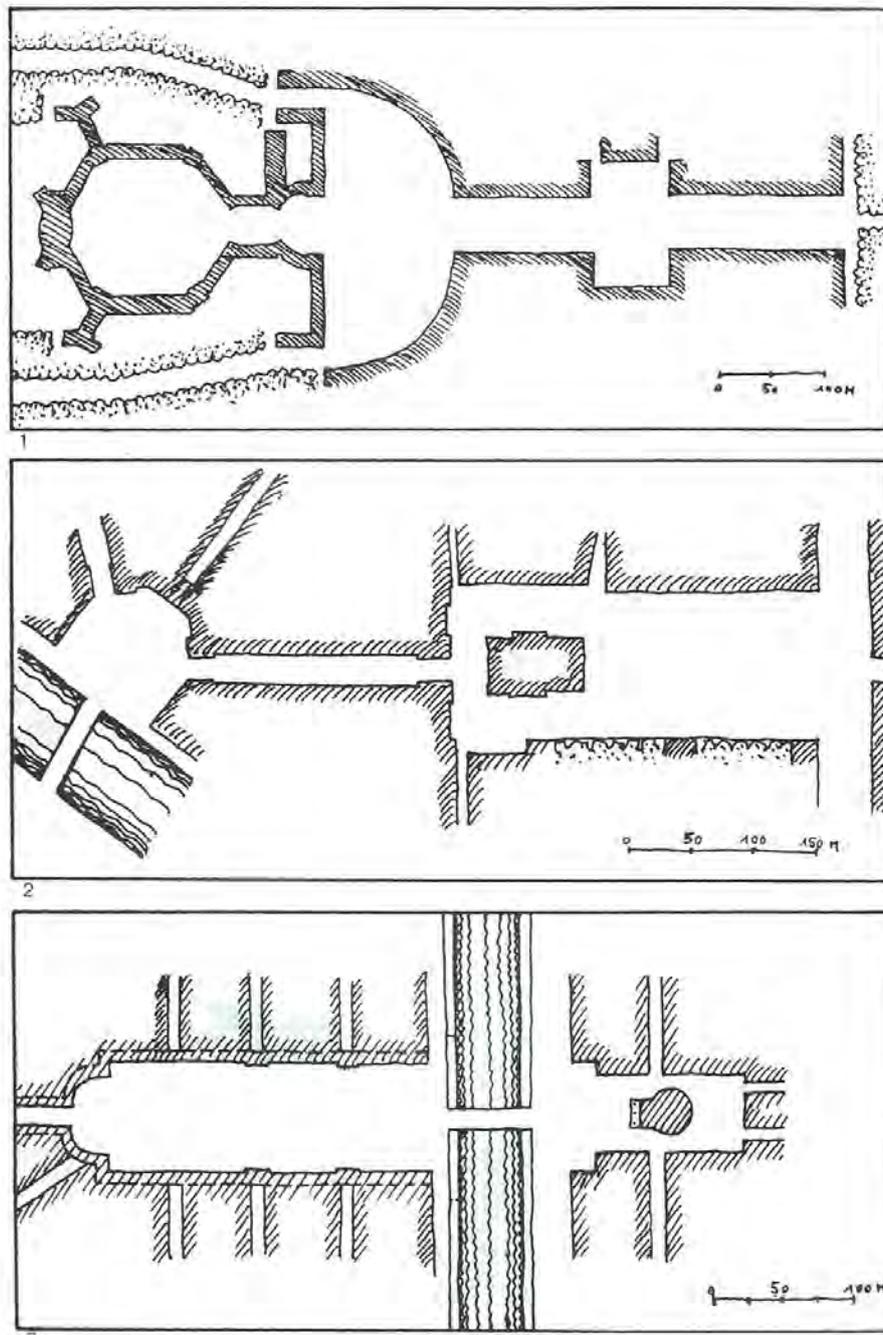
---

<sup>89</sup> Rob Krier escreveu nos anos 70 um trabalho sobre morfologia urbana intitulado *Stuttgard, teoria y practica de los espacios urbanos*. Neste interessante livro, Krier ensina que existem dois tipos de espaço urbano, o interno e o externo, e dois elementos que são essenciais para a formação: a praça e a rua. Assim, torna-se evidente o sentido de acolhimento como vetor da formação do espaço urbano.

KRIER, Rob. **El espacio urbano**: proyectos de Stuttgard. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2001, p. 18-19.

<sup>90</sup> MOORE, Charles; BLOOMER, Kent C. **Cuerpo, memória e arquitectura**: introducción al diseño arquitectónico. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982, p.98.

Figura 15 – Rob Krier: grandes composições contínuas.



De cima para baixo, respectivamente: Stupigni, Itália: Arq. Filippo Juvara; St. Petesburgo, Rússia: entorno da Praça Alexandre, teatro e praça Cernysev; Turim, Itália: Piazza Vittorio Veneto, Arq. Frizzi e Piazza della Madonna, Arq. Bonsignore.

Fonte: KRIER, 2001.

O sentido de acolhimento desses elementos é dado pela permeabilidade das dobras em suas bordas, que propõem a continuidade em suas curvaturas. O caminho é característico da errância. O desafio de ir além, a curiosidade e a vontade de conquistar o caminho elegem a reta como princípio da errância. Enquanto a dobra nos convida a meditar, esperar e aguardar o outro, a reta convida a ir adiante, como se fosse pontas de dobras. Essas formas se acentuam preconizando um final que se reinicia lançando-se para outro lado, são as pontas configuradas pela dobra acentuada, é o fim do fim, que se lança para outra parte. Nesse ponto extremo da dobra, enxerga-se toda a concavidade da enseada: como em uma esquina, este é o lugar onde se visualiza em simultâneo os dois lados de uma quadra, onde mudam os pontos de vista, o lugar do *por vir*: “(...) o lugar do surpreendente da surpresa, da descoberta do outro, do que existe no outro lado da dobra (...)” (FUÃO, 2014, p.103).

Na visão do acolhimento, os movimentos dos corpos dão continuidade ao movimento das dobras e desdobras do caminho e são chamados por Fuão<sup>91</sup> de curvância. Os corpos erram, percebendo os encontros e eventos nas formas das arquiteturas com as quais se deparam, acolhendo-os como em uma saudação. Os giros e paradas dos corpos determinam a intensidade das curvâncias, ritmo e velocidade. Independentemente da velocidade, o acolhimento é encontrado nas dobras dos corpos que se desdobram e se redobram. Se o inóspito das grandes retas acolhe a errância e seus encontros, com dobras e giros, o movimento de curvância comprova que o sentido de hospitalidade anda junto com seu contrário, um dentro do outro. A ética do acolhimento mostra que a hospitalidade e a hostilidade andam juntas, ocupando o mesmo espaço. Diferentes lugares são acolhedores: a intensidade da sensação de hospitalidade é determinada pelas relações estabelecidas pelas dobras de suas retas e curvas. Encontramos lugares dentro de lugares. Em tudo que é humano existem inúmeras possibilidades de acolhimentos dentro de acolhimentos. Entre dobras e desdobras, as potências de hospitalidade se desdobram infinitamente. Todos esses lugares conformados pela dobra, dobras que se desdobram e desdobram, atribuímos como lugares da hospitalidade e acolhimento, e as grandes retas ao inóspito, à errância.

As ruas acolhem o cotidiano em movimento. Essência da cidade nômade, a rua pode ser considerada o espaço urbano mais versátil, em termos de significação: assim como é caminho, a rua pode ser praça, casa, escola, mercado. A rua é o lugar dos encontros possíveis, que trazem consigo a esperrância. Quando em forma de reta, a rua invoca o princípio

---

<sup>91</sup> FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs). **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ 2015, p. 103.

Figura 17 - Rua reta que acolhe virando praça, palco e mercado: Rua Bento Figueiredo, Bom Fim, Porto Alegre



Fonte: Fotografia da autora, 2015.

Figura 16 - Rua que vira casa



Rua “abandonada” entre o muro do ex-Mattatoio de Testaccio e edifícios abandonados do porto de Roma que hoje é local de acampamento cigano.

Fonte: Fotografia da autora, 2013.

da errância em si, nos fazendo perceber as coisas uma após as outras. Esta percepção incita a curiosidade: desafia o sujeito a ir além e conquistar o que vê à frente pelo deslocamento. A rua chama a concavidade na curva do percurso e na esquina, no nicho que se abre na borda da reta do caminho para abrigar um banco, ou ainda na presença da árvore que se inclina sobre a calçada e marquises dos edifícios, que oferecem abrigo. Se nas retas os seres observam e são observados, percebendo os elementos e eventos em sequência, podendo parcialmente prever um encontro, as dobras das curvas e esquinas invocam a lateralidade, trazendo consigo a surpresa, na sensação de encobrimento e posterior revelação de novas possibilidades. A reta é uma forma de frontalidade/ dorsalidade: frente e costas. A reta nega a dobra, assim como a errância nega a espera, ainda que uma esteja contida na outra: se a concavidade contém a espera e a contenção, a reta está associada à errância e à liberdade. Porém, a partir do sentido de convivência que damos a ela, lhe é possível tomar a forma de espaço de espera e encontro: a reta pode ser chamada de um espaço de metamorfose em potencial. A reta inspira o desafio de ir além, a curiosidade, a vontade de conquistar o caminho. Enquanto a dobra convida a meditar, esperar e aguardar o outro, a reta convida a ir adiante. A reta é sempre a ponta de alguma dobra, a qual se acentua preconizando um final que se reinicia lançando-se em outro lado, para as pontas configuradas pela dobra acentuada, como se fosse o fim do fim, que se lança para outra parte. Nesse ponto extremo da dobra, é possível vislumbrar toda a concavidade: como uma esquina, o lugar onde se visualizam em simultâneo os dois lados de uma quadra, onde mudam os pontos de vista. É onde habita “(...) o lugar do surpreendente da surpresa, da descoberta do outro, do que existe no outro lado da dobra (...)” (FUÃO, 2014, p.103).

Contida na reta, a linha é encontrada nas arquiteturas e espaços que fazem a passagem e conectam diferenças, sobretudo sociais e culturais, unindo-as. Incluem-se nesta classificação espacial as arquiteturas que conectam espaços: pontes (Figura 18), elevadores, escadas, teleféricos, ruas. São elementos que contêm a viscosidade da cola e a mágica da costura. Trazem a distância para a proximidade. Conectam mundos, sem desvios. Em Chevalier, a ponte é iniciatória: permite passar de uma margem a outra. Nota-se nesta arquitetura o elemento de passagem frequentemente de caráter perigoso. O sentido da existência da ponte é colocar o sujeito sobre uma linha, onde este deve escolher uma direção a tomar. É notável lembrar o sentido do título de Pontiflex, que foi dos imperadores romanos, e depois foi transferido aos Papas: o Pontífice é ao mesmo tempo o construtor e a própria ponte, um mediador entre o céu e a terra. Encontramos este caráter de ponte também em Buda, que é considerado a Grande Ponte para todos os seres vivos, aquele que permite atravessar a encruzilhada. Na psicanálise, a ponte verdadeira ainda é considerada o Eu, que evita que os mundos se dispersem: ao atravessar esta ponte, a noite se torna parecida com o dia, pois este mundo não é

Figura 18 - Ponte dos suspiros, Veneza, Itália



Construída no início do século XVII, entre 1600 e 1602, a ponte servia de ligação entre as salas de interrogatório e as velhas prisões do Palácio dos Doges e as novas prisões chamadas de Prigioni. Ao atravessá-la quando levados para as respectivas celas ou para o local da sua execução, os prisioneiros soltavam um suspiro ao olhar uma última vez para o mundo exterior, através das minúsculas janelas da ponte.

Fonte: Fotografia da autora, 2002.

senão Luz<sup>92</sup>. Nas pontes, os encontros acontecem no entrespaço: a ponte cola pontas. É intermediação por natureza. Sendo espaço de errância, contém a espera: transpondo a ponte, o errante transpõe uma borda *entremundos* de *esperrância*. A ponte cola pontas.

Se a ponte faz a passagem, a porta faz a passagem ao convidar a atravessá-la. A porta é metáfora da cola que une mundos, de unidade. Quando fechada, toma para si o papel de abismo intransponível, o qual, para ser superado, precisa de uma ponte materializada na mão de quem a abre. Quando aberta, a porta é como uma ponte que une espaços. A metáfora da porta começa em sua borda: a soleira. Designa a abertura de uma exterioridade, enquanto abre para a interioridade. Por seu caráter, a porta é transcendência à ideia de infinito, que chega pela porta aberta e atravessada por quem chega: um ritual. Seu caráter porta a transcendência à ideia de infinito, que chega pela porta aberta e atravessada por quem chega: um ritual. A porta que divide e une o interior e o exterior, os relaciona

---

<sup>92</sup> CHEVALIER, Jean; GHEERBRANDT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 729.

e conecta: em seu movimento de abertura e fechamento, a porta une e separa, como metáfora da cola que une mundos. A porta indica a passagem e convida a atravessá-la. Na sua acepção simbólica, convida à passagem do domínio profano ao domínio sagrado. Encontramos este caráter nas portas das cidades, dos templos e das casas. Na Arquitetura Romana, o frontispício identifica o edifício: em seu papel de portal, representa uma espécie de síntese, ela própria suficiente para oferecer um ensinamento. Chevalier<sup>93</sup> associa a combinação do nicho com a porta neste elemento arquitetônico à imagem reduzida da caverna do mundo, que acolhe a porta como que em um abraço. A porta como local de passagem e, especialmente, de chegada, *é símbolo da iminência do acesso a uma realidade superior*. No seu sentido inverso, é símbolo da efusão de bênçãos sobre o que está no exterior. A transcendência – seja ela acessível ou proibida – é evocada pela porta: depende se esta estiver aberta ou fechada. A porta – portal – é o instrumento do ato de passagem entre espaços que acontece quando o “dono” da porta gira sua maçaneta. A porta possibilita dividir como um muro destinos: daquele que se fecha por trás dela; daquele que acolhe em sua soleira o mundo do que chega; daquele que é acolhido. É na porta que encontramos e acolhemos a expressão do outro. Ela dá passagem para a revelação dos segredos da casa. Passando a porta, o sujeito passa a se apropriar do espaço da casa e sua interioridade sombria: a casa (a) guarda quem (a) porta na porta. Abrir a porta é um ato de coragem, tudo pode acontecer a partir de então. Sua essência é abrir-se para revelar o futuro que não se conhece, o inesperado. Abrir a porta torna a exterioridade visível, borrando os limites entre o interior e o exterior. A sua dobradura espacial é de transporte, portal para o outro mundo e para o mundo do outro.

---

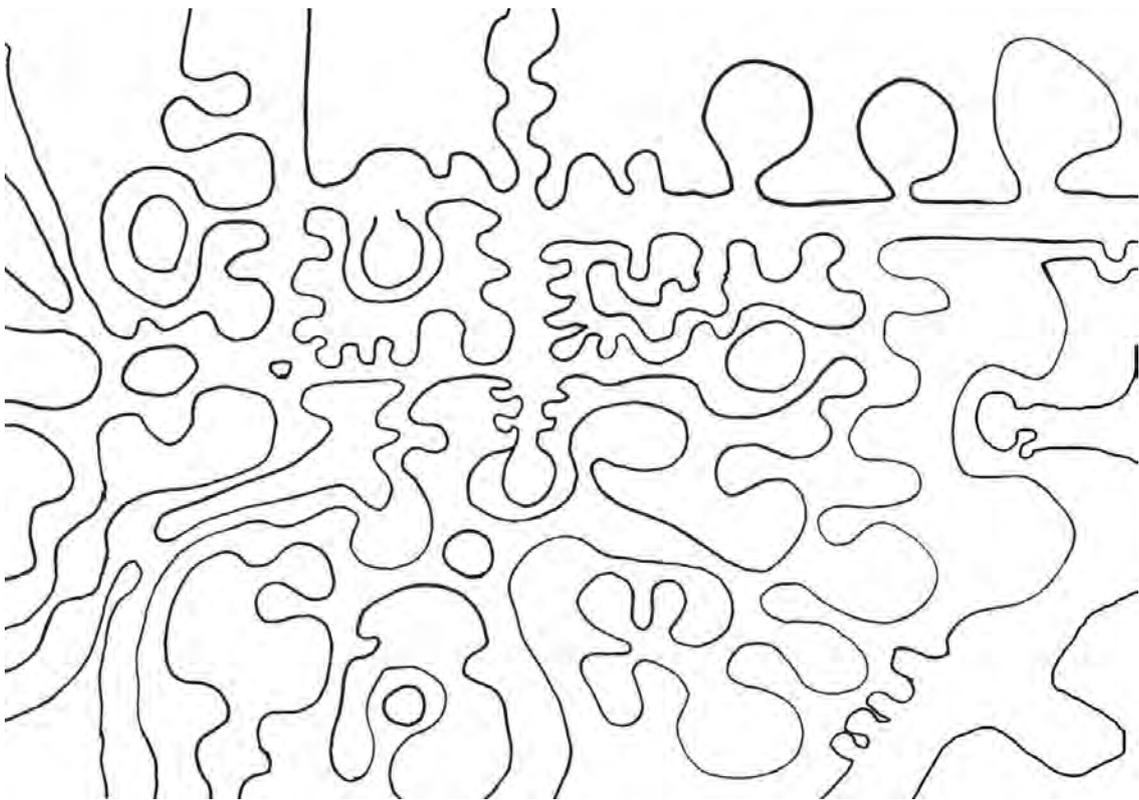
<sup>93</sup> CHEVALIER; GHEERBRANDT. Op. cit., p. 735.

Figura 19 - Porta de um dos antigos armazéns do Porto do Capim, João Pessoa, Paraíba



Fonte: Fotografia da autora, 2012.

# METODOLOGIA E ESTUDOS DE CASO

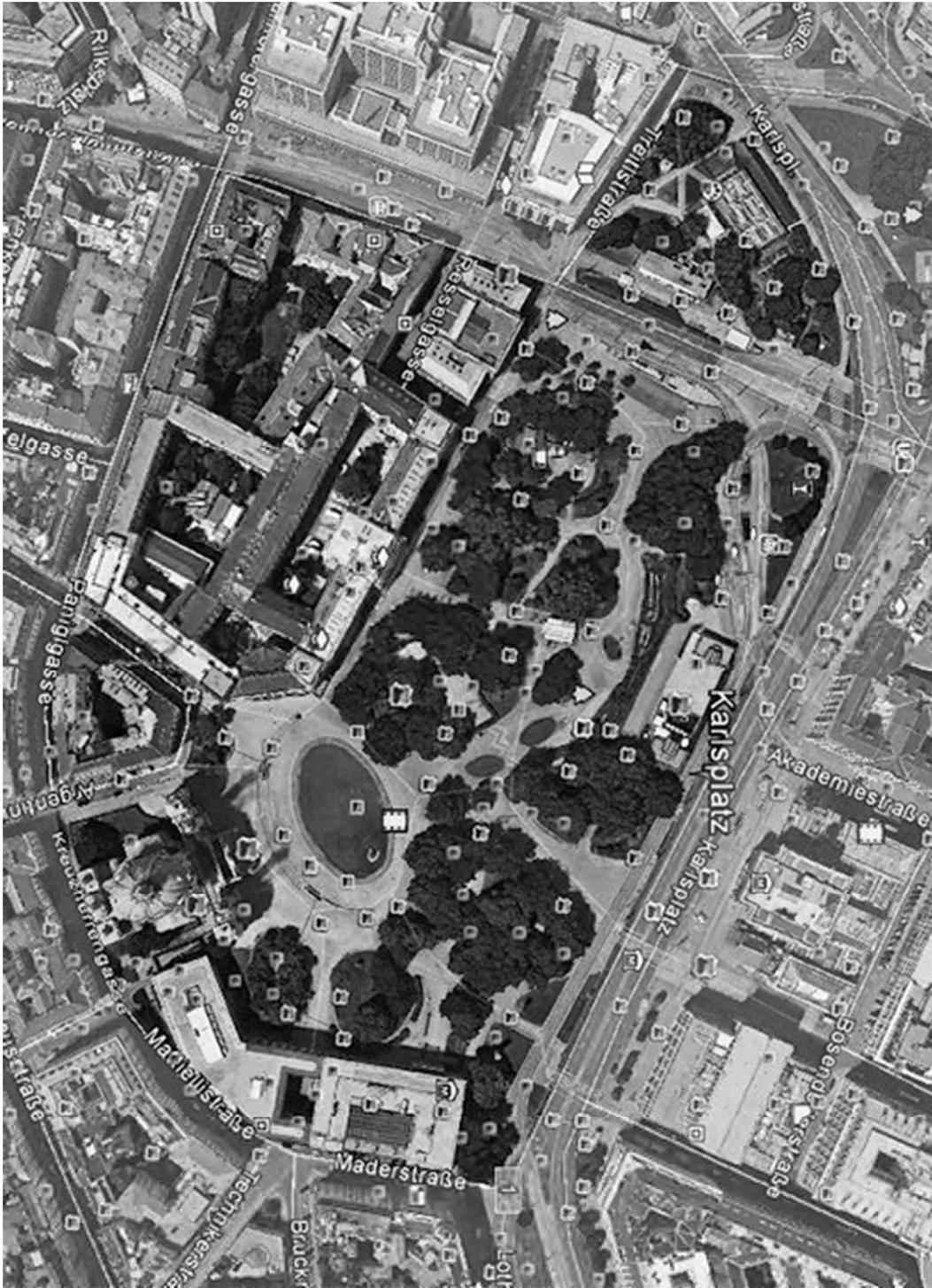




## 4 METODOLOGIA DOS CONTRAMAPAS DE ACOLHIMENTO E ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, desenvolve-se a metodologia utilizada neste estudo para os Contramapas de Acolhimento, que chamaremos assim ou simplesmente de Contramapas no decorrer do texto. O desenvolvimento da metodologia será explicado e exemplificado através do estudo de caso da Karlsplatz, em Viena, Áustria. Os Contramapas apresentados serão os da errância e das formas de espera utilizadas, que serão listadas durante a explicação da metodologia. Em seguida, é apresentado um resumo da metodologia aplicada. Seguem as apresentações e análises dos estudos de caso do Porto do Capim, do Mattatoio de Testaccio e da Vila Tronco. O capítulo termina com uma análise dos quatro estudos de caso.

Figura 20 - Mapa da ilha da Karlsplatz (em destaque) inserida na malha urbana do entorno.



Fonte: Mapa do Google Earth com interferência de transparência, 2016.

## 4.1 Metodologia

Para explicar e ilustrar a metodologia de criação dos Contramapas dos Acolhimentos desta tese, utilizaremos o estudo de caso do espaço da Karlsplatz, em Viena, Áustria, pois já começamos a utilizá-la como exemplo no capítulo sobre os mapas e Contramapas. O *workshop Karlsplatz Viena revisited: everyday tourism and policy innovation* foi realizado em outubro de 2014 na Universidade de Tecnologia de Viena (TU Wien), quando fui professora convidada da instituição, através de um projeto comum entre o PROPAR e a TU Wien, que, por sua vez foi representado pelo Departamento de Planejamento Territorial (Centro Interdisciplinar de Cultura Urbana e espaço Público SKUOR) através da professora Sabine Knierbein; pelo Departamento de Arte e Design (Desenho e linguagens Visual), na pessoa professora Karin Harather; e do Departamento de Projeto Urbano, coordenado pelo professor Markus Tomaselli, onde o foco dos estudos urbanos é nas questões espaciais públicas. O *workshop* fez parte do programa de mestrado da Faculdade de Arquitetura e Planejamento Regional do referido semestre. Teve como objetivo lançar bases de discussão sobre o futuro da Karlsplatz e os possíveis caminhos a seguir para uma proposta de requalificação espacial do sítio, a ser apresentada em um concurso público, que será promovido pela prefeitura de Viena, em um futuro próximo. Na página ao lado está demarcada em destaque a área onde foi realizado o *workshop*.

O nome oficial da praça-parque é Resselpark, mas os cidadãos de Viena se dirigem a ela como Karlsplatz, que também é o nome da região central da cidade de Viena onde ela se localiza: entre o terceiro e quarto distrito. Essa clareira ou concavidade urbana é circundada por edifícios públicos e permeada por ruas com diferentes tipos de usos e intensidade de movimentos. A localização e o valor histórico da região criam um cenário com diferentes usos e grande fluxo de pessoas: estudantes, professores, moradores de rua, drogados, músicos, atores, turistas e pessoas que moram nos bairros vizinhos. O parque é considerado um pulmão verde da cidade: possui um enorme lago, bem como grandes árvores e vegetação abundante, elementos essenciais para a melhoria da ambiência urbana. De um lado, a borda é permeada por pequenas ruas que conduzem a bairros residenciais e de outro, por uma das principais avenidas da cidade. Conforme poderá ser visto no mapa de eventos que será apresentado durante o estudo de caso (Figura 34), dentro da praça localiza-se o Museu da cidade de Viena, a sede da TU Wien, a Embaixada da Austrália, a Igreja de São Carlos (Karlskirche), o Heuer Café, o café da praça principal, a escola de ensino fundamental dos filhos dos funcionários da TU Wien, uma delegacia, as antigas estações de metrô de Otto Wagner e a atual, uma das maiores estações da área central

da cidade. Este último uso faz a Karlsplatz ser porta e ponte para bairros próximos e subúrbios. Sua influência em relação à cidade de Viena expande-se de forma constante: quem quer que desenvolva alguma relação com a cidade, seja no tempo que for, passa por ali. Por esses motivos, o espaço se propõe a uma constante revisão e renovação de possibilidades de acolhimento.

## 4.1.2 Caminhando

Escolhido o espaço para objeto de análise, passamos a nomear os dispositivos de auxílio para a realização da cartografia dos Contramapas. O primeiro dispositivo utilizado no workshop dos estudos de caso da tese é a atividade *Caminhando*: nesta primeira vivência, os participantes cartografam suas vidas, através da reinterpretação da proposição *Caminhando*, de Lygia Clark. Lygia criou *Caminhando* em 1964, ao encerrar a série *Bichos*. Nesse momento de sua trajetória, a artista rompeu com o construtivismo e rumou para a desmaterialização da obra, quando passou a atribuir importância absoluta ao ato iminente realizado pelo participante. Em *Caminhando*, Lygia substitui a obra de arte acabada, aquela que revela uma experiência vivida por um artista, pela ação que nunca se completa. À medida que a obra perde sua completeza, a liberdade do espectador-autor aumenta, através de sua ação, sempre provisória e efêmera. É no instante do ato que o espectador percebe simultaneamente o sentido de sua própria ação: a obra é o seu ato. Ao perceber o sentido de sua ação no instante em que o ato é praticado, formando uma comunicação direta com a obra, o espectador é simultaneamente participante, o que o liga a ação em si mesma. Assim como as experiências vividas no decorrer da existência humana, *Caminhando* permite a escolha, o imprevisível, a transformação e a virtualidade em um experimento concreto vivenciado de forma individual.

A ação de *Caminhando* começa quando o espectador-participante constrói uma curva de *Moebius* com uma fita de papel. O sujeito perfura a fita com uma tesoura e a corta longitudinalmente, percorrendo toda a extensão do papel, até o esgotamento das possíveis trajetórias. É preciso prestar atenção para não recair no corte já feito, o que separaria a faixa em dois pedaços. Ao terminar de dar a volta, a escolha entre ir para a direita ou para a esquerda do corte é fundamental. À medida que a faixa é desconstruída, ela se afina e se desdobra em entrelaçamentos, que no final se transformam em um caminho estreito: é o fim. Nascimento, em sua tese sobre Lygia Clark, assim descreve *Caminhando*:

(...) o participante (o homem: esta inscrição perfurante) condenado a ser livre (pois não há valores a priori ou indicações gráficas a serem seguidas) numa situação organizada (numa faixa de certas medidas), escolhe mediante ações livres (age de boa fé aceitando a responsabilidade de inventar uma trilha) o

seu próprio destino (o mapa final que é a soma de seus atos cortantes).<sup>94</sup>

Portanto, é possível dizer que *Caminhando* é a representação em cartografia da maneira que cada espectador-participante percorre o caminho de sua vida: representada pela curva de Moebius, a vida é revivida pelo ato de “cortar com a tesoura” (espectador-participante) (Figuras 21 e 22).

Figura 21 - Início do corte da curva de Moebius na atividade Caminhando com os alunos do *workshop*.



A atividade foi executada com 13 alunos e teve uma duração de 3 horas.

Fonte: Fotografia da autora, 2014.

---

<sup>94</sup> FABBRINI, Ricardo Nascimento. **O espaço de Lygia Clark**. São Paulo: Atlas, 1994, p. 95.

Figura 23 – Sequência da ação da atividade *Caminhando* na sala de estudos da TU WIEN com os alunos do *workshop*



Fonte: Fotografia da autora, 2014.

Figura 22 – Sequência da atividade



Fonte: Fotografia da autora, 2014.

Figura 25 – Sequência da atividade



A atividade foi executada com 13 alunos e teve uma duração de 3 horas.

Fonte: Fotografia da autora, 2014.

Figura 24 – Sequência da ação da atividade Caminhando na sala de estudos da TU WIEN com os alunos do *workshop*.



Fonte: Fotografia da autora, 2014.

Figura 26 – Sequência da atividade



A atividade foi executada com 13 alunos e teve uma duração de 3 horas.

Fonte: Fotografia da autora, 2014.

A partir da proposição original, acrescentei as experiências de interpretação pessoal do recorte da fita e a troca de experiências: a resignificação de *Caminhando* agrega à proposta de Lygia uma importante oportunidade do espectador-participante projetar as consequências de seus atos passados e presentes para o futuro. Para trazê-las à luz, foram agregados à ação inicial os momentos de troca de experiências e a expressão da representação simbólica da linha do tempo de cada indivíduo. A oficina *Caminhando* proposta para o *workshop* começa com a experiência da confecção da curva de *Moebius*: corta-se uma folha de papel A1, mole e branco, ao meio e na longitudinal. Emendam-se os dois pedaços com fita adesiva, juntando as arestas dos lados menores e sem sobrepô-las, formando um retângulo comprido. Dobrando um dos lados e juntando as outras duas arestas, constroem-se as figuras geométricas da curva de *Moebius*, que representa a vida do participante. Quem termina a sua curva ajuda o outro na confecção.

A seguir, o grupo se reúne sentado em um círculo. Depois de serem instruídos a ficar em silêncio e concentrados em seus pensamentos durante a ação, os participantes começam com uma tesoura – que representa o participante em ação – o recorte da fita conforme as instruções de Lygia: no sentido longitudinal, até a sua completa desconstrução (Figura 22). Essa parte do exercício dura até a última pessoa do grupo terminar. É importante que aqueles que terminarem primeiro aguardem os outros em silêncio.

Quando todos concluíram a primeira parte da experiência, cada espectador-participante é convidado a descrever e trocar sua experiência de recorte com o grupo. No momento dos depoimentos é criada a integração *entrevistas*, possibilitando a concretização de um segundo ato entre os presentes: a interpretação pessoal da sua *cartografia de vida*. Ao longo da fita formada pelo recorte, o espectador-participante a cria uma *collage* com recortes de revistas, papel colorido, fotografias com significados pessoais, pinturas, amarrações de panos, linhas, fitas, objetos e demais materiais que o grupo tiver à disposição (Figuras 23 e 24). Essas *collages* são entrelaçadas entre si, formando uma grande instalação-*collage*-cartografia, de natureza efêmera (Figuras 25 e 26). O fechamento é dado com um novo relato do grupo, que no final se despede. Essa reinterpretação de *Caminhando* é uma proposição que oportuniza reviver experiências vividas de modo lúdico, onde os espectadores-participantes criam a oportunidade de reconsiderá-las ao mesmo tempo em que reimaginam e reprojeta o seu futuro<sup>95</sup>. A partir da cartografia pessoal, o participante cria referências de identidade com o mundo do entorno, enriquecendo sua percepção em relação ao universo da cidade a ser explorada na próxima ação do workshop.

---

<sup>95</sup> “Na reinterpretação da proposição de Lygia Clark, outro sentido é acrescentado no seu trabalho: do ato proposto por Lygia: a oficina se constrói como uma brincadeira prazerosa, onde os participantes resgatam suas experiências valorizando a autoestima e olhando seu futuro com um energético otimismo e alegria.”

PAESE, Celma. Arts Therapy: recognized discipline or soul-graffiti? – Approaches, Applications, Evaluations. **Abstract Book of the 7th bi-annual European Arts Therapies Conference-ECARTE**. Munster:Lit Verlang, 2003, p.133. Tradução da autora.



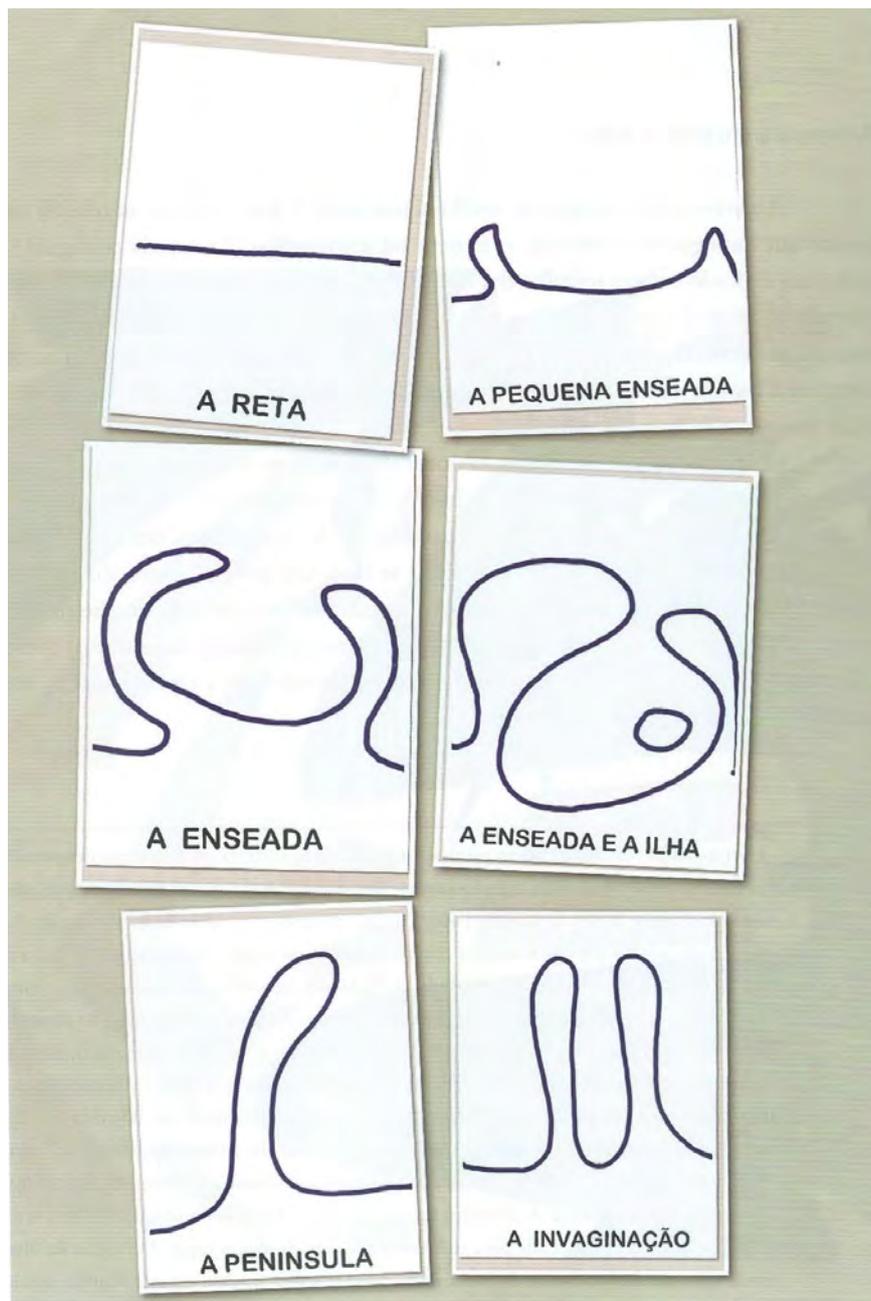
## 4.1.3 Os dispositivos e o trabalho de campo

### 4.1.3.1 As formas do acolhimento

Os dispositivos para a realização dos Contramapas de Acolhimentos se caracterizam pela capacidade de auxiliar a irrupção das percepções do cartógrafo, que se encontram ocultas para a criação de suas cartografias. O objetivo é tornar esses dispositivos envolvidos incentivadores das políticas de desempenho do sujeito, agindo como auxiliares de identificação e desembaraço das suas linhas de composição. A prioridade é sempre a liberdade de movimento durante a errância. De início, adota-se como dispositivos para a busca das formas de acolhimento um catálogo com suas formas. É necessário ainda colocar que a intenção não é fazer uma análise detalhada de localização dessas formas no espaço, mas, sim, verificar como o conjunto delas funciona na espacialidade das situações de acolhimento representadas nos Contramapas.

Já começamos a introduzir o estudo das formas do acolhimento de Fuão e as suas relações na trama urbana no subcapítulo “As tramas urbanas e as formas de acolhimento” do capítulo anterior “Mapas e Contramapas”: a concavidade como forma que inspira a espera e a reta como forma que inspira a errância. Estudaremos agora as qualidades básicas das formas de acolhimento que aparecem nos Contramapas da espera e da errância a partir das formas do acolhimento desenhadas por Fuão (Figuras 27) e algumas composições destas encontradas nas tramas urbanas desenhadas pela autora para este estudo, na Figura 28. As suas variáveis serão apresentadas no decorrer do processo cartográfico.

Figura 27 – As dobras do acolhimento.



Fonte: Desenho de Fuão, 2011.

Figura 28 – Algumas formas de acolhimento encontradas nas tramas urbanas



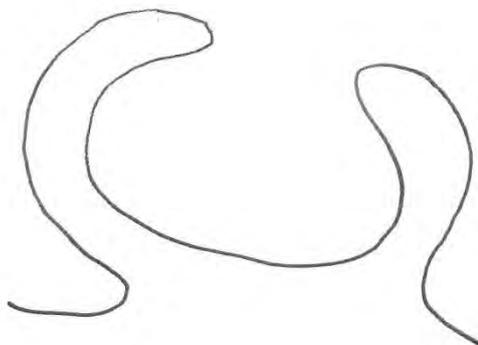
Fonte: Desenho da autora, 2016.

Vamos a breves comentários sobre as qualidades básicas das formas do acolhimento:



A reta é a errância em si: enquanto se erra, se aguarda o encontro com o errante que vem ao encontro no caminho. Ao parar na reta, sempre se faz um movimento com o corpo que forma uma curva, que Fuão chamou

de *curvância*: seja com o próprio corpo para si ou para cumprimentar o corpo do outro que chega. É fácil o movimento da reta: para frente ou para trás ou para as bordas, a reta sempre tem uma saída. A reta é o espaço da esperrância, onde tudo pode acontecer.



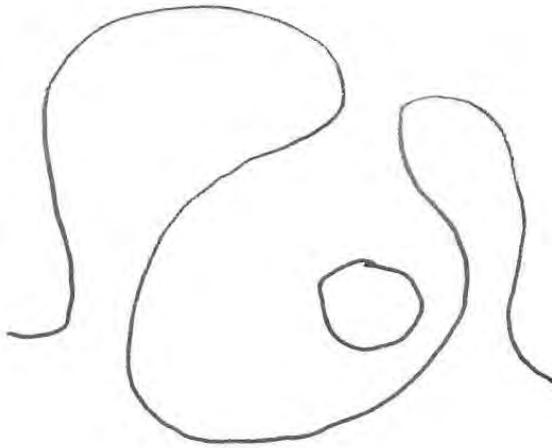
A enseada é a espera. Inspirada na forma da natureza homônima, essa concavidade é a mais acolhedora de todas as formas: espera-se na enseada ou se erra na enseada, sempre visualizando seu espaço como um todo: se espera e esperra-se na enseada na espera da surpresa que alguém, algo ou algum evento a penetre. A forma é composta por uma curva profunda

e larga e duas penínsulas nas laterais. Em termos formais, o seu nível de acolhimento é expresso pela profundidade da curva da concavidade, que, quanto mais profunda e larga, maior é a sensação de acolhimento, enquanto quanto menor a abertura em relação à sua concavidade, mais a enseada protege. A abertura da curva é a passagem-porta para dentro da enseada: quanto maior, mais aberta às possibilidades da chegada do outro. O seu espaço interno é percebido como um todo, em qualquer ponto que se esteja. A percepção do horizonte à frente depende do tamanho da sua abertura, sendo que a percepção do horizonte externo acontece nas pontas das penínsulas laterais. Chegar e sair da enseada depende dos desejos e dos sentimentos que acontecem dentro do abraço de sua curvatura: na sua borda, espera-se e erra-se esperrando a surpresa que pode chegar sorratamente pelos cantos. A enseada possui diversas variações nas formas do acolhimento.



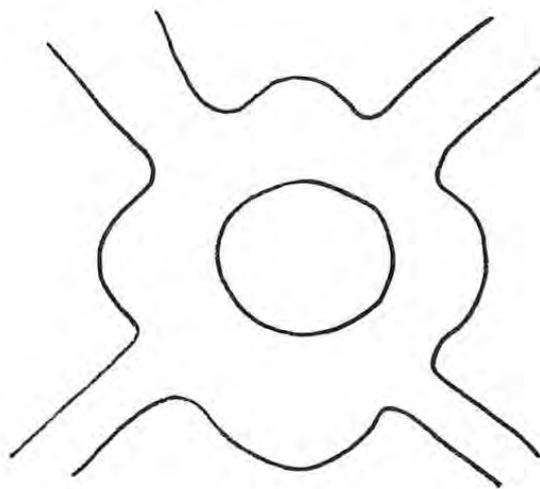
A pequena enseada: composta por uma suave curva e duas pequenas penínsulas nas laterais, a forma é acolhedora em sua grande abertura e também

é a de mais fácil chegada e percepção do horizonte à frente, principalmente nas pontas das pequenas penínsulas. A sua borda atrás da concavidade pode ser composta por retas que chegam na sua transversal ou em paralelo. É fácil sair e entrar da pequena enseada.



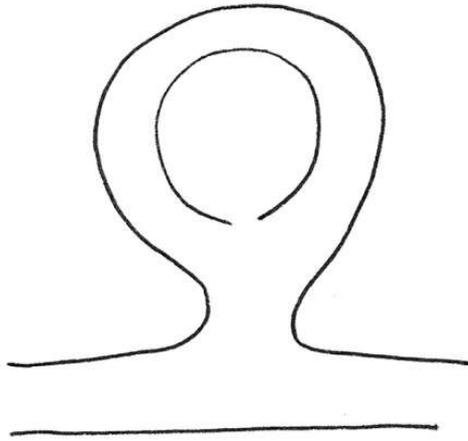
A enseada e a ilha: a ilha é terra que aguarda guardada pela água. Dentro de uma enseada, a ilha sempre incita a curiosidade de chegar a ela: seja em corpo ou em mente, sempre acaba-se chegando na ilha. A ilha, terra guardada pela água, guarda a surpresa dos encontros e aguarda os encontros com o errante que a observa da borda da enseada, esperando o tempo

para quebrar a resistência da ilha, indo ao seu encontro cruzando o espaço que os separa: um meio sempre diferente daquele em que ele está. Seja caminhando ou nadando, conquista-se o direito de esperar ou errar na ilha.

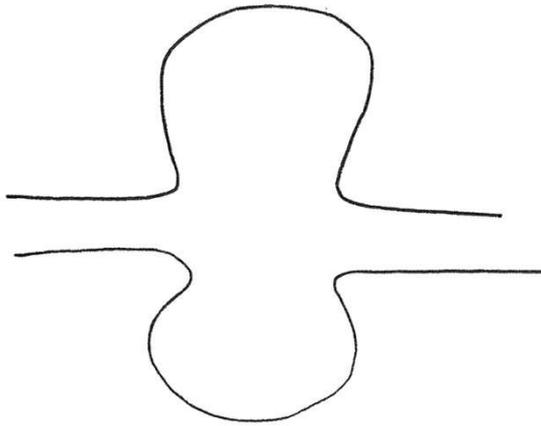


A reta, a clareira e a ilha: a clareira é uma abertura em forma de enseada ou abertura que é penetrada em sua borda por retas, que podem vir de outra clareira, de outra enseada ou mesmo ser o final de uma península ou invaginação. A diferença da clareira com a ilha da forma acima é o meio que circunda a ilha: tudo é terra, então a ilha é porta em toda a sua borda. O

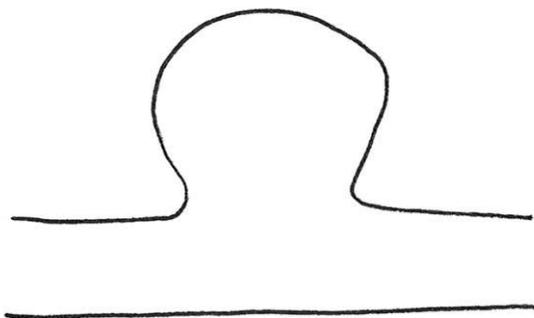
fato é que essas bordas abertas são como portas abertas: todos podem entrar, portanto, tudo pode acontecer. Quem penetra na clareira sempre tem como objetivo a ilha: cruzar a enseada e chegar à ilha, entrar ilha adentro, contornar a enseada para ver a ilha. Ao chegar na ilha, pode-se ver a surpresa que vem das retas. A ilha pode conter todas as formas do acolhimento ou ser a forma de acolhimento em si: difícil de conquistar, mas fácil de estar. Girando o corpo em si mesmo ou ao redor da ilha, se percebe toda a clareira, de diversos modos. Ao errar ou esperar na clareira sempre se tem ideia de um espaço que protege e aguarda as surpresas que chegam pelas portas.



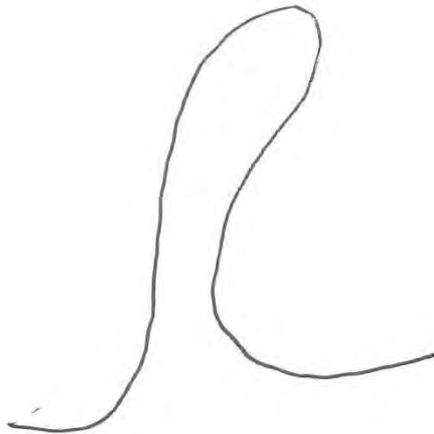
A reta e as enseadas que se guardam: o vivente que chega da reta em busca desta forma sempre aguarda uma dupla surpresa na acolhida: o que o aguarda quando transpassa a porta para dentro do espaço da enseada e o que está escondido ao passar pela porta da enseada guardada. Ao penetrá-la, nota-se que o fundo do espaço da enseada que guarda a enseada está escondido, esperando e guardando algo a ser descoberto. A enseada guardada o aguarda com outra surpresa ou, simplesmente, com um abraço: sua porta pode estar aberta ou fechada. Não é fácil entrar e sair das enseadas que se guardam: é preciso decisão, seja do hóspede ou do anfitrião.



A reta e as enseadas complementares: esta forma inspira a espera e os encontros para os que erram nas retas. Seja por alguns instantes ou algumas horas, as enseadas complementares são espaços para esperar na errância enquanto se enxerga o outro do outro lado, que também espera a surpresa do encontro que vem daquele que erra na reta, ou daquele que talvez atravesse a reta ao avistá-lo da enseada em frente.

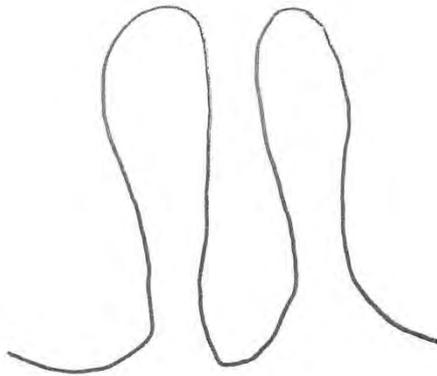


A reta e a enseada: esta forma inspira a espera e os encontros para os que erram nas retas, porém de forma diferente da anterior. A enseada é o espaço para esperar na errância o errante que espera encontrar em uma enseada na reta a surpresa do encontro que talvez aconteça. Se a porta da enseada estiver aberta, será fácil entrar na enseada na borda da reta como também será fácil sair: tudo depende do desejo.



A península: é uma reta que se transforma em concavidade no final, como se esta fosse a resposta ao caminho do errante. No seu final sempre está o abraço da espera que aguarda aquele que chega para ver mais além ou que simplesmente gira o corpo esperando o outro errante que talvez chegue na concavidade. A península é reta e concavidade. Pode ser porta e ponte, tudo depende do espaço que a guarda. Não é fácil chegar ao final da península: é preciso

ter uma finalidade para isso. Tudo depende do encontro que se espera, que pode ser encoberto.



A invaginação: formada por duas penínsulas nas laterais, a invaginação funciona como a complementaridade das formas que a formam. Com grande potência de acolhimento, quem penetra na invaginação sente-se acolhido desde que penetra na sua porta. Durante a errância, as surpresas podem vir pelas bordas, como se à espreita, nunca pelo centro. No seu final a lógica se

inverte: quem aguarda na concavidade do final da forma pode ser surpreendido por aquele que transpassa sua porta, ou não, de contingências.

Figura 29 - Karlsplatz: uma ilha que ocupa uma clareira da cidade de Viena

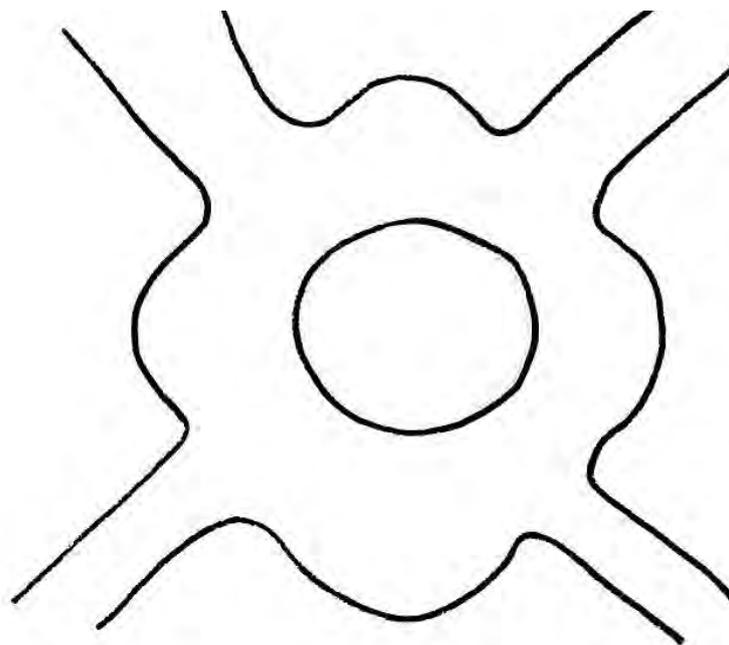


Fonte: TU Wien, 2014, com interferência da autora.

### 4.1.3.1.1 Karlsplatz: a reta, a clareira e a ilha

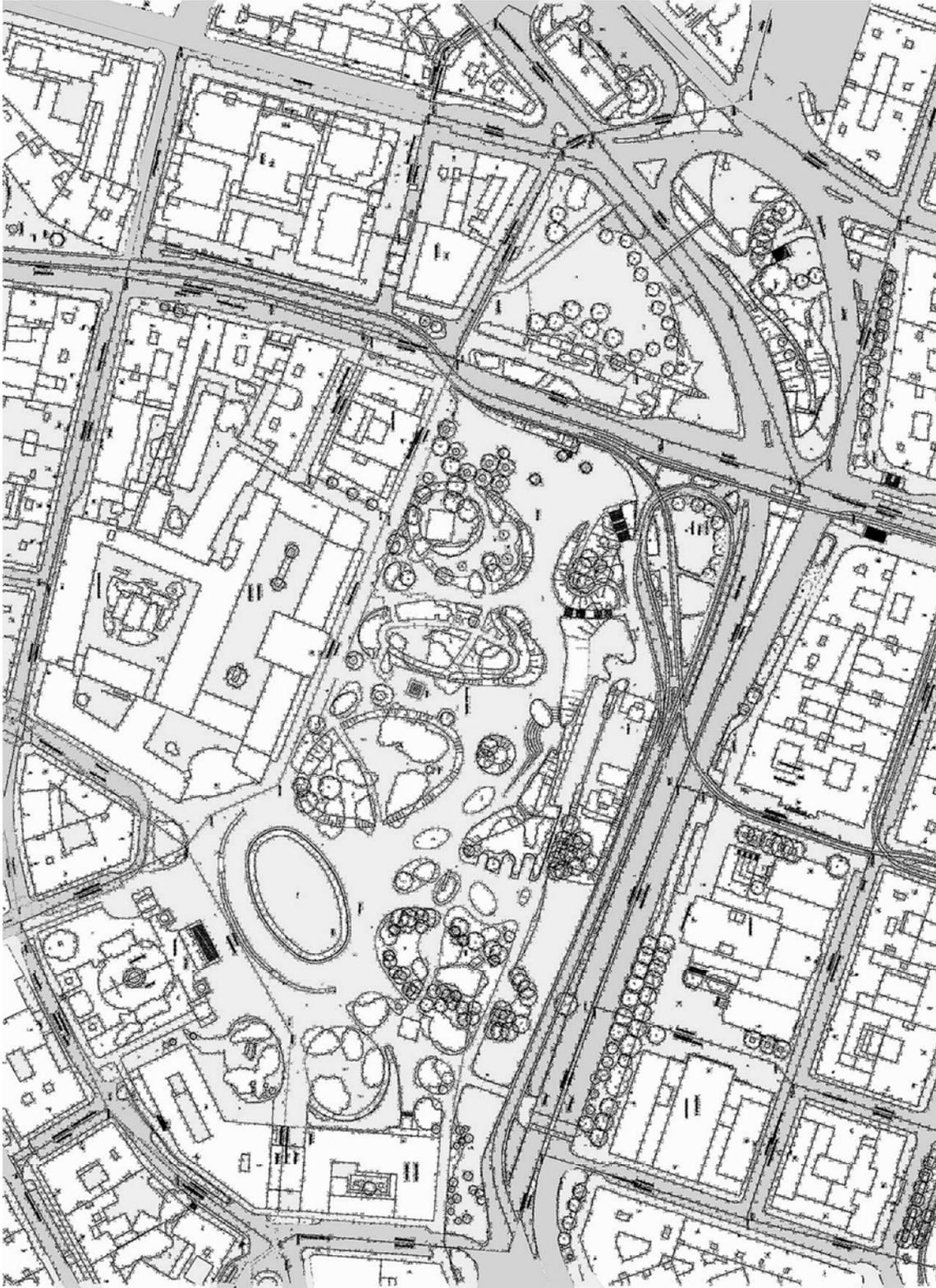
Relacionando com a morfologia das formas dos acolhimentos, a Karlsplatz é uma ilha que ocupa uma clareira da cidade de Viena. As setas do mapa ilustram as retas que chegam à borda da ilha, que a penetram de duas maneiras: por um lado da trama, a penetração é feita pelas retas das ruas que vêm da trama urbana dos bairros vizinhos e atravessam a clareira, penetrando a borda da praça, formando invaginações que no seu interior se transformam em caminhos. Pela outra borda, as ruas que contornam a ilha são avenidas com fluxo intenso de veículos. A travessia dos pedestres para dentro do parque acontece de duas maneiras: pela superfície ou por passagens subterrâneas.

Figura 30 – A reta, a clareira e a ilha



Fonte: Desenho da autora, 2016.

Figura 31 – O mapa cartesiano da Karlsplatz



Fonte :Tu Wien, 2014, com interferência da autora.

### 4.1.3.2 O mapa cartesiano

Na Figura 31, na página ao lado, observamos um dispositivo essencial para a prática: um mapa cartesiano do espaço a ser contramapeado. Pode ser um mapa do Google Earth, turístico, um mapa fornecido pela prefeitura da cidade, uma planta baixa. Invariavelmente, esse mapa será desmontado pelo processo cartográfico proposto. No caso da Karlsplatz, o mapa escolhido foi o fornecido pela TU Wien. Os demais dispositivos envolvidos são para a prática de registro, que podem ser os mais variados possíveis: câmeras, gravadores, materiais de desenho, tablets, celulares, enfim, tudo o que o cartógrafo-arquiteto considerar útil para a sua prática.

### 4.1.3.3 A errância

Eleitos o espaço e os dispositivos auxiliares – as representações das formas do acolhimento e o mapa cartesiano do espaço a ser explorado – agregaremos o principal dispositivo à prática: a errância a pé, que os Situacionistas chamavam de caminhar à deriva. A Teoria da Deriva psicogeográfica<sup>96</sup> de Debord é uma de nossas bases teóricas para a nossa metodologia da errância: essa prática afetiva e subjetiva propõe facilitar as cartografias influenciadas dos acolhimentos das diferentes ambiências ou paisagens psicossociais vivenciadas nas caminhadas urbanas. Durante as errâncias, o trabalho cerebral de familiarização de um espaço explorado relaciona o espaço existente com o representado no mapa escolhido, em uma experiência existencial contínua, que faz o corpo ser inseparável do espaço de errância, assim como a percepção daquele espaço não se desvincula da identidade pessoal do observador. Parodiando Eduardo Rocha, comparo o trabalho do cartógrafo errante a um exercício de antropofagia ao buscar elementos explorando, devorando, expropriando, desovando, questionando e transcendendo valores. O critério de suas escolhas é descobrir expressões que se acolhem, onde composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem os corpos mergulhados na geografia dos afetos que inventam pontes, para fazer sua

---

<sup>96</sup> Debord (1959) sustenta que o conceito de Deriva está indissoluvelmente ligado ao conhecimento dos efeitos do reconhecimento das possibilidades psicogeográficas de um lugar. Para isso, os praticantes da Deriva renunciavam por certo tempo às suas atividades e companhias habituais para entregarem-se às situações do terreno escolhido e aos encontros produzidos pelas variáveis psicogeográficas, que são as várias ações diretas das ambiências sobre a afetividade, como os microclimas e marcos urbanos que venham a encontrar em um determinado espaço. A Deriva é uma técnica de rápida passagem associada a um comportamento lúdico-construtivo que percebe as variáveis psicogeográficas e seus efeitos nas ambiências encontradas. As variáveis, que delimitavam os territórios psicogeográficos, eram determinadas pelos pontos fixos e seus habitantes, definindo o tempo e a natureza da prática em cada zona. Os obstáculos e atrações do terreno escolhido, elementos que determinam a análise ecológica de cada ambiência, como os microclimas, pontos de atração física e elementos de morfologia social, eram os determinantes para as situações de encontro que ocorrem durante o tempo de deriva. A contradição da Deriva encontrava-se em seu praticante conseguir conhecer e ter domínio das variáveis psicogeográficas, causadas pelos cortes no tecido urbano para poder calcular as reais possibilidades de sua prática. A Deriva possibilita explorar todos os tipos de labirintos gerados pela cidade e sua arquitetura, mesmo os mais inesperados. A psicogeografia seria uma prática geográfica afetiva e subjetiva que se propunha a cartografar as diferentes ambiências psíquicas provocadas pelas caminhadas urbanas. A Deriva Situacionista, que para Debord estava indissoluvelmente ligada ao conhecimento dos efeitos de reconhecimento das possibilidades psicogeográficas de um lugar, se utilizava dos mapas turísticos para propor atitudes de exploração e descoberta em ambiências e tecidos urbanos conhecidos a fim de desnudar a cidade de maneira divertida.

PAESE, Celma. **Caminhando**: o caminhar como prática socioestética e estudos sobre a arquitetura móvel. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015, p. 79-81.

travessia para a expressão. Enquanto se entrega ao *por vir*, percebe e participa dos processos existenciais da vida cotidiana, das diversas expressões sociais e culturais e das formas específicas dos indivíduos viverem a cidade no espaço acolhido, suas diferenças e a *différance*, ele identifica e decodifica as percepções que chegam. Neste tempo, as representações cartográficas começam a nascer através do registro de símbolos que reconhecem e nomeiam as formas de acolhimento relacionadas com estes eventos. Portanto, a primeira cartografia dos Contramapas, aquela que nasce dos registros das influências do espaço explorado na percepção do cartógrafo, pode ser nomeada de uma Cartografia Influencial, que vai além da proposta pelos situacionistas, por ir além do espaço já conhecido: propõe descobrir as influências do espaço do *por vir*.



### 4.1.3.4 A Cartografia Influencial

A Cartografia Influencial da Ilha da Karlsplatz, no verso da página (Figura 32), surgiu a partir do estudo feito durante a errância no mapa cartesiano: esta foi a base para os Contramapas que apresento. Os espaços foram nomeados conforme os sentimentos que eles me inspiravam. Estes foram os espaços traduzidos em formas de acolhimento no Contramapa das formas de espera que segue, que depois foi complementado com os percursos no Contramapa da Errância. Para haver este resultado, é preciso que o cartógrafo tenha algumas atitudes durante a experiência existencial da errância, as quais são a chave para nomear os símbolos cartográficos que interessam para traduzir seus sentimentos e, posteriormente, traduzi-los em formas de acolhimento. A seguir, comentaremos a metodologia das atitudes de atenção do cartógrafo, já introduzindo a errância na Karlsplatz.



### 4.1.3.3.1 Metodologia dos registros durante a errância

Este breve relato é para ilustrar a metodologia que foi adotada para esta deriva em específico e não as derivas em si: os detalhes das errâncias dos alunos estão relatados pelos próprios alunos no anexo dos *workshops* que foram objetos dos quatro estudos de caso, no final da tese. Na Karlsplatz, as derivas começaram no dia seguinte ao da vivência de *Caminhando*: marcamos o encontro com o grupo para a manhã de sábado, em frente ao lago do parque. Com o grupo reunido, aconteceu uma breve aula sobre a Teoria da Deriva de Debord. Depois dos questionamentos, combinamos que o grupo observaria os eventos das espacialidades na superfície do parque em sua totalidade – imagem, som e olfato – a fim de criar uma melhor percepção das paisagens psicossociais observadas<sup>97</sup>. Outra instrução foi que o grupo começaria a caminhar junto e, se fosse da vontade de alguns, poderia se dispersar em pequenos grupos. Também foi solicitado aos participantes que voltassem em horários diferentes e quantas vezes quisessem, a fim de observar os eventos do parque em diferentes horários e situações. Durante a errância, o grupo aos poucos foi se dispersando, sendo que alguns seguiram por dentro do parque, outros pelas bordas, alguns saíram dos limites e penetraram na trama urbana que permeia a borda, sempre em busca de relações com o espaço que estava sendo explorado. Esta primeira deriva durou cerca de três horas.

Virginia Kastrup, em seu texto *Pistas do método cartográfico*, nomeia o tipo de atenção que acompanha o reconhecimento do espaço no processo cartográfico dos acolhimentos como atenção à espreita: flutuante, concentrada e aberta. Durante a errância, passamos a buscar e cultivar virtualidades que já se encontravam dentro de nós, identificando-as no espaço. O uso da atenção à espreita durante o movimento da cartografia busca evitar dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada. Assim, a cartografia passa de uma competência para uma performance: ela precisa ser desenvolvida como uma política cognitiva do envolvimento do sujeito no processo<sup>98</sup>. Num primeiro momento, a atenção cartográfica não tem a pretensão de focar em um objeto e selecionar informações. Ela funciona à espreita: sua função é a de detectar formas e forças circulantes, como se identificando as situações em curso nas paisagens psicossociais da espacialidade. A atenção, enquanto processo complexo e individual, assume diferentes funcionamentos: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário; e diversas

---

<sup>97</sup> A trama urbana subterrânea não foi considerada neste estudo dos contramapas. Esta decisão foi tomada em grupo: professores e alunos.

<sup>98</sup> KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia** – pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.48.

combinações, como seleção voluntária, flutuação involuntária, concentração desfocada, focalização dispersa, e outras várias que podem surgir. Embora coexistam, as diferentes organizações e proporções distintas das variedades atencionais de cada indivíduo refletem as suas diferentes políticas cognitivas aplicadas ao processo cartográfico<sup>99</sup>. A seleção realizada pela atenção é movida pelo interesse, que disputa atenção com a ação eficaz. A autora compara o funcionamento da atenção proposta ao voo de um pássaro, onde o pouso de tempos em tempos deve ser entendido como uma parada no movimento, e não como uma parada do movimento. O ritmo da alternância entre voo e pousos é o que confere um ritmo ao pensamento, e a atenção desempenha um papel essencial. Esse ritmo reflete-se no registro cartográfico, comunicando no resultado como o ritmo foi estabelecido. Os registros podem acontecer de diversas maneiras: anotados graficamente no mapa cartesiano através de texto ou sinais, filmados, fotografados, gravados ou ainda simplesmente percebidos e registrados na memória. Sabemos que o trabalho do cérebro é conectado ao corpo, que interage com o espaço através dos sentidos e o cartografa. A consciência em relação ao momento do registro acontece quando se percebe e se constrói um sentimento de acolhimento pela espacialidade: a situação e a forma que a acolhe. Essa atitude de acolhimento se transforma na imagem que descreve esse sentimento na cartografia. Imaginar, apropriar e nomear é um ato poético. Atentar ao que a imagem quer dizer – significado ou significante – é reconhecer a poética dessa imagem. Qualquer que seja a intenção da imagem simbólica que surja, esta é sempre um agenciamento da percepção estética do coletivo observado pelo cartógrafo. Quando o envolvido no processo se dá conta, a percepção subjetiva da espacialidade já o impeliu para além dos limites impostos pelo desenho cartesiano e assim passa a nomear qual a forma que expressa a situação de acolhimento do lugar observado.

Neste momento, é conveniente questionar como essa imagem funciona em nível de representação do acolhimento entre a situação observada e arquitetura que o abriga, determinando assim a natureza, a intensidade e a qualidade das formas do acolhimento percebido. A qualidade plástica da imagem não importa: o que importa é o modo como a imagem representa as subjetividades e os sentimentos que introduz. Ir além do espaço representado no mapa cartesiano é desafiador. Lançar o olhar para o que não está representado muda o padrão de ver e compreender um espaço: valores pré-estabelecidos são desconstruídos, abrindo novas possibilidades da descoberta e contextualização das diferentes possibilidades de representação de acolhimentos. A atitude investigativa do cartógrafo deve buscar perguntar-se o que está acontecendo, e não investigar um objeto: o que está em jogo na construção da cartografia é o

---

<sup>99</sup> KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia** – pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 33

acompanhamento de um processo. Este é o momento do recalibramento do funcionamento da atenção, que nos faz retornar ao gesto de suspensão. Os Contramapas começam a surgir durante os registros de campo do conjunto dos diferentes elementos percebidos durante o processo de criação das suas cartografias influenciadas, como a da Karlsplatz (Figura 32), que deu origem aos seus Contramapas. Com este material na mão, é possível compor uma nova cartografia do espaço observado, em forma de narrativa plástica e textual. A composição forma a *collage* das diversas percepções do cartógrafo.

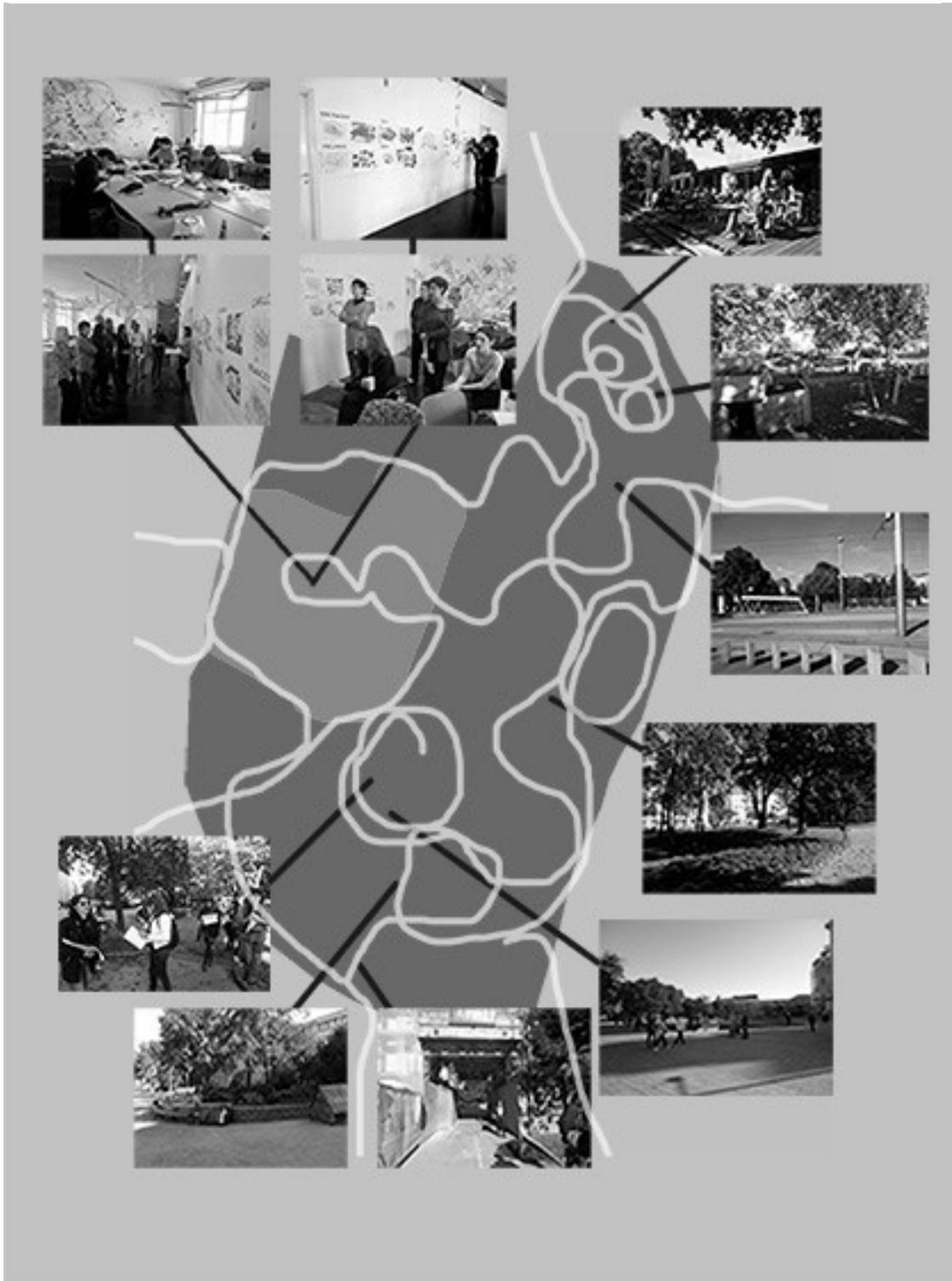
Neste trabalho, a *collage* é vista como uma metáfora da ética da alteridade: a arte de acolher diferenças conservando as diferenças enquanto diferenças. Para melhor compreensão da questão, é pertinente elucidar a relação que Fuão<sup>100</sup> considera entre os movimentos da *collage* e dos encontros humanos: “a (feição) que acolhe”. Os diferentes sentimentos de união que o acolhimento pressupõe podem ser entendidos como a ação de colar da *collage*: o acolhimento é sempre a “ação de colher algo”, como a colher que colhe para alimentar, agregar, juntar, como se fosse o receptáculo da colher colhendo. A *collage* é vista neste texto como metáfora da ética da alteridade. A *collage* é a arte de acolher (colli) diferenças conservando as diferenças enquanto diferenças. Na *collage*, a cola acolhe e fixa o acolhimento entre as figuras. Assim como o acolhimento, que se lança em ritual e sentido para além do previsto para as figuras – a *collage* é a arte de unir, grudar e fixar o acolhimento entre dobras das suas bordas. A dobra que faz as bordas aparece como a arte de produzir as formas da espera para que o acolhimento/hospitalidade se realize. O acolhimento em toda a sua dimensão está nas dobras e desdobras das dobras em ambos os lados das figuras da *collage* e das formas curvas, simultaneamente. A natureza da borda já é um intento para colar ou descolar um lado do outro, como uma colher quando transborda seu conteúdo. Já comentamos neste texto que a dobra cola, descola, guarda, resguarda, rejunta o distendido ou separa e deixa passar, abre e fecha, indefinidamente. É no gesto da abertura que se cola e acolhe, se envolve algo. Porém, a dobra em si não é acolhimento. Ela é apenas a expressão do acolhimento em abertura e fechamento: a sua abertura abre a possibilidade da entrada da percepção do outro pelo outro. Conforme a metodologia apresentada, a percepção e a criação do Contramapa de Acolhimentos de um espaço acontecem de forma individual, não sendo possível existir Contramapas iguais: é nessa constatação que vive a sua riqueza.

---

<sup>100</sup> FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. Em: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs). **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EDUERJ 2015, p. 93-95.

## Cartografia da errância

Figura 33 - Primeira cartografia da errância da Karlsplatz



Fonte: Desenho eletrônico e fotografia da autora, 2014.

### 4.1.3.3.2 Cartografia da errância

Começa a cartografia da errância: na página ao lado (Figura 33), a cartografia representa o primeiro estudo do espaço do parque e um início dos estudos sobre a forma de acolhimento durante a errância, que está representada no traçado em branco. As fotografias indicam os principais espaços de acolhimento, sendo que o único espaço representado é o da TU Wien, que acolhe a praça incondicionalmente. O traçado começa no ponto de encontro do grupo, em frente ao lago, e continua representando os diversos percursos da primeira errância em grupo. Nos caminhos não existe nenhum traçado em reta, pois todos os caminhos do parque possuem curvâncias. Nota-se que onde as formas de acolhimento dos caminhos mais se fecham em enseadas são as das duas extremidades do parque: a enseada onde se localiza a concavidade do lago e a enseada onde se localizam o café e a horta, que, pelo seu caráter extremamente hospitaleiro, deixa de ser ilha, apesar de estar separada do parque por uma rua de tráfego de veículos.

### 4.1.3.3.3 O Contramapa da Espera

Nas páginas seguintes, veremos a cartografia dos eventos no interior da ilha da Karlsplatz (Figura 34 ) que fiz para um melhor entendimento de suas respectivas localizações na sua representação na cartografia do Contramapa das formas de espera (Figura 35).<sup>101</sup>

O critério de escolha da qualidade e dimensões para a representação das formas dos acolhimentos da Karlsplatz se baseou na intensidade dos acolhimentos:

1. Qualidade: as concavidades com menor espessura e com mais abertura são as concavidades mais acolhedoras.
2. Dimensão: quanto maior o tamanho da forma representada, maior é o acolhimento por ela representado.
3. A trama urbana que abraça a praça está representada em cinza mais claro, sem mais detalhes, pois não vamos estudá-la. As ruas que vêm dos bairros cruzando a clareira e formando invaginações que penetram nos caminhos do parque (representada no mapa cartesiano com vetores) estão sem a linha que separa a ilha dos demais elementos, pois não há impedimento para a continuidade da errância. Já as bordas que são separadas por avenidas onde o acesso de pedestres pela superfície é feito por travessia estão representadas com uma linha que divide a ilha do seu entorno.
4. A passagem para a pequena ilha onde se localiza o Heuer Café – que chamei de Café Sala de Estar –, apesar de ser pela superfície e cruzar uma avenida, foi representada por um Istmo, elemento geográfico que junta duas ilhas, pois o caráter de acolhimento dessa área do parque é tão forte que nada impede que seja feita a travessia. Voltaremos a este assunto no detalhamento do Contramapa.
5. As errâncias, os principais espaços de acolhimento e suas respectivas formas serão detalhados a seguir. Durante o estudo vou me referir aos espaços pelo seu nome utilizando o nome-sentimento que dei a eles como sinônimo
6. Este Contramapa será cortado em 3 janelas para melhor analisar os detalhes das formas do acolhimento e das formas da errância.

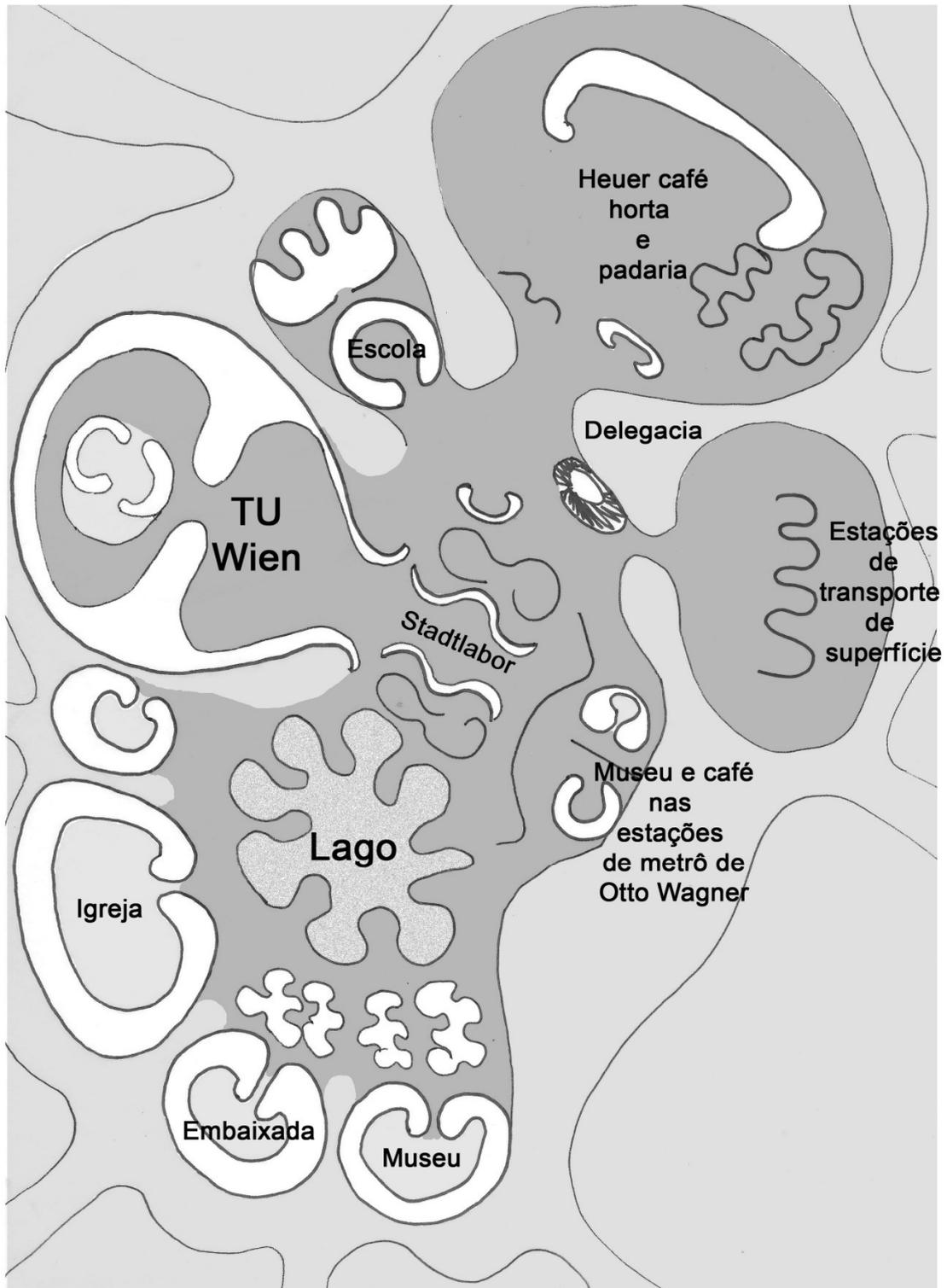
---

<sup>101</sup> Todas as imagens deste capítulo e dos seguintes, exceto quando diferentemente referido, são de autoria da autora.



## Contramapa das formas de espera da Karlsplatz

Figura 35 - Contramapa das formas de espera da Karlsplatz



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

#### 4.1.3.3.4 Contramapa da errância da Karlsplatz

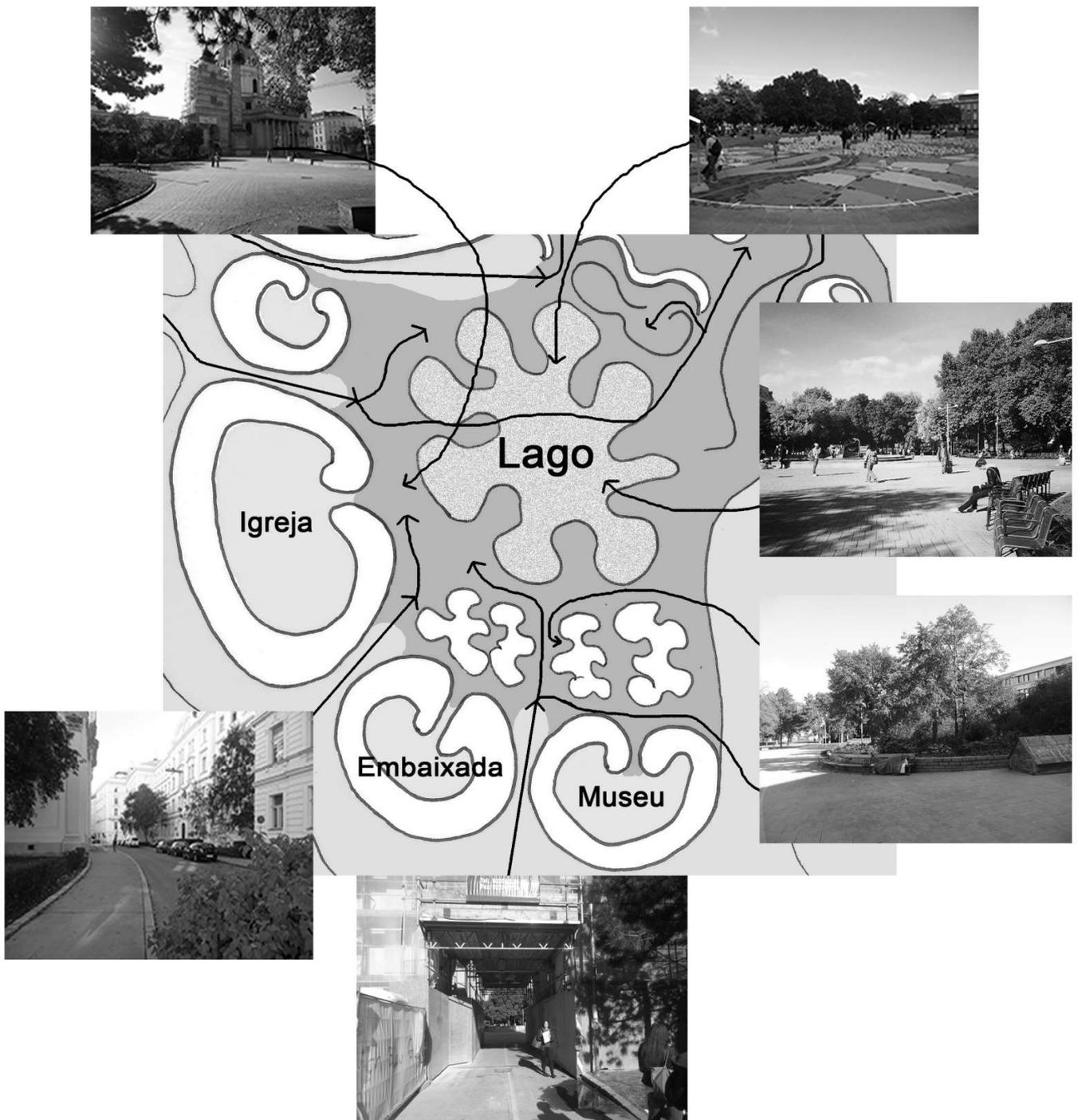
Figura 36 - Contramapa da errância da Karlsplatz



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

# Contramapa janela 1

Figura 37 – Contramapa janela 1



Vamos começar observando os detalhes da primeira janela do Contramapa, na página ao lado: analisando as relações da ilha do parque com as ruas que chegam da borda mais próxima à clareira, as vemos penetrando na ilha e formando invaginações que se juntam aos seus caminhos, diluindo-se. As formas de acolhimento da espera são permeadas pelos vetores da errância. Esta borda do parque tem a sua permeabilidade configurada por esquinas que formam um conjunto de pequenas enseadas complementares que fazem a moldura da clareira que abriga a ilha da Karlsplatz (Figura 38). Ainda observando os Contramapas da página ao lado e comparando o percurso descrito com as imagens, vamos penetrando pelas invaginações na borda no parque (Figura 39):

Figura 38 – Moldura da clareira



Figura 39 – Penetrando



Figura 41 – Clareira dentro da clareira



Figura 40 - Lago -sala de exposições



As invaginações entre os edifícios da sua borda que se transformam em caminhos da praça estão representadas sem contorno na cartografia, pois, como já foi colocado, não há impedimento para o fluxo dos errantes que chegam à ilha. As formas relacionadas às situações de acolhimento no parque vão sendo percebidas no decorrer do processo cartográfico em errância, formando uma sequência de dobras e desdobras de enseadas, pequenas enseadas, clareiras e ilhas.

Ainda observando o Contramapa e suas imagens, nos deparamos com a clareira formada pelo edifício de moradores, a igreja, a embaixada e o museu, representadas por três concavidades com abertura estreita, pois a penetração para esses edifícios é controlada. No seu centro está a ilha formada pelo lago (Figuras 40 e 41 na página ao lado), que é representado por uma oval com sucessões de enseadas, pois nem sempre está vazio d'água. O lago é uma grande sala de estar: no verão, estação em que ele está cheio d'água, as pessoas se encontram e se sentam ao redor de sua borda; durante o outono, o lago é esvaziado e vira espaço de exposição, mercado, salão de festas. O lago é o espaço de metamorfose em potencial do parque. Sua forma inspira a espera da errância e a errância da espera: a *esperrância*. Os grupos de turistas que entram e saem da *Karlskirche* (Igreja de São Carlos) e do museu se misturam aos locais ao redor do lago.

O espaço da clareira próxima ao playground e as enseadas complementares do playground (Figura 42, nesta página) têm seu acolhimento mais intenso pelas manhãs, quando há a maior incidência de Sol. Na imagem, podemos observar um dos alunos do workshop sentado ao sol enquanto compõe sua cartografia. Os demais jardins da área abrigam em suas enseadas pequenos espaços de espera, onde as pessoas sentam em bancos ou mesmo em pequenos espaços gramados.

Figura 42 - Enseadas complementares





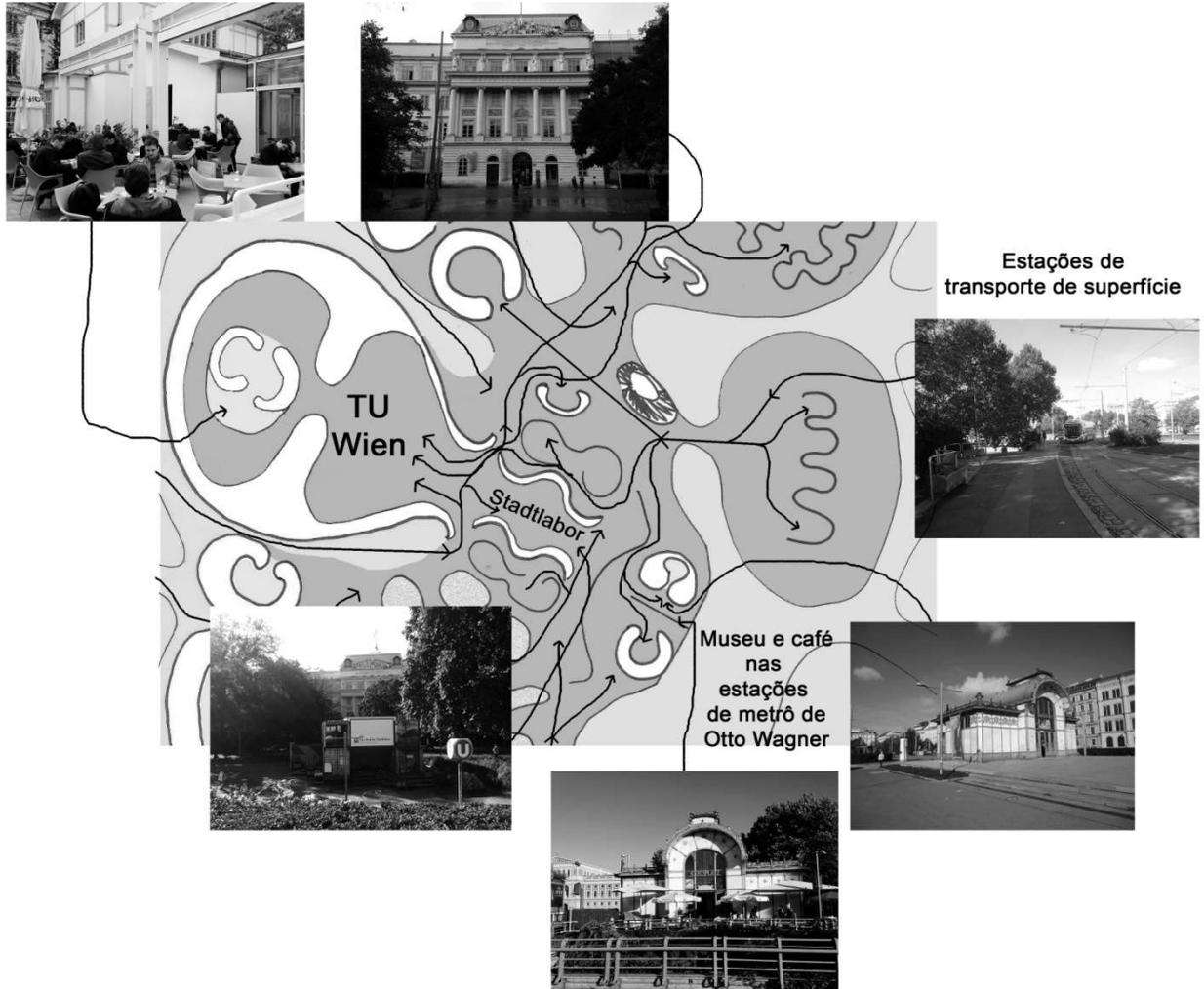
Quando as condições atmosféricas são amenas, os poucos moradores de rua que buscam abrigo no parque usufruem do refúgio seguro propiciado pelas enseadas dos bancos no entorno das ilhas de vegetação dos jardins em frente à embaixada da Austrália e o Museu da cidade (Figura 43, nesta página). Talvez essas pessoas aproveitem o lago para banhar-se.

Figura 43 – Morador de rua repousando no banco enseada



## Contramapa janela 2

Figura 44 – Contramapa janela 2



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Observando o Contramapa janela 2 na página ao lado, vamos errando em direção ao centro do parque, onde encontramos um eixo transversal à ilha, composto pela TU Wien, o Stadtlabor e as antigas estações de metrô desenhadas pelo Arquiteto Otto Wagner, que hoje são um museu e um café. O Stadtlabor (Figura 45) localiza-se entre as ilhas do playground e da sala de leitura. A tradução literal da palavra alemã Stadtlabor para o português significa “trabalho com a cidade”: esse espaço de acolhimento representado por duas enseadas complementares está sempre com suas portas abertas para os caminhos do parque. Foi projetado e construído pelos alunos da Faculdade de Arquitetura da TU Wien, para acolher a cidade: construído com containers e madeira, o espaço tem como objetivo ser um espaço de discussão sobre a cidade entre pessoas da comunidade, profissionais e órgãos públicos, promovendo eventos, palestras, mostras e seminários. Quando não há eventos, o espaço, com grande potência de acolhimento, está aberto para quem quiser ficar e conversar ou simplesmente estar. O totem com a letra U assinala a entrada da estação subterrânea do metrô (UBAN), que está localizada em frente ao Stadtlabor. Essa estação subterrânea também é passagem para o outro lado da avenida, que separa a ilha da Karlsplatz do Centro Histórico da cidade.

Figura 45 - Stadtlabor



A fachada neoclássica da TU Wien (Figura 46) dá passagem para o interior da Universidade, que, como é um órgão público, está sempre com seus pátios abertos: por esse motivo, foi representada como uma grande enseada que guarda duas enseadas em seu interior. Na segunda enseada, está localizado um acolhedor café aberto ao público (Figura 47).

Figura 46 – Fachada da TU Wien



Figura 47 – Café da TU Wien



Ainda nesta reta, em direção ao centro histórico e em um nível mais alto em relação aos demais espaços de acolhimento do parque, encontramos as antigas estações de metrô desenhadas por Otto Wagner, que hoje são um museu – enseada mais fechada por ter acesso restrito – e um café – enseada com as portas abertas: ambas as concavidades se complementam, porém, uma grade que protege um jardim que circunda um poço de luz separa os dois edifícios, representada por uma reta na cartografia. Esse elemento em conjunto com a mudança de nível em relação ao parque prejudica a qualidade do acolhimento daquela espacialidade, e, por esse motivo, foi representada em tamanho pequeno no Contramapa janela da Figura 44 e nos Contramapas correspondente (espera e errância).

Figura 48 – Café na antiga estação de Metrô de Otto Wagner





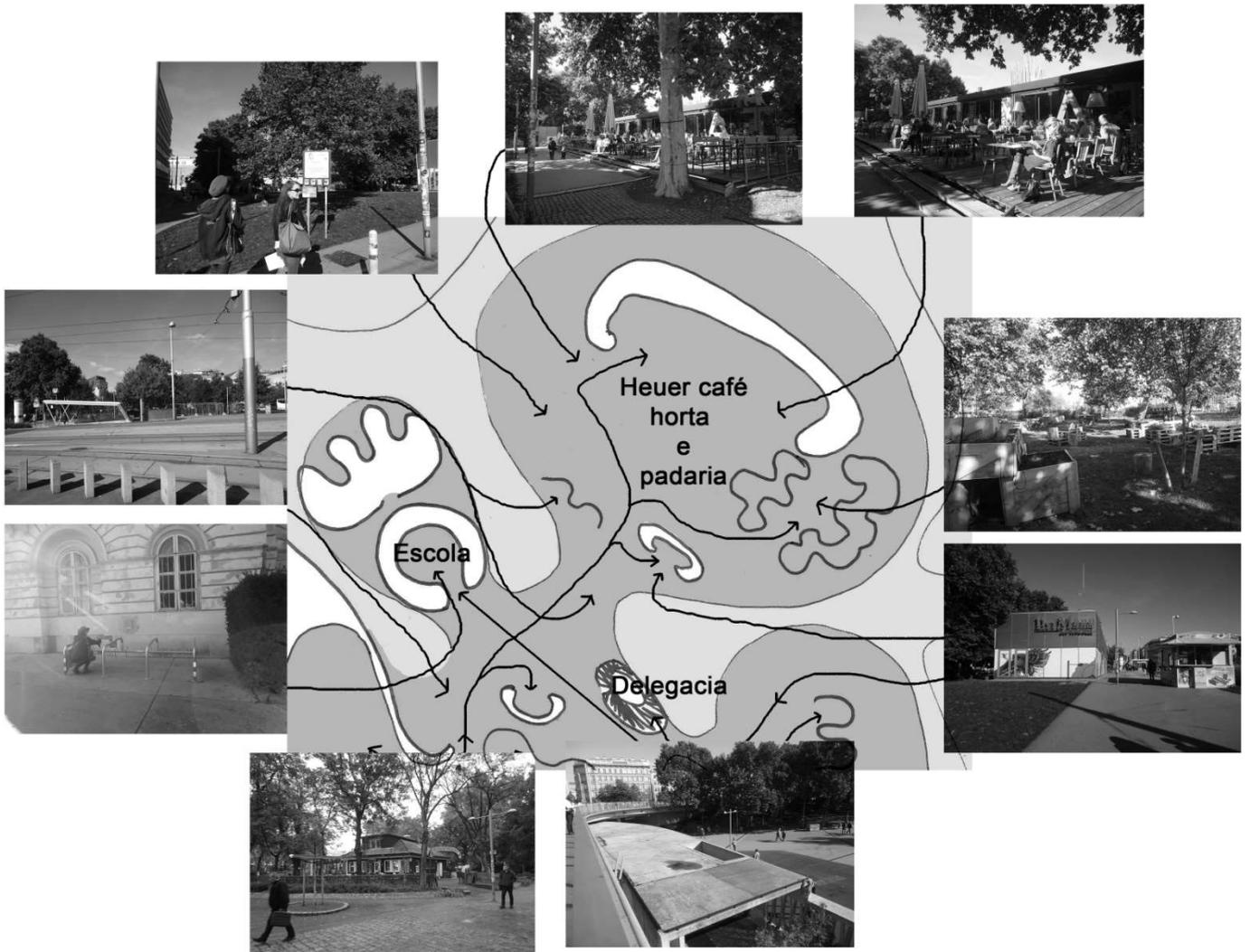
Nesse mesmo nível, em direção à borda entre o centro histórico e as áreas de comércio, está a ilha de acolhida das pessoas que aguardam os transportes públicos de superfície. Elas a penetram cruzando as pequenas ruas que dão acesso aos veículos (Figura 49). Como não tem nenhuma barreira que a separe da praça, o acesso foi representado por um istmo que a transforma em uma península, enquanto as estações de espera são representadas por uma sucessão de enseadas. A borda defronte ao centro histórico da cidade possui grande fluxo de veículos de natureza diversa, sendo que sua travessia é feita, principalmente, por via subterrânea. Por esse motivo, esta borda está toda contornada em preto. Os estudantes que cruzam o parque saindo da estação dos transportes de superfície e das vizinhas passagens subterrâneas do UBAN misturam-se às pessoas que se dirigem ao espaço de leitura no caminho da universidade e às crianças que brincam no playground e arredores ou frequentam a escola infantil defronte ao Café Resselpark já bem próximo da delegacia: ambos os elementos serão comentados na próxima janela.

Figura 49 – Ilha de transporte de superfície



## Contramapa janela 3

Figura 50 – Contramapa janela 3



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Continuando a errância, passaremos próximo à delegacia. Conforme pode ser observado na figura 51, abaixo, e no Contramapa janela 3 (Figura 50), a delegacia localiza-se entre a borda da via de tráfego de veículos e a passagem de pessoas que chegam ao parque pelas estações de transportes de superfície e a subterrânea. Este é o único edifício que não inspira acolhimento: conforme pode ser observado na imagem, a delegacia não tem uma abertura direta para a rua, e o estado do pequeno terraço mostra que a presença humana não é das mais frequentes. O controle do parque é mantido por câmeras monitoradas no seu interior, funcionando como um panóptico eletrônico que intimida atos ilícitos. Porém, o controle não intimida estudantes, as mães e crianças no playground, o turista acidental, os passantes, os contemplativos. Se a intenção é invocar o passado do parque utilizando drogas injetáveis e curtir o barato, o usuário primeiramente é “assistido” pelas câmaras de segurança e, em seguida, é “convidado” a usufruir da *hostipitalidade* do espaço interno da delegacia.

Figura 51 - Delegacia



Continuando a errar, passaremos pelo café escondido, mais conhecido como Café Resselpark pelos vienenses e turistas: observando a figura 52, o café está escondido na concavidade do bosque de uma pequena ilha, e, segundo os locais, é o mais antigo do parque e ponto de atração turística por seu estilo arquitetônico. Sua frequência é composta em sua maioria por idosos e turistas. Por ser acolhedor para um público específico, ele foi representado por uma pequena enseada quase que totalmente aberta.

Figura 52 – Café Resselpark



Figura 53 - Fachada da escola e creche



A escola e creche representada por uma enseada com acesso quase que estreito tem sua frequência focada nos filhos dos funcionários da TU Wien. Defronte à escola, tem estacionamento para bicicletas e patinetes, como pode ser visto na imagem 53. Suas portas só se abrem nos horários de receber e entregar as crianças aos pais.

Continuando a errância, atravessaremos a via de veículos em direção à suposta ilha onde se localiza a padaria, o Heuer Café e a horta orgânica, sendo que a ligação com o parque principal é feita por uma passagem de pedestres demarcada no asfalto, próxima à delegacia, que atravessa a reta, por entre o guard rail que vemos na figura 54: essa passagem de pedestres dá acesso direto à estação de espera de transporte público da fotografia, representada na cartografia por uma linha de sucessão de enseadas, por seu alto nível de acolhimento.

Figura 54 – Passagem de pedestres por entre o guard rail



Se este espaço for lido apenas pela forma que apresenta no mapa cartesiano, ele configura uma pequena ilha vizinha que forma um conjunto com a grande ilha do parque; porém a espacialidade criada pelas arquiteturas e pelo paisagismo existentes propicia sucessivas situações de acolhimento das suas paisagens psicossociais e o transforma na representação em grande ilha ligada à ilha da praça principal por um istmo. A ilha guarda enseadas e é abraçada pela trama urbana do entorno. A padaria é o espaço menos acolhedor do conjunto, por seu caráter de loja de passagem rápida, e, por esse motivo, foi representada por uma pequena enseada com movimento de fechamento. Porém, se seguirmos diretamente da passagem de pedestres pelo caminho na sua lateral (figuras 55 e 56), encontraremos a enseada do Heuer Café.

Figura 56 – Lateral da padaria



Figura 55 - Caminho para o Heuer Café



Chegando ao Heuer Café, ou café sala de estar, este foi representado no contramapa por uma enseada aberta: a representação é justificada pelo seu acolhedor deck, onde os frequentadores bebem e comem enquanto conversam, trabalham ou, simplesmente, esperam que alguma situação aconteça no próximo encontro, enquanto entram e saem com facilidade (Figuras 57 e 58):

Figura 58 – Heuer Café



Figura 57 - Heuer Café 2



Imediatamente ao lado do Heuer Café, encontramos a acolhedora espacialidade da horta orgânica cultivada pela comunidade local. Neste espaço público com acesso livre, as pessoas têm a opção de errar na espera ou esperar na errância o *por vir*: nos caminhos por entre os canteiros e debaixo de árvores, mesas e bancos que convidam ao ficar (figura 59). E foi nesta enseada hospitaleira que nosso grupo confraternizou o final da errância, usufruindo um dos mais típicos hábitos urbanos vienenses: beber café com amigos em um acolhedor café. Segundo a metodologia adotada, neste momento da análise haveria um texto com a conclusão sobre o estudo de caso. Como vamos ainda apresentar mais três estudos de caso, optei por fazer a análise dos quatro estudos de caso no final de todas as apresentações. Portanto, de Viena rumaremos à Paraíba, onde vamos visitar a comunidade do Porto do Capim, em João Pessoa. Antes da viagem faremos um intervalo no passo a passo da metodologia deste *workshop*.

Figura 59 - Horta orgânica





## 4.2 O passo a passo da metodologia do workshop dos Contramapas de Acolhimento

Este resumo tem o objetivo de ser um facilitador do método apresentado, porém não isenta da leitura do texto, onde estão os detalhes e sutilezas deste método cartográfico subjetivo:

1. Atividade *Caminhando* se propõe a ser um dispositivo de sensibilização e facilitação de apropriação do espaço a ser explorado posteriormente. A aplicação parte do princípio de que uma pessoa só percebe o seu entorno a partir de sua identificação com ele: a partir da cartografia pessoal criada em *Caminhando*, o participante cria referências de identidade com o mundo do entorno, enriquecendo sua percepção em relação ao universo da cidade a ser explorada na próxima ação do *workshop*.

Materiais para *Caminhando*:

Individual: 1 tesoura, 1 folha de papel sulfite A1.

Cópias de fotos de família e da cidade onde vivem.

Coletivo:

Fita durex invisível, fita crepe.

Papel crepom e de seda de muitas cores, revistas, linhas coloridas, tintas, lápis, hidrocor, pedaços de tecidos.

Grampeadores.

Tempo da atividade: em torno de três horas.

2. Escolha do espaço a ser explorado:

Apesar de os *workshops* aqui apresentados serem trabalhados em escala de cidade, a metodologia pode ser utilizada em qualquer situação que se proponha a cartografar espaços e suas respectivas formas de acolhimento, desde uma cidade a um bairro e até mesmo espaços interiores de arquiteturas.

3. Os dispositivos e o trabalho de campo:

3a: As formas do acolhimento: é necessário um glossário das formas do acolhimento, já apresentado anteriormente.

3b: Um mapa cartesiano para anotações é essencial.

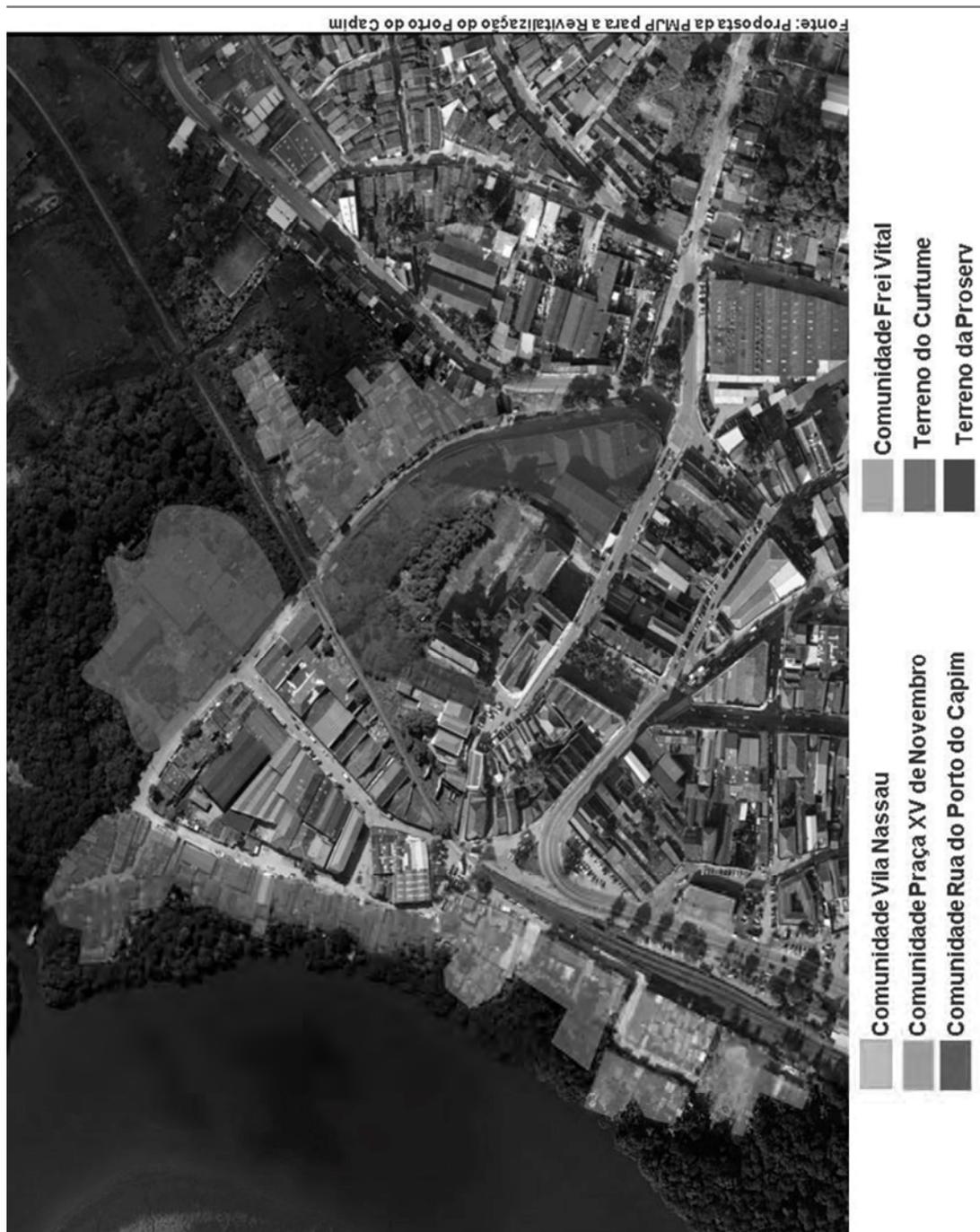
3c: câmeras fotográficas, celulares com gravador e todo dispositivo que estiver ao dispor para registro das experiências da errância é desejável.

3d: Para uma errância a pé é aconselhável: vestir sapatos e roupas confortáveis e portar uma mochila para carregar os dispositivos, água e, dependendo do clima do lugar, algum agasalho e um guarda-chuva portátil.

4. A errância cartográfica segue a metodologia já apresentada com as variáveis que os praticantes considerarem necessárias. Lembre-se sempre: a cartografia é uma atividade rizomática e o processo é aberto. Portanto, uma cartografia subjetiva como a proposta não tem possibilidade de produzir cartografias iguais em nenhum nível.
5. Depois do trabalho de campo: o conjunto dos registros e anotações no mapa cartesiano já faz parte do conjunto cartográfico e, portanto, pode ser considerado uma Cartografia Influencial, pois nasceu das influências do espaço explorado. Porém é aconselhável propor a realização de uma cartografia influenciada com o resumo das qualidades espaciais. Esta pode ser uma cartografia no papel, um vídeo, uma instalação, a gravação de sons e ruídos ou ainda todos estes elementos juntos.
6. Os Contramapas: dependendo dos objetivos dos Contramapas, sua cartografia divide-se em dois mapas, quais sejam, formas de espera ou formas de errância. No caso do Contramapa das formas de errância, é aconselhável que neles estejam registradas as formas de espera a fim de estudar as relações entre ambas. A partir das qualidades das formas do acolhimento já expostas, o cartógrafo nomeia as qualidades que achar mais conveniente para a expressão da percepção que teve do acolhimento de cada forma. O resultado da cartografia é o conjunto do processo cartográfico. Os Contramapas de Acolhimentos são parte desse conjunto.
7. A finalização da atividade depende dos objetivos e critérios do grupo que está realizando o *workshop*. É aconselhável haver uma apresentação das cartografias e uma troca de experiências entre os membros do grupo.
8. Esta metodologia pode ser aplicada em qualquer grupo: arquitetos, geógrafos, historiadores, artistas, estudantes de arquitetura, ciências humanas, ciências sociais, artes em geral, pessoas de um

grupo de um centro comunitário, de uma empresa, de uma comunidade. O resultado plástico não importa, e sim a expressão da percepção espacial do indivíduo.

Figura 60 – Mapa de zoneamento do Porto do Capim



Fonte: Prefeitura de João Pessoa, 2013.

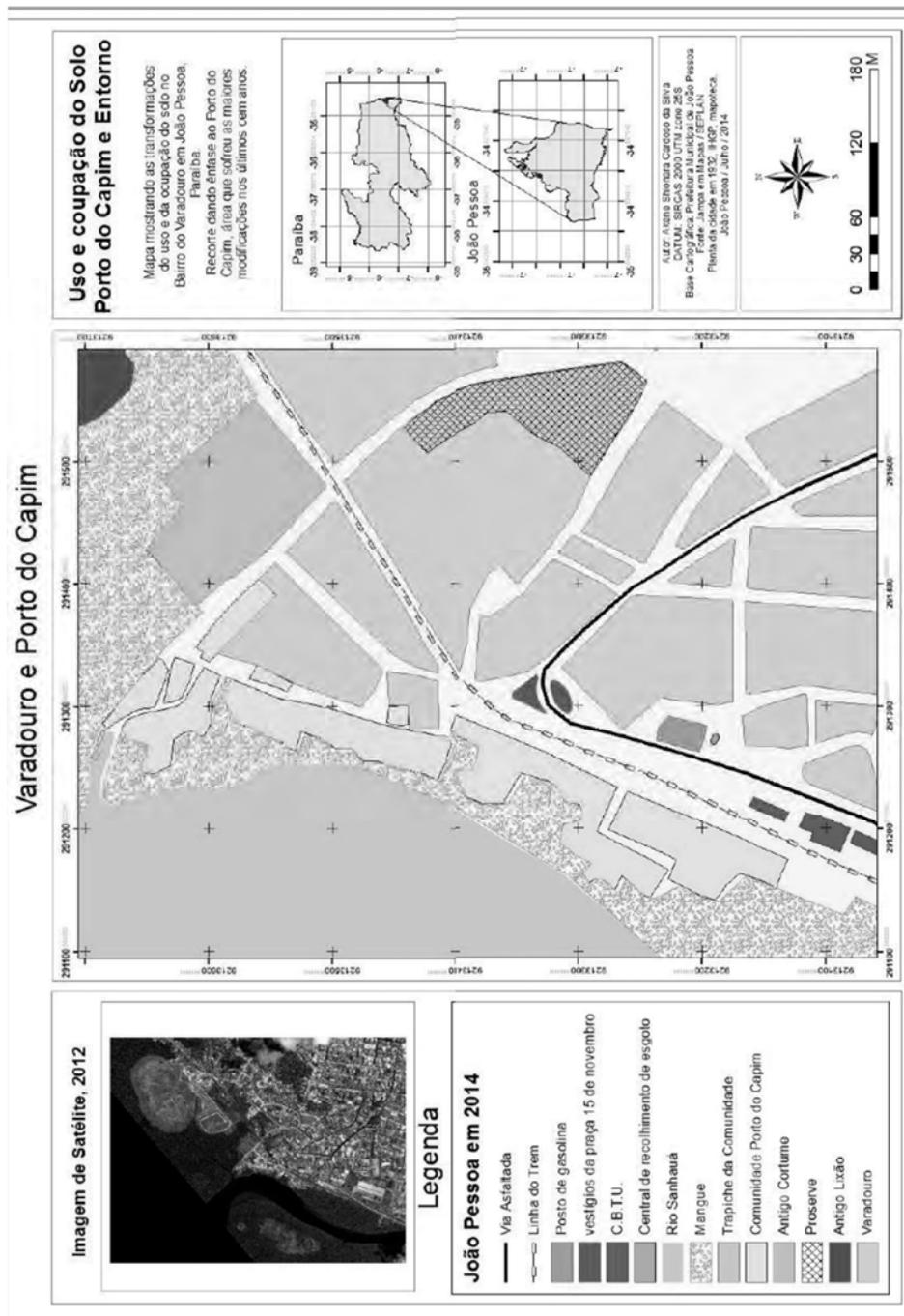
## 4.3 Porto do Capim

O *workshop* do Porto do Capim aconteceu na comunidade do Porto do Capim, em João Pessoa, Paraíba, como parte da programação do Seminário Internacional Urbicentros 4: invisibilidade e contradições no urbano, encontro realizado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, entre 11 e 14 de dezembro de 2013. A ação deste pequeno *workshop* dividiu-se em três períodos de tempo. A primeira atividade – *Caminhando* – aconteceu na tarde anterior à errância na comunidade. Com um grupo maior do que o do dia anterior, a errância começou no início da tarde do dia seguinte e se estendeu até o pôr do sol. A apresentação das cartografias dos acolhimentos dos alunos aconteceu no encerramento do congresso.

Foi no Porto do Capim, ou Porto do Varadouro, que nasceu a capital da Paraíba, em 1585. Localizado ao noroeste da cidade, às margens do Rio Sanhauá, o porto foi, até pouco antes da metade do século XX, a porta de entrada do estado. A região do Varadouro era lugar de troca de encontros e informações, de comércio e contrabando de mercadorias, da vida social e eventos importantes da cidade. O porto chegou a ser o mais importante da região e, como não poderia deixar de acontecer, ao seu redor estabeleceu-se importante área comercial, onde foram construídos armazéns, alfândega, lojas e o edifício-sede da Companhia de Trens Urbanos. O assoreamento do rio, que vinha aumentando desde o século XIX, fez com que fosse construído, ao leste da cidade, o Porto do Cabedelo. Inaugurado em 1935, o novo porto às margens do Rio Sanhauá desviou para si as rotas de transporte, gerando a decadência do Porto do Capim. Dos anos 1950 do século XX em diante, a Comunidade do Porto do Capim expande-se até as margens do Rio Sanhauá, seu mangue e ruas do entorno. Nos anos 1970, os aterros realizados pela prefeitura na área expandiram a ocupação em direção ao rio. Esse movimento determinou o seu perímetro definitivo, o qual perdura até o presente.

Segundo o mapa fornecido pela Prefeitura de João Pessoa, na página ao lado, a área conhecida genericamente como Comunidade do Porto do Capim é composta pelas comunidades do Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital, Praça XV de Novembro, terreno do Crutume e terreno na PROSEV, que acolhe edifícios abandonados (Figuras 60 e 61). Além da população da comunidade, a área acolhe moradores de rua e alguma população flutuante. Hoje, habitam na comunidade ribeirinha cerca de 500 famílias: seus moradores são antigos trabalhadores das fábricas e comércios que ali resistiram até sua total decadência, famílias de pescadores que se estabeleceram no antigo porto e seus respectivos descendentes. A infraestrutura urbana é precária: na maioria das residências, a água ainda é retirada por baldes ou por vias alternativas do rio, onde as pessoas lavam suas roupas. Existe energia elétrica, porém, poucos pagam a conta.

Figura 61 – Mapa de uso e ocupação do solo do Porto do Capim



Fonte: Prefeitura de João Pessoa, 2013.

Conforme já foi visto no capítulo Des-acolher, os diferentes estilos de vida e modos de convívio das comunidades são, em geral, considerados estranhos pelos que habitam o espaço da cidade do seu entorno, potencializando conflitos, assim como são frequentemente ignorados pelo poder público, tornam-se visíveis quando o espaço físico que ocupam interessa ao processo de urbanização da cidade. Outro motivo que leva uma comunidade à visibilidade é quando os políticos a consideram um manancial de votos: neste caso, torna-se necessário visitar essas pessoas, principalmente quando as eleições se aproximam e as famosas promessas de campanha acontecem. Os conjuntos desses processos as nomeiam como locais de marginais, sendo necessário erradicá-las ou adestrá-las: afinal, o lar dessas pessoas é sempre o resultado de processos de ocupação da terra. No caso do Porto do Capim, os conflitos entre a comunidade e a cidade do entorno se agravaram pela sua proximidade com o Centro Histórico e o consequente fluxo de turistas: a intenção do poder público é rever o uso da área, a fim de inserir o berço da cidade no roteiro turístico. O novo projeto urbano de “revitalização” foi proposto pela Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, que faz parte da coordenadoria do Patrimônio Histórico Cultural da Prefeitura da cidade. Acolhido pelo PAC – Rio Sanhauá e pelo PAC – Cidades Históricas, o plano prevê a remoção da comunidade da área ocupada há gerações e pretende transformá-la em um espaço para acolher turismo de massa (Figura 61).

Segundo dados recolhidos pela reportagem no site G1<sup>102</sup> e junto ao grupo de resistência Porto do Capim em Ação, em 2013, a viabilização do projeto do “Complexo Porto do Capim”, como é chamado, prevê o saneamento do Rio Sanhauá, a construção de um píer para a chegada de barcos de turismo, além da revitalização e reutilização de prédios históricos próximos, como o conjunto arquitetônico pátio de São Frei Pedro Gonçalves – do qual faz parte o Hotel Globo e a Igreja de São Bento Gonçalves – e o conjunto arquitetônico do porto, onde se localizam a antiga Alfândega, a “fábrica de gelo” e a sede da Intendência (Figura 61). A ideia é implantar, nesses espaços, um museu da cidade, uma biblioteca pública e salas para realização de oficinas de arte e cultura. Este projeto ainda propõe construir na área do porto uma “Praça de eventos Porto do Capim” para abrigar festividades populares. A Prefeitura de João Pessoa prevê a remoção de 250 residências, consideradas em “área de risco” pelo projeto.

Os moradores, apesar de a Prefeitura acenar com diálogo e um assentamento com melhores condições de saneamento, não estão satisfeitos com a decisão. O local designado seria um terreno a cerca de 300 metros de onde se situa a comunidade e longe do rio, conhecido como o

---

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/revitalizacao-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-divide-opinioes.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

“terreno do curtume”. As maiores preocupações dos moradores com o projeto de desapropriação são a perda dos modos de vida relacionados ao rio e os vínculos afetivos estabelecidos entre eles, que seriam prejudicados com a remoção da vila: a história, já conhecida, se repete. Em 2012, os membros da comunidade se mobilizaram e, com o apoio de vários segmentos da sociedade pessoense, formaram a comissão Porto do Capim em Ação<sup>103</sup>. Em 2013, foi criada a Associação das Mulheres do Porto do Capim<sup>104</sup>. Inicialmente concebida para articular o reconhecimento da comunidade como tradicional e ribeirinha, a entidade passou a ter estatuto jurídico e, portanto, representatividade legal para dialogar com os órgãos públicos em defesa dos direitos dos moradores. Porto do Capim em Ação ainda é o nome informal do Programa de Extensão da UFPB chamado Requalificação Urbana, Patrimonial e Ambiental do Porto do Capim. Contemplado, para 2015/2016, com um financiamento do Ministério da Educação, conquistou o primeiro lugar, a nível nacional, na linha temática de Desenvolvimento Urbano. Legitimados pela sólida relação construída, ao longo dos últimos cinco anos, entre a comunidade universitária e os moradores do Porto do Capim e fortalecidos pelo reconhecimento conferido ao PROEXT - Porto do Capim em Ação, os professores e estudantes que o integram lançaram um manifesto onde declaram o desejo de colaborar na construção de um projeto participativo que vise a efetiva requalificação da referida área. Importante salientar que essa iniciativa é a consequência natural das múltiplas atividades de Extensão Universitária desenvolvidas, ao longo dos últimos anos, por professores e estudantes de diferentes cursos da UFPB, tais como Arquitetura e Urbanismo, Artes, Ciências da Comunicação, Direito, Educação Física, Geografia, História, Serviço Social e Sociologia, estas também financiadas com verbas federais<sup>105</sup>.

O fato é que a comunidade nasceu e evoluiu com a cidade, o que foi comprovado e documentado em uma das ações mais bem sucedidas e de resultado prático dos grupos que defendem a sua permanência: o laudo técnico antropológico, do antropólogo Ivan Soares Faria, de 2015, a define como Comunidade Tradicional.

Contudo, outra coisa que me chamou a atenção nesses dias de conversas e caminhadas em Porto do Capim e região, além das histórias narradas, da diversidade cultural e religiosa, do artesanato e da relação diária com o rio Sanhauá: a tranquilidade.

---

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/PortoDoCapim>>. Acesso em: 20 out. 2016. Ver narrativa sobre a associação em: <<http://radioportodocapim.com.br/programa/porto-do-capim-em-acao/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>104</sup> Disponível em: <<http://asmulheresportodocapim.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>105</sup> Ver PDF do manifesto do grupo em: <<http://www.capacidades.gov.br/blog/download/id/91/post/614/midia/14663>>. Acesso em: 20 out. 2016.

Isso mesmo. A tranquilidade que eu ou qualquer transeunte encontra no Porto do Capim deve ser sublinhada como valor sociocultural produzido por sua comunidade. Talvez pela relação intrínseca com o rio, que para existir enfrenta em silêncio toda sorte de antropização até afluir ao rio Paraíba, a comunidade do Porto do Capim busca enfrentar suas dificuldades com tranquilidade fazendo com que todo visitante se sinta em segurança, sem as costumeiras ameaças urbanas presentes em quase todas as ruas de João Pessoa.

Ali, não há histórias de assaltos, homicídios ou tentativas, pontos de drogas, nem mesmo brigas banais. Crianças, idosos, mulheres e trabalhadores transitam nas ruas tranquilos e até com certo saudosismo adiantado, talvez inconsciente, de uma época que pode não perdurar.<sup>106</sup>

No laudo, são enfatizadas diversas características, entre elas a natureza tranquila da comunidade. Porém, a característica principal que a fez ser nomeada como uma comunidade tradicional foi a utilização dos recursos naturais como condição de subsistência para a sua reprodução física, social e econômica. Para tal prática, os ribeirinhos se utilizam de conhecimentos herdados por tradição e reproduzidos por gerações. Entre essas práticas, está incluído o uso fitoterápico de plantas medicinais nativas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> FARIAS, Ivan Soares. Parecer técnico Antropológico n° 03/2015. João Pessoa: Ministério Público Federal. Procuradoria da República na Paraíba, 2015, p. 5.

<sup>107</sup> FARIAS, Idem.

## 4.3.1 O Workshop

### 4.3.1.1 Caminhando

A primeira atividade do *workshop* foi no dia anterior, quando foi aplicada a metodologia já descrita. Participaram da atividade 10 pessoas; entre elas estavam alguns membros do grupo de estudantes que participariam da deriva no dia seguinte e outras que participaram desta primeira atividade de modo independente (Figura 62). No caso deste *workshop*, *Caminhando* foi uma atividade que contribuiu para as cartografias daqueles que participaram e que foram instruídos em como utilizar a atividade em suas cartografias, conforme já foi colocado na sua metodologia. As cartografias daqueles que participaram de ambas as atividades se encontram no final desta tese, nos anexos sobre o trabalho dos participantes dos estudos de caso.

Figura 62 – Caminhando

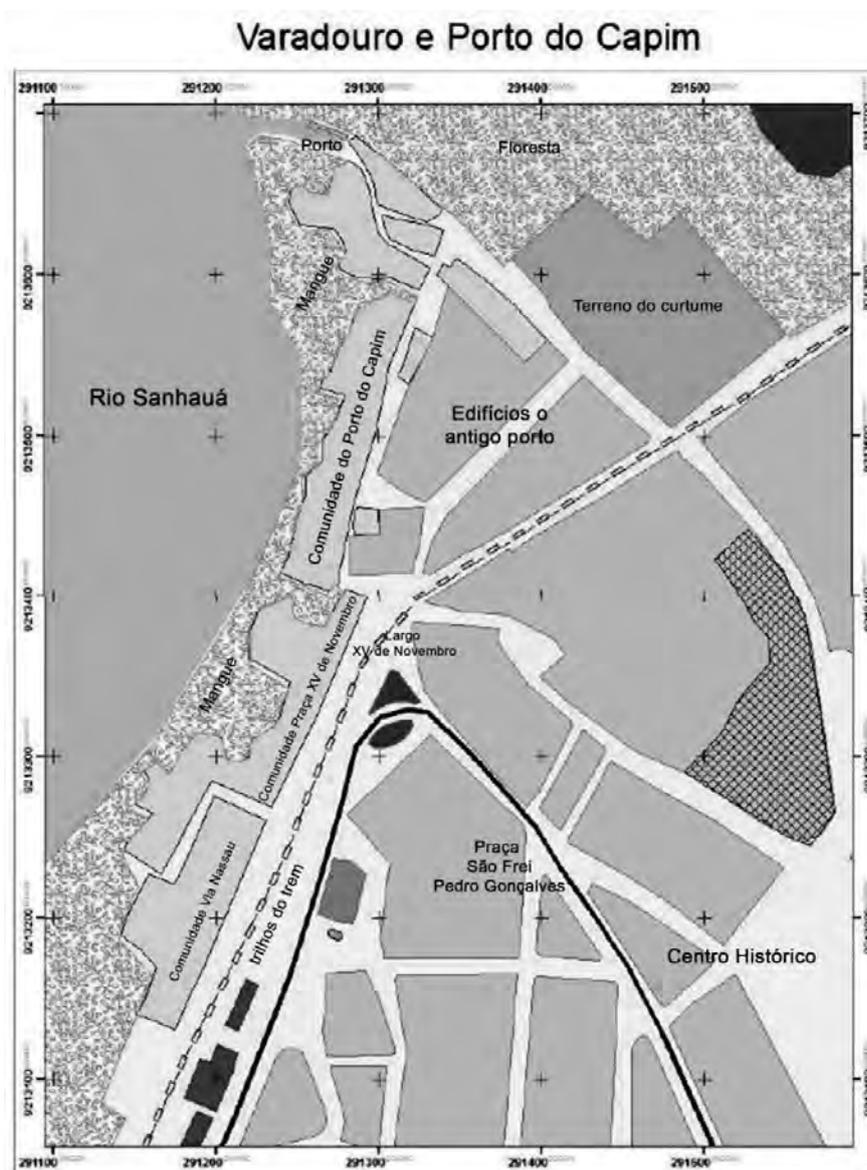


### 4.3.1.2 O mapa cartesiano do Porto do Capim

Conforme já exposto na metodologia, o mapa cartesiano é um dispositivo de orientação durante a errância. O mapa abaixo é um recorte do mapa da Secretaria de Planejamento de João Pessoa, já colocado no texto de contextualização do Porto do Capim (Figura 63).

Nesta narrativa, ele serviu como base para a Cartografia Influencial e a cartografia do Contramapa. Agora ele será o nosso dispositivo de orientação e localização dos eventos, para melhor acompanhar a narrativa dos contramapas a seguir.

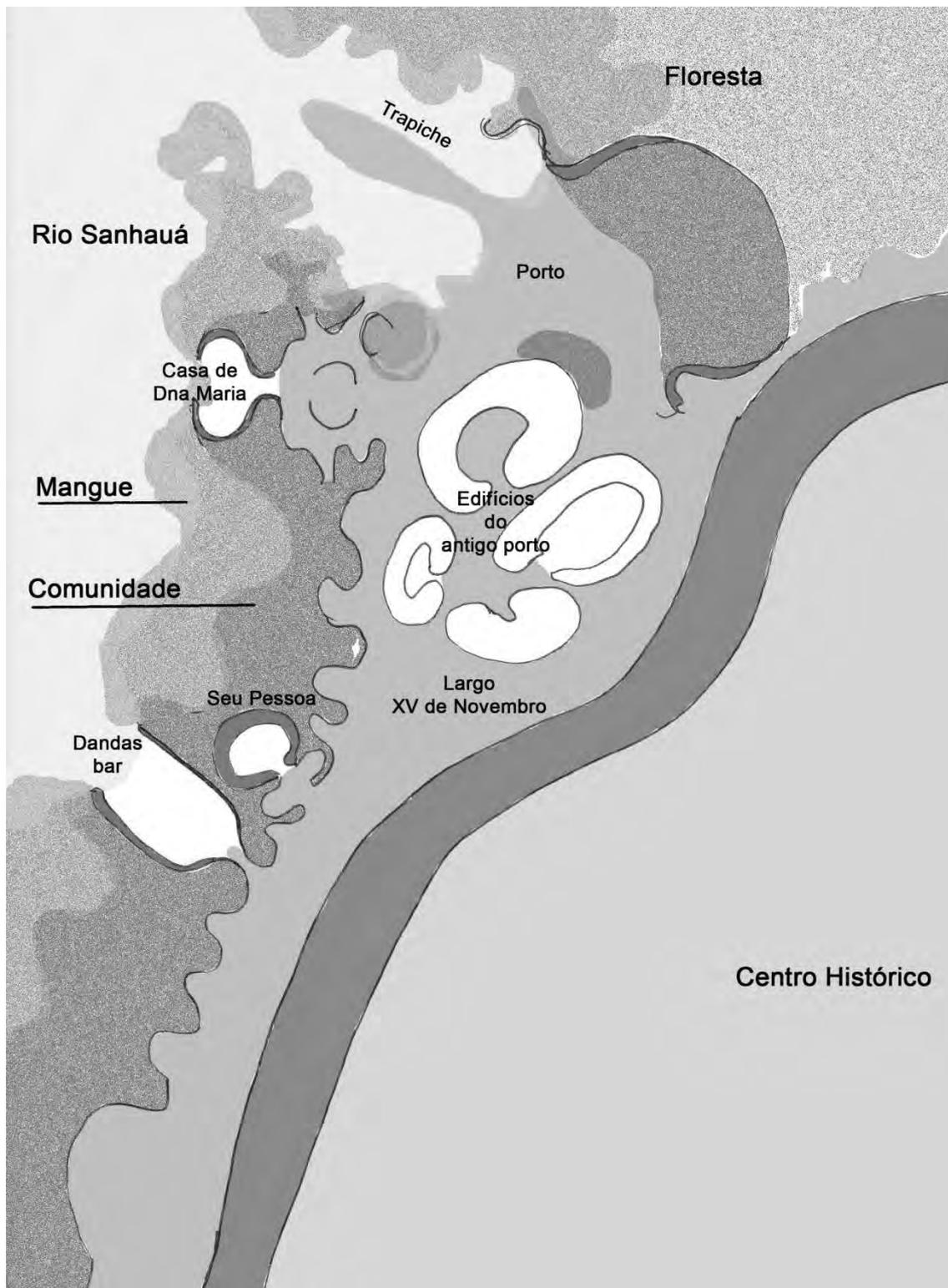
Figura 63 – Mapa Cartesiano do Porto do Capim



Fonte: Prefeitura de João Pessoa, 2013.

## Contramapa das formas da espera do Porto do Capim

Figura 64 – Contramapa das formas da espera do Porto do Capim



### 4.3.1.3 A cartografia influenciada e o contramapa

Antes de começar a errância, vamos conhecer a Cartografia Influenciada e o Contramapa do Porto do Capim.

A Cartografia Influenciada abaixo segue a mesma lógica da cartografia do *workshop* anterior: registrou os meus sentimentos e serviu como base para o Contramapa. Portanto, ela será utilizada da maneira já descrita.

Figura 65 – Cartografia influenciada do Porto do Capim



A representação das formas de espera do Contramapa da página ao lado utilizou os seguintes critérios básicos:

1. A cidade foi representada como uma mancha compacta separada pela avenida representada por uma linha em curva, pois ela é vista como negando a importância da comunidade.
2. A comunidade é uma ilha que se desenvolveu em forma de rizoma na direção do mangue e da floresta próxima ao porto, dando costas à cidade. Por esse motivo, ela foi representada como uma grande mancha diluída que se confunde com a representação da mancha diluída do mangue, assim como a península do trapiche e o porto se confundem com o rio. É

preciso salientar que neste rizoma coexistem as formas de acolhimento. As aflorações do rizoma da comunidade são as concavidades em destaque que serão analisadas. É preciso chamar atenção na representação de que: todos chegam à soleira da porta de Dona Maria, de Seu Pessoa e do bar, porém, nem todos são convidados a entrar. Por este motivo, ambas foram representadas como concavidades com espessura e abertura.

3. Como a ilha da comunidade se protege da cidade, o rizoma nesta direção foi representado com contornos.

4. Qualidade: as concavidades com menor espessura e com maior abertura são as concavidades mais acolhedoras.

5. No largo XV de Novembro, todos podem chegar, mas isso não quer dizer que todos possam entrar na rua da comunidade que leva ao porto: por este motivo a passagem se estreita.

6. Os edifícios do antigo porto foram representados com sua permeabilidade restrita. Embora alguns estejam abandonados, nenhum está com as portas abertas.

7. O Contramapa foi recortado em 3 janelas para facilitar a análise da errância.

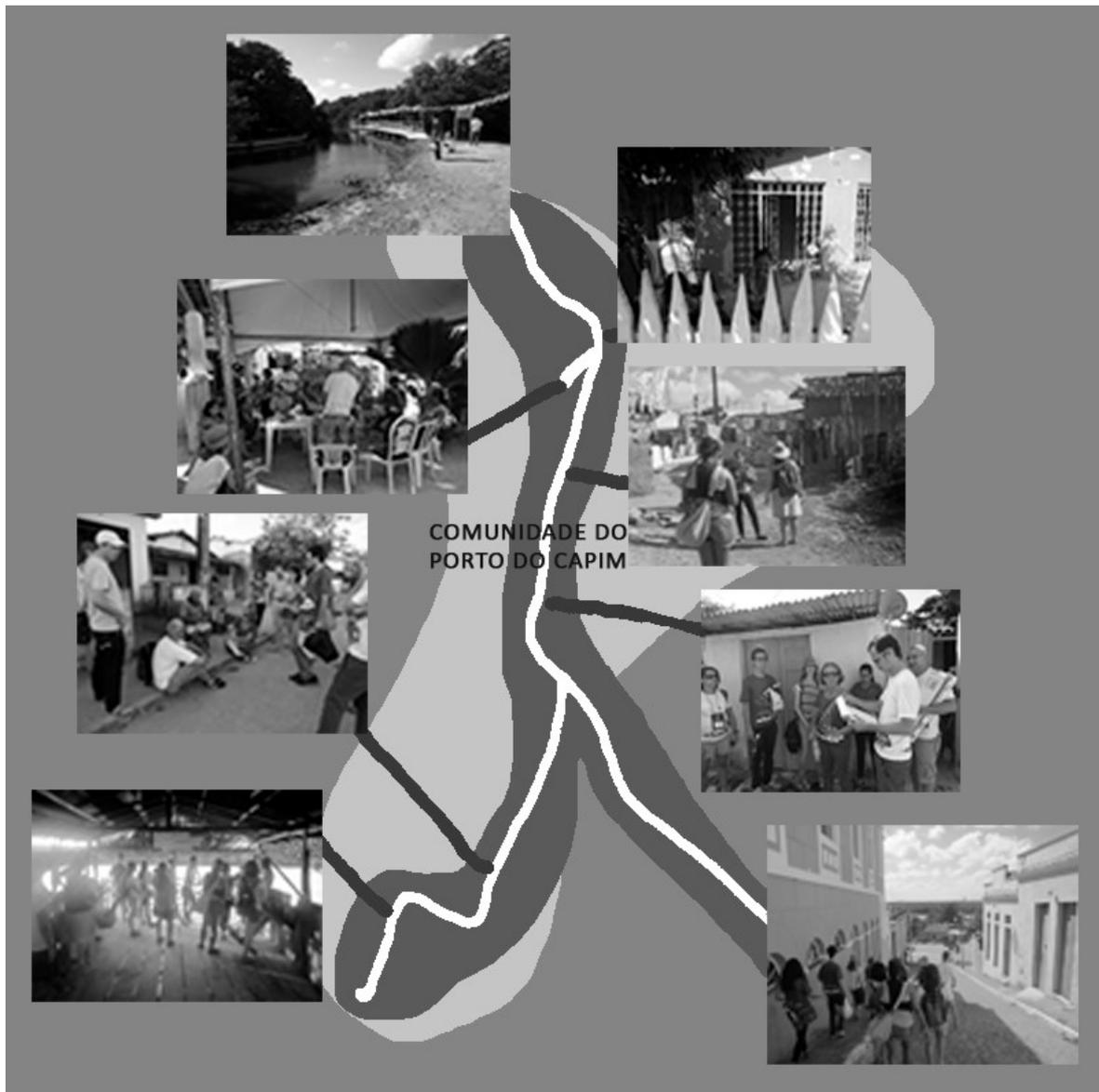
Aprofundando o detalhamento das representações nas cartografias, ainda podemos colocar que o Largo XV de Novembro configura o portal de acolhimento entre a comunidade e a cidade, provavelmente pela proximidade entre as ruas de ambos os espaços e a sua forma de concavidade aberta naquela direção. A comunidade do Porto do Capim é uma ilha onde só são bem-vindos os que são convidados a entrar ou quem frequenta os pequenos comércios das vilas XV de Novembro e Porto Mauá, que se resumem a oficinas mecânicas e ao Dandas Bar, que vamos visitar posteriormente: por esse motivo, ela foi representada com um contorno em toda a sua borda. A comunidade se desenvolveu como um rizoma em direção ao rizoma do Mangue do Rio Sanhauá. Ela é protegida da cidade de diversas maneiras: as vilas XV de Novembro e Porto Mauá são protegidas pela reta formada pelos trilhos de trem e a avenida; os espaços entre a extensão dos trilhos que margeiam a avenida na altura das vilas confere um visual amplo às casas ali localizadas, fato que auxilia no controle da permeabilidade daquele espaço. Já na Vila do Porto do Capim, a proteção é reforçada pela concavidade vizinha, que acolhe edificações remanescentes do antigo porto (intendência e alfândega), que se localizam em toda a extensão da vila que dá o nome à comunidade. No Largo-portal XV de Novembro nasce a Rua Porto do Capim, principal caminho da errância e

cenário da esperrância dos moradores que esperam os hóspedes: do lado do rizoma, a borda é borrada por pequenos comércios e serviços domésticos, casas, templos e escolas que servem à comunidade; de outro, os antigos edifícios do porto são acolhidos e acolhem a comunidade pelas atividades que ali se desenvolvem. No final da rua, a enseada que acolhe a praia-praça do porto e a ponte-porta do trapiche é lambida constantemente pelas calmas águas do Sanhauá, que trazem e levam os barcos dos errantes ribeirinhos, turistas e comerciantes. Os barcos dos ribeirinhos são como um arquipélago em constante movimento de distância e proximidade de esperrância: erram na espera e esperam na errância na rua-rio; a sucessão dos encontros nos seus caminhos acolhe os afetos entre os que ali vivem e as comunidades vizinhas.

Na borda oposta, o mangue permeia e acolhe, abraçando, simultaneamente, o rio e a comunidade, em toda a sua extensão ribeirinha. O caráter de espera do mangue e sua fauna generosa respondem, em conjunto com o rio, aos anseios pelo alimento e o sustento de muitas pessoas que ali vivem. As relações de acolhimento entre os espaços da terra, do rio e do mangue são o cerne das vidas que ali convivem e coexistem com seus afetos. É importante salientar novamente que o rizoma de casas da comunidade se desenvolve na direção do mangue e à floresta próxima ao porto, dando cada vez mais costas à cidade. Talvez o futuro da expansão do rizoma da comunidade seja o terreno do antigo curtume: sua arquitetura abandonada hoje erra na espera de algum uso, e por este motivo foi representado como uma enseada aberta ao acolhimento. Outra possibilidade é a expansão das casas em palafitas em direção ao rio atravessando o mangue, que funciona como um espaço de passagem entre a terra e o rio: diversos lugares de encontros, casas e bares da comunidade e para a comunidade margeiam ou estão dentro do mangue, no porto e arredores: quando o mangue abraça as palafitas, a água e a terra se confundem.

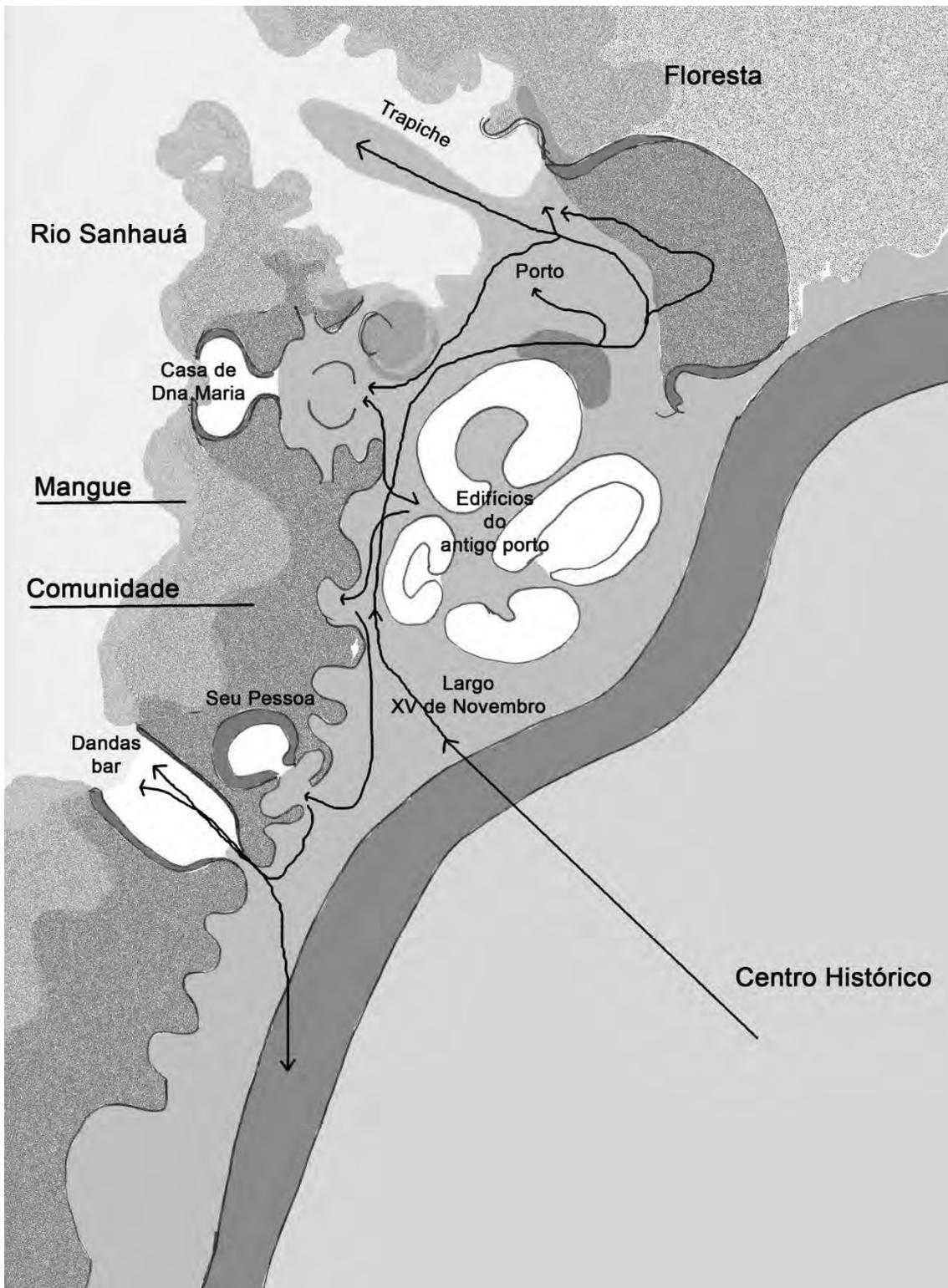
#### 4.3.1.4 Cartografia da errância

Figura 66 – Primeira Cartografia da errância do Porto do Capim



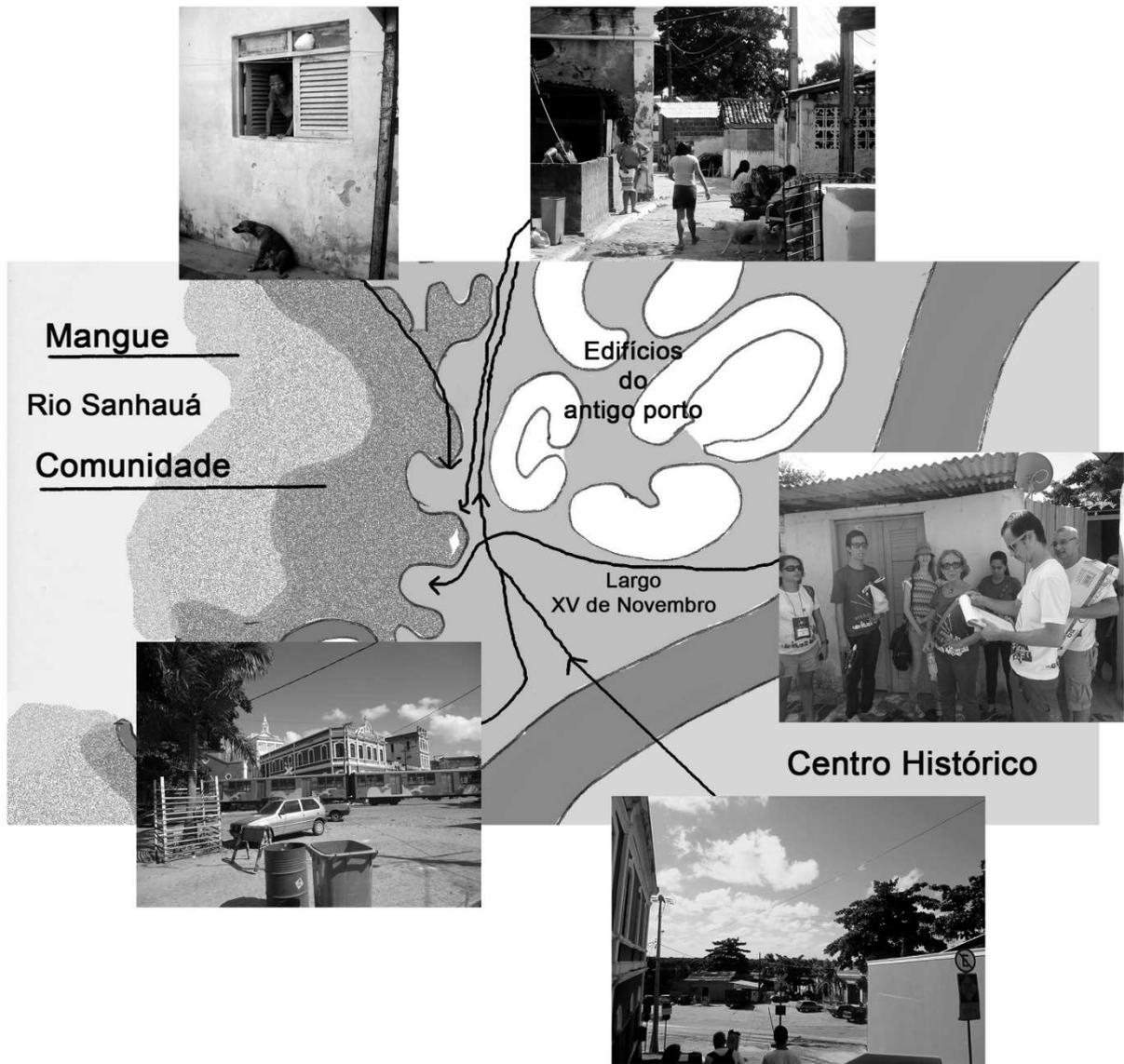
### 4.3.1.4.1 Contramapa da errância

Figura 67 – Contramapa da errância do Porto do Capim



# Contramapa janela 1

Figura 68 – Contramapa janela 1



## A errância

Conforme pode ser observado no Contramapa janela 1 (Figura 68), na página ao lado, o grupo se reuniu no início da tarde na parte alta do bairro do Varadouro, na Praça São Frei Pedro Gonçalves, em frente ao antigo Hotel Globo. Era composto por arquitetos e estudantes de diversas procedências: locais, brasileiros de sul a norte, cubanos e italianos. Descemos a ladeira Pedro Gonçalves e caminhamos em direção à entrada da comunidade (Figura 69):

Figura 69 -Descendo a ladeira



Ao cruzar a avenida e a linha da via férrea, na altura do largo XV de Novembro, o portal que separa a cidade da comunidade começou a ser transposto (Figura 70):

Figura 70 – Largo XV de Novembro



Tradicionalmente, o ato de transpor um portal envolve o rito de passagem, que, por sua vez é parte do ritual de acolhida do errante que chega à casa do anfitrião. Apesar de não haver uma barreira física, a passagem do portal da comunidade foi acontecendo aos poucos, durante os primeiros momentos da caminhada, dentro da vila em direção ao porto. Como era de se esperar, a primeira reação dos habitantes locais ao avistar os estrangeiros era de estranhamento (Figura 71):

Figura 71 – Penetrando na comunidade



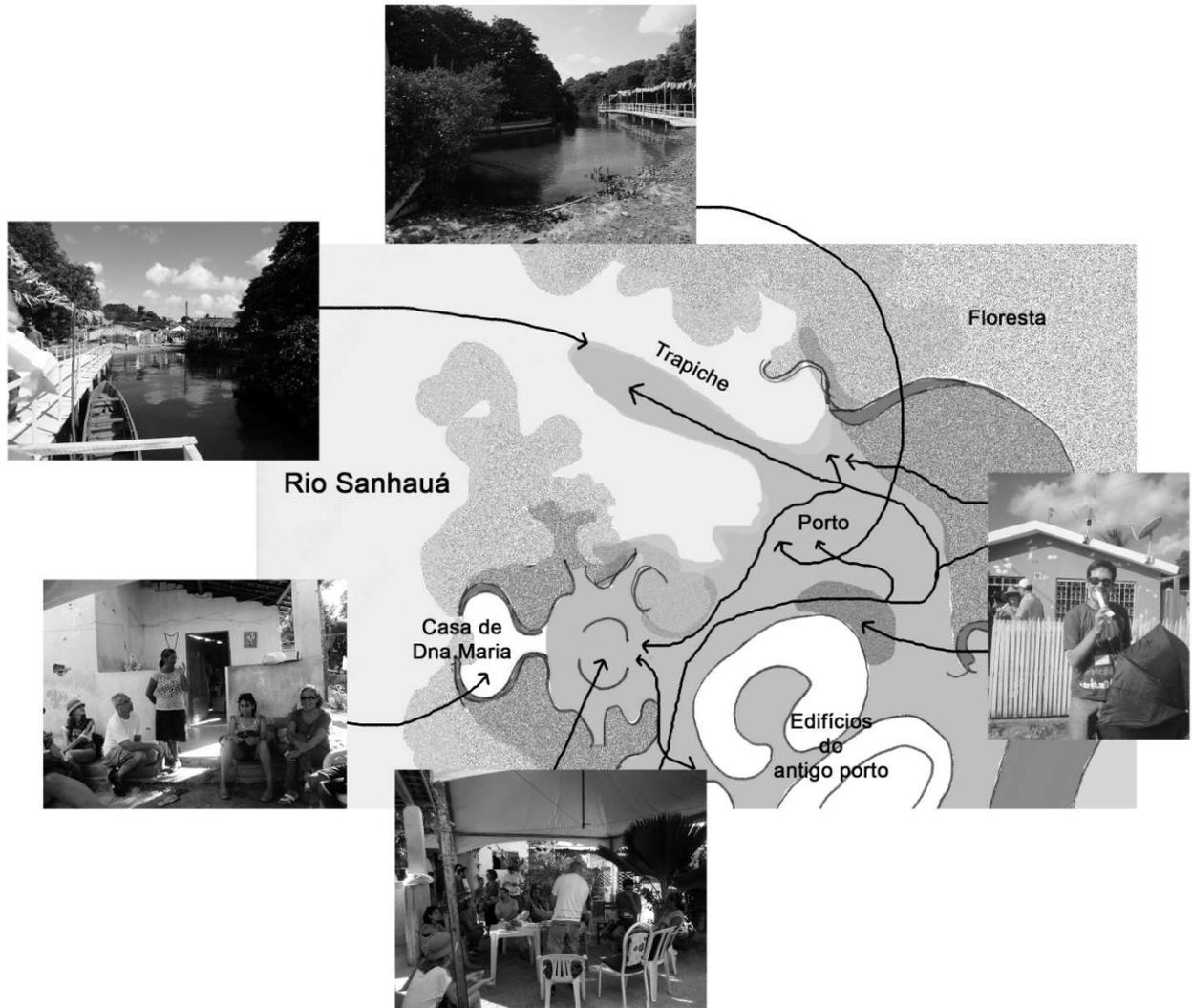
A simples presença do grupo desestabilizou a ordem daquele lugar, onde a felicidade é encontrada nas coisas simples, como comer, beber e sorrir. A professora Elisabetta Romano e seus alunos da Faculdade de Arquitetura da UFB são ligados ao grupo Porto do Capim em ação. Como eles já desenvolvem trabalhos junto à comunidade há algum tempo, suas presenças definitivamente auxiliaram a abrir as portas de acolhida na passagem: os olhares mudavam quando eles eram reconhecidos e os sorrisos começavam a aparecer. Encontramos pessoas sorrindo na janela (Figura 72), outras que respondiam à mútua vontade de perguntar e conversar, contando histórias, acompanhando alguns no caminho. Em geral, as histórias de vida se confundiam com a história da transformação da comunidade: os mais velhos moravam na vila desde jovens, quando eram funcionários do porto. Os mais jovens eram seus descendentes. Os habitantes mais recentes tinham vindo em busca de melhores condições de vida na cidade. A natureza dessas conversas é um cabedal infinito de aprendizados revelados em fragmentos, que, quando traduzidos em espacialidade, revelam a natureza dos espaços de acolhimento. Continuamos a errância penetrando na comunidade pela reta da rua principal, em direção ao porto. Explorando as dobras e desdobras dos caminhos, descortinavam-se a todo momento diferentes espaços e situações.

Figura 72 – Sorriso na janela



## Contramapa janela 2

Figura 73 – Contramapa janela 2



Errando e observando o Contramapa janela 2, vamos em direção à enseada do pequeno porto. Porém, antes de chegar, vamos tomar um dim-dim (tradução: sacolé) de produção caseira em um momento de *esperrância* de que o calor passe (Figura 74):

Figura 74 – Momento dim-dim



Figura 76 – Porto do Rio Sanhauá



Figura 75 – Vista do final da península do trapiche



Banhado pelas tranquilas águas do Rio Sanhauá (Figuras 75 e 76), o porto é o coração da vila: é porta sempre aberta, a ponte que liga o mundo do rio à terra firme e à praça da *esperrância*. A sua enseada acolhe e vê partir os barcos locais e os barcos das comunidades ribeirinhas vizinhas, as poucas chatas de carga e alguns barcos de turismo. A península formada pelo trapiche (Figuras 75 e 76) tem sua representação sem contornos: é porta aberta e ponte para a terra firme dos que embarcam e desembarcam, daqueles que esperam os passageiros e cargas, e a passagem da sagrada procissão para a Ilha da Santa da imagem de Nossa Senhora da Conceição, na manhã do dia 8 de dezembro: sendo a festa mais importante da comunidade, esse motivo é um forte apelo para a sua manutenção e zelo. A praia da enseada é a praça da comunidade, onde atividades como o mercado de peixe, o encontro entre amigos, o namoro no final de tarde, os turistas, o sagrado e as roupas no varal coexistem. É no espaço do porto que os elementos mais se confundem no espaço intermediário do mangue, que, enquanto é terra, também é água.

Figura 77 – Contramapa do porto, porta, ponte, praça.

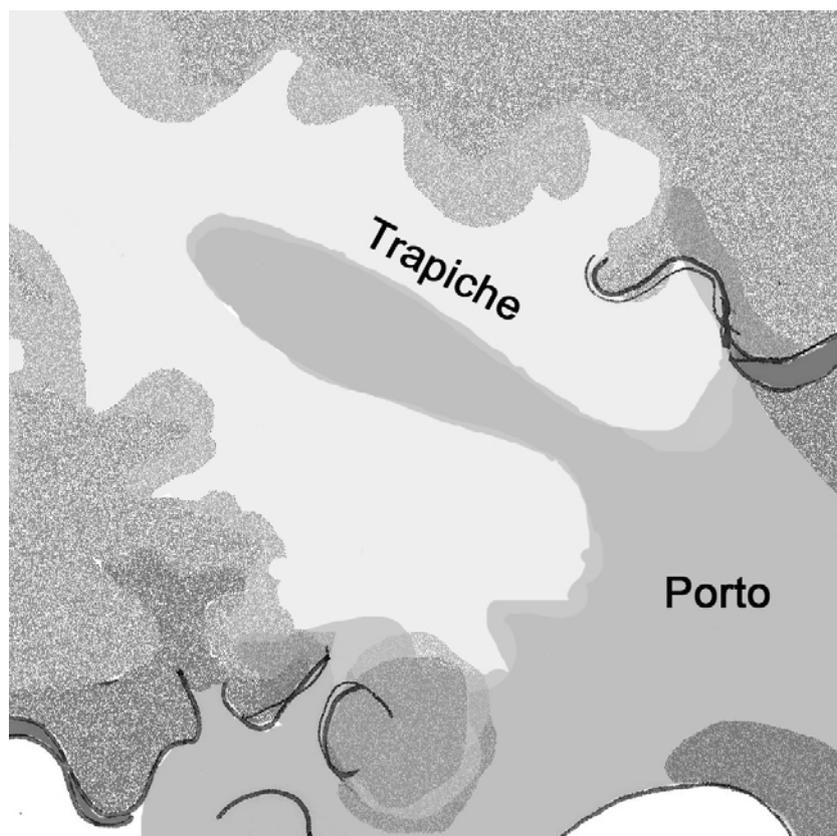


Figura 79 – Casa de Dona Maria

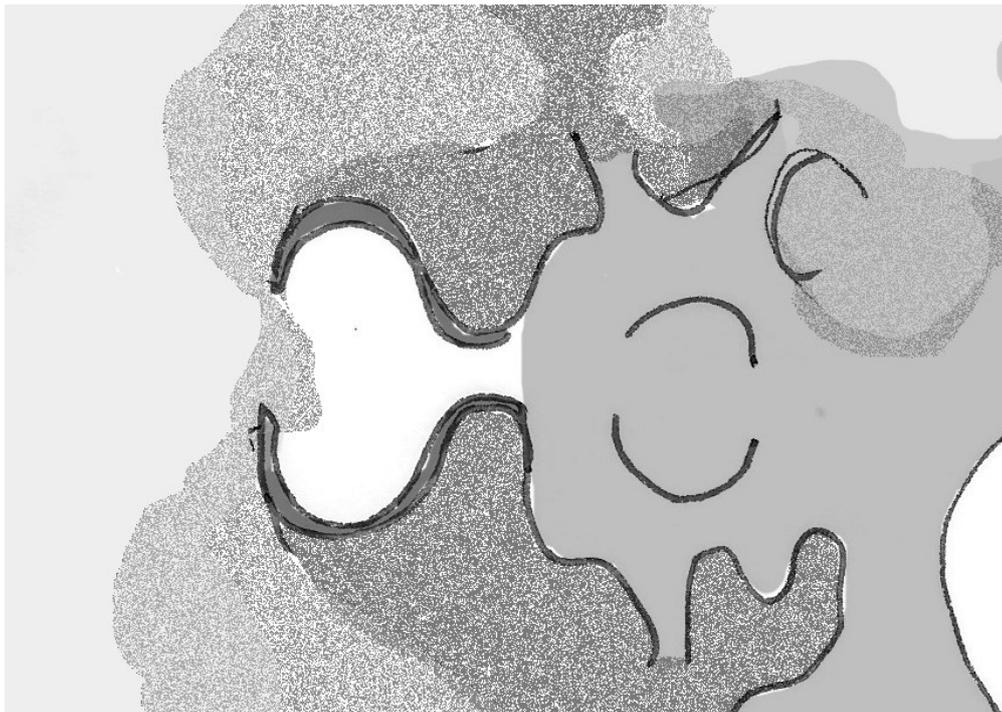


Figura 78 – Conversando com Dona Maria.



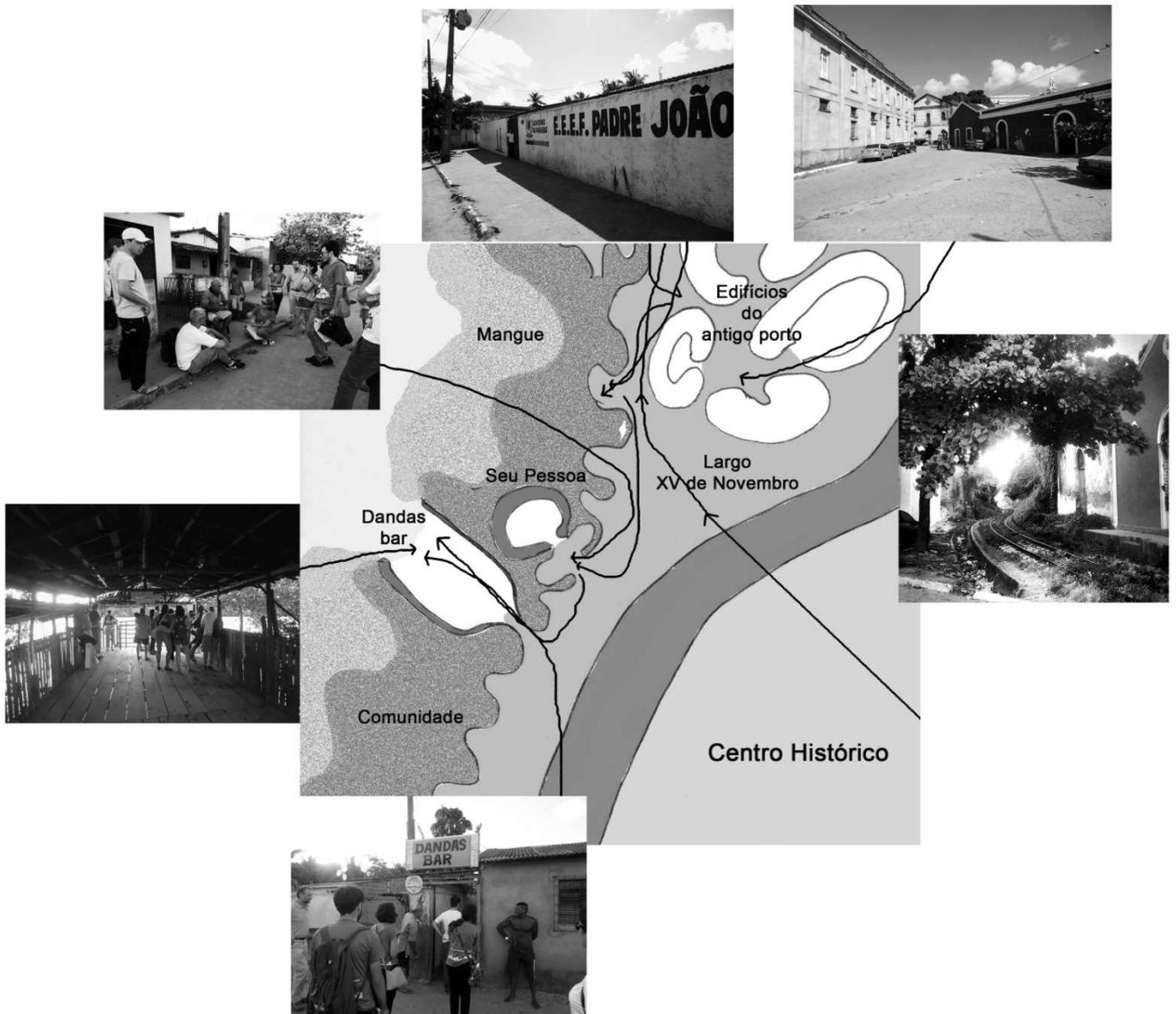
A praça conduz à rua principal, e as passagens para dentro do rizoma de casas que abraçam sua borda. Penetrando nas passagens do rizoma chegamos à casa de Dona Maria, famosa quituteira local, representada pelas duas enseadas complementares que se abrem para o mangue e para o jardim da sua casa, onde ela e sua numerosa família vivem da tapiocaria localizada debaixo do gazebo, local no qual ela nos esperava com uma mesa repleta de sucos, bolos e tapiocas (Figura 78). O ponto de encontro está representado pelas duas enseadas complementares em frente à entrada da casa por terra: abertas e sem espessura, portanto superacolhedor. Observando o Contramapa, vemos que a concavidade configura uma pequena praça: sua borda é formada por casas de parentes de Dona. Maria, que estão ali desde o começo da comunidade (figura 80). Enquanto as filhas cozinhavam e auxiliavam os hóspedes menos informados a reconhecer a culinária local, Dona Maria “fazia sala” na soleira da porta, conversando e contando sobre a história de sua vida, que se confunde com a história da vila (Figura 79)

Figura 80 – Contramapa da casa da Dona Maria



# Contramapa janela 3

Figura 81 - Contramapa janela 3



No Contramapa janela 3 vamos errar com a simpática Dona Maria junto com o grupo, interessada que estava em guiar e informar sobre os eventos do caminho (Figura 82).

Figura 82 – Errando com Dona Maria.



Defronte à escola estadual (Figura 83) Dona Maria relatou que, antes do aterro, ali se localizava o antigo porto: dele não resta nada, apenas a memória. Encontramos uma professora na porta da entrada, que nos convidou a entrar: o grupo foi muito bem acolhido por algumas crianças, que exibiram os presentes de Natal que estavam fazendo na escola de artes.

Figura 83 - Escola do Porto do Capim



Na saída da escola, Dona Maria apontou no outro lado da rua os antigos armazéns e a alfândega (Figura 84). Hoje, alguns são galpões de reciclagem de lixo, outros são depósitos de empresas. Nos pavilhões que ainda estão abandonados, erram em sua espera por aqueles que buscarão debaixo de seus tetos a resposta para o caminho da errância, que farão despertar as suas potências do lugar dos afetos esperando o *por vir*.

Figura 84 – Edifícios do antigo porto



Entre os armazéns e os edifícios do Centro Histórico, passavam os trens de carga, que levavam e traziam mercadorias para o porto do interior do estado. Hoje, por entre a vegetação que acolhe abraçando os edifícios e os trilhos (Figura 85): o trem passa, apenas passa .

Figura 85 – Trilhas de trem



Enquanto o pôr do sol se aproximava, saímos da Vila do Porto do Capim. Atravessamos o Largo XV de Novembro, em direção à Vila Nassau, para visitar o Seu Pessoa: sua casa é representada pela concavidade com contorno espesso e centro branco com a porta aberta para o pequeno pátio “soleira da porta” em frente à casa. O encontramos sentado na calçada defronte ao portão, como lhe é de hábito todas as tardes (Figura 86). Seu Pessoa acolheu nosso grupo contando várias histórias do tempo em que chegou a João Pessoa vindo de Maceió, em busca de trabalho no porto, e ali ficou. Seu Pessoa hoje tem um bar com a família, nos fundos da casa de um dos filhos e vizinho à sua casa, que nos convidou a conhecer: o Dandas Bar (Figura 87).

Figura 86 – – Conversando com Seu Pessoa na soleira da porta.



Figura 87 - Dandas Bar



Figura 88 – Contrampa da casa do Seu Pessoa



Penetramos na casa em forma de invaginação passando por um viveiro de caranguejos do mangue local, até encontrar uma concavidade que é uma varanda sobre palafitas que se debruça para o rio sobre o mangue (Figura 89). Ali são servidos alguns petiscos típicos, além de cerveja bem gelada. Naquela concavidade de afetos, o grupo confraternizou com a família, ali ficando para admirar o lindo pôr do sol do Rio Sanhauá (Figura 90).

Figura 89 – Penetrando no Dandas Bar



Figura 90 – O grupo reunido



# Matattoio

Figura 91 – Vista do Mattatoio Testacio



Fonte: Google Earth, 2016.

## 4.4 Mattatoio

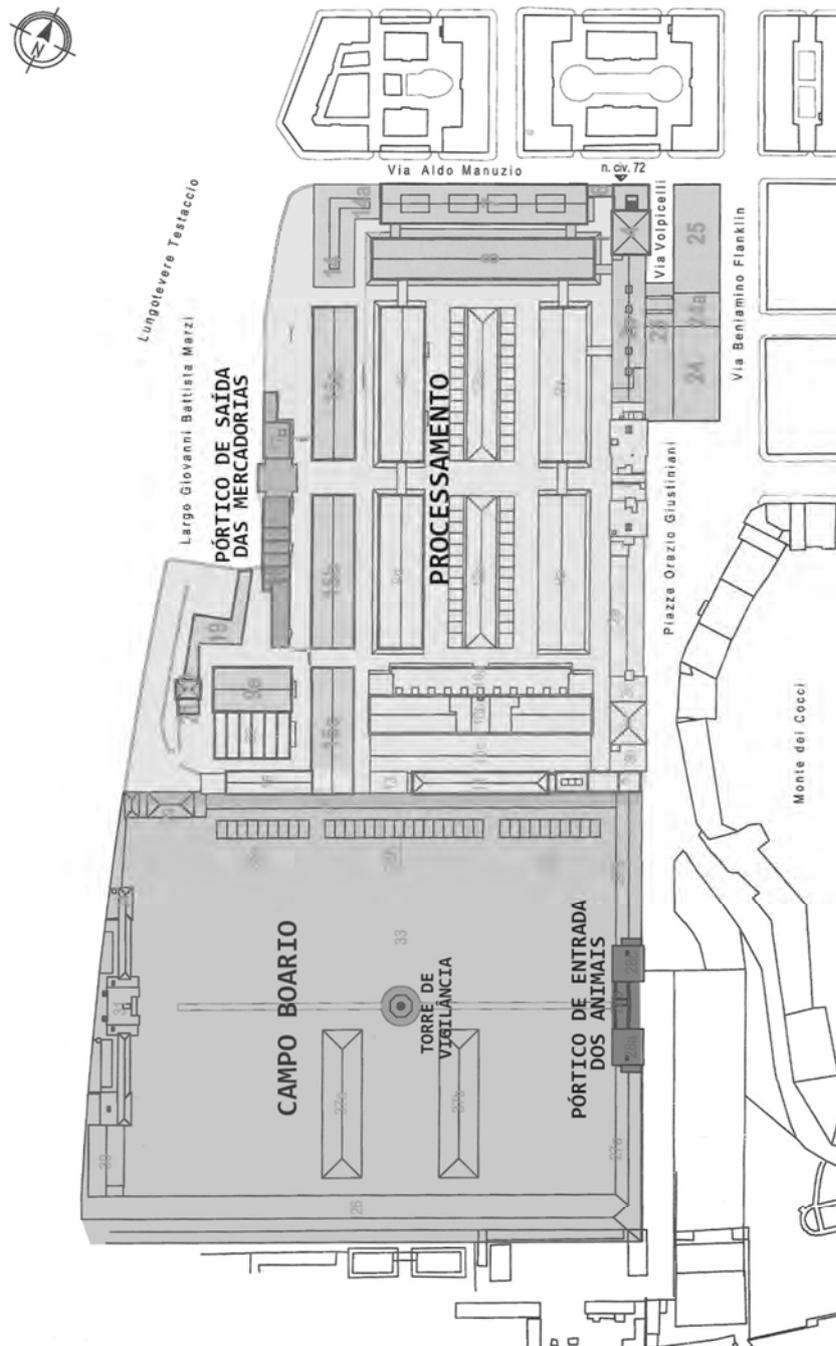
O *workshop Walking Mattatoio* foi realizado na Faculdade de Arquitetura de Universidade degli studi Roma 3, entre 16 e 20 de setembro de 2013. Além de sua sede no bairro de Monti, a Faculdade de Arquitetura ocupa com seus ateliês, laboratórios e oficinas alguns dos prédios do antigo mattatoio (tradução: matadouro) da cidade, no bairro Testaccio, em Roma, que chamava-se Mattatoio de Testaccio. Apliquei o *workshop* junto com o professor Francesco Careri em seu Laboratório Arti Civici – LAC, do qual ele é coordenador. O LAC é um laboratório de extensão e pós-graduação filiado à Faculdade de Arquitetura de Roma Três. Tem como objetivo estudar, em conjunto com grupos sociais e comunidades locais, uma visão coletiva e compartilhada do espaço urbano – este é o significado de “Arte Cívica”.

Para chegar ao bairro de Testaccio (Figura 91), esqueça a Roma turística convencional e atravesse o Rio Tevere pela Ponte Testaccio. O nome do bairro vem do vizinho Monte Testaccio ou Monte dei Cocci. Testaccio significa, em latim, *cabeça*, ou *de barro*, que tem origem devido ao material com que o monte foi artificialmente criado: cacos (*cocci*) de cerca de 25 milhões de âncoras descartadas do porto vizinho, à margem do Rio Tevere, desde a época da fundação da cidade até pouco antes do final do império. O Monte Testaccio lembra a forma de um coração. Possui um perímetro de 700 metros, seu cume atinge uma altura máxima de 30 metros (54 em relação ao nível do mar) e uma área de aproximadamente 22.000 metros quadrados. A memória da montanha e seu entorno está relacionada sobretudo com as festividades do carnaval, o *ludus Testaccie*, documentado pela primeira vez em 1256, durante o pontificado de Alexandre IV. A festa era muito animada e sangrenta: animais como porcos, bois e javalis eram atirados morro abaixo e, quando se esfacelavam, o povo os disputava com lutas de espadas para ficar com a carne. Têm-se registros de que a festividade ocorreu até o ano de 1470, quando, por ordem de Paulo II, o Monte passou a ser o ponto de chegada da Via Crucis, na Sexta-Feira Santa, fato que justifica a monumental cruz em seu cume. Mais tarde, o Monte passou a ser um lugar privilegiado para os famosos banquetes gastronômicos de outubro, os *Ottobrale* romanos: nos anos de 1660, Peter Ottini e Domenico Coppitelli compraram o terreno ao redor do morro para abrir “pequenas cavernas”, que foram ocupadas por tabernas onde celebravam a *fiesta delle mozzatore* – mulheres que espremiam a uva com os pés – na época da vindima. As tabernas foram aumentando gradualmente em número e hoje são restaurantes e casas noturnas. Durante a Segunda Guerra Mundial, havia ali uma bateria antiaérea, desmantelada no final do conflito. São ainda visíveis restos de quatro plataformas para canhões antiaéreos.

Em frente à Ponte Testaccio, localiza-se um dos portões de acesso ao ex-mattatoio, que fazia parte do complexo do antigo porto fluvial da cidade.

Era o lugar onde eram armazenados, mortos e distribuídos os suínos e bovinos que chegavam ao porto (foto do Google Earth). No lado oposto à ponte e em frente à entrada do Campo Boario localiza-se o Monte Testaccio.

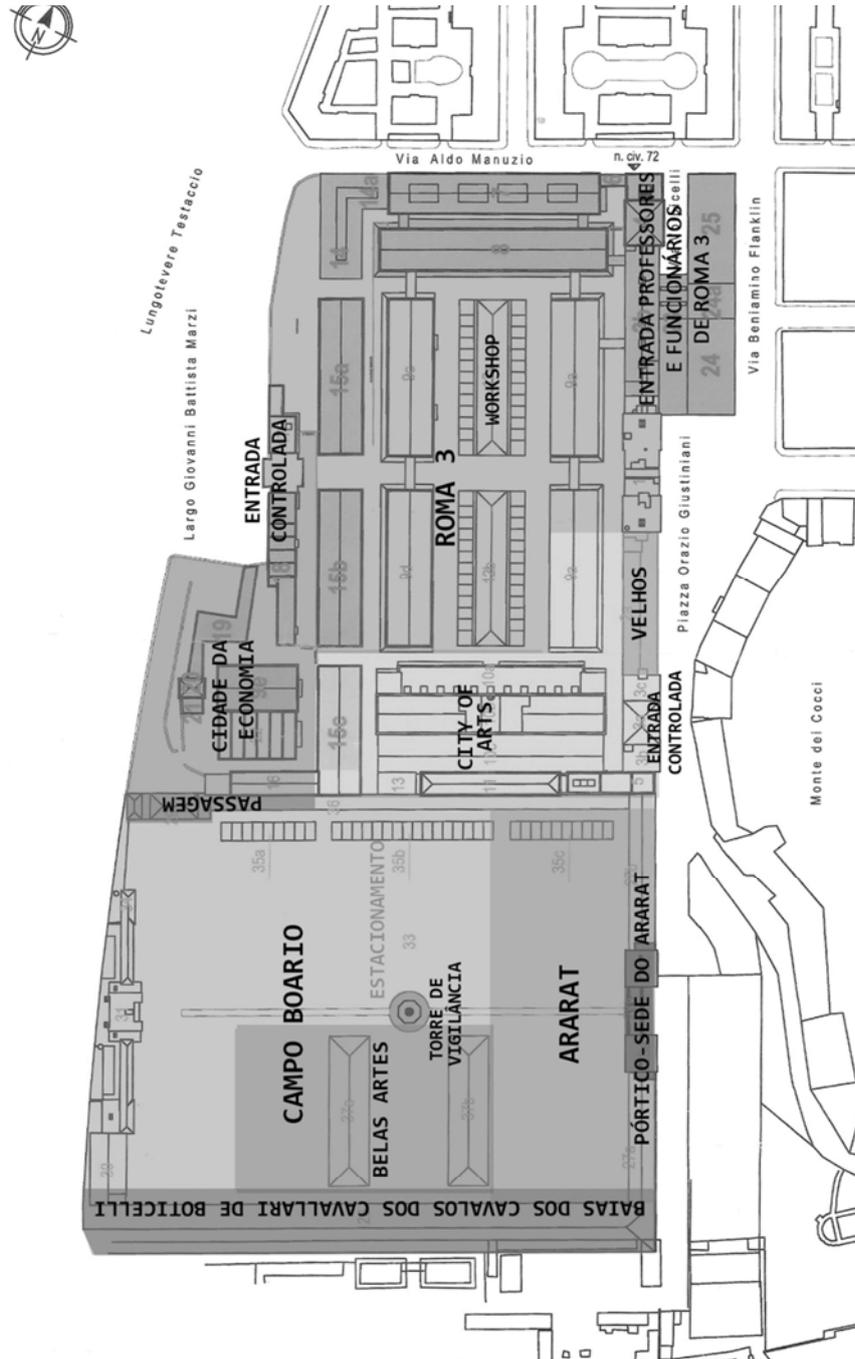
Figura 92 – Antigos usos do Matattoio



O mattatoio de Testaccio foi um projeto do Arquiteto Gicchino Ersoch. Sua construção foi concluída em 1889, sendo que o complexo foi colocado em operação nos primeiros meses de 1890. Na época, Roma contava com 430.000 habitantes. Conforme podemos observar no mapa da página ao lado, a sua tipologia arquitetônica lembra a de uma prisão ou de um campo de exclusão: espaço totalmente fechado com muros, suas entradas, saídas e passagens são de fácil controle e o seu interior de fácil vigilância (Figura 92). O pórtico principal de ingresso era pelo Campo Boario, que contava com três aberturas: a central, que era utilizada pelos guardas e funcionários administrativos, e as laterais, por onde transitava um grande número de animais. O pórtico é cercado por dois edifícios laterais de dois andares: o do lado direito abrigava a residência do diretor e sala de reuniões e administração; ao lado esquerdo, a sede dos escritórios de saúde, inspeção e controle dos animais. Na lateral do edifício à direita do pórtico, localizavam-se as casas de banho, e no edifício à esquerda do pórtico, as fábricas para o processamento de sangue. Os estábulos para o gado circundavam o campo. No centro do campo há uma torre – que lembra um panóptico – que antigamente abrigava um guarda. Gados e porcos vinham marchando do antigo porto fluvial e ingressavam pelo pórtico do Campo Boario no espaço interior do mattatoio. O campo era ocupado por quatro grandes áreas transversais que configuravam ambiente real de abate: à esquerda, havia o campo para o abate e processamento de carne de porco e, à direita, a área do abate e processamento da carne tenra. A venda da carne processada se dava pelo pórtico de entrada traseiro do complexo, em frente à ponte Testaccio (Figura 92).

O mattatoio foi fechado em 1975, quando Roma já contava com 3.000.000 de habitantes. É hoje um local aparentemente tranquilo e excluído do intenso fluxo da vida da cidade, apesar da efervescente cena noturna ao redor do vizinho Monte dei Cocci. Porém, desde seu fechamento, o ex-mattatoio de Testaccio tem sido uma encruzilhada de uma longa trajetória de projetos inacabados. Conforme podemos observar na Figura 93, o ex-mattatoio continua a ser um espaço fechado: por um lado, na antiga área de processamento, mais próxima do bairro de Testaccio, o projecto de City of Art foi lentamente agregando algumas importantes instituições culturais, como o departamento de Arquitetura de Roma 3, o MACRO e a Escola Testaccio de música. Ao contrário do que era de se esperar, essas instituições nunca foram capazes de se tornarem parceiras: após ocuparem os seus espaços, as barreiras internas de relacionamento criaram um labirinto a ser destrinchado.

Figura 93 – Usos atuais do Matattoio



Fato semelhante ocorreu no Campo Boario, onde as instituições culturais – a Academia de Belas Artes e parte da Cidade da Economia – chegaram mais tarde, se juntando aos já estabelecidos *Cavallari de Botticelli*, e removeram quase completamente do local a *The City of the Stranger*. Esse importante espaço de hospitalidade abrigava informalmente uma comunidade diversificada de estrangeiros, como os refugiados palestinos e curdos, algumas comunidades migrantes e de sem-tetos, os ocupantes da *Global Village* e *Roma Calderasha*. *The City of Strangers* era uma chance de hospitalidade ao *por vir*. Hoje, o acolhimento que restou da *The City of Strangers* está limitado aos curdos, que chamaram seu território de *Ararat* e ali hastearam sua bandeira. O nome por eles dado àquele local deixa claro suas intenções de continuarem hóspedes daquela terra: além de ser este o nome do lendário monte onde Noé atracou a Arca depois do dilúvio universal, *Ararat* significa lugar do recomeço, da segunda chance, lugar do renascimento daqueles que começaram a chegar vindos da Alemanha, em 1999. A sede localiza-se nos edifícios do pórtico de entrada do Campo Boario. Aquela arquitetura, até então abandonada, renasceu como *logos* de um povo sem lar que encontra um lar. Aos que chegam e são reconhecidos por sua linhagem e etnia, as portas se abrem. Os que ficam passam a fazer parte da família, que busca resgatar e preservar o que restou da pátria.

Além de ocupar os edifícios do pórtico, alguns membros da comunidade vivem ainda em tendas dentro dos muros e outros em trailers localizados no entorno do campo, vizinhos à linha de trem que vai de Roma em direção ao Aeroporto de *Fiumicino*. Imediatamente ao lado do pórtico situa-se o centro de convívio, com uma sala de chá, uma cozinha comunitária, barbearia e uma sala de leitura onde é possível ler publicações relacionadas aos curdos e ver TV em língua curda. No meio do pátio encontra-se um jardim que lembra um oásis: invoca paz e sossego, com sua vegetação exuberante e seu centro de bancos de pedra formando um círculo. O jardim acolhe e convida a sentar, relaxar, ficar e conversar. Circundando o Campo Boario pelo lado oposto ao da passagem para os edifícios ocupados por *Roma 3* e os demais projetos culturais, existem os antigos prédios de alojamento de animais vivos, que hoje servem como baias para os cavalos que conduzem as charretes dos turistas na área do fórum imperial conhecidos como *Cavallari de Botticelli*. No meio do Campo Boario encontra-se a *Accademia de Belle Arti*, impenetrável aos estranhos por seu cercamento de tapumes. No lado oposto e já fazendo passagem para a *City of Arts* está o empório orgânico da Cidade da Economia solidária, que não é solidária ao *Ararat*. Apesar das diversas atividades, ainda existem alguns edifícios sem uso na área de *Roma 3*. Um desses edifícios – o *ex-mangiatoio* dos porcos – foi o local escolhido como base de nosso *workshop*. Tais locais não têm uso oficial e estão inseridos entre os edifícios ocupados pela faculdade de arquitetura (Figura 93).

## 4.4.1 O Workshop

### 4.4.1.1 Caminhando

Começamos com a primeira atividade do *workshop* – *Caminhando*. Participaram da atividade os oito alunos do *workshop*, mais três alunos do LAC. A atividade durou 3 horas. Depois de finalizar o corte da curva de Moebius e da conversa sobre a vivência, o grupo decidiu trabalhar em sua linha do tempo de modo contínuo, durante o processo cartográfico dos dias do *workshop*. Como este *workshop* considera a atividade *Caminhando* uma cartografia pessoal, e, portanto um processo aberto, assim foi feito. Depois da interferência nas linhas do tempo serem consideradas finalizadas para aquele momento, houve a troca de experiências e saímos para almoçar e para a errância em grupo, que durou até o pôr do sol.

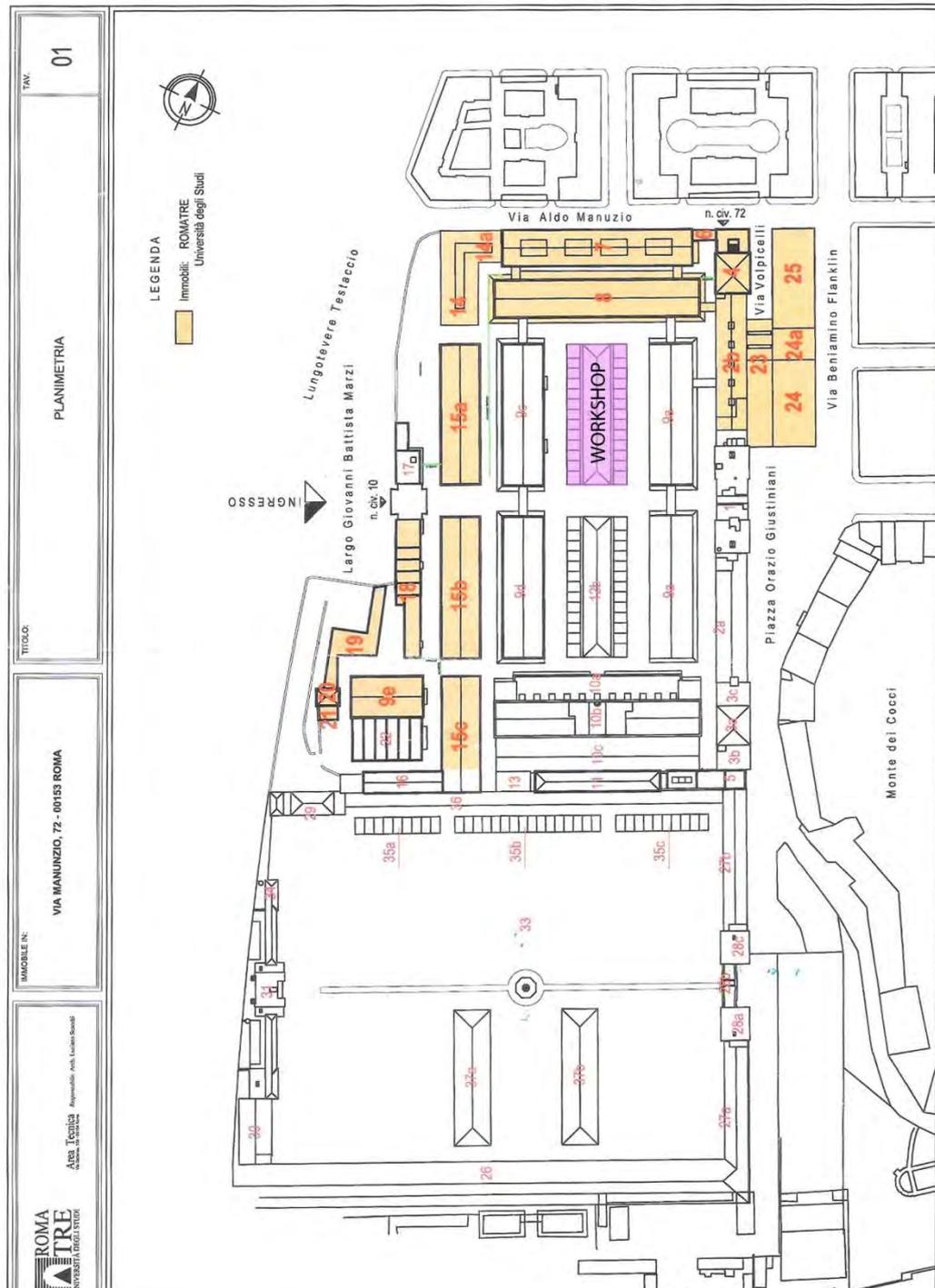
Figura 94 – Sequência da atividade *Caminhando*



## 4.4.1.2 O mapa cartesiano do Ex-Mattatoio de Testaccio

O mapa cartesiano utilizado como base no workshop foi o já apresentado durante a contextualização do espaço do ex-Mattatoio.

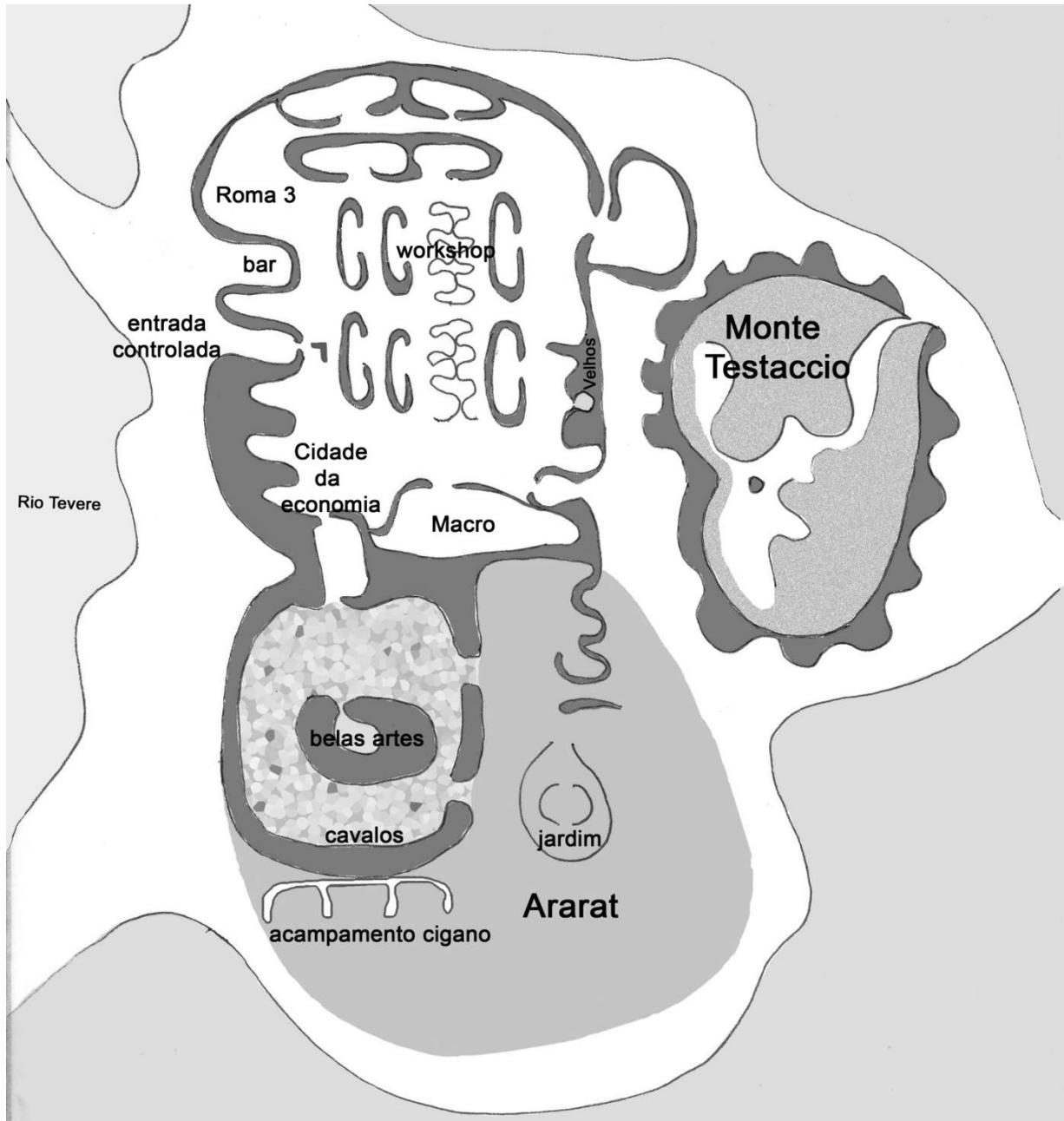
Figura 95 – Mapa cartasiانو do Mattatoio



Fonte: Universidade Roma 3

## Contramapa das formas da espera do ex-Mattatoio de Testaccio

Figura 96 - Contramapa das formas da espera do ex-Mattatoio de Testaccio





e, por esse motivo, a muralha foi deslocada nesta representação. Voltaremos a este assunto no decorrer do texto. A torre de controle, os tapumes que cruzam o campo e as grades não foram representadas porque são apenas símbolos paliativos de controle, não exercendo, portanto, sua função. Conforme veremos no decorrer da análise, os tapumes podem inclusive ser perfeitamente rompidos.

2. As aberturas das portas e portais de passagem controladas variam sua abertura conforme o controle exercido pelos guardiões.
3. Qualidade: as concavidades das formas de espera das arquiteturas representadas com menor espessura e com mais profundidade e largura na forma são as concavidades mais acolhedoras. No caso deste Contramapa, o jardim do Ararat, os espaços do *workshop* são representados como acolhedores para os seus iguais e seus hóspedes, enquanto o alto do Monte Testaccio acolhe sem restrições aqueles que conseguirem passar por sua estreita porta.
4. As pequenas enseadas dos edifícios de Roma 3 denotam sua maior qualidade de acolhimento pelo tamanho interno. A abertura representada mostra que o acesso é para alunos e professores.
5. O MACRO é um museu com acesso restrito para quem paga para ver.
6. A Cidade da economia é um ente comercial e foi representado como tal: uma sucessão de concavidades para os serviços e o empório como uma concavidade que permite entrar e passar quem quer pagar ou os iguais.
7. A escola de Belas Artes é uma ilha isolada no meio do Campo Boario com acesso muito restrito e assim foi representada.
8. Os charreiros só permitem o acesso ao seu espaço a quem os interessa.
9. O portal do Ararat foi representado com seu centro comunitário e barbearia ao lado: uma porta com concavidades vizinhas.

10. Não foi considerada a representação da vegetação existente no Ararat e sim as formas de espera.
11. Os trailers dos curdos ciganos foram representados como um conjunto contínuo com ampla abertura para caracterizar uma tribo nômade, portanto com grande potência de errância e esperrância.
12. Não foi contextualizada a trama urbana do entorno representada por uma grande área que abraça o ex-Mattatoio: o complexo está inserido em um bairro da cidade, com intensa atividade de moradores, comércios e serviços variados, mas não vamos estudá-lo. Essa área de Roma até pouco tempo atrás possuía diversos edifícios abandonados do complexo do antigo porto fluvial, que aos poucos estão sendo ocupados por diversos usos. O fluxo de turistas no bairro aumentou muito nos últimos anos e podemos dizer que hoje se tornou bairro da moda.
13. O Contramapa foi recortado em 3 janelas para facilitar a análise da errância.

Detalhando a representação, podemos ainda colocar e lembrar que: o mattatoio propriamente dito possui três portais de acesso aos diferentes eventos internos, dois no ex-mattatoio e um no Campo Boario: o ritual para transpassá-los é identificar-se aos seus respectivos guardiões. Vizinho ao bar externo do complexo, localiza-se o portal em frente ao Rio Tevere, que acolhe os alunos de Roma 3 e as pessoas que se dirigem à Cidade da Economia e à escola de Belas Artes. Após transpassar os atentos guardiões, o vivente se depara com um tapume na transversal, que dirige seus passos para um dos dois entes. Curiosamente, as outras passagens próximas para as direções opostas não são impedidas. Do lado oposto da cidadela, o portal que acolhe os visitantes e trabalhadores da Cidade das Artes também acolhe os velhos que residem ao lado do pórtico: esta comunidade se isolou de tal maneira em sua ilha que chegou a colocar tapumes na passagem para a para Roma 3. A entrada dos professores à área administrativa de Roma 3 é por uma porta na transversal de ambos os portais. No Campo Boario, o portal é o antigo pórtico de entrada dos animais, que hoje é a sede do Ararat e, portanto, devidamente guardado e zelado pelos seus cidadãos. A passagem do mattatoio para o Campo Boario é por uma porta dentro do empório da Cidade da Economia, que fica fechada fora do horário comercial. A academia de Belas Artes é uma ilha no meio do campo, que tem seu acesso restrito aos alunos e professores: os tapumes que a circundam e o guarda que controla a entrada a isolam de modo hostil das comunidades vizinhas. A entrada do lar dos refugiados – Ararat – é, sem dúvida, o portal mais acolhedor do complexo do matattoio: além de ser a sede do núcleo curdo,

também é acesso dos cavaleiros-charreteiros e do estacionamento pouco frequentado, não havendo ali nenhuma polícia oficial fazendo um controle ostensivo. O acampamento cigano vizinho não tem nenhuma barreira fixa que impeça a chegada, somente cães presos, que ladram quando algum visitante se aproxima.

Do lado do complexo onde se localizam os edifícios, a trama urbana interna é cartesiana, o que reforça a energia de rigidez do convívio entre os diferentes entes: conforme já descrito, os poucos tapumes isolados formam obstáculos a um fluxo que poderia ser livre. A cidade da economia funciona como uma cooperativa de economia solidária, que não presta solidariedade aos refugiados vizinhos, nem mesmo os deixa consumir os produtos: por este motivo, seu espaço foi representado com as enseadas abertas para o ex-mattatoio. A Cidade das Artes ocupa o seu espaço, sem tapumes ou barreiras aparentes, com as enseadas abertas para quem transpassa um dos portais do ex-mattatoio, menos para os habitantes do Ararat. No território de Roma 3, os espaços são divididos conforme as atividades dos alunos: são laboratórios e salas multiuso, ateliês e salas de aula. Os ex-mangiattaios são completamente abertos para atividades de *workshops*, exposições dos alunos e espaços de estar, e, por esse motivo, foram representados com uma sequência de enseadas em dobras e desdobras. No espaço da Roma 3 não há impedimento de circulação das outras comunidades, incluindo os refugiados, que frequentemente são convidados para as atividades do grupo do professor Careri.

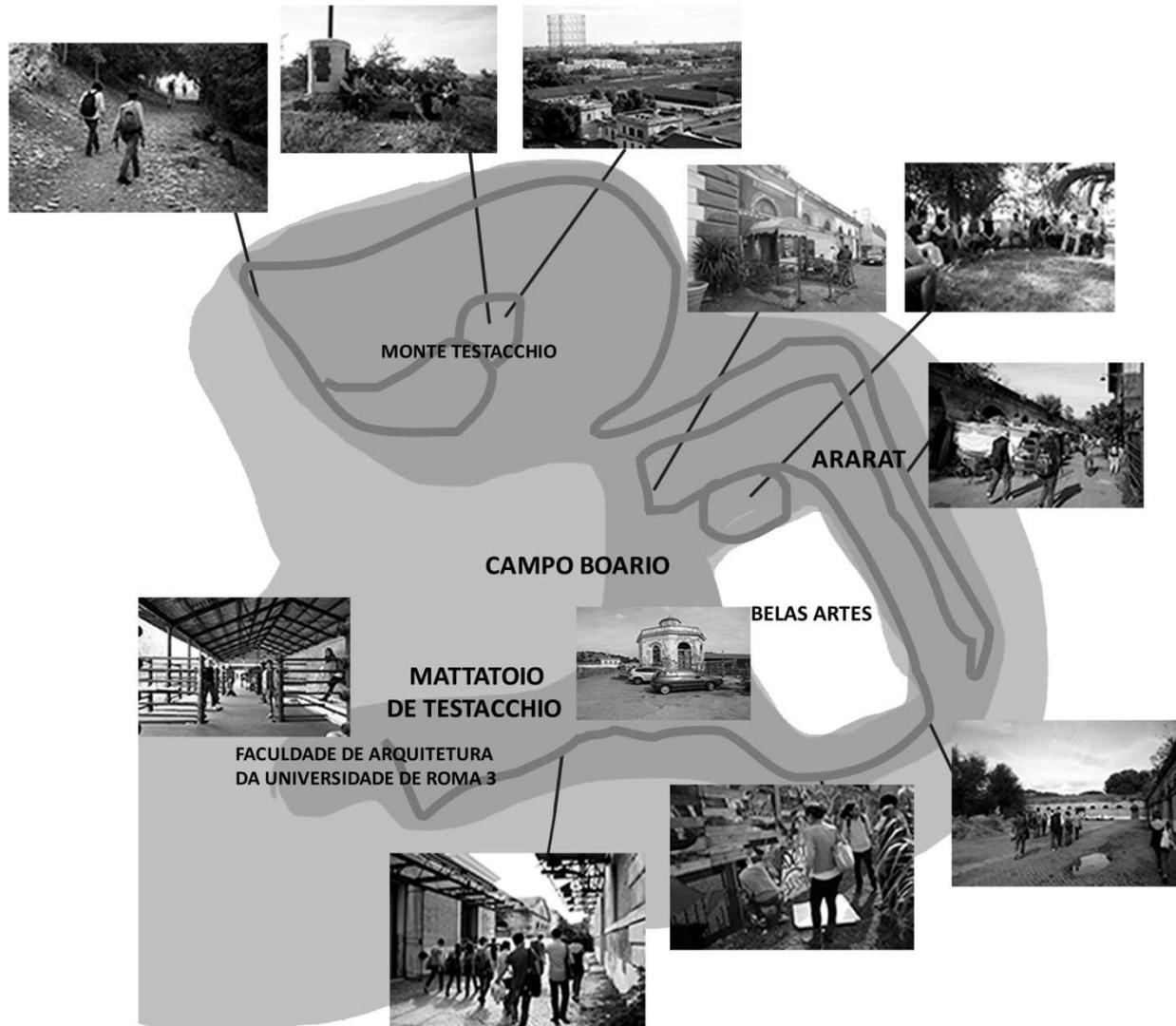
No Campo Boario, os edifícios concentram-se nas bordas, com a antiga torre de vigilância no meio, hoje desocupada. A torre tem grades que atravessam o campo em quase toda a sua extensão e dois edifícios vizinhos nas laterais, em posição transversal das grades. Antigamente utilizados para armazenar pequenos animais, hoje esses edifícios são ocupados pela ilha de portas cerradas da Escola de Belas Artes, configurada pelos tapumes que a rodeiam e atravessam o Campo Boario na transversal em um movimento paralelo ao gradil original, dividindo-o pela metade, a ponto de fechar totalmente a passagem dos cavaleiros-charreteiros e demais pessoas, aos fundos do campo. Ainda há outra barreira de gradil de arame, paralela ao muro que separa o campo do mattatoio, que não foi representada. Para reforçar a barreira de ferro, um estacionamento foi organizado junto às grades. Para fazer a passagem para a área dos cavaleiros, o grupo precisou remover um dos tapumes perto da bem guardada entrada da Belas Artes para abrir uma porta. Depois de passar os tapumes, o caminho não tem nenhum impedimento físico, mas os trabalhadores das baias fazem questão de mostrar com atitudes enfáticas que estranhos não são bem-vindos. Dessa maneira hostil, a comunidade do Ararat é isolada das outras comunidades: os únicos que convivem com eles são os alunos da Faculdade de Arquitetura e, eventualmente, os charreteiros, quando precisam de mão de obra extra para o trato dos cavalos. Os refugiados respeitam os diferentes enquanto são respeitados por serem diferentes: os que chegam oferecendo amizade são convidados para um chá na acolhedora concavidade do jardim, convite

entendido como um pretexto para uma conversa. Em sua área de convívio, os estranhos são indagados desta maneira: diferente e não agressiva. Por sua abertura ao convívio e coexistência, a muralha que separa o Campo Boario da cidade foi “empurrada” na representação, cercando a área hostil aos refugiados com duas passagens: a dos charreiros e a dos eventuais passantes para a escola de Belas Artes. O Ararat foi representado como um espaço de acolhimento sem contorno, porém, com o pórtico assinalando o local da sua sede. O espaço externo do Ararat não foi representado. Vizinho ao complexo está o Monte Testaccio e sua borda, altamente permeada pelas festas seculares: sua simbólica forma de coração, sua história e sua localização é seu atestado de espaço de acolhimento milenar.



#### 4.4.1.4 Cartografia da errância

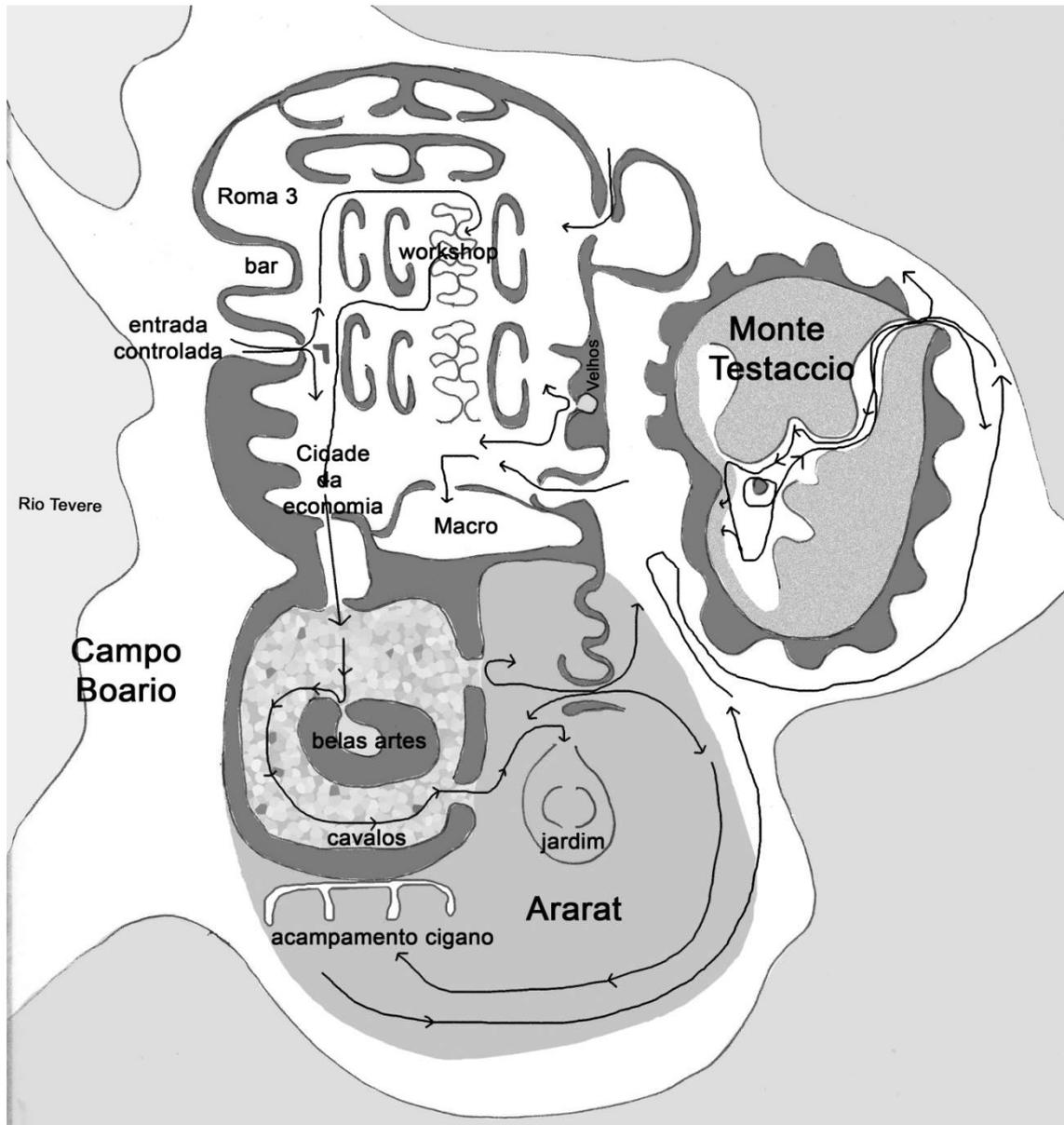
Figura 98 – Primeira cartografia da errância do ex-Mattatoio





#### 4.4.1.5 Contramapa da errância

Figura 99 - Contramapa da errância



# Contramapa janela 1

Figura 100 – Contramapa janela 1



Conforme o representado no Contramapa janela 1 e as imagens que seguem, nosso grupo iniciou a errância saindo do local do *workshop*: o ex-mangiattoio do mattatoio é hoje o espaço multiuso que acolhe diversas atividades de Roma 3. Caminhamos por entre os edifícios em direção à Cidade da Economia e seu empório de produtos orgânicos, localizado na borda que dá passagem ao Campo Boario (Figuras 101 e 102).

Figura 101 – Caminhando por entre os edifícios



Figura 102 – Passagem pelo empório



Ao atravessar o empório, encontramos à frente uma linha de tapumes formando um muro que divide o Campo em duas partes e forma uma ilha isolando a Academia de Belas Artes. No centro do campo, paralela aos tapumes da academia, está a antiga torre de controle, que por sua forma lembra um panóptico. Junto aos tapumes, um antigo corredor de condução de animais serve como balizador de um estacionamento de carros, que, em linha, reforça a barreira (Figura 103).

Figura 103 – Estacionamento e torre de controles



Ao bater no portão de acesso à Academia de Belas Artes, um guarda do local abriu a porta e não deu permissão para o grupo entrar, nem mesmo quando o professor Careri se identificou como professor da vizinha Faculdade de Arquitetura: “Precisa de uma permissão especial” disse, impedindo a entrada com o corpo (Figura 104).

Figura 104 – Fechando a porta





Sem chance de entrar na academia, o grupo seguiu adiante em direção aos tapumes entre a academia e os edifícios aos fundos do campo. Para abrir passagem, removemos parte do tapume a fim de configurar uma porta (Figuras 105 e 106).

Figura 106 – Removendo o tapume

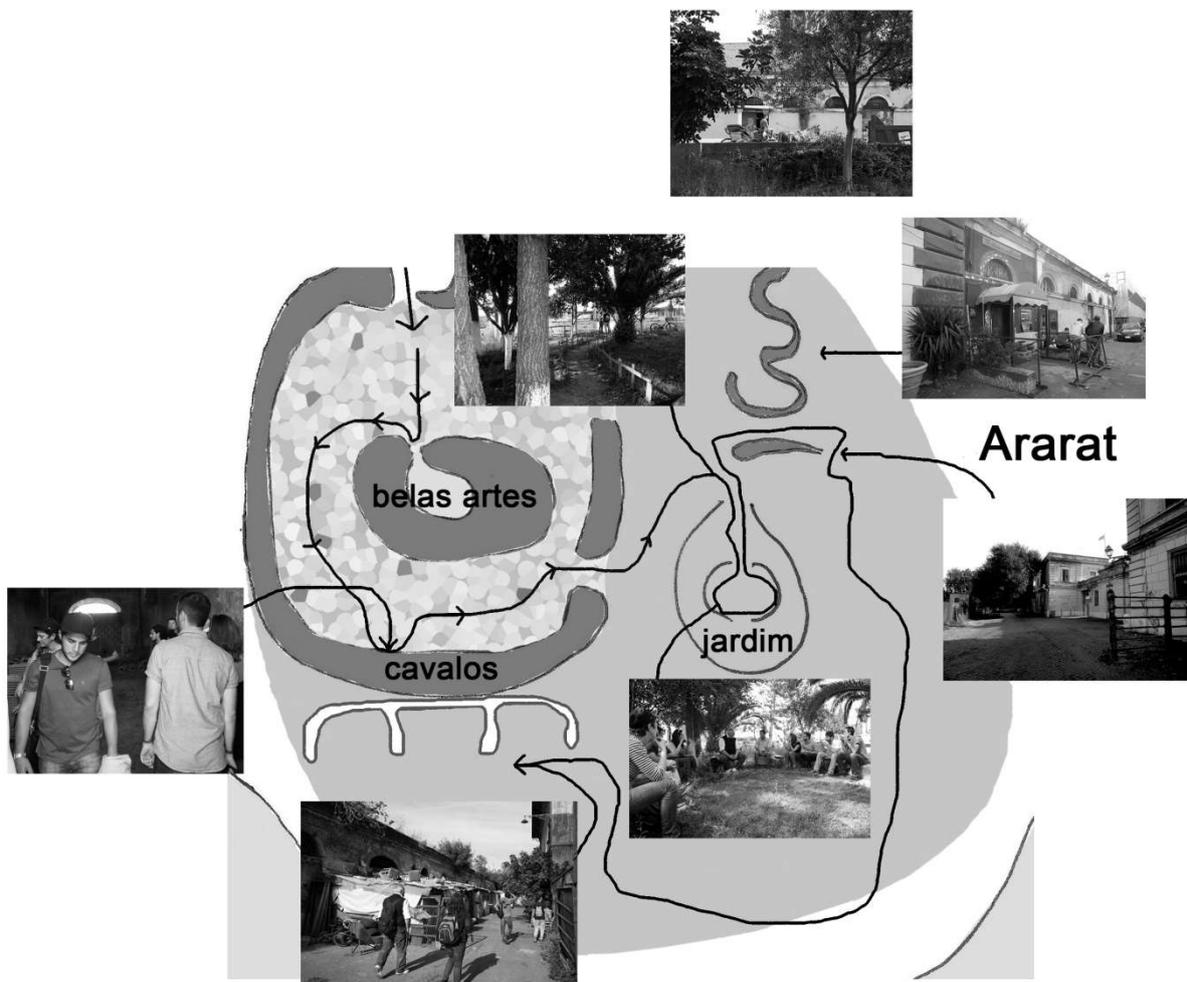


Figura 105 – Depois do tapume



# Contramapa janela 2

Figura 107 – Contramapa janela 2



Neste espaço do campo, localizam-se os antigos pavilhões de depósito de animais, hoje ocupados pelos cavalos dos Cavaleiros de Botticelli (Figura 108). Procurando acolhimento em um dos pavilhões, o grupo encontrou um dos tratadores dos cavalos, que, com fala hostil, deixou claro que não eram bem-vindos (Figura 109):

Figura 109 – Cavaleiro de Botticelli



Figura 108 - Hostilidade



A errância continuou em direção à área ocupada pelo Ararat e seu jardim que lembra um oásis. A energia de acolhimento desta concavidade cheia de vida, com pessegueiros, tamareiras e outras árvores frutíferas atraiu fortemente o grupo, que a penetrou sem mesmo antes pedir licença aos locais. No meio do jardim, dois bancos de pedras formam uma concavidade em forma de oval que configura o lugar de espera. Enquanto o grupo acolhia o jardim, professor Careri conversou com um membro da comunidade no portão do jardim e explicou o que estávamos fazendo ali: uma errância em busca de situações de acolhimento no espaço do ex-Mattatoio (Figura 110).

Figura 110 – Pedindo licença



Hospitaleiro, o líder curdo imediatamente acolheu o grupo, convidando a sentar nos bancos debaixo das tamareiras. Em seguida, ofereceu um chá de menta de boas-vindas (Figura 111). O chá de acolhida no oásis hospitaleiro fez das diferenças culturais o motivo do convívio. Depois das apresentações, o anfitrião conversou sobre os motivos de tantos curdos terem escolhido a Itália: muitos tinham vindo da Alemanha buscando beneficiar-se das leis de asilo italianas, bem menos rígidas. As dificuldades diárias como estrangeiros para encontrar trabalho e demais incertezas sobre o futuro também foram tema da conversa, que se encerrou com agradecimentos pela hospitalidade.

Figura 111 – Chpa em Ararat



O pórtico de entrada da parte interna do Ararat é passagem para os curdos que ali residem, para o seu jardim, sua escola e para a área de estar interna. Um centro de boas-vindas curdo – chamado Casa de Pace – localiza-se na área externa do pórtico, ao lado da barbearia (Figura 112). Olhando para o lado oposto do pórtico, dobrando à direita (Figura 113), podem-se ver a palavra Ararat escrita no muro e uma bandeira curda tremulando dentro do Campo Boario. Seguimos a errância nessa direção, contornando a muralha.

Figura 112 – Casa de Pace



Figura 113 – Pórtico de entrada com a bandeira curda ao fundo



Seguindo o caminho que contorna os muros do campo, encontramos um local entre os muros e alguns edifícios vizinhos abandonados. Neste espaço encontram-se os trailers dos curdos de origem cigana, rodeados por pessegueiros com frutos maduros e cachorros que guardam as casas (Figuras 114 e 115). Depois do lanche no pomar, o grupo seguiu caminho passando pela frente do pórtico do Ararat, em direção ao Monte Testaccio.

Figura 115 – Errando no acampamento cigano



Figura 114 – Acampamento cigano



# Contramapa janela 3

Figura 116 – Contramapa janela 3



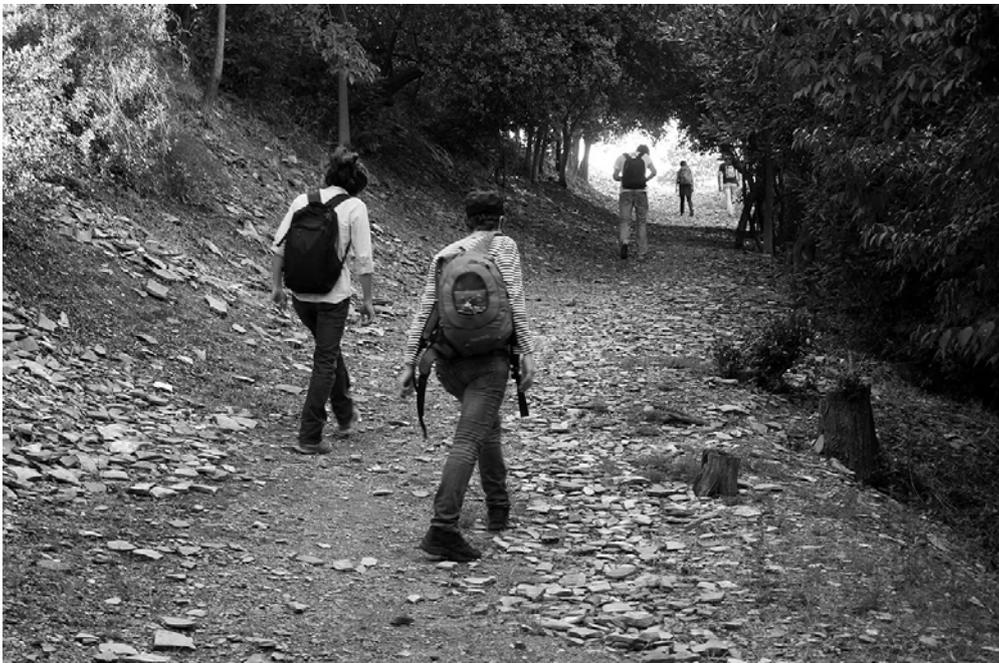
Parte do grupo procurou acessar o monte subindo pelo telhado das edificações que o circunda. Alguns já estavam no telhado de um dos bares quando funcionários da prefeitura que estavam trabalhando na rua disseram que não seria possível entrar ali. Sugeriram tentar o acesso por um portão que existe do outro lado do monte, onde tem um telefone da prefeitura para onde se pode ligar e solicitar o acesso ao sítio (Figura 117):

Figura 117 – Em cima do muro



O grupo encontrou o portão fechado. Tentou contato com a prefeitura, sem sucesso. Enquanto alguns tomavam um café do outro lado da rua, outros insistiam no contato por telefone. Nesse momento, surgiu uma senhora muito velha e seu cão: abrindo o portão, aquela senhora contou que é residente da casa na entrada do Monte Testaccio há muito tempo, não lembra quanto. Permitiu a entrada do grupo até sua casa e, desculpando-se por não ter a chave do portão que dava acesso ao cume do Monte, pois estava com arqueólogos que estão estudando o sítio - “Não vou lá em cima faz 30 anos...” – disse ela – “... só tem a vista, mais nada.” – permitiu que o grupo continuasse seu caminho. Sem objeções da senhora, resolvemos pular a grade ao lado do portão de acesso e subir a alameda por entre as árvores, que dá para o cume do monte (Figura 118).

Figura 118 – Alameda por entre as árvores



Admiramos Roma a 360 graus quando o pôr do sol se aproximava e as cores de final de verão deixavam a paisagem ainda mais esplendorosa, refletindo o sol nos prédios e cúpulas da Cidade Eterna com o campo Boário imediatamente à nossa frente (Figura 119). Nesse momento, surgiu uma grande cabra marrom (Figura 120), que acolhia os visitantes saltitando e andando em círculos, provavelmente o único ser a habitar aquele lugar mágico.

Figura 120 – Vista do monte Testaccio para o ex-Matatoio



Figura 119 – Moradora





O ponto mais alto do monte é marcado por uma cruz, como todos os montes de Roma. Perto da cruz, o sítio arqueológico com uma escavação de em torno de 20 metros e peças catalogadas. Aos pés da grande cruz, o grupo sentou para conversar e ler textos sobre os contramapas, as cartografias influenciadas e a deriva do dia e as que se seguiriam. Lemos o meu texto sobre os mapas e utilizamos os textos da Internacional Situacionista para esclarecer os conceitos da Deriva e cartografia influenciada. Ao final da conversa, a experiência do dia foi encerrada (Figura 121).

Figura 121 – Ao pé da cruz



# VILA TRONCO

Figura 122 – Mapa de localização da Grande Cruzeiro e Vila Tronco



## 4.5 VILA TRONCO

O *workshop* foi aplicado no início do semestre da disciplina de Projeto dois do curso de graduação em Arquitetura da UFRGS, em dois semestres consecutivos: no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014. O *workshop* teve como objetivo iniciar os estudos para a proposta de projeto a ser desenvolvida no referido semestre com o reconhecimento das situações e formas de acolhimento na espacialidade da comunidade pelos estudantes, assim como suas respectivas potências<sup>108</sup>. A Vila Tronco Postão, ou simplesmente Vila Tronco, pertence à Grande Cruzeiro, o maior complexo de comunidades dentro do perímetro urbano da cidade de Porto Alegre, distribuída entre os bairros Cristal, Santa Tereza, Medianeira, Teresópolis e Nonoai (Figura 122).

As primeiras ocupações do complexo estão ligadas às trajetórias das empresas e empreendimentos que se instalaram na região nos anos 1950-1960, como: Jockey Clube, o Estaleiro Só, Pedreira Pavimentações, FEBEM, Termolar, entre outras. Essas empresas concediam parte dos terrenos para que seus funcionários habitassem próximos ao local de trabalho. Entre os anos 1970-1980, a falência dessas empresas e o êxodo rural intensificaram as ocupações na região, tornando-as impossíveis de serem controladas. Segundo dados do DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), neste grande rizoma urbano vivem mais de 200.000 pessoas, sendo que em torno de 1.500 pessoas habitavam a Vila Tronco Postão antes da relocação.

A Vila Tronco Postão – ou simplesmente Vila Tronco – está localizada à borda da Avenida Moab Caldas, mais conhecida como Avenida Tronco, entre os bairros Santa Tereza e Medianeira. A vila recebeu o nome por se localizar defronte ao postão do SUS que atende a região. A vila ainda faz limite aos fundos com uma reserva florestal do exército, estendendo-se para o Bairro Medianeira, em direção à Rua Mariano de Mattos e à Rua Nossa Senhora do Brasil, para o Bairro Santa Teresa. O alargamento da Av. Tronco – em execução desde 2012 e sem previsão de conclusão – atravessa a Grande Cruzeiro: começando no Bairro Glória e se estendendo até o Bairro Cristal, a obra foi nomeada pela Prefeitura de Porto Alegre como “o maior legado da Copa do Mundo de 2014 para a cidade” por ser uma rota alternativa de ligação entre a Zona Norte e Zona Sul (Figura 123). Segundo o DEMHAB, desde o início da obra, a Vila Tronco passou a acolher um processo de mudanças com grande impacto social: foram relocadas um total de 1594 famílias que viviam de “forma irregular” na região da Grande Cruzeiro, sendo

---

<sup>108</sup> O exercício de projeto proposto foi uma nova sede do Instituto de integração social, ONG que acolhe jovens da comunidade, entre 14 e 18 anos, em horário alternado ao horário escolar, e da Creche Sonho Meu, instituição de educação infantil que atende cerca de 50 crianças, em turno integral. Ambas se encontram dentro da Vila Tronco e serão contextualizadas a seguir.

que 394 eram famílias que habitavam a faixa de quarteirões que faz frente à avenida e ao Postão <sup>109</sup> .

Figura 123 – Traçado do alargamento da Avenida



Conforme já foi estudado no capítulo “Des-Acolher”, as diferentes identidades e maneiras de meios de vida e socialização que se acolhem em comunidades como a Vila Tronco criam diferentes processos de meios e modos de construção de sua espacialidade. Reconhecer essa diversidade é tomar consciência das suas diferentes formas de ver o mundo e horizontes cognitivos. Talvez o maior aprendizado se encontre em observar as lições de sobrevivência encontradas na criatividade implícita no processo de realizar seus objetivos, que faz seus habitantes driblarem diariamente a intensa *hospitalidade* da estrutura social que os exclui. A área da Grande Cruzeiro carrega o estigma de ser conhecida pelo alto índice de criminalidade e tráfico

<sup>109</sup> O Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), responsável pelas políticas de moradia oferecidas às famílias da área atingida, em reportagem de seu site também caracteriza os moradores como ocupantes de “áreas irregulares” – “a importante obra que pretende melhorar o fluxo de veículos para a Copa de 2014, a chamada duplicação da Avenida Tronco terá reflexos para 1.525 famílias cadastradas pelo DEMHAB em 2011. São eles: os moradores nas vilas Silva Paes, Maria, Tronco, Cristal, Cruzeiro, Figueira, na Ocupação Gaston Mazzeron e nas casas de passagem da Avenida Padre Cacique. Situadas em áreas irregulares, essas comunidades serão atendidas em projetos habitacionais contratados pelo Departamento. Para execução do projeto, essas famílias terão que ser transferidas”. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

de drogas. Por esse motivo, ali existem diversas instituições de assistência social que procuram mudar a realidade local, através da geração de oportunidades de educação para crianças e jovens. Localizadas dentro da Vila Tronco, o Instituto de Integração Social e da Creche Sonho Meu cumprem este papel. Conforme pode ser visto na Figura 123, ambas localizam-se dentro do rizoma da vila, no Beco 3 e na Alameda 2, respectivamente.

Figura 124 – Crianças da creche



A Creche Sonho Meu (Figura 124) é uma instituição de educação infantil localizada no interior da Vila Tronco Postão. Segundo Dona Cleni, diretora da instituição, a capacidade de atendimento é de cerca de 50 crianças, de um ano até cinco anos e onze meses, em turno integral. A instituição foi uma demanda da comunidade desde o ano de 1997, sendo gravada e conquistada através do OP (Orçamento Participativo) no PI (Plano de Investimentos) do ano de 2001. Segundo o projeto da Fadergs *Jovem viva sem drogas*<sup>110</sup>, o Instituto de integração social (Figuras 125 e 126) é uma ONG fundada em 1999, devido à grande demanda de jovens residentes na comunidade vulneráveis e desprovidos de oportunidades de inclusão social. Esses jovens são acolhidos e protegidos pelo Instituto, onde encontram um espaço de crescimento pessoal e alguma qualificação profissional para o mercado de trabalho. Desse modo são a eles garantidas oportunidades para perceberem-se como sujeitos que fazem parte de um mundo cheio de

---

<sup>110</sup> O texto do referido projeto encontra-se nos anexos desta tese.



significados, onde pensar e elaborar seu cotidiano e futuro é de sua responsabilidade. Por ser uma instituição que interfere nesse contexto de modo significativo, o Instituto vai além das oportunidades de profissionalização oferecidas, agindo como um espaço atuante no acolhimento da comunidade através do lazer e encontros que favorecem o fortalecimento de vínculos familiares, interpessoais, comunitários e sociais. Hoje, o Instituto atende diariamente mais de 70 jovens entre 14 e 18 anos. Os atendimentos são divididos em dois turnos – manhã e tarde – inversos aos respectivos turnos escolares e coordenados pedagogicamente por educadores. Soma-se ainda a este número em torno de 30 crianças entre 6 e 14 anos, irmãos mais novos dos jovens que não têm onde ficar fora do horário letivo.

Figura 126 – Salão do Instituto



Figura 125 – Frente do Instituto



Figura 127 – Sequência da atividade *Caminhando* com a turma de projeto II

## 4.5.1 O Workshop

### 4.5.1.1. Caminhando

A atividade *Caminhando* fez parte dos planos de aula dos dois semestres que trabalhamos na Vila Tronco. Ela foi aplicada nas duas turmas de alunos em sala de aula, na segunda-feira à noite antes da primeira visita à vila, que ocorreria na sexta-feira pela manhã, com a participação de todos os alunos de ambas as turmas. As duas turmas convidaram para a atividade a turma de Projeto II do professor Rufino Becker, que também as incluiu nos planos de aula. Portanto, em cada semestre, *Caminhando* foi realizada com uma turma de em torno de 30 alunos, e a atividade durou um período de aula noturna. Como a metodologia aplicada foi igual para ambas, escolhi apresentar na página ao lado as fotos da sequência da atividade na turma de Projeto II 2013/2 (Figura 127 da página ao lado).



### 4.5.1.2 O mapa cartesiano da Vila Tronco

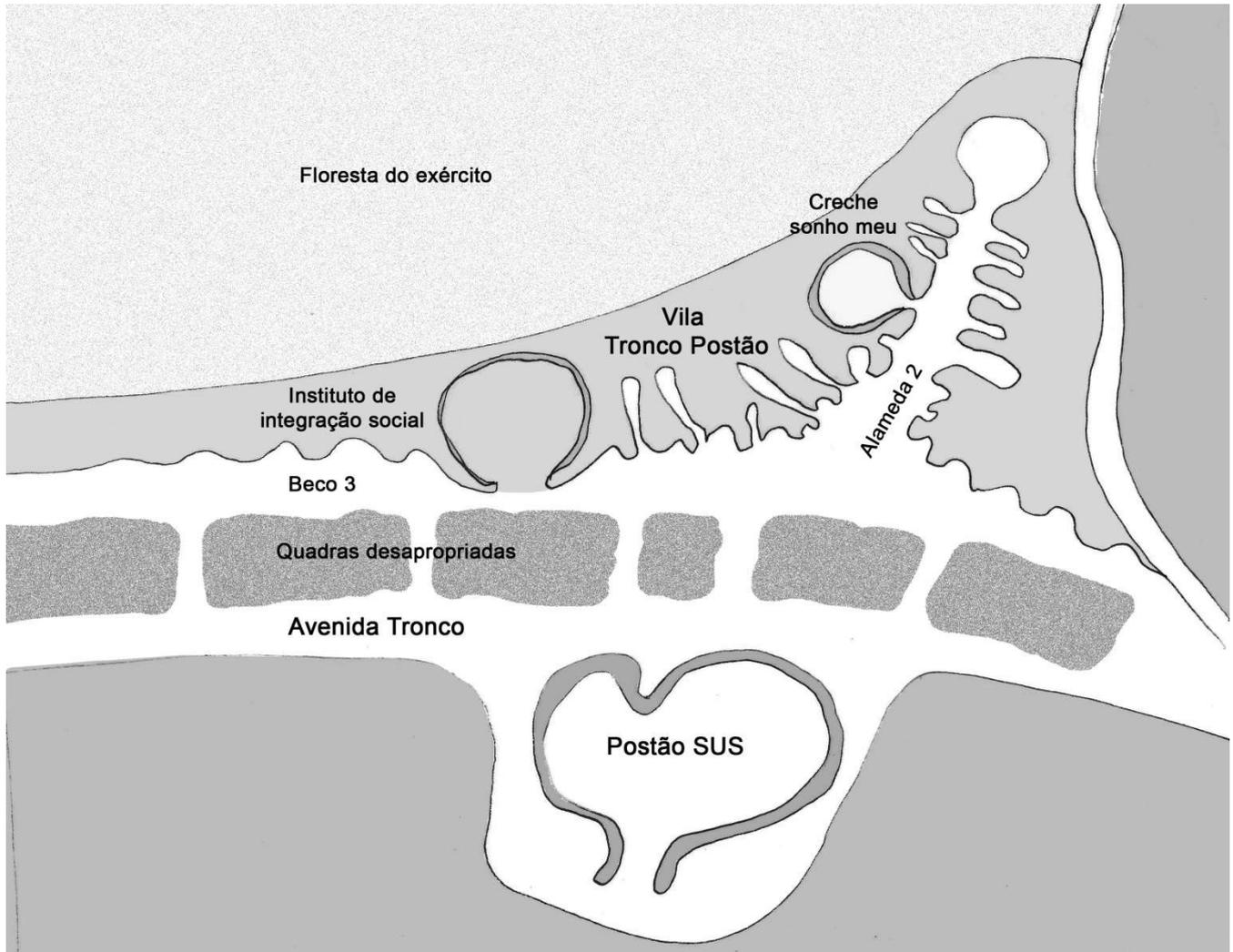
O mapa cartesiano utilizado para as errâncias dos alunos foi a fotografia do Google Earth da área da Vila Tronco.

Figura 128 – Mapa cartesiano da Vila Tronco



## Contramapa das formas da espera da Vila Tronco

Figura 129 – Contramapa da espera

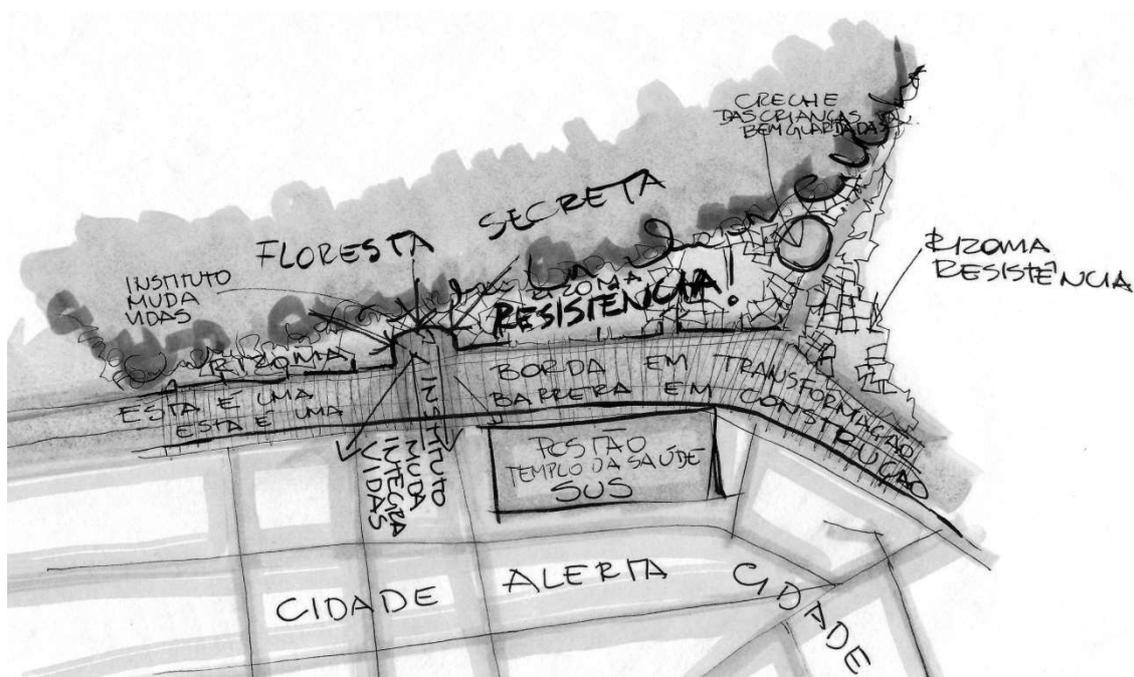


### 4.5.1.3 Cartografia Influencial e Contramapa das formas de espera da Vila Tronco

Antes de começar a errância, vamos conhecer a Cartografia Influencial e o Contramapa das formas de espera da Vila Tronco.

A Cartografia Influencial abaixo segue a mesma lógica da cartografia do *workshop* anterior: registrou os sentimentos e serviu como base para o Contramapa. Portanto, ela será utilizada da maneira já descrita.

Figura 130 – Cartografia Influencial



No contramapa das formas de espera da página ao lado (Figura 129), nota-se que a comunidade é uma ilha com suas pontes e portas em transformação. A obra da avenida destruiu os quarteirões da antiga borda da vila, fato que mudou definitivamente as qualidades das formas de acolhimento que, até então, ali existiam: antes parte do rizoma da ilha da vila, a nova borda é repleta de concavidades que acolhem comércios que se abrem para a nova avenida, sugerindo uma nova permeabilidade. No tempo do *workshop*, as quadras desapropriadas eram ruínas. Hoje, elas são avenida. No Contramapa ao lado, o Instituto de Integração Social debruça-se para o Beco 3, convidando os jovens da vila a entrar. Hoje, as suas portas abertas para a avenida são como um convite à cidade do entorno a entrar, trazendo consigo a potência de contaminação e mudanças nas suas políticas de acolhimento. A alameda em forma de invaginação que abriga o bar e a

creche tem a sua concavidade final no topo do morro, assim como as permeabilidades no entorno, antes da ampliação da avenida era protegida pelas quadras agora destruídas: este fato abre caminho para mudanças na espacialidade que influenciarão de maneira não previsível no *modus vivendi* daquela população e dos eventos que ali existem.

A representação das formas de espera do Contramapa da página ao lado utilizou os seguintes critérios básicos:

1. Qualidade: as concavidades com maior tamanho em proporção ao espaço onde se encontram, com menor espessura e com mais abertura são as concavidades mais acolhedoras.
2. O Beco 3, a Alameda 2, a Av. Tronco, ruas e becos estão representados no mesmo tom de cinza por serem parte da mesma trama urbana, apesar das diferenças.
3. As quadras desapropriadas e que no tempo do *workshop* estavam em processo de destruição foram representadas como uma transparência diluída entre a vila e a cidade.
4. O rizoma das casas da comunidade atrás da borda de comércio, serviços e residências foi representado em um espaço em tom de cinza e sem detalhes de desenho, pois este trabalho considera pertinente a representação subjetiva para esse tipo de configuração urbana. Como a borda desse rizoma está em transformação, os becos que o penetram a partir da borda foram representados por invaginações, enquanto as enseadas de tamanho variável representam os comércios e serviços que se disseminam pela borda.
5. O Instituto de Integração Social está representado como uma enseada com características acolhedoras em sua espessura, curvatura e abertura. O tom de cinza que representa o interior da enseada é o mesmo que representa o rizoma da vila, pois o acolhimento do instituto se limita aos jovens da vila, portanto aos seus iguais.
6. A Creche Sonho Meu está representada por uma enseada com a espessura maior e a abertura menor, porém extremamente acolhedora em sua forma interior. A escolha dessa representação deve-se à intenção da creche de ser uma caixinha para guardar as crianças do mundo lá fora e ao acesso restrito às crianças, pais e funcionários. A cor interna da enseada foi escolhida para representar as crianças como parte do mundo, sem ainda terem construído em suas mentes nenhum critério estratificador em relação aos seus semelhantes.
7. O Postão do SUS foi representado como deve ser: um posto de saúde pública aberto à cidade.

8. A cidade está representada somente em espaço e não em detalhe, assim como a floresta do exército.
9. Este Contramapa será cortado em 3 janelas para melhor analisar os detalhes das formas do acolhimento e da errância.

### 4.5.1.4 Cartografia da errância

Figura 131 – Cartografia da errância



## As acolhidas

Antes de começar a errar na Vila Tronco, é importante saber como nosso grupo foi acolhido quando lá estivemos. Em 2013, aconteceu a primeira experiência de acolhimento na vila, sob um clima de grande euforia na comunidade com as obras de ampliação da avenida, prometida para a Copa do Mundo de 2014. As desapropriações propostas aos moradores do quarteirão que configura a faixa de borda imediata à Avenida Tronco até o Beco 3 os levariam a sair aos poucos de suas casas para outros lugares, não raramente para fora da comunidade, porém, com a promessa de um lugar melhor para morar, que poderiam comprar com as indenizações. Na ocasião, algumas poucas casas haviam sido desapropriadas e as demolições estavam começando. Sabe-se que nessas ocasiões as perdas com o deslocamento dessas pessoas para fora da comunidade vão além do material. Porém a experiência de hospitalidade foi sempre limitada ao que era permitido ver e ouvir por nossos anfitriões, assunto que retornaremos no texto de análise dos *workshops*.

O retorno à Vila Tronco aconteceu no primeiro semestre de 2014, com uma nova turma de Projeto II. Se na primeira vez o olhar foi limitado pelo que era permitido ver e ouvir, nessa segunda experiência, a tentativa de limitação do olhar era ainda maior. A diferença é que não havia mais como esconder as consequências das obras da Avenida Tronco para a vila: iniciadas em maio de 2012 e prometidas para a Copa de 2014, as obras no trecho da Avenida Moab Caldas estavam paralisadas, sem previsão de retomada dos trabalhos<sup>111</sup>. Era final de verão e o cenário da vila havia se modificado. Na faixa de quarteirões onde ocorreram as desapropriações, entre o Beco Três e a Avenida Moab Caldas, os edifícios demolidos lembravam uma zona de guerra: onde outrora as pessoas viviam, as ruínas e o lixo tomaram conta. O cheiro característico do gás metano que exala do lixo orgânico pairava no ar, enquanto os cães, gatos e insetos se divertiam com os restos. Era evidente que não havia a devida consciência da população quanto à importância para a saúde de manter um ambiente limpo. A Prefeitura, por sua vez, não providenciava a coleta do lixo e a limpeza adequada do local: o descaso havia se tornado uma questão de saúde pública. Conforme já comentado na análise do Contramapa, o lado oposto às desapropriações do Beco Três é a nova borda da comunidade. Esta já começava a acolher os novos usos, fato que mudou definitivamente a sua espacialidade: muitas das habitações que dão frente à ampliação da avenida haviam se transformado em comércios e serviços, assim como novas construções tomavam o lugar das humildes casas. Os que conseguiram ficar

---

<sup>111</sup> Segundo o relatório da Prefeitura de Porto Alegre de março de 2016, as obras de pavimentação têm novo prazo de conclusão para dezembro de 2016, e a finalização total da obra é prevista para dezembro de 2017. Em outra página, o mesmo site alega que a paralisação das obras era devido às desapropriações, que não haviam ainda sido todas concretizadas. Disponível em: <http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/obras/duplicacao-da-avenida-tronco/80>. Acesso em: 20 out. 2016.

na vila são acolhidos no rizoma remanescente, por detrás dessa borda em formação, que serve como proteção.

Na primeira experiência, fomos acolhidos na soleira da porta de entrada do Instituto, onde nossos anfitriões esperavam-nos com ansiedade e curiosidade. O ritual da acolhida entre nós e a vila iniciou com o primeiro e receptivo estender de mãos de Michael e Silvana, líderes comunitários e diretores da instituição; Dona Baixinha, a alma afetiva do Instituto e da creche e mãe de Michael; membros do corpo docente, dos quais Darlei e Emily destacam-se por sua dedicação; e ainda pelo irmão de Michael, o especial Mairan. Essas pessoas foram constantes durante a convivência com a comunidade. Ao entrar no salão, encontramos jovens acolhidos pelo instituto pela manhã. Alguns poucos interagiram com nosso grupo neste primeiro encontro, situação que iria mudar de maneira surpreendente até o final de nossa convivência na vila. Com o primeiro grupo, as errâncias aconteceram com os alunos e a presença constante de Dona Baixinha, que abria as portas para o reconhecimento do rizoma.

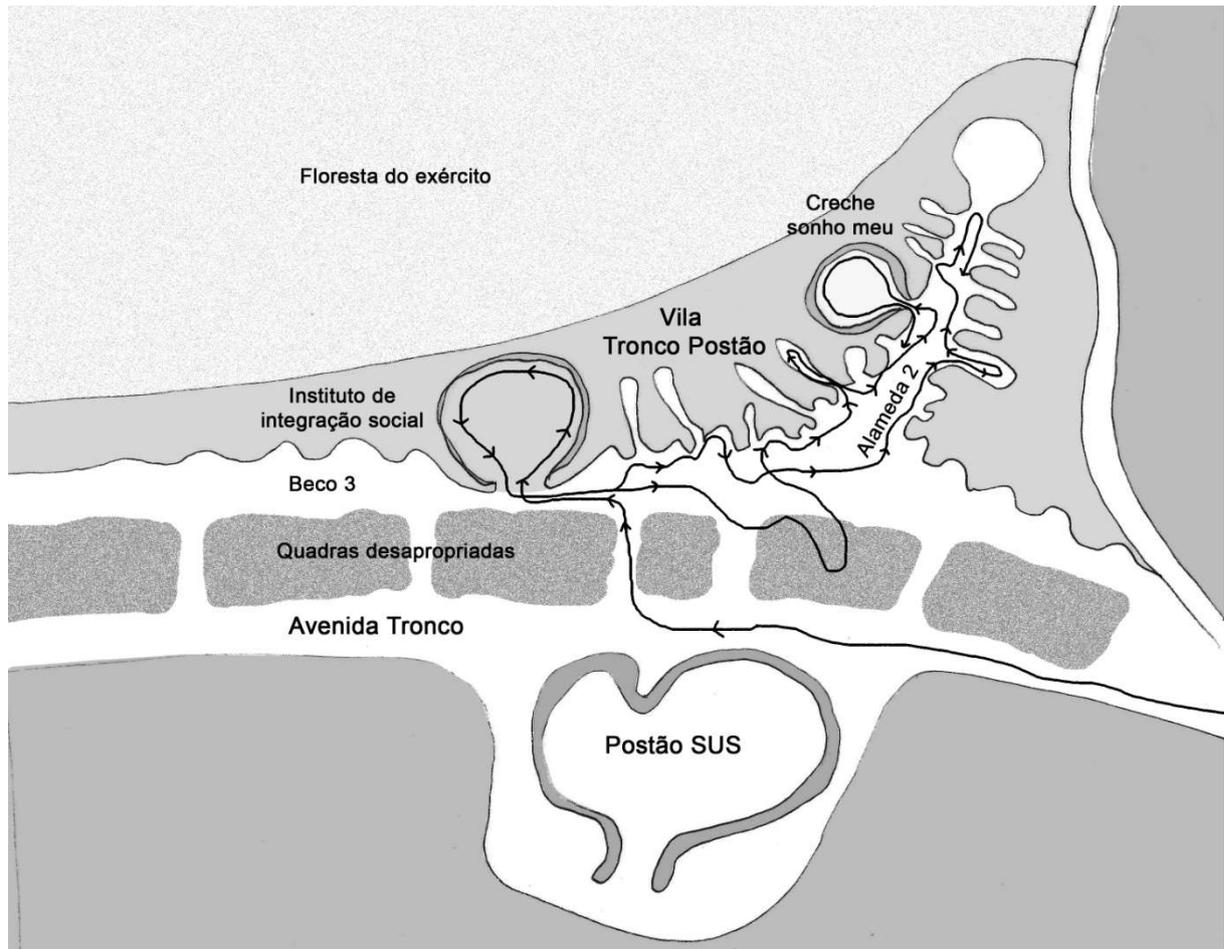
Na segunda experiência, novamente fomos acolhidos na soleira da porta de entrada do Instituto de Integração Social. Desza vez, o grupo de anfitriões que nos aguardavam eram a Dona Baixinha, junto com seus filhos Mairan e Emily, e o professor Darlei. Os líderes Silvana e Michael estavam trabalhando em sua nova ferragem, localizada em um dos novos edifícios construídos na quadra vizinha ao instituto, que dará frente à avenida em obras. Depois de estenderem a mão na soleira e convidarem o grupo a entrar, houve novamente a apresentação dos alunos aos jovens do Instituto: no princípio o acolhimento foi bem restrito, o que demonstrou a necessidade de reconstrução da relação de confiança com o novo grupo. Como os alunos do Instituto foram convidados a participar das cartografias, ambos os grupos se acolheram aos poucos, no decorrer da experiência, porém, não chegando ao nível de acolhimento do grupo anterior. No final de abril de 2014, portanto um mês depois do começo das visitas, houve um fato que marcou a interrupção das visitas dos alunos à comunidade: começou na região uma forte onda de violência, decorrente de brigas de facções rivais do tráfico. Depois que as notícias tornaram-se públicas<sup>112</sup>, os alunos não voltaram mais à vila.

---

<sup>112</sup> Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2014/04/toque-de-recolher-fecha-tres-escolas-na-vila-cruzeiro-em-porto-alegre-4482072.html>> e <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticia/100000678536/tirroteio-na-vila-cruzeiro-assusta-moradores-.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

## Contramapa das formas de errância da Vila Tronco

Figura 132 – Contramapa das formas de errância da Vila Tronco



# Contramapa janela 1

Figura 133 – Contramapa janela 1



## Partindo para a errância do Instituto de integração social

Como sempre, partimos para errar na vila da porta do Instituto (Figura 134). Vamos conhecê-lo melhor antes de partir: observando o Contramapa janela 1, vemos que o Instituto de Integração Social é uma instituição com grande potência de acolhimento. É uma enseada com a porta de seu salão principal escancarada para a calçada: sem medo, ela se abre para as novas chances de acolhimento e troca com a rua. Por possuir esse caráter, a instituição foi representada como sua forma e abertura deslocada em direção à rua e com a mesma cor do espaço urbano da vila, pois é importante novamente salientar que o Instituto acolhe seus iguais e seus filhos: enquanto acolhe, ensina, amadurece e transforma as vidas que ali se propõem ao coexistir.

A porta principal é aberta para a rua:

Figura 134 -Partindo para a errância na porta do Instituto



Ela dá passagem para o salão onde os jovens aprendem teatro e dança e festejam (Figura 135). Também foi no salão que as cartografias dos desejos dos jovens do Instituto foram criadas junto com nossos alunos (Figura 136) e os frustrados projetos para o novo edifício das instituições foram apresentados a eles (Figura 137).

Figura 135 – Salão do Instituto



Figura 136 – Criando as cartografias



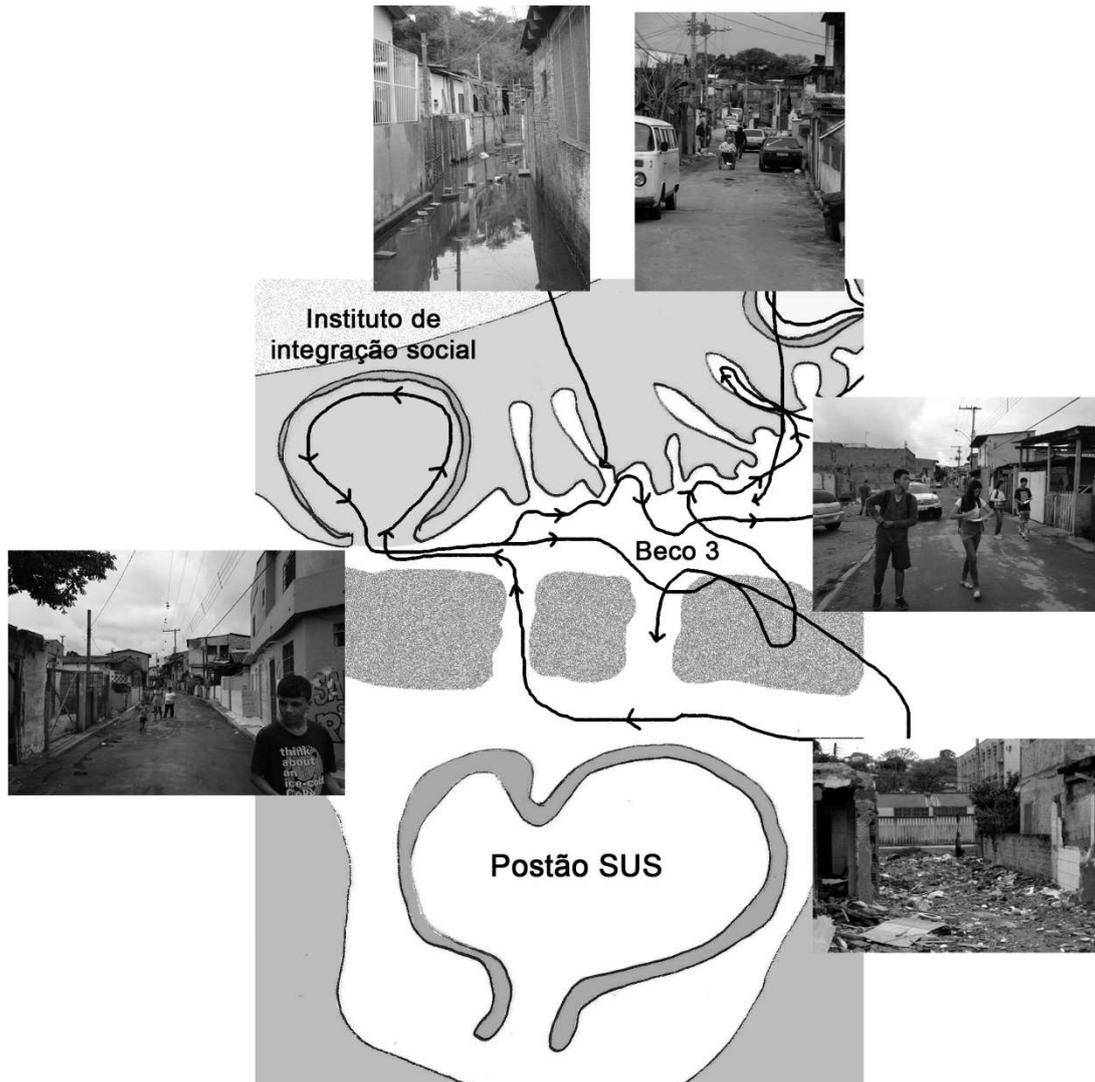
Figura 137 – Apresentação dos projetos



Para passar a porta para a vizinha sala de aula multiuso e demais recintos, o acolhido no salão já foi indagado cordialmente sobre suas intenções, podendo se sentir um hóspede frequente. Portanto, não é à toa que o Instituto foi representado como um grande salão, pois é até onde é permitido entrar.

## Contramapa janela 2

Figura 138 – Contramapa janela 2



## Contramapa janela 2

É necessário salientar novamente que as nossas errâncias aconteceram em um tempo onde a proteção das quadras que agora vivem na lembrança dos que ainda ficaram estavam sendo aos poucos destruídas: por esse motivo, as representei com uma faixa diluída em cinza, apesar de ainda haver alguns edifícios e concavidades formadas pelas demolições representadas no Contramapa da errância. Baseados em histórias reais já descritas neste texto e em tantos outros fatos que veremos nas imagens que ilustram os textos a seguir, vamos voltar ao passado e imaginar como era errar na Vila Tronco nestes tempos que não voltam mais: guiados por Dona Baixinha, Michael e Silvana, o grupo saiu do instituto pelo Beco três, com o objetivo de caminhar até a creche.

Levamos para auxiliar nos registros os seguintes dispositivos: o mapa do Google Earth, lapiseira, câmeras e celulares. Para a errância, os alunos se organizaram em grupos, os mesmos que desenvolveram o trabalho de projeto durante o semestre e, no caso do segundo grupo, junto com os jovens do Instituto, experiência que foi definitiva para o entendimento do nível das consequências sociais que as desapropriações significaram para a comunidade. Enquanto os grupos caminhavam e conversavam, novos mundos eram acolhidos e criados: nossos estudantes perguntaram aos jovens locais sobre as suas vidas, sobre os lugares desapropriados e abandonados e como era morar ali e conviver com aquela paisagem. Estes, por sua vez, contaram o que havia naqueles espaços, que, no presente, só acolhiam lixo e escombros: as casas das famílias que se foram, para onde foram, os que viviam ainda na comunidade, aqueles que agora dependiam do aluguel social para morar. Alguns perderam a convivência diária de amigos, outros, de parentes.

Figura 139 – Errando na Vila Tronco



No beco principal, era evidente o processo de destruição das quadras, revelando paisagens para a avenida que antes não existiam (Figura 140).

Figura 140 – Paisagem para a avenida



Se observarmos o movimento da errância no contramapa, podemos notar que o beco era a rua que acolhia o cotidiano em movimento e, portanto, o lugar da esperrância, onde as pessoas esperavam na porta de casa os errantes que chegavam para o encontro (Figura 141). Sempre sob o olhar atento de nossos hospedeiros, conversamos com alguns comerciantes, membros da comunidade e transeuntes. Os pequenos comércios que ali visitamos eram mercadinhos, ferragens e salões de beleza anexos às casas, configurando iniciativas familiares que geram renda e emprego para a comunidade.

Figura 141 – O beco que acolhia o cotidiano



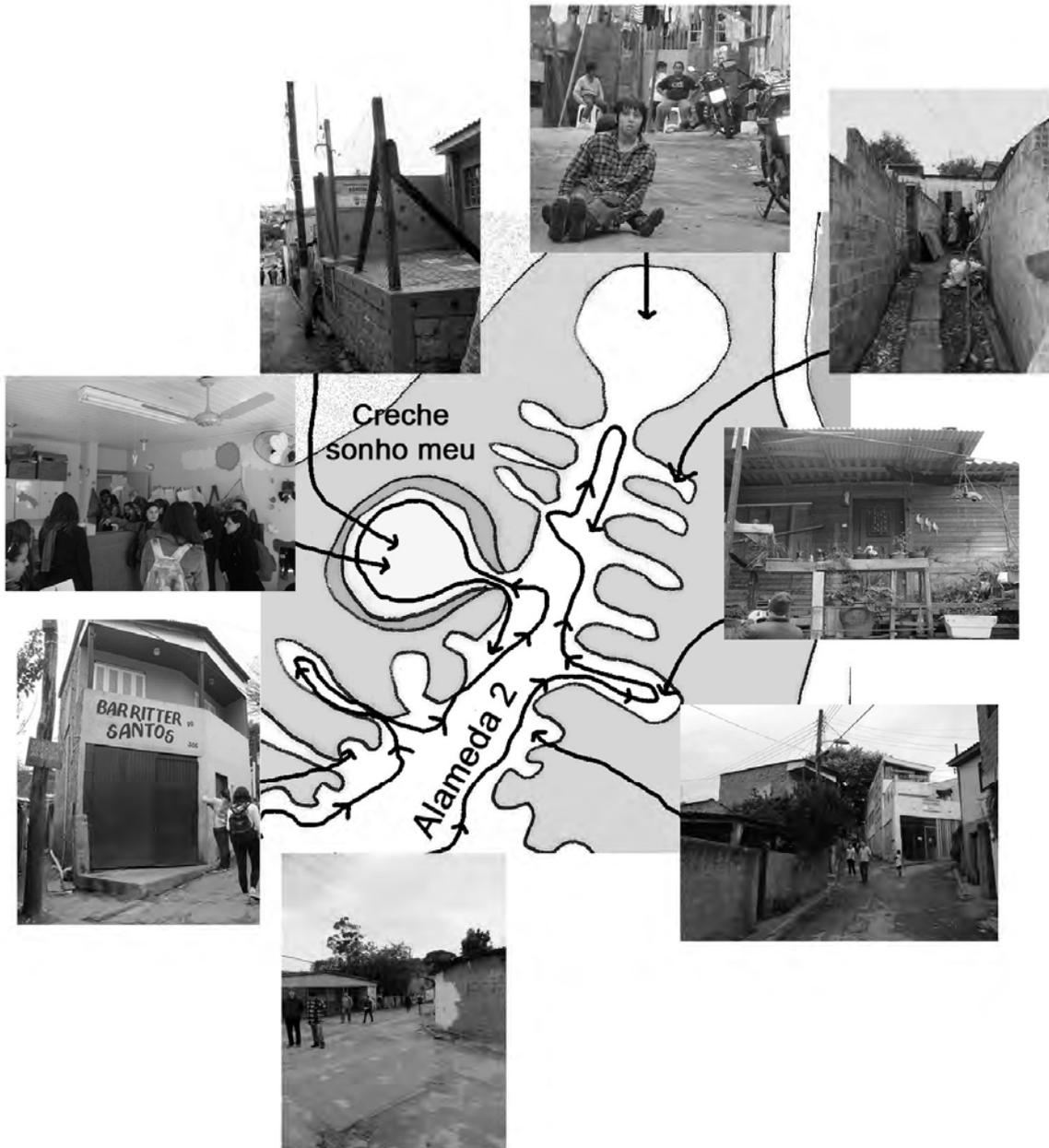
O beco e a sua continuidade, onde está a creche, é a única rua com calçamento e iluminação pública da vila, mesmo assim precárias. Nas passagens para dentro do rizoma se vê que existem água e luz nas casas, apesar de a iluminação pública praticamente não existir. O calçamento nas passagens é improvisado, e o saneamento deixa a desejar: os problemas se agravam em época de chuva (Figura 142).

Figura 142 – Vila Tronco em dias de chuva



# Contramapa janela 3

Figura 143 – Contramapa janela 3



Nossa curiosidade ficou maior quando começamos a chegar perto da esquina da alameda, que nos levaria à creche e ao alto do morro (Figura 144):

Figura 144 – Esquina do Beco 3 com a alameda



Acompanhando as imagens e os Contramapas abaixo, veremos que, se na reta do beco observávamos e éramos observados, percebendo os elementos e eventos em sequência, podendo parcialmente prever um encontro, a dobra da esquina invocou a lateralidade, trazendo consigo a surpresa, na sensação de encobrimento e posterior revelação de novas possibilidades (Figura 145):

Figura 145 – Subida da alameda



A subida do morro é uma reta que termina em uma concavidade, configurando uma invaginação com sua borda permeada por passagens dos dois lados, sendo que as da esquerda vão diretamente para dentro do rizoma, que segue subindo o morro. Na esquina da direita se vê uma creche, e, na esquina oposta, um bar (Figura 145), que é um ponto de encontro típico das comunidades: como era de manhã, ele não estava aberto, porém, pela sua localização na subida do morro, é um bar onde os locais se encontram para beber. Pedro Figueiredo, em seu texto sobre cidades catalizadoras, chama atenção que, em comunidades como a Vila Tronco, onde as pessoas não têm condições financeiras para divertimentos espetaculares, acabam resumindo seu lazer a bares de cachaça barata e às igrejas pentecostais<sup>113</sup>. Curiosamente, na vila não havia igrejas, somente terreiros, mas, com certeza, o Bar Ritter Santos (Figura 146) era a esquina dos encontros e das surpresas.

Figura 146 – Bar Ritter Santos



---

<sup>113</sup> FIGUEIREDO, Pedro. Opinião: cidades catalizadoras. **Arquitextos** 6. Porto Alegre: PROPAP-UFRGS, 2004, p. 6.

Entrando na passagem na lateral do bar, penetramos em uma invaginação que nos mostrava novamente que o penetrar no rizoma da vila é penetrar no território do habitável do inabitável (Figura 147):

Figura 147 – Penetrando no rizoma da vila



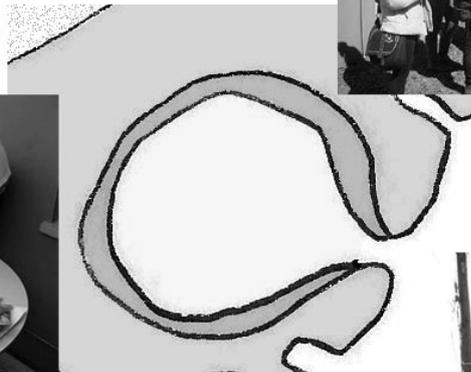
Na subida do morro, as condições de saneamento das passagens só não eram piores porque a água da chuva escorria morro abaixo. O esgoto a céu aberto e a água da chuva se misturavam ao lixo nos becos (Figura 148). Algumas construções mais altas, ainda mantinham alguma condição de habitabilidade. A grande lição que se aprende com pessoas que possuem condições tão difíceis de habitabilidade é ver como elas driblam essas condições com criatividade, provando que é possível sempre viver esperando e acolhendo.

Figura 148 – Lições espaciais da subida do morro



# Creche Sonho Meu

Figura 149 – Contramapa da Creche Sonho Meu



**Creche  
sonho meu**



Figura 150 – Entrada da creche



Subindo a lomba, encontramos a Creche Sonho meu. A “Creche das crianças bem guardadas” guarda o direito de ser uma concavidade com uma pequena passagem para seu interior, a qual é fechada para a rua por uma grade e só é aberta para acolher e entregar as crianças aos pais. Esse cuidado com a passagem para dentro da instituição busca prover um acolhimento seguro e cheio de cuidados. Localizada no meio da invaginação que leva à parte alta da concavidade da vila e bem protegida pelo seu rizoma, a Creche Sonho Meu acolhe as crianças como “pequenas joias”, já dizia Dona Baixinha, enquanto os pais trabalham.

Logo no portão de entrada, sempre fomos acolhidos com muito calor humano e, dentro da creche, comida farta, fatos que ajudaram no acolhimento entre os grupos e na preparação das futuras visitas.

Figura 151 – Dona Baixinha servindo lanche



A creche foi o lugar onde conversamos muito com nossos anfitriões, que sempre responderam todas as perguntas com boa vontade e simpatia. Afinal, estavam sempre nos esperando quando o grupo chegava: invariavelmente sempre havia um telefonema anterior para pedir licença para entrar.

Figura 152 – Visita à creche



Figura 153 – Pátio da creche



Voltando ao Contramapa janela 3, vamos sair da creche em direção ao topo do morro. Chegando à concavidade no final da invaginação da alameda configurada pelas casas da borda do rizoma do entorno, vemos uma espécie de praça, onde as pessoas sentam em bancos para conversar e observar os errantes caminhando morro acima, enquanto as roupas secam e as crianças brincam de carrinho de lomba: quem sabe este é o futuro desta enseada?

Figura 154 – Concavidade praça





## 4.6 Conclusão dos *workshops*: hospitalidade, hostilidade, *hostipitalidade*

Esta conclusão dos *workshops* fala sobre a hospitalidade recebida nos quatro espaços analisados nos estudos de caso. Como toda ordem coexiste com seu contrário, vamos começar as análises dos estudos de caso pelo *workshop* da Vila Tronco. Como esta é uma análise final, diversas colocações já existentes nos textos anteriores serão trazidas novamente. A intenção é lembrar e contextualizar as ideias que estão sendo apresentadas. As análises das formas de acolhimento correspondentes aos quatro estudos de caso aconteceram durante as descrições das qualidades das formas e das janelas correspondentes, portanto elas serão contextualizadas durante os comentários, quando necessário for.

Neste momento, precisamos voltar novamente ao tema do poder do hospedeiro sobre o hóspede, quer ele esteja na condição daquele que acolhe (*host*) ou daquele que é acolhido (*guest*): *hosti-pet-s*<sup>114</sup>. Esse jogo de palavras é o que Derrida utiliza para dar sentido ao termo *hostipitalidade*, a partir de Benveniste: regida pelas regras do *logos* de acolhida, a experiência de hospitalidade coloca o hóspede e anfitrião em diferentes situações de fazer e poder. As leis da hospitalidade desconstroem a sua incondicionalidade, apesar desta regulá-la, como valor ético primeiro. Os limites da acolhida condicionam a permeabilidade entre as singularidades dos seres, contaminando a sua incondicionalidade, pervertendo-a para situações de *hostipitalidade*<sup>115</sup>, que é a constante revisão das regras de hospitalidade do hospedeiro quando *host* e *guest* estão dentro do jogo da hospitalidade criado pela presença do hóspede. Quando não há possibilidade desta revisão, a hostilidade se instala.

Na Vila Tronco, o jogo de hospitalidade começou sob as regras de convívio de nossos anfitriões, com raras ocasiões de substituições de papéis. O cumprimento das regras de hospitalidade começava com a obrigatoriedade do anúncio das visitas do nosso grupo e continuava nas estadas e errâncias, que sempre aconteciam sob as bênçãos do controle velado de nossos anfitriões, que zelavam pelas direções a seguir, com a clara intenção de direcionar os olhares. Nossos hospedeiros eram conscientes do conteúdo higienista das desapropriações das quadras da borda da avenida: a relocação daquelas pessoas privou a população remanescente do convívio com amigos e familiares. A borda de comércio que protegia o rizoma da vila foi deslocada, desestabilizando-o, quando criou diferentes possibilidades de permeabilidade, frequentemente vista como ameaça aos meios de vida daquelas pessoas. Porém nossos acolhedores frequentemente negavam

---

<sup>114</sup> DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008, p. 35 e 41.

<sup>115</sup> DERRIDA, Jacques; DUFURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p.109.

esta condição, afirmando, espontaneamente e quando indagados, que as pessoas que ficaram estavam felizes com as desapropriações e as novas perspectivas espetaculares que a avenida traria, enquanto os que se foram estavam muito felizes e mandavam lembranças. Com o tempo, os hospedeiros tomaram consciência de que o nosso propósito era apenas o exercício de projeto proposto para aquele semestre e que não havia a intenção de criticar abertamente, e sim de observar e propor soluções projetuais para as instituições, o que, para eles, provavelmente não significaria crítica. Esse convencimento foi levando a nossa relação a uma forma de *hospitalidade* onde as regras de acolhimento eram negociadas nas entrelinhas das conversas.

A paisagem psicossocial observada na Vila Tronco era contraditória e rica em informações: a espacialidade inóspita das quadras de ruínas das edificações demolidas entre o Beco 3 e a Av. Tronco lembravam uma zona de guerra, que coabitava com as casas e o comércio local do lado oposto do beco. O saneamento precário era visível. Nas errâncias, observou-se que, quanto mais se penetrava no rizoma, tal condição piorava. Só havia asfalto na rua principal: quando chovia e as ruas laterais alagavam, a passagem para os lares era difícil. A chuva carregava o lixo acumulado nos becos, inclusive morro abaixo. Quando havia sol, o lixo era revolvido pelos animais: o “habitável do inabitável” gritava que o único condicionante para a construção dos “lugares de afetos” é o amor. Como não haver conflito e insatisfação perante essas condições? Os moradores do Beco 3 tinham suas casas gradeadas, com a segurança reforçada por seus cães. Nessa localização, o Instituto acolhia os jovens da vila de portas abertas, fato que já foi representado na Cartografia Influencial, nos Contramapas e comentado nas análises. Hoje, o Instituto abre suas portas para a tão festejada nova avenida: se antes deste tempo suas portas eram abertas aos iguais, hoje elas se abrem ao *por vir*. Talvez com esta nova condição espacial o Instituto abra as suas portas para o diferente, ou opte por mudar de endereço.

Na vila, os eventos que se protegem do *por vir* localizam-se na parte mais alta, longe da antiga borda e da atual borda com a avenida, o que os deixam protegidos das desapropriações. Conforme podemos observar nos Contramapas, o acesso principal é pela Alameda 2, invaginação que é a continuação transversal do antigo Beco 3, onde no meio do caminho para o alto se localiza a creche. Já foi comentado na análise dos Contramapas que a concavidade no final da invaginação é um ponto de encontro das pessoas que ali residem, configurando uma espécie de praça protegida no alto do morro e longe da borda. Talvez, se as políticas públicas de desenvolvimento urbano focassem na conservação e na melhoria das condições de habitabilidade das comunidades ao invés de destruir o que existe, descaracterizando a sua espacialidade em termos humanos, processos como os vistos na Vila Tronco se tornariam desnecessários.

Nossa estada na Vila Tronco nos ensinou a sermos hóspedes vindos de uma cultura estranha na própria cidade: estrangeiros na terra de pessoas

que seriam consideradas *différance* se estivessem passeando no Shopping Iguatemi. O reconhecimento do diferente como ser, independentemente do ente que portava, foi questionado de modo velado nos bem marcados limites de acolhimento. Dentro desses limites, sempre fomos bem tratados: a alegria do grupo de adultos (e dos jovens nem tanto) sempre foi uma constante, assim como a comida e bebida farta, sinais evidentes de “portas abertas”. Enquanto nos familiarizávamos com o que nos foi permitido ver, procuramos compreender e nos abrir para o *por vir*. Porém a sensação foi sempre a de haver segredos e fatos ocultos na *ipseidade*, que não eram permitidos de serem colocados à luz daqueles que por ali estivessem de passagem. Aos poucos, a forte borda entre diferentes foi sendo borrada. A alteridade presente no convívio evoluiu para relações afetivas entre as partes, construídas pela intensidade da presença, pelos questionamentos e ações de acolhimento de ambos os grupos, processo que não impediu os alunos da segunda turma de saírem correndo quando se sentiram ameaçados. O que ficou na memória da acolhida na Vila Tronco foi a experiência de convívio, que proporcionou oportunidades de construção de um “terceiro mundo”, nascido das descobertas entre os “diferentes mundos”, onde cada dia foi vivido com a intensidade de quem o descobre e aprende com ele.

Se na Vila Tronco a *hostipitalidade* ensinou valiosas lições, no ex-Mattatoio de Testacchio aprendemos com a hostilidade. Como estudamos nos textos teóricos deste trabalho, em Derrida, uma reflexão sobre a hospitalidade nos dias de hoje pressupõe a delimitação rigorosa das soleiras ou fronteiras, o que nos leva a uma análise dos conceitos sobre o que é público e privado; quem é da família, quem é o estrangeiro e quem é cidadão. Essa análise determina os limites do direito à hospitalidade dado ao estrangeiro e à sua cultura<sup>116</sup>. Sabemos ainda que o acolhimento remete-nos a estabelecer uma relação de alteridade com o diferente, ao reconhecer a sua existência. Em uma comunidade, a chegada do outro questiona a ordem estabelecida entre “iguais”: o acolhimento pode acontecer de maneira pacífica ou não, de fato e de direito, dependendo do nível de tolerância e das possibilidades de coexistência e inclusão entre hóspede e hospedeiro. Durante o *workshop*, a palavra acolhimento foi utilizada pelo grupo do LAC como sinônimo de estender a mão ao infinito do outro que chega, e foi com essa ideia na cabeça e uma câmera na mão que partimos para a exploração do *mattatoio*: apesar de o grupo ser italiano e pertencente ao lugar, sentimos na pele a *hostilidade* durante a errância, o que pode ser observado claramente nas cartografias do grupo, que se encontram nos anexos e nas cartografias que apresentei no estudo de caso.

Por ser um espaço entre muralhas cortado ao meio por um muro, o ex-*Mattatoio* tem uma configuração que o separa da cidade do entorno, o que em termos de forma de acolhimento o traduz para uma ilha murada.

---

<sup>116</sup> DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p.43.

Observando a descrição dos Contramapas, podemos afirmar que o espaço em forma de cidadela do ex-*Mattatoio* propriamente dito – que acolhe a Faculdade de Arquitetura de Roma 3, o Macro, a Cidade da Economia e os lares dos velhos – acolhe os seus entes e frequentadores. Porém o acolhimento entre diferentes está longe de existir: o reinante espírito de rígidas leis de hospitalidade na sua paisagem psicossocial podia ser constatado já nos acessos às diferentes comunidades, que são controlados para o interior da cidadela. Os tapumes “estrategicamente” colocados para direcionar o fluxo de pessoas reforça o caráter de ser um espaço separado em territórios de “entes” que se toleram e pouco coexistem, ou não coexistem, como no caso da comunidade dos velhos. Esse fato está representado nos Contramapas na amplitude dos caminhos que separam os três entes. A passagem interna ao Campo Boario é controlada pela porta que tem seu acesso dentro do empório da Cidade da Economia: quando o empório está fechado não há acesso, e quando a porta está aberta os refugiados são proibidos de entrar.

Já no Campo Boario, a hostilidade se instala. As regras dos donos da terra negam o convívio com a *différance* representada pelos refugiados do Ararat. Os espaços dos locais são fracionados e fechados para os estrangeiros: barreiras de tapumes e cercas para controle de acesso deixam as regras de hospitalidade explícitas. Porém só a ostentam e não controlam nenhum fluxo das pessoas que ali habitam. A exceção é a Academia de Belas Artes, onde o jogo das regras de hospitalidade fica mais duro: localizada em uma ilha no centro do campo, o cercamento por tapumes com a única porta controlada por um guarda e trancas não permite o acesso nem mesmo dos professores e alunos da faculdade vizinha sem uma licença prévia. Consequentemente, não existe inclusão com os refugiados que habitam no Ararat por parte dos diversos grupos que formam a comunidade do ex-*mattatoio*, sedimentando uma política de hostilidade em relação a esse grupo. O professor Careri e o grupo do LAC se opõem a essa política, criando situações de hospitalidade com a comunidade do Ararat através de ações de trabalho que os inclui, promovendo assim diferentes possibilidades de coexistência.

Conforme pode ser observado nos Contramapas e nas imagens da errância, na entrada do Ararat o controle existe de maneira velada pelos refugiados, que ali estabeleceram e demarcaram seu território hasteando bandeira. Porém acompanhando esse ato de demarcação de domicílio antes de elegerem domicílio, os curdos dão diversos sinais de abertura ao acolhimento do outro que chega a uma terra onde os hóspedes são “a questão”. Esses refugiados estrangeiros que se reconhecem pelo lar de seus mortos que ficou no passado e pela língua materna que os permite partilhar suas culturas como linguagem são constantemente perseguidos e ameaçados<sup>117</sup>: por não se fazerem compreender, passam à condição de

---

<sup>117</sup> Para Derrida, os estrangeiros – exilados, deslocados, nômades, desenraizados, deportados, expulsos – possuem em comum “(...) dois suspiros, duas nostalgias: seus

inimigos<sup>118</sup>. Além dos curdos, quem transpassa o portão do Ararat é o grupo dos charreiros encontrados na área turística de Roma, que guardam os cavalos e charretes nos pavilhões abandonados que outrora abrigavam animais para o abate, na lateral do Ararat. Eventualmente, alguns membros da comunidade curda prestam serviços de manutenção dos animais, o que não quer dizer que os charreiros estejam abertos a contatos: nosso grupo foi tratado com hostilidade por um deles, quando passamos por sua “área de jurisdição”. Apesar de serem hostilizados pelos demais grupos, foi no território dos curdos que nos sentimos acolhidos. Em seu hospitaleiro oásis no meio daquele deserto inóspito, a nossa visita<sup>119</sup> foi recebida com um chá e sorrisos. O diálogo imprevisível nos fez novamente compreender que o acolhimento não necessita de teto, nem mesmo de uma casa. Sabemos que o acolhimento existe em todo espaço onde seu sentido é dado pelas pessoas que fazem dele o seu espaço de com-viver, o que nos remete a pensar que o sentido de um espaço não está nele ou em sua arquitetura: o primeiro e maior sentido da arquitetura está em ser um abrigo para construir afetos. Para Solis, associar arquitetura à noção de abrigo, junto com o habitar e o morar, nos remete a pensar nos seus contrários, como, por exemplo: quando pensamos no acolher, o relacionamos com o repelir; o abrigar com o desabrigar e o hospedar com o hostilizar. A questão do abrigo, quando trazida à dimensão das preocupações citadas, faz com que sua arquitetura transcenda à questão estética, nos remetendo à sua ética e ao seu papel como instrumento social e político. Para a desconstrução, não só a simbologia das paredes é desconstruída, mas o próprio objeto

---

mortos e sua língua”. A primeira referência é criada a partir do lar natal – cidade ou país onde estão enterrados os laços de sangue, que é para Derrida o “(...) lugar de imobilidade a partir do qual se mede todas as viagens”. Já a segunda – a língua – vem a partir da necessidade de reconhecimento entre os iguais em terras distantes: “(...) a língua dita materna, como sua última pátria, mesmo a sua última morada” (...), apesar de que a “(...) dita ‘língua materna’ já é a ‘língua do outro’”.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p.79.

<sup>118</sup> Para Derrida, a palavra hóspede e a palavra refém movem-se em uma familiaridade semântica: o hóspede é o refém quando pode ser substituído e se assujeitar. A figura do refém não depende da unicidade do sujeito, mas, sim, da posição. O refém sofre esta substituição e passa a ser um sujeito assujeitado. No momento em que ele se apresenta – “eis-me aqui” (DERRIDA, 2008, p.73) – passa a assumir a responsabilidade pelos outros e ser a figura em questão, e não mais a questão. O refém é perseguido no próprio lugar onde se encontra domiciliado “(...) lá onde, emigrado, exilado, estrangeiro, hóspede sempre, ele se encontra domiciliado antes de eleger domicílio”

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008, p. 73.

<sup>119</sup> “Revelação, pois como visita (...)” – que Derrida denomina Sinai – que é a chegada do rosto inesperado, que ultrapassa desde sempre a formalidade do convite na relação do hóspede e hospedeiro. “(...) a hospitalidade não seguiria a irrupção imprevisível e irresistível de uma visita?”. Pois se ela ultrapassa qualquer relação de diálogo previsível entre hóspede e hospedeiro, essa irrupção traumatizante faz compreender a hospitalidade e suas leis “(...) por mais perturbadoras e pervertíveis que elas pareçam ser” pela incondicionalidade ao receber aquele que é inesperado.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008, p. 82- 83.

arquitetônico. Esta trajetória da desconstrução busca aproximar o fora e o dentro, suprimindo as distâncias entre o familiar e o estranho. Derrida frequentemente nos faz observar que a metáfora da edificação está constantemente presente na filosofia, citando exemplos trazidos por Heidegger, que liga a noção do abrigo e da habitação a valores como construir, conservar e cuidar. Tanto em Derrida quanto em Heidegger, junto com a noção de abrigo são conservados os princípios fundamentais da metafísica da presença, sendo que em Heidegger o homem edifica um mundo habitável para poder construir a sua humanidade, apesar de os fundamentos ocultos que sustentam a habitação serem esquecidos. Heidegger define a morada do ser na forma tradicional: como uma sustentação segura. Segundo Derrida, Heidegger utiliza a figura tradicional da casa para afirmar a necessidade de habitar a metafísica, porém, continua sua observação, afirmando que a metafísica se habita explorando todos os seus recursos, em especial suas metáforas, apontando este caminho como única possibilidade para ultrapassar a própria metafísica. Citando Wigley, Solis nos alerta que o grande risco para o discurso desconstrutivo será exatamente esta noção da “casa segura”. Afinal, é sempre possível rearranjar as pedras de uma casa, sem que ela perca a capacidade de abrigar<sup>120</sup>.

Entrar em contato com cotidianos de populações de comunidades das periferias brasileiras como a do Porto do Capim é tomar consciência dessas constatações como realidade: seus moradores “rearranjam pedras” diariamente, utilizando a criatividade para driblar as dificuldades encontradas na prática essencial da sobrevivência, inclusive para conservar o seu lugar de pertencimento. A Comunidade do Porto do Capim localiza-se no *logos* de fundação da cidade de João Pessoa, sendo que a maioria de seus habitantes é descendente daqueles que ali fizeram sua morada desde sempre: a comunidade é feliz onde está e não pretende abrir mão da terra que chamam de lar. Mobilizados e com o apoio de grupos à sua luta contra as ameaças de desapropriação sofridas pela Prefeitura de João Pessoa, a Porto do Capim é acolhimento em sua resistência: questionado o direito à sua terra por irmãos do mesmo solo, a comunidade passou a ver a cidade como estrangeiros que ameaçam a soberania sobre o *logos*, como se fossem parricidas. Para Derrida, a hipótese revolucionária do estrangeiro é sua chegada negando sua condição: afinal, um estrangeiro só pode ser parricida se estiver de alguma forma em família. A guerra interna à posse do *logos* aqui é colocada mais uma vez, pois o estrangeiro só poderia ser um filho estrangeiro: um parricida não pode ser senão um “filho do mesmo solo”<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura uma abordagem a partir de Jacques Derrida**. Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p. 136, 141-142.

<sup>121</sup> Em Derrida, a “(...) hipótese revolucionária do Estrangeiro” é quando ele chega negando sua condição; afinal “(...) um estrangeiro só pode ser parricida se estiver de alguma forma em família. A guerra interna à posse do *logos* aqui é colocada mais uma vez. Esta atitude é seguida de uma réplica, a qual é colocada através de “(...) uma estranha aliança da cegueira com a loucura” que “É evidente mesmo para um cego” (DERRIDA, 2003, p.9) – de que o

Quando se sentiram ameaçados de invasão pela lei de revisão do uso espacial, formulada e decretada por irmãos do mesmo solo, a hostilidade entre eles passou a reinar. A Prefeitura da cidade tem um projeto para a requalificação da área que propõe um modelo de revitalização exclusivo: através de um rezonamento de usos, desafia a ordem espacial vigente na sua estrutura, sentido e uso, causando uma destituição de seu caráter, com o intuito de favorecer o poder do espetáculo. Por consequência, o modelo proposto estabelece uma relação de hostilidade com a população local.

Os contornos dos Contramapas que separam a comunidade da cidade representam as leis de hospitalidade praticadas na comunidade: influenciadas pela violência que esta sofre com a ameaça de destituição, suas portas são abertas para os iguais e para os que não ameacem os propósitos e meios de vida ali praticados. Nessas condições, existe possibilidade de negociação *hostipitaleira*. Esse fato pode ser observado na configuração urbana: o rizoma, aparentemente confuso para quem o desconhece, serve de escudo para proteger a população da invasão e imposição da ordem por quem é considerado intruso ou indesejado. A relação da comunidade do Porto do Capim com o rio é marcante de tal maneira que ela foi representada nos Contramapas como que se confundindo com a borda do espaço intermediário do mangue e aberta para o rio. Devemos lembrar novamente que a configuração urbana e o mangue desenvolvem-se em rizomas. Neste caso, ambos os rizomas crescem e se permeiam enquanto o da comunidade cresce em direção ao rio.

A política de acolhimento imposta pela comunidade pela garantia de sobrevivência mostra uma limitação rigorosa na abertura de portas: suas frestas abertas com desconfiança limitam claramente o que é público e o que é privado; quem é da *família*; quem é o intruso. Quem é da família está dentro ou lhe é permitido o direito de visita. Os outros são os outros que precisam negociar para poder entrar porta adentro. É preciso lembrar que a soberania sobre um *logos* só acontece filtrando, escolhendo e limitando o seu acesso ao outro. O reestabelecimento da paz teria chance se portas de tradução forem abertas por quem acenar por diferentes possibilidades de coexistência. Talvez, assim, o abraço entre a cidade e seus irmãos do porto se realize.

As diversas mensagens subliminares nas diferentes espacialidades analisadas até o momento nos mostram mais uma vez que as qualidades hospitaleiras da arquitetura de uma cidade podem ser entendidas pelos modos como seus espaços recebem os seus habitantes e pela forma como as pessoas vivem e coexistem nesses espaços. Portanto, as relações da

---

estrangeiro só poderia ser "(...) um *filho estrangeiro*, porque um parricida não pode ser senão um filho". Por esta condição o estrangeiro "(...) teme passar por um filho-estrangeiro-louco (...)" e ser visto como desequilibrado.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 7- 11.

hospitalidade com a arquitetura não só depende das formas espaciais, mas das atitudes de alteridade, que trazem consigo a abertura e a inclusão do diferente. Segundo Solis, o respeito à multiculturalidade é o primeiro passo para o entendimento da hospitalidade como o respeito às diferenças enquanto diferenças. Na desconstrução, acolher o outro na sua diferença faz parte do entendimento da dimensão política da arquitetura. Recordando os estudos do capítulo *Acolher*, ao afirmar que *conforto é a medida da hospitalidade*, Solis complementa afirmando que o conforto está mais no cérebro do que nas costas. Já a hospitalidade depende muito mais da tolerância às diferenças do que da forma da edificação<sup>122</sup>. Portanto, o sentido e as qualidades de acolhimento de um espaço público são construídos pelas relações estabelecidas entre este e seus frequentadores. Sem acolher e serem acolhidos pelas pessoas e suas diferenças, perdem o seu sentido de existência. Para Fuão, a forma como Derrida conceitua hospitalidade ajuda na compreensão da relação entre a cidade e sua arquitetura, ao serem invocados os binômios: abertura/fechamento; separação/união, recortar/colar; público/privado e familiaridade/não familiaridade. O acolhimento se revela nas formas da praça que acolhe a cidade no entorno; no assento de um banco que convida a sentar ou dormir; em uma porta que se abre dando passagem. Aceitar as diferenças é o primeiro ato de acolhimento, que acontece quando passamos a acolher a ideia do próprio acolhimento. Ao incluirmos o outro, passamos a pensar a partir do outro para que se possa reestabelecer uma ética da arquitetura<sup>123</sup>.

Espaços públicos abertos ao acolhimento de todos, como o da Karlsplatz, são espaços que oportunizam a alteridade, o convívio e a aceitação das diferenças, desde que as regras da civilidade que constam no código cultural do povo austríaco sejam respeitadas. O professor Markus Tomaselli, coordenador do Instituto de desenho urbano e paisagismo, a professora Sabine Knierbien, professora do Centro interdisciplinar de espaço e cultura urbana e a designer Karin Harether, professora do Departamento de Artes e Design, colegas da TU Wien que trabalharam em conjunto comigo para e durante a realização do *workshop* na Karlsplatz, acreditam que a praça-parque é um espaço onde as qualidades hospitaleiras devem ser cultivadas, incentivadas e expandidas como elemento de promoção de coexistência entre as atuais e futuras gerações de moradores e visitantes da cidade.

Ao propor um trabalho de revitalização parcial da área, nós argumentamos que é exatamente o forte caráter de acolhimento de diferentes usuários é determinado pela alta qualidade espacial que esta praça-parque oferece. Neste pulmão verde, encontramos bens ambientais

---

<sup>122</sup> SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura uma abordagem a partir de Jacques Derrida**. Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p. 152- 153.

<sup>123</sup> FUÃO, Fernando. **As formas do acolhimento na arquitetura**. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs). **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ 2015, p. 41.

como uma enorme lagoa e a sombra de grandes árvores que impedem o superaquecimento, considerados elementos essenciais para a melhoria do clima urbano em uma escala local. Essas qualidades, já vistas na análise dos Contramapas, tornam Karlsplatz um lugar único em termos de qualidade do local e global. A sua combinação equilibrada entre o não consumismo e consumo popular potencializa as qualidades hospitaleiras da Karlsplatz para grupos muito diferentes – moradores, estrangeiros, turistas e singulares –, tornando sua espacialidade um receptáculo de acolhimento de paisagens psicossociais mutantes pela sua constante permeabilidade. As qualidades levadas em conta na hora de propor reformulações parciais na espacialidade da praça-parque para a prefeitura induziram nossos alunos a análises críticas que mostraram diversas propostas para melhorar ainda mais as qualidades espaciais da Karlsplatz<sup>124</sup>, trabalho apresentado na íntegra nos anexos. A sua configuração espacial de eventos distribuídos em pequenas clareiras abertas dentro da grande clareira do parque circundadas por caminhos mostra um espaço onde o fluxo de pedestres não tem barreiras: as cercas existentes nas ilhas são baixas e sem portões, portanto, perfeitamente puláveis e penetráveis. O espaço público onde há um impedimento de fluxo direto é o conjunto arquitetônico das antigas estações de metrô de Otto Wagner: a diferença de nível em relação aos outros eventos da praça e a cerca que separa os dois edifícios o isola dos demais eventos. A delegacia de polícia que age como um dispositivo panóptico de controle das ações dos frequentadores coíbe abusos que possam impedir a paz reinante. Sabe-se que, em um passado recente, a Karlsplatz era o local favorito dos poucos marginais da cidade de Viena: em uma sociedade onde o salário do operário e do executivo têm diferenças de valores pouco expressivas<sup>125</sup>, a hostilização acontece quando o estilo de vida escolhido pelo cidadão ameaça de modo grave a liberdade de ir e vir, não havendo possibilidade de negociação. Neste ponto, é pertinente lembrar o passado nacionalista do qual aquela sociedade se envergonha e procura suplantar com ações de hospitalidade e alteridade para com os diferentes e estrangeiros. Esse fato pode ser observado recentemente: os poucos imigrantes e refugiados que estavam até 2014 em território austríaco haviam driblado as suas duras leis de asilo e imigração. Essa situação mudou no ano seguinte, quando os austríacos deram uma lição de hospitalidade para o mundo, ao buscar, com seus próprios automóveis, os refugiados sírios em suas fronteiras para acolhê-los em seu território, questionando eles mesmos as suas duras leis, em

---

<sup>124</sup> PAESE, Celma; TOMASELLI, Markus; KNIERBEIN, Sabine; HARATHER, Karin (orgs). **Karlsplatz Vienna Revisited**: everyday tourism and policy innovation. Viena, Áustria: Arbeitsbereich für Stadtkultur und öffentlicher Raum, Institut für Kunst und Gestalten 1 und Institut für Stadtebau, Fakultät für Architektur und Raumplanung, TU Wien, 2015, p. 5-11.

<sup>125</sup> Segundo depoimento do Dr. Ulrich Lutz, habitante de Viena, os altos salários e as aposentadorias mais caras e com menos tempo de serviço são reservadas aos políticos, que são considerados uma casta à parte pela população. Como todos os cidadãos gozam de direitos sociais iguais, oportunidades iguais, acesso às infraestruturas urbanas e às moradias sociais se necessárias, esta não é uma questão relevante para eles..

deferência ao estrangeiro que, fugindo de países em situação de guerra, erravam em busca de acolhida<sup>126</sup>.

Para Derrida, acolher o diferente é acolher a sua espectralidade: reconhecendo a existência desta última, propõe-se acolhê-lo sem julgar, correndo o risco do estranhamento com o estrangeiro em sua estranheza (*umheimlich*). Não há hospitalidade sem a espectralidade: é nela que reside o segredo. A espectralidade excede e desconstrói todas as oposições ontológicas, o ser e o nada, a vida e a morte<sup>127</sup>. Sabe-se que, enquanto este texto é escrito, a situação das sociedades da Europa Central em relação ao grande fluxo de refugiados é bem delicada: apesar da boa vontade no acolher, a espectralidade que os recém-chegados carregam consigo coloca em xeque o *modus vivendi* europeu, causando conflitos de linguagem nunca imaginados. Será que esses fatos significarão movimentos contrários às intenções dos arquitetos e urbanistas que procuram preservar e incentivar espaços de acolhimento como o da Karlsplatz em suas cidades? Sabemos que, apesar de as leis de hospitalidade serem regidas pelo dono da casa, o lugar de acolhimento é criado pela chegada do errante, que está no espaço de acolhida sem fixar residência.

Já estudamos que a hospitalidade é dar lugar ao seu lugar, o que faz entendê-la como sendo a fundamental fundadora da história da nossa cultura, frequentemente não reconhecida como tal. Em uma cidade, percebemos as relações entre as situações de hospitalidade e a arquitetura pela nossa identificação com os espaços, que expressam em suas formas de acolhimento as políticas de hospitalidade daquela sociedade. Nos tempos atuais, a multidimensionalidade elevou a velocidade dos fatos e das mudanças. Os novos comportamentos criam situações que levam à desconstrução frequente de conceitos, dogmas, paradigmas e axiomas que num passado bem próximo eram inquestionáveis. Consequentemente, os espaços urbanos contemporâneos encontram em suas paisagens psicossociais um estado contínuo de desconstrução de significados. A busca de possibilidades de transcendência dos habituais paradigmas estéticos e espaciais da arquitetura nos remete à ideia de abertura de espaços e caminhos, dando outro sentido de acolhimento ao que até então estava fechado, abrindo outras possibilidades ao acolhimento da *différance*.

Para Fuão, quando acontece de o diferente se deslocar e entrar em território alheio, passando a participar da vida do outro, ocorre uma real mudança espacial e arquitetônica: quando o estrangeiro desafia a ordem espacial vigente em dimensões como sentido e uso, mas, sobretudo, na estrutura física deste espaço, começa o “deslucamento” dos sentidos que o destitui do seu sentido e papel de figuração. O que espera destitui a figura do hóspede aos poucos, na medida em que este permanece em sua casa,

<sup>126</sup> Disponível em:

<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150906\\_carros\\_ativistas\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150906_carros_ativistas_ru)>.

Acesso em: 6 nov. 2016.

<sup>127</sup> DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008, p. 131.

enlouquecendo-a enquanto enlouquece, abraçando ao Outro que abraça sua loucura sorrindo e criando outro sentido de lugar<sup>128</sup>.

Nos quatro estudos de caso apresentados e analisados, não houve a constatação de existência de hospitalidade incondicional. Este resultado era o esperado, pois sabemos que essa condição de hospitalidade é sempre uma condição *por vir (à venir)*. A ética primeira cumpriu seu papel sendo utilizada para condicionar as leis de hospitalidade dos lugares analisados. A hostipitalidade foi a forma mais frequente de hospitalidade encontrada, seguida pela hostilidade para com a *différance*, mesmo que ela estivesse sendo portada pelos irmãos de logos. Procurando representar as questões da hospitalidade nos processos cartográficos dos Contramapas, as formas escolhidas e já analisadas buscaram diferentes maneiras de traduzi-las em suas variáveis de representação. É necessário lembrar que, como toda cartografia subjetiva, a cartografia dos Contramapas é contaminada pela política à qual serve e pela percepção pessoal, transferindo-as para a interpretação e a representação das qualidades de acolhimento do lugar: portanto, nenhuma é isenta de mudanças de representação e todas estão sempre abertas para diferentes interpretações de quem as lê.

---

<sup>128</sup> “Todo o errante, tal qual a figura da *collage*, é uma figura dupla, frente e verso. Verso e reverso, às vezes perverso”.

FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs.). **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015, p. 72.



# CONCLUSÃO





## 5 CONCLUSÃO

Os Contramapas de Acolhimentos constroem durante o seu processo cartográfico subjetivo uma narrativa de diferentes maneiras de ver, reconhecer e representar as qualidades das formas de acolhimento das experiências humanas que compõem a espacialidade de determinado espaço da cidade, assim como seus múltiplos sentidos, conexões e permeabilidades. Foram vistos nesta pesquisa como um meio de tradução e expressão de qualidades de acolhimento que vão sendo percebidas e narradas durante o seu processo cartográfico. Este, por sua vez, começa com a percepção e representação da cartografia pessoal em *Caminhando*, que a transfere para a leitura da cidade na experiência de livre registro e representação das influências que agenciam as percepções dos acolhimentos e suas formas durante a errância do trabalho de campo. Os acolhimentos serão representados novamente na linguagem das formas de acolhimento nas suas cartografias da espera e errância. As formas de espera nomeadas para este fim expressam as suas qualidades básicas inspiradas na sua natureza enquanto as demais qualidades complementares são determinadas pelo cartógrafo, conforme a sua identificação com elas. Além de nomear qualidades pessoais para as formas, o cartógrafo é convidado a desenhar, nomear e qualificar outras formas de acolhimento que ele se identifique nas arquiteturas da cidade, seja durante algum processo cartográfico específico ou em outro momento, enquanto continua atento às qualidades expressas pelas formas já representadas. O processo de identificação de formas e qualidades complementares auxilia no entendimento e na expressão dos acolhimentos na cartografia dos Contramapas, ao mesmo tempo em que enriquece o processo: é preciso sempre lembrar que o processo cartográfico subjetivo proposto é um processo aberto e rizomático, com múltiplas entradas e saídas, sendo estas revistas e retomadas sempre que for considerado necessário pelos envolvidos. Tal situação pode ocorrer quando se verifica como o conjunto das formas de espera e errância funcionam em determinada espacialidade cartografada, onde a análise dos Contramapas e a conseqüente revisão dos resultados questionam e propõem rever as formas de políticas de acolhimento entre diferentes na espacialidade em questão.

Mudanças que colaboram com a inclusão e a melhoria de qualidade de vida do Outro transcendem particularidades e viabilizam alternativas que priorizam a alteridade dando boas-vindas à expansão da coexistência. A hospitalidade incondicional em Derrida vive no *por vir (à venir)*: mostra que é preciso que o outro seja acolhido independentemente das qualidades, pressupostos e segredos que possa vir a portar em sua espectralidade. No manifesto ao Parlamento internacional dos escritores sobre as cidades

refúgio<sup>129</sup>, em 1997, Derrida afirma que o fim dos modelos de cidade que conhecemos é eminente e propõe o novo cosmopolitismo, que é a renovação do direito internacional à cidade tendo a 'cidade-refúgio' como protagonista, que para ele vai 'além de uma promessa': a cidade-refúgio pratica da fraternidade ao acolher e proteger a inocência subjetiva e perdoar a culpabilidade objetiva de todos os desmentidos que os atos infligem às intenções. A cidade-refúgio vai além da promessa do refúgio ao reconhecer, entre seus habitantes, a esperança que existe entre a ética da hospitalidade messiânica e o processo da paz na política daquele que é acolhido<sup>130</sup>. A Carta das cidades-refúgio, que fundou a Agencia internacional das cidades-refúgio no século passado propôs abrir as cidades para além do direito de hospitalidade existente: estas reivindicações devem ser antes de tudo, um apelo audacioso a uma verdadeira inovação na história do direito de asilo ou do dever de hospitalidade. O novo cosmopolitismo proposto para a sua fundação pelo mundo originou a vontade de proclamação e instituição de numerosas cidades-refúgio: autônomas e independentes dos Estados o quanto possível, as cidades que acolheram a ideia aliaram-se criando políticas de solidariedade e hospitalidade. Essas iniciativas eram práticas que, nascidas da reflexão teórica, as fizeram funcionar imediatamente: qualquer que fosse a pessoa deslocada que buscasse por asilo em seus territórios, as políticas de hospitalidade previstas nas leis dos Estados onde se localizavam eram questionadas em busca do cultivo do direito à hospitalidade. O convite coube tanto às metrópoles quanto às cidades modestas: ao se engajarem nesta via e acolhendo para si o nome cidade-refúgio, elas reativaram o sentido tradicional da palavra *refúgio* e, simultaneamente, voltaram a despertar à sua dignidade uma herança memorável. Infelizmente, a prática durou pouco tempo: no início do século, a rede foi desativada por inúmeros motivos.

Porém, a proposta do novo cosmopolitismo perdura e propõe um conceito inédito de hospitalidade, de dever de hospitalidade e do direito à hospitalidade. Fernanda Bernardo considera que o novo cosmopolitismo anuncia-se como uma promessa de uma hospitalidade mais justa, aquela que tenta fazer o impossível: se expor sem limites ao que chega, começando por acolher sem cálculo e sem reservas o outro singular e não só o cidadão. Tal cosmopolitismo cruza a prática de um acolhimento incondicional do Outro na sua excepcional singularidade, sem saber suas regras ou intenções, sem condições, sem álibis "realistas", "pragmáticos", xenófobos ou outros, com a sua inscrição numa política e num direito. Ou seja: nas condições, leis, normas e

---

<sup>129</sup> Derrida, Jacques. **Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!** Paris: Galilée, 1997, p.1

<sup>130</sup> DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008, p. 131.

estruturas da hospitalidade que a cidade considerar justa<sup>131</sup>. Ao clamar pela criação de cidade-refúgio, Derrida prenunciava um futuro-presente onde se agravam e se multiplicam a violência e crimes como: as ameaças, atos de censura, de terrorismo e assujeitamento de toda a espécie, assinados por organizações estatais e não estatais. Na época do manifesto, as violências da censura eram praticadas em sua maioria contra os intelectuais, cientistas, jornalistas, escritores, enfim, pessoas públicas: em situações que suas palavras são censuradas pelas potências de comunicação, que tomam para si o poder de polícia, estes tem possibilidade de buscar outros meios para serem escutados, nem que seja apenas pela sua presença no mundo. Por outro lado, as forças de censura e repressão de toda espécie e natureza continuam emergindo com força através da noite onde habitam os anônimos que não possuem acesso ao grito de defesa de forma ampla: elas são o primeiro mal e a condição para a existência de todos os outros. Vivemos em um contexto onde o Estado não mais controla as violências que colocam em fuga refugiados ou exilados, seja no interior ou no exterior de seus territórios, tornando-o impotente para assegurar a liberdade e proteção de seus cidadãos diante de ameaças terroristas e criminosas, tenham elas ou não intenções nacionalistas, xenófobas ou religiosas.

Derrida considera necessário analisar o fenômeno da restrição do direito ao acolhimento do estrangeiro em sua sequencia histórica, chamando atenção para o texto de Arendt, o “Declínio do Estado-Nação e o fim dos Direitos do Homem<sup>132</sup>”, onde Arendt propõe uma análise da história moderna das minorias – apátridas, refugiados, deportados. Derrida identifica no texto da autora dois grandes choques ocorridos entre as duas guerras, ambos na Europa: o primeiro foi a abolição progressiva do direito ao asilo, consequência da chegada de centenas de milhares de apátridas. Apesar de o direito ao asilo sobreviver num mundo organizado em Estados-Nações a duas guerras mundiais, até o final dos anos 1950 esse direito era encarado como um anacronismo e como um princípio incompatível aos direitos internacionais do Estado. Houve evolução da situação até o presente momento, porém, outras mudanças são indispensáveis. O segundo

---

<sup>131</sup> BERNARDO, Fernanda. A ética da hospitalidade, segundo J. Derrida, ou o porvir do cosmopolitismo por vir a propósito das cidades-refúgio. Re-inventar a cidadania (ii). **Revista filosófica de Coimbra**, Coimbra, v. 11, n. 22, 2002, p. 445.

<sup>132</sup> Arendt, em sua obra “Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo”, escrito na década de 1940 e publicado em 1951, ressalta o totalitarismo como uma nova forma de governo baseada na organização burocrática das massas e apoiada no emprego do terror e da ideologia. No último capítulo, “O declínio do Estado-nação e o fim dos Direitos do Homem”, a autora mantém toda a atualidade ao tratar do problema dos apátridas e dos refugiados, (povos sem Estado), fora de todo o sistema legal e expostos ao abuso da polícia. São esses princípios de exclusão da comunidade que, aliados a uma subordinação obrigatória à vontade de um Chefe (o Estado), tornaram possível o totalitarismo.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

choque é a chegada massiva de refugiados, fato que obrigou aos governos a renunciar aos recursos clássicos: o repatriamento ou naturalização<sup>133</sup>. Até agora, nada foi feito para rever tal atitude. Será que o resgate da proposta das cidades refúgio abriria hoje um novo espaço de direito ao acolhimento de milhares de refugiados que erram pelo mundo em busca de asilo? Certamente, a fim de haver uma real mudança na situação que hoje perdura, seria preciso reavaliar os respectivos papéis das nações e das cidades reinventando suas normas a cada passo. A *hostipitalidade* do novo cosmopolitismo *por vir* prioriza o acolhimento de singularidades, tanto para os visitantes inesperados quanto para os esperados. A soberania dos estados sobre essas cidades sob sua jurisdição seria questionada também nesses moldes, o que as tornaria referências espaciais únicas. Deste modo, a proposta de acolhimento do novo cosmopolitismo não precisaria se limitar àquelas cidades que, pela força de seu nome e identidade, teriam reais condições de se elevarem acima das nações onde se localizam.

A cidade-refúgio remete o pensamento às comunidades das periferias das grandes cidades do Brasil, já comentadas neste estudo: no seu início e formação, elas eram espaços que agiam intuitivamente como refúgios. Sabemos que a concentração de terras nas mãos de poucos e as precárias condições de vida no campo levaram a população rural a migrar em massa para a cidade durante o processo de industrialização do milagre econômico brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, em busca da promessa de melhores condições de vida que não se realizaram. Sem haver outra opção, o assentamento dessas pessoas em lugares aparentemente inóspitos os transformou em lar. Atualmente, são populações que continuam aumentando e submetendo-se às precárias condições de habitabilidade, que frequentemente perduram por anos, por puro desinteresse do Estado em priorizar melhorias espaciais que realmente as interessem. Se a arquitetura de uma cidade é o receptáculo eleito pelos seus habitantes para viver as experiências de acolhimento agenciadas pelos encontros e eventos que se sucedem, mostra-se urgente a revisão das políticas de acolhimento das cidades em relação às comunidades e pessoas em situação de rua, que frequentemente são vítimas de ações higienistas disfarçadas em “melhorias urbanas”. Essas políticas as expulsam para fora do seu espaço de pertencimento, quando na verdade o que elas precisam é de ações de inclusão espacial que sejam reais e possíveis.

Reconhecer a necessidade dessa revisão é também identificar e aprender com os meios de vida singulares de comunidades excluídas dos parques de consumo fácil e dentro deles. Apesar de terem sido pouco citadas no decorrer deste estudo, é importante chamar a atenção nesta conclusão para a importância dos espaços que acolhem iniciativas de economia compartilhada e solidárias nas comunidades onde prevalece a luta diária pela sobrevivência. Na contemporaneidade, a conscientização e o

---

<sup>133</sup> Derrida, Jacques. **Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!** Paris: Galilée, 1997, p.3-4.

incentivo ao consumo sustentável são vistas como atitudes essenciais para a preservação do planeta. Mudanças de comportamento como a disseminação de ações de economia solidária e colaborativa são consequências dessa tomada de consciência. A economia solidária é uma forma de produção, distribuição e consumo com base associativista e cooperativista, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Essa forma de produção envolve as dimensões e políticas espaciais, sociais, culturais e econômicas do grupo envolvido. Já a economia compartilhada faz parte do universo da economia solidária e propõe o compartilhamento de uso de bens e serviços, priorizando o seu uso quando necessário, e não a posse. Ações econômicas desta natureza são tão antigas quanto a humanidade e hoje são reformatadas no mundo pós-capitalista, onde as relações entre as dimensões espaciais e virtuais promovidas pela tecnologia de informação borram cada vez mais os limites entre o trabalho, o tempo livre e o ganho do sustento. Essa nova política de consumo faz cada vez mais pessoas priorizarem o acolhimento de iniciativas econômicas próximas e que se identifiquem com seus valores, como: a Dona Maria que vende tapioca e lanches no quintal de casa, o artesão e o artista conhecido pela rede social que tem seu ateliê em casa e vende na feira de artesanato, a amiga que tem uma pequena loja no bairro, a vizinha que faz sacolé para vender na saída da creche, o pasteleiro e a doceira que produzem na cozinha de casa e vendem nos grupos virtuais, o rapaz que tem uma banca de verduras na feira orgânica da praça e o bar na casa do filho do Seu Pessoa. A política de acolhimento da economia compartilhada é ainda mais forte, pois propõe ações de troca e de aluguel a baixo custo de tudo que esteja sobrando ou ocioso em uma casa – espaço, máquinas domésticas, ferramentas – através de plataformas virtuais ou mesmo pela divulgação no mural do armazém da esquina.

Ações que fazem com os envolvidos fujam dos modelos de troca tradicionais são agentes de desestabilização do monopólio da produção e comercialização dos bens de consumo pelas grandes empresas. Portanto, a economia solidária e a colaborativa têm espaço entre pessoas e grupos que buscam a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Esses fatos mostram um presente-futuro onde o fortalecimento do incentivo à construção de políticas baseadas no acolhimento entre coletividades em todos os níveis da sociedade é o caminho para o desenvolvimento de políticas econômicas que priorizam um cotidiano inclusivo, sustentável e com qualidade de vida para todos. Nas comunidades dos considerados excluídos, essas práticas são adotadas como um valioso instrumento de sobrevivência. A dificuldade de acesso ao emprego formal faz com que elas sejam frequentemente realizadas de modo urgente e intuitivo, sem que muitas vezes as pessoas que as praticam tenham acesso a programas governamentais de capacitação e incentivo, por questões burocráticas ou falta de informação. Reconhecê-las é aprender o seu funcionamento e o seu papel na melhoria da qualidade de vida de quem as adota. Incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento dessas ações constrói as bases para a emancipação dos grupos envolvidos: a economia solidária e a colaborativa

articulam a dimensão econômica, social e política em nível coletivo, ampliando as possibilidades de transformações sociais mais amplas. Mostrar caminhos para divulgá-las é potencializar essas transformações, trazendo para comunidades descontextualizadas do circuito turístico habitual perspectivas de ações como as de turismo comunitário, que criam outros meios de inclusão enquanto desafiam os limites espaciais e culturais da cidade.

O novo cosmopolitismo aliado às iniciativas econômicas cooperativistas inspira outras propostas de acolhimento em nível de populações de excluídos. O propósito seria evitar que eles venham a cumprir o seu triste destino nos grandes centros, enquanto convida os que já se foram a retornar a seus lares: geralmente fora dos centros urbanos das grandes capitais, as suas cidades de origem são lugares onde sobra espaço e os recursos para a promoção da vida são mal distribuídos. Ao invés de essas pessoas terem que abandonar seus lares, elas seriam acolhidas e incluídas em comunidades na própria cidade, criadas com base nas políticas econômicas solidárias e compartilhadas e de autogestão. Essa estrutura garantiria a geração de renda de modo inclusivo. A produção se centraria nos lares das comunidades, enquanto o espaço de acolhimento em comum dessas iniciativas seria projetado por arquitetos, que também auxiliariam na qualificação da infraestrutura do entorno urbano e dos lares. Para a concretização dessa ideia, o poder público tem papel preponderante na articulação de meios financeiros e técnicos para auxiliar no planejamento, organização e implantação de comunidades.

Essas comunidades se diferenciariam das já conhecidas cooperativas agrícolas por duas razões. A primeira é que estas cidades-comunidades-refúgio também abririam portas para acolher aqueles que por ela buscassem por portar a *différance*: na terra de asilo, o diferente seria acolhido incondicionalmente nas comunidades autossustentáveis inseridas em seu território, onde a organização e a gestão igualitária e democrática atreladas aos meios de produção coletivos lhe ofereceriam um novo meio de vida, o transformando em agente de uma sociedade mais justa e produtiva. A segunda razão é a diversificação da produção, que poderia ser de produtos específicos para atender a um polo industrial próximo ou criar um polo de produtos industriais gerados por pequenas indústrias que se organizariam em cooperativas para a sua venda e distribuição. Esse tipo de iniciativa tem como exemplo mais famoso a Terceira Itália, que foi uma experiência de desenvolvimento industrial com base regional bem-sucedida em pequenas cidades no norte e centro da Itália. Segundo o economista Adayr Ilha, professor da UFSM, em artigo apresentado no terceiro encontro de economia gaúcha em 2006, onde propôs a implantação de programa semelhante na metade sul do Rio Grande do Sul, esse programa do governo italiano tinha a finalidade de resolver os grandes problemas econômicos da região nos anos 1970 e 1980. São pequenos distritos industriais e clusters baseados em agrupamentos de pequenas empresas familiares que no início se localizavam nos domicílios das famílias. Organizadas no modelo de

cooperativa, elas se especializaram na produção de mão de obra de determinado produto para uma indústria em específico, como têxteis, cerâmica, calçados, implementos agrícolas, autopeças e ferramentas. É importante salientar que este modelo econômico incentiva as identidades locais a valorizar as vocações de produção do lugar<sup>134</sup>. Este programa transformou uma região que antes tinha como base a economia agrícola familiar e o turismo na região com a mais elevada renda per capita do país.

As arquiteturas nas grandes cidades, como edifícios abandonados que viram moradias de coletivos, galpões industriais em áreas centrais hoje impróprias para a indústria que abrigam triagem de lixo e terrenos baldios que viram hortas são espaços que também convidam a esse modo de vida: nesse caso, as iniciativas econômicas solidárias e colaborativas entre os seus habitantes ampliam as suas perspectiva de acolhimento pelo outro, os tornando agentes ativos de revisão das políticas públicas de habitações populares, do uso da terra e de meios de geração de renda dentro dos territórios urbanos. A ação econômica solidária mais conhecida neste universo é a dos galpões de reciclagem de lixo. Localizados próximo das casas dos recicladores, nas periferias e dentro das cidades, a sua produção promove sustento e a melhora da qualidade de vida para pessoas na linha da pobreza e em situação de rua. Fuão escreveu diversos textos sobre seu trabalho de anos dentro deste universo. No texto escrito em parceria com Pedro Figueiredo, “Inserção do galpão de triagem como aglutinador social”, os autores comentam que os galpões são espaços que vão além do trabalho formal da triagem do lixo, carregando a potência de se tornarem acolhedores de diversas atividades coletivas no bairro ou na comunidade onde estão inseridos. A arquitetura do acolhimento está presente constantemente no processo como agente de organização espacial, pois é na construção dos espaços de acolhimento que o convívio entre os associados, os familiares e a comunidade vizinha se fortalece, dando ao galpão um papel importante nas aspirações dos envolvidos<sup>135</sup>. A proposta é que os galpões funcionem como espaço de acolhimento de experiências coletivas, uma espécie de sociedade aberta que abrigue em seus espaços creches, escolas, biblioteca, cozinha comunitária, eventos culturais e de lazer. O importante é que o galpão esteja dentro de uma comunidade ou vila, ou mesmo próximo a um campus universitário para efetivar o seu papel de espaço de acolhimento.

---

<sup>134</sup> ILHA, Adayr da Silva, CORONEL, Daniel Arruda, ALVES, Fabiano Dutra. O modelo italiano de desenvolvimento regional: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. Fundação de economia e estatística do Rio Grande do sul. **Anais do terceiro encontro de economia gaúcha**, maio de 2006, p. 4. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/eventos/encontro-de-economia-gaucha/3-encontro-de-economia-gaucha-2006/>> e <<http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

<sup>135</sup> FUÃO, Fernando, FIGUEIREDO, Pedro. A inserção do galpão de triagem como aglutinador social. In: FUÃO, Fernando (org): **Lixivia (I) Mundi**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 42.

Ocupações urbanas em edifícios e conjuntos habitacionais abandonados nos grandes centros urbanos dentro de zonas residenciais e comerciais consagradas são espaços que contêm a potência da mudança nas políticas habitacionais urbanas e da economia solidária nas vocações e habilidades de seus habitantes. O objetivo das pessoas que ocupam é a busca de moradia digna. No centro de Porto Alegre, diversas ocupações desta natureza transformaram e transformam edifícios abandonados pelo poder público em espaços de acolhida, que são reformados com seus poucos recursos para garantir um mínimo de dignidade. Buonfiglio relata que uma das ocupações mais antigas, a 20 de Novembro, do coletivo MNLM (Movimento Nacional de Luta Pela Moradia), ocupou um edifício de propriedade do Governo Federal nesta data em 2005, localizado na esquina da Av. Mauá com a Rua Caldas Júnior e construído pelo antigo BNH (Banco Nacional da Habitação). A ocupação consagrou o caráter de espaço para o fim que foi construído: o acolhimento de lares. Chegou a contar com uma rádio livre e uma padaria para geração de renda<sup>136</sup>. Infelizmente, as famílias foram despejadas em 2007 e hoje o espaço encontra-se em abandono. Recentemente, a ocupação Lanceiros Negros, do coletivo MLB (Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas) que acolheu o antigo edifício do Ministério Público Estadual, que estava abandonado pelo Estado há 12 anos na esquina da Gen. Andrade Neves com a Gen. Câmara<sup>137</sup>, quase teve o mesmo destino, conseguindo reverter a situação judicialmente já com a Brigada Militar na porta. A ocupação nasceu em 14 de novembro de 2015 e já organizou entre os seus moradores uma central de pequenos serviços domésticos para a sua geração de renda. Contam com biblioteca e cozinha coletiva.

A luta dessas pessoas por um refúgio esbarra em dois fatores: a constante ameaça de despejo judicial e o desinteresse dos governos de promoverem políticas habitacionais que utilizem arquiteturas abandonadas de sua propriedade para este fim, preferindo fomentar políticas populistas de habitação que priorizam a construção de habitações de má qualidade e de baixo custo, geralmente nas periferias das grandes cidades. As ações de acolhimento de arquiteturas abandonadas nos centros de cidades não se limitam a cobrar dos governos o seu dever de revisar as políticas habitacionais para encontrar soluções viáveis para o teto de quem não tem teto nas grandes cidades: transformar abandonos em lares traria uma nova perspectiva para os espaços degradados pelo desuso das suas arquiteturas. Ocupações urbanas são agenciamentos do processo de revitalização do seu entorno em nível espacial, social, cultural, econômico e de segurança

---

<sup>136</sup> BUONFIGLIO, Leda Velloso, PENNA, Nelba Azevedo. A luta no e pelo centro da cidade: um estudo em Porto Alegre. **Boletim Gaúcho de Geografia n°37**. Porto Alegre, UFRGS, 2011, p. 117-127.

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://jornalismob.com/2015/11/15/ocupacao-lanceiros-negros-nasce-no-coracao-de-porto-alegre-organizada-pelo-mlb>>. Acesso em: 6 nov. 2016

pública. Adotando e incentivando tais políticas de acolhimento, os governantes trariam esperança para a desconstrução do Campo urbano.

Para os que ainda se limitam a ver somente a cidade espetacular como legítima representante da urbe contemporânea, processos que desafiam os limites e os paradigmas espaciais existentes significam a desestabilização de seu conforto espacial e um convite para enxergar para além de suas fronteiras de percepção. A cartografia dos Contramapas propõe o seu uso para o agenciamento desses espaços. Quando utilizados para mostrar que a cidade vai além da suposta ordem vendida pelos mapas cartesianos e pela mídia oficial, sua representação resgata os seus múltiplos sentidos e experiências de acolhimento: trazem à luz das populações suas potências econômicas, culturais e sociais até então ignoradas, embora circunscritas nos processos sociais. Ao reconhecer e agregar, ao invés de segregar e ignorar os excluídos e suas lutas dos mapas ditos oficiais, sem buscar controlar a naturezas do Outro com práticas espaciais que hostilizam a sua natureza, o acolhemos em sua totalidade, abrindo possibilidades para a sua inclusão.

Toda arquitetura é o reflexo da política à qual serve, assim como toda representação. Os Contramapas propõem-se a ser mais um meio de representação para os arquitetos assumirem o seu papel de questionadores da ordem imposta pelos que se consideram donos da terra. Convidados a sermos agentes de criação de espaços de acolhimento *por vir*, nós, arquitetos, mostraríamos que o papel da Arquitetura no mundo vai além da servidão ao espetáculo: conscientes de nossas capacidades e responsabilidades de projetar receptáculos de qualidade para acolher a vida, a ação da arquitetura abre-se para a produção de espaços de hospitalidade de diferentes escalas espaços-temporais, que acolham a diversidade humana em sua totalidade. Se a terra é a hospitalidade em si – concedida originariamente a quem chega –, a casa, cidade ou nação – espaços onde o dito “território”, originalmente, não tem nada de natural – é o lugar eleito como refúgio. A Terra, incondicionalmente, acolhe a natureza de todos os seus filhos: o incluído, o diferente, o estrangeiro, o apátrida, o pobre e o excluído, respeitando suas diferenças enquanto diferenças.



# REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer**: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BOEKHOFF-WINZER. *Historia de La cultura occidental*. Barcelona: Ed.Labor, 1966

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização** – as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BERNARDO, Fernanda. A ética da hospitalidade, segundo Jacques Derrida , ou o porvir do cosmopolitismo por vir: a propósito das cidades-refúgio. Re-inventar a cidadania (ii). **Revista filosófica de Coimbra**, Coimbra, v. 11, n. 22, 2002, p. 421-446.

BUONFIGLIO, Leda Velloso; PENNA, Nelba Azevedo. A luta no e pelo centro da cidade: um estudo em Porto Alegre. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 37, 2011, p. 117-127.

BURROWS, Roger. Virtual culture and social science fiction In: LOADER, Brian D. (editor): **The Governance of Cyberspace** – politics, technology and global restructuring. London, Rotledge, 1997.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: walking as an aesthetic practice. Barcelona: Gustavo Gilli, SA, Barcelona, 2002.

CARVALHO, Virinha F. O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. **Revista Ecotour**, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/?tipo=noticia&id=1759>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANDT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1987.

DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Campinas, São Paulo: Editora Papyrus, 2012.

\_\_\_\_\_. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Lógica do Sentido** São Paulo: Ed.Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia (volume 1)**. São Paulo: Editora 34, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia (volume 3)**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Levinas**. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008

\_\_\_\_\_. **Mal de arquivo – Uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumara, 2003.

\_\_\_\_\_. **Políticas da Amizade**. Porto: Campo das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!** Paris: Galilée, 1997.

\_\_\_\_\_. **Khôra**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DERRIDA, Jacques. **La Diferencia/ [Différance]**. 1968, p. 1 -23.  
Disponível em: <<http://www.amsafe.org.ar/formacion/images/2013-CursoDirectores/Eje4/Jacques%20Derrida%20-%20La%20Diferencia.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003

DORON, Gil. A Global Derive. In: BORDEN; McCREERY. **Architectural Design: New Babylonians**. UK: Wiley Academy, 2001.

DUARTE, Fabio. **Arquitetura e Tecnologias de Informação**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

FABBRINI, Ricardo Nascimento. **O espaço de Lygia Clark**. São Paulo: Atlas, 1994.

FIGUEIREDO, Pedro. Opinião: cidades catalizadoras. **Arquitextos 6**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. São Paulo: Vozes, 1977.

FUÃO, Fernando. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs): **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ 2015, p. 41-113.

FUÃO, Fernando: **As Bordas do Tempo**: a ideia de collage em Antonio Negri. out. 2012. Disponível em:  
<<http://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/10/as-bordas-do-tempo-ideia-de-collage-em.html>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

FUÃO, Fernando. A hospitalidade na arquitetura. **Anais do II ENANPARQ – Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas: Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**. Natal: 18 a 21 de Setembro de 2012. Meio eletrônico, 18 p., p. 125.

FUÃO, Fernando. A interioridade da arquitetura. **Cadernos PROARQ**. Rio de Janeiro. n. 14, 2010, p. 99-107. Disponível em:  
<<http://hdl.handle.net/10183/72044>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

FUÃO, Fernando. **Viagem ao Fim do Mundo**. 2012.  
<[http://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/09/viagem-ao-fim-do-mundo\\_28.html](http://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/09/viagem-ao-fim-do-mundo_28.html)>. Acesso em: 15 out. 2012.

FUÃO, Fernando. A collage como trajetória amorosa e o sentido de hospitalidade e acolhimento em Derrida. **Ensaios Filosóficos**, v. 9, maio 2014.: Disponível em: <[http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo9/Fernando\\_Fuao.pdf](http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo9/Fernando_Fuao.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2014.

Fuão, Fernando. Arquitetura do acolhimento e hospitalidade: o teleférico do Alemão. **Anais do II ENANPARQ – Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas: Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade**. Natal: 18 a 21 de Setembro de 2012. Meio eletrônico, 11 p.

FUÃO, Fernando; FIGUEIREDO, Pedro. A inserção do galpão de triagem como aglutinador social. In: FUÃO, Fernando (org): **Lixivia (I) Mundi**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 42-45.

ILHA, Adayr da Silva; CORONEL, Daniel Arruda; ALVES, Fabiano Dutra. O modelo italiano de desenvolvimento regional: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. Fundação de economia e estatística do Rio Grande do Sul. **Anais do terceiro encontro de economia gaúcha**, 25 e 26 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/eventos/encontro-de-economia-gaucha/3-encontro-de-economia-gaucha-2006/>> e <<http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva**: Escritos situacionistas sobre a cidade – Internacional Situacionista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia** – pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014.

KRIER, Rob. **El espacio urbano**: proyectos de Stuttgart. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2001.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cybercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que é Virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

LOADER, Brian D. (editor). **The Governance of Cyberspace:** politics, technology and global restructuring. London: Rotledge, 1997.

MACHADO, Rosana P. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de estudos culturais**, n.1. São Paulo: USP, 2014.  
<http://www.each.usp.br/revistaec/>

MACHADO, Rosana Pinheiro. Etnografia do 'rolezinho'. **Carta Capital**. Disponível em:  
 <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/etnografia-do-201crolezinho201d-8104.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MOORE, Charles; BLOOMER, Kent C. **Cuerpo, memória e arquitetura:** introducción al diseño arquitectónico. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982

NEGRI, Antonio. **Kairós, Alma Vênus, Multidão:** Nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

PAESE, Celma. **Caminhando:** o caminhar como prática socioestética e estudos sobre a arquitetura móvel. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.

\_\_\_\_\_. Mapas de Hospitalidade In: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas (orgs): **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ 2015, p. 219-237.

\_\_\_\_\_. Caminhando. In: ECARTE. Munster:Lit Verlang **Arts Therapy: recognized discipline or soul-graffiti?** – Approaches, Applications, Evaluations. Abstract Book of the 7th bi-annual European Arts Therapies Conference: Madrid, 2003.

PAESE, Celma; TOMASELLI, Markus; KNIERBEIN, Sabine; HARATHER, Karin (orgs). **Karlsplatz Vienna Revisited:** everyday tourism and policy innovation. Viena, Áustria: Arbeitsbereich für Stadtkultur und öffentlicher Raum, Institut für Kunst und Gestalten 1 und Institut für Stadtebau, Fakultät für Architektur und Raumplanung, TU Wien, 2015.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

ROCHA, Eduardo. Cartografias urbanas: método de exploração das cidades na contemporaneidade. In: TESTAMANTI, Juan Manuel Diez; ESCUDERO, Beatriz (org). **Cartografia Social: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación**. Comodoro Rivadavia: Universitaria de La Patagonia, 2012, p. 109-133.

\_\_\_\_\_. **Cartografias Urbanas: método de exploração territorial**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/54267213/Cartografias-Urbanas-Revista-Do-Peta4>>. Acesso em: 26 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Arquiteturas do abandono**. 2010. 263f. Tese (Doutorado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura: uma abordagem a partir de Jacques Derrida**. Rio de Janeiro, UAPE, 2009

## SITES

ARAÚJO, Cleber. Alemão: uma análise construtiva sobre os impactos do PAC na favela. **Blog Barraco adentro**. Rio de Janeiro: 25 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.barracoadentro.com/oficina-do-alemao-uma-analise-construtiva-sobre-os-impactos-do-pac-favela/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BBC BRASIL. Comboio de alemães e austríacos cruza fronteira para dar carona a imigrantes. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150906\\_carros\\_ativistas\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150906_carros_ativistas_ru)>. Acesso em: 10 ago. 2016

BEDOLINA, VAL CAMONICA. Wikipedia. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Bedolina\\_Map](https://en.wikipedia.org/wiki/Bedolina_Map)>. Acesso em: 6 nov. 2016.

BLOG do movimento Porto do Capim em ação. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PortoDoCapim>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BLOG do workshop Caminhando. Disponível em: <<https://www.facebook.com/caminhandonacidade>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRITO, Juliana. Revitalização do Porto do Capim, em João Pessoa, divide opiniões. **G1** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/revitalizacao-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-divide-opinioes.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014

CIDADE REFÚGIO. Wikipedia.:Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade\\_de\\_ref%C3%BAgio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_de_ref%C3%BAgio)>. Acesso em: 06 nov. 2016.

EL PERIODIBLOG. **Turismo nas favelas do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://elperiodiblog.blogspot.com/2007/11/turismo-alternativo-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 25 maio 2012.

FMTSP – CCT. **Fundação Museu da tecnologia de São Paulo – Centro contemporâneo de tecnologia**.:Disponível em: <[http://www.museutec.org.br/previewmuseologico/os\\_mapas.htm](http://www.museutec.org.br/previewmuseologico/os_mapas.htm)>. Acesso em: 25 maio 2012.

HAUBRICH, Alexandre. Ocupação Lanceiros Negros nasce no coração de Porto Alegre organizada pelo MLB. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2015/11/15/ocupacao-lanceiros-negros-nasce-no-coracao-de-porto-alegre-organizada-pelo-mlb/>> Acesso em: 6 nov. 2016.

MOREIRA, Carlos Ismael. Toque de recolher fecha três escolas na Vila Cruzeiro, em Porto Alegre. **Diário Gaúcho**. Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2014/04/toque-e-de-recolher-fecha-tres-escolas-na-vila-cruzeiro-em-porto-alegre-4482072.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

NAGEL, Luciano. Tiroteio na Vila Cruzeiro assusta moradores. **Rádio Bandeirantes**. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticia/100000678536/tiroteio-na-vila-cruzeiro-assusta-moradores--.html>>. Acesso em: 21 set. 2016.

PONTO TUR. **Pontos turísticos – Arco da Carioca**. Disponível em: <<http://www.riodejaneiro.pro.br/pontosturisticos/arcosdacarioca.htm>>. Acesso em: 25 maio 2012.

PORTO ALEGRE, Prefeitura. **Relatório de obras de mobilidade urbana – mês de março de 2016**:. Disponível em:

<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/noticias/relatorio-obras-de-mobilidade-urbana-mes-de-marco--2016/238>>. Acesso em: 10 out. 2016.

RIO FOR PARTIES. Disponível em: [http://rioforpartiers.com/portugues/day/tour\\_favela.htm](http://rioforpartiers.com/portugues/day/tour_favela.htm)>. Acesso em: 25 maio 2012.

G1 Rio. Teleférico do Alemão deve ficar parado por 6 meses para manutenção. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/09/teleferico-do-alemao-deve-ficar-parado-por-6-meses-para-manutencao.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

#### **FILME**

COHEN, Peter: Arquitetura da destruição. 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBgGThx2Mas>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

## Anexo dos estudos de caso

Os quatro estudos de caso apresentados neste estudo de tese deram origem ao estudo da autora dos Contramapas de Acolhimento dos respectivos espaços apresentados.

Nos *workshops* não há um resultado de Contramapas, e sim a Cartografia Influencial do espaço onde estes foram realizados.

A intenção de colocá-los como anexo nesta tese foi a de documentação da realização dos respectivos *workshops* e apresentação dos trabalhos dos participantes.

É preciso esclarecer que não houve em nenhum deles a orientação de pedir Contramapas de Acolhimento como parte do processo cartográfico.

Os *workshops* estão apresentados na seguinte ordem: Karlsplatz, onde reproduzi a publicação resultante do workshop na íntegra; o Porto do Capim, onde estão as cartografias dos quatro participantes que a realizaram como resultado; o ex-Mattatoio de Testaccio, com o processo de construção e apresentação da exposição das cartografias-instalações dos alunos do LAC; e o *workshop* da Vila Tronco com as cartografias dos alunos do professor Fernando Fuão e meus (na ocasião, era professora estagiária junto ao meu orientador).

